Luciano Cordeiro

Soror Marianna

SOROR

MARIANNA

A FREIRA PORTUGUEZA

Luciano Cordeiro

LUCIANO CORDEIRO

SOROR MARIANNA

A FREIRA PORTUGUEZA

...«só escrevo este livro como historia humana...»
Fr. A. d'Almada, *Desp. do Esp.*—1694.

SEGUNDA EDIÇÃO

Illustrada, correcta e augmentada sobre novos documentos

LISBOA
LIVRARIA FERIN & C.ª
70—R. Nova do Almada—74

Ao coração e á sciencia

DE

SOUSA MARTINS

Ha muitos annos que os registos da livraria portugueza não dão noticia de um exito egual ao que teve o livro do sr. Luciano Cordeiro. Publicado no meado de 1888, a primeira edição podia considerar-se esgotada ao cabo de dois mezes, precisamente os conhecidos como peores do nosso mercado bibliographico.

Não foi sómente um exito litterario, no sentido restricto do termo, foi um verdadeiro *successo* de curiosidade, de sympathia, de applauso publico, que não esperou aquelle e que o acompanhou e sanccionou inteiramente, fazendo dizer a Julio Cesar Machado, n'uma das suas formosas revistas do *Reporter*, que 1888 ficaria sendo:—*o anno da Freira*,—na bibliographia patria.

Antes que apparecessem as primeiras apreciações e noticias do livro, o movimento da sua procura adeantara-se rapidamente. Nem se extinguiu ainda. Mas o exito propriamente litterario foi tambem excepcional. Tendo podido ver uma collecção de noticias, artigos e cartas ineditas, sobre a *Soror Marianna*, sentimos naturalmente um grande desejo de reunir aqui todos esses juizos criticos, uns firmados pe-

los primeiros nomes da nossa vida intellectual, outros exprimindo as reservadas e vivas impressões de espiritos e corações de eleição. Seria uma homenagem mais,—e d'esta vez perfeitamente portugueza,—á doce e desolada figura da nossa Heloisa, definitivamente restituida á litteratura patria, como a queria o Morgado de Matheus, e como ella é,—no dizer do auctor:—o necessario «violino, vibrante, indisciplinado, que nos traz a lembrança consoladora e amiga do que é espontaneo, do que é ingenuo e necessariamente verdadeiro e eterno, no meio das pompas e dos refinamentos artisticos, magistraes, da grande orchestra dos seiscentistas.»

Mas, além dos escrupulos de modestia que nos recusavam a satisfação d'este desejo, era impossivel caberem nas forçadas dimensões da nossa publicação todas aquellas apreciações. Independentemente de um grande numero de noticias avulsas dos jornaes, mais de vinte seriam os artigos a transcrever, de largo desenvolvimento critico, e em que escriptores illustres como:—conde de Ficalho, Theophilo Braga, Joaquim de Araujo, Moniz Barreto, Campos Junior, Borges de Avelar, Sousa Viterbo, José Sampaio, Victor Sequeira, Cesar Machado, Maria Amalia, Clementino de Sousa, Rodrigues de Freitas, Mariano Pina, Armelim Junior, G. Torresão, Benalcanfor, Pinheiro Chagas, A. de Serpa, e outros, proferiram o veredicto espontaneo e eloquente da sua auctoridade sobre o laborioso e encantador processo instaurado e encerrado pelo nosso auctor. Depois não ficaria satisfeito o nosso desejo, nem completa a nossa homenagem, não nos sendo permittido juntar-lhe,—e por muito favor nos foi concedido ver,—as cartas, o repositorio particular, inedito, intimo quasi, ou, alguma vez, confidencial das impressões immediatas, pessoaes:—em que, a par de nomes como os de

Barros Gomes, Ouguella, Hintze Ribeiro, Serpa Pimentel, Lopo Vaz, Oliveira Martins, Eça de Queiroz, etc., reluzem as joias da mais fina intelligencia ou da mais encantadora sensibilidade feminina. Seria um novo livro... se nos fosse permittido fazel-o. Duas phrases só, colhidas ao acaso, n'esse bello album. São de Oliveira Martins:—«V. fez um milagre. O livro das *Cartas* que V. fez é verdadeiramente definitivo; não ha mais nada a dizer. V. esgotou a erudição e a critica: não ha que rebuscar nem que observar mais. Está definido o caso pathologico (?) e determinado o con curso de circumstancias em que se deu.»

É a synthese de todas as apreciações.

Desde 1888, pois, se tem feito sentir a necessidade de uma nova edição. Affluem os pedidos, sendo muitos do estrangeiro, e é raro obter-se, posto que por maior preço, um exemplar. Por suas multiplas occupações, e por querer augmentar e rever a obra em vista de novas averiguações e documentos, o sr. Luciano Cordeiro não pôde conceder-nos mais cedo uma segunda edição do seu livro, mas auctor e editores procurámos resgatar esta demora e agradecer aquelle exito com os consideraveis melhoramentos de varia natureza introduzidos na presente publicação. Se a parte historica e bibliographica foi em muito refeita, apresentando factos e indicações até agora inteiramente ineditos, pela nossa parte não nos poupámos a sacrificios por offerecer ao publico uma edição correspondente ás exigencias e progressos da arte bibliographica nos mais adeantados mercados.

Lisboa, Livraria Ferin & C.ª, 1 de novembro de 1890.

Os EDITORES.

SOROR

MARIANNA

A FREIRA PORTUGUEZA

INTRODUCÇÃO

I

Nos primeiros dias de janeiro de 1669, Claudio Barbin, o celebre livreiro parisiense,—*au Palais, sur le second perron de la Sainte Chapelle,*—lançava nos salões e alcovas que continuavam a *camara azul* da senhora de Rambouillet um pequeno livro anonymo, que n'aquelle meio galante, artificioso e frivolo seria a mancha rude e sombria de um monge de Zurbaran, cahindo inopinadamente n'uma pastoral mimosa de Watteau ou Boucher.

Era a historia, em cinco cartas,—traduzidas n'um francez regularmente escandaloso para os ouvidos delicados das *preciosas,*—de uma paixão profunda, allucinada, doida, de pobre freira estrangeira, que bem se via que não fôra educada na escola do *tendre* gracioso e subtil d'aquellas *jansenistas do amor,* no dizer da Ninon, por largo tempo, apesar do riso cruel, e não poucas vezes canalha, de Molière, as directoras espirituaes da litteratura e da sentimentalidade do seculo XVII.

Barbin,—*ce chien de Barbin,*—como havia de chamar-

lhe a senhora de Sévigné,—obtivera privilegio e licença para esta publicação em 28 de outubro de 1668, regista-ra-a em 17 de novembro, acabara de imprimil-a em 4 de janeiro de 1669, e explicava discretamente «*ao leitor*» que se dera a muitos trabalhos para obter *uma copia correcta* d'essa traducção;—que julgava, imprimindo-a, dar muito gosto ás pessoas entendidas em coisas de sentimento, que tanto *louvavam ou procuravam conhecer* aquellas cinco cartas;—*que ellas haviam sido escriptas a um «gentil homem de qualidade» que servira em Portugal*, mas que *não sabia o nome* d'esse gentil homem, *nem o do traductor,* parecendo-lhe comtudo que não lhes seria desagradavel, publicando-as.

Sem nos demorarmos agora em lembrar o intenso e absorvente predominio que attingira na sociedade pollida e litterata do seculo XVII,—particularmente em França, mas não só n'este paiz, como geralmente se pensa,—a moda e a litteratura epistolar, observaremos, que era então, e foi por muito tempo ainda, vulgar e corrente o costume de extrahir e fazer circular nos circulos do convivio cortesão e intellectual *copias* de correspondencia intima ou de producções destinadas á publicidade.

Estabelecia-se por esta fórma uma especie de censura prévia de juizes amigos antes que o minotauro do gosto e do criterio publico podesse saborear, ou despedaçar desrespeitosamente, as joias e mimos da aristocracia dos *beaux esprits*.

D'aqui, algumas vezes, a publicação indiscreta e a apropriação abusiva d'essas *copias*:—todas hão lembrar-se como Voltaire, por exemplo, receava da indiscrição dos amigos quando lhes confiava algum trecho ou producto inedito da sua penna.

A menina De Launay, que Saint-Beuve appellida de La Bruyére das mulheres, que Eugenio Crépet prefere que seja o La Rochefoucauld feminino, e que nós suppomos poder lisongear melhor não incommodando por sua causa nenhum d'aquelles respeitaveis fabricantes de *Maximas* e *Caracteres*:—a menina De Launay, pode dizer-se, e diz ella propria nas suas Memorias, que deveu «sahir inopinadamente da profunda obscuridade em que vivia» na côrte elegante da duqueza de Maine á pequena carta maliciosa que escrevera ao senhor de Fontenelle, por este não ter visto com olhos «*assez philosophes*» o prodigio dos Espiritos junto do leito da Tenar.

Fontenelle, vivamente gracejado pelos amigos, mostrara a carta.

—«*Elle reussit*»,—todos a copiaram, e quando nos salões de Sceaux se soube quem a escrevera, foi uma surpreza geral, e a reputação do fino talento da De Launay ficou para sempre feita.

Como diz Vauxcelles, e como toda a gente sabe, as cartas da senhora de Sévigné tornaram-se celebres *dès son vivant;* muitas outras o foram, correndo em *copias* entre os amadores mais apurados e os circulos mais cultos do tempo.

Antes de publicadas, as celebres *Maximas* de La Rochefoucauld foram em diversas copias submettidas á critica do salão da senhora de Sablé; por signal que a esta circumstancia e tambem áquelle costume devemos uma das mais bellas cartas da nobre esposa do nosso antigo e illustre auxiliar, o marechal de Schomberg, *conde de Mertola,* carta primorosa de bom senso e de fina honestidade feminina, que egualmente andou de mão em mão, em copias, posto que truncada pela amiga do famoso moralista.

Mas não era só isto.

Como a *moda*,—esta absorpção, tantas vezes preversão da elegancia feminina e moderna,—chega a escravisar o pudor das mulheres e a seriedade dos homens, aquella ostentação, aquelle culto dominante da litteratura epistolar e da arte de bem dizer, levava de vencida os recatos e reservas mais naturaes e legitimas da correspondencia intima. O que hoje nos parece, na publicação das Cartas da freira portugueza, uma inconfidencia brutal e cynica, era então pouco menos do que a coisa mais natural do mundo.

Alguns annos depois, a menina Aissé, aquella singular circassiana feita parisiense, cuja doce tradição inspirou a Prevost, segundo Asse, a sua *Historia de uma grega moderna,* e cujas epistolas este reuniu ás da Religiosa, não duvidava offerecer á sua amiga e confidente, a senhora Calandrini, copias das cartas do seu mais que discreto amante, e dizia-lhe: «... tão bem escriptas são, que se não se soubesse a quem são dirigidas, achal-as-hiam encantadoras.»

Nada mais natural, pois,—e Barbin não tinha realmente interesse em mentir, n'esta parte—, do que correrem já em copias nos ultimos mezes de 1668 as cartas que elle imprimia, quer simplesmente sob o influxo d'aquella moda ou d'aquella corrente litteraria,—quer, e é o que entendem geralmente os commentadores, como trophéo de uma conquista galante de aventureiro fidalgo e francez,—quer, finalmente, o que longe de excluir pode comprehender e completar essas hypotheses, como fructo exotico colhido em terra estranha e longinqua que estimulasse vivamente a sentimentalidade elegante dos salões parisienses.

—«*Pour Lisbonne?! mais cela est bien loin!...*» diziam dois annos depois á futura senhora de Maintenon, quando ella pensava em vir abrigar-se aqui.

Apesar das estreitas relações entre as duas côrtes, e do numero consideravel de francezes que tinham vindo servir em Portugal,—o nosso paiz era então, como não deixou de ser ainda, e, com magoa o dizemos, como não deixaram de ser tambem os mais paizes, para uma grande parte da sociedade parisiense, alguma coisa semelhante... ao que para o romano de Roma eram os outros povos, ou para o chinez de Pekin continuam sendo todos... os que não são chinezes.

Pelo menos um paiz longinquo e extraordinario que a lenda, e tambem o disparate de superficiaes viajantes, envolviam em nevoas algumas vezes maravilhosas, não poucas, picarescas.

Mas se as *Cartas portuguezas,* que era o nome que lhes dera o editor, andavam em copias,—*louvadas e procuradas*—, nos circulos litterarios, onde segundo as proprias indicações d'ellas havia alguns mezes apenas que poderiam ter apparecido,—pode por egual acreditar-se que Barbin, tão intimamente relacionado com esses circulos, colhendo-as e imprimindo-as, nenhum conhecimento tivesse, realmente, da sua procedencia, não soubesse, pelo menos, o nome do seu proprietario ou do seu apresentante, a quem tivessem sido dirigidas, quem as tivesse traduzido, emfim?

Pois nem o caracter intimo d'aquella correspondencia, o extraordinario ruido e interesse que ella despertava, os naturaes inconvenientes que a sua publicação poderia ter, não diremos já para a pobre freira estrangeira, facilmente denunciada assim aos seus compatriotas, mas para o proprio destinatario inconfidente,—«um gentil homem de qualidade» na sociedade e na milicia franceza,—fariam hesitar na empreza o celebre editor, se ella não lhe tivesse sido auctorizada, se elle não soubesse sequer o nome de quem re-

cebendo ou de quem traduzindo as Cartas poderia conceder-lhe ou recusar-lhe o direito de imprimil-as?

Claramente:—ou quem lhe confiara e auctorizara a publicação lhe impozera o silencio dos nomes, ou o livreiro, commettendo por conta propria a indiscrição de publicar aquellas cartas intimas, que apesar dos costumes desabusados do tempo poderiam não deixar em boa situação e conceito o destinatario illustre, abstinha-se prudentemente de aggravar o abuso, trazendo do pequeno circulo dos que conheciam a procedencia d'ellas para a grande publicidade menos complacente e facil os nomes dos que se haviam tornado réos d'aquella inconfidencia cruel.

É certo que em algumas occasiões, e não tão frequentemente como, por uma comprehensão incompleta dos costumes e dos perigos da epocha, parece ter-se supposto, circulavam ou imprimiam-se, como succede hoje, composições anonymas ou apocryphas que a exploração mercantil ou a intriga e as indiscrições das salas attribuiam a personagens contemporaneos, por este facto muitas vezes prejudicados na sua reputação e nas suas situações sociaes.

Era, porém, muito arriscada a aventura, e raramente o espectro da Bastilha e o risco de uma completa ruina deixariam que se abalançassem, de coração leve, a taes emprezas, livreiros acreditados e conhecidos como Barbin.

Uma observação ainda. Ninguem viu até hoje, *na integra,* e foi-nos impossivel tental-o, o *Privilegio* da publicação. Porventura n'elle se encontraria alguma explanação naturalmente supprimida no extracto publicado d'esse diploma.

Mal pode comprehender-se, porém, que Barbin, imprimindo uma obra que circulava já em copias e da qual podera apoderar-se qualquer, como elle dizia ter feito, obtivesse o direito exclusivo por cinco annos d'essa impressão

e na fórma da lei a registasse na *Communauté des Marchants Libraires & Imprimeurs... suiuant & conformement à l'Arrest de la Cour de Parlement du* 8 *Avril* 1653, se não estivesse seguro de que ninguem lhe poderia disputar o direito, e não podesse ou tivesse provado a propriedade da versão original, pelo menos.

II

Mas haveria realmente o original accusado?

Mas realmente seria uma versão o livro de Barbin?

Ao cabo de dois seculos de tradição affirmativa, de leitura, de critica, de enthusiasmo,—ao cabo de oitenta edições, rhapsodias e imitações—, um escriptor de Beaune, o sr. E. Beauvois, piedosa e apaixonadamente empenhado em lavar da memoria de um grave personagem a terrivel fraqueza de ter abrasado em profanos amores uma «esposa do Senhor»,—caso que parece não se vira ainda na mocidade de general algum de exercitos christãos—, rompe no excesso pouco critico, não de suppor, apenas, mas de resolver que essas Cartas,—sacrilegas, ainda depois das da celebre abbadessa do Paracleto—, sejam simplesmente... um *Parfait Secretaire des Amants* [1].

«... *ne sont pas autre chose*»,—observa elle de passagem, decisivamente, n'um pequeno parenthesis desdenhoso,

---

[1] *La jeunesse du maréchal de Chamilly* & par E. Beauvois. (*Extr. des Mémoires de la Société d'Histoire*, etc.)—Beaune, 1885.

aberto na breve lição de como e porque os auctores e editores de *ces sortes d'écrits* não se embaraçam muito *avec des lecteurs peu exigeants, qui ne seront pas offusquées par l'incohérence des idées, ni par les faits contradictoires, ni par la boursouflure du style.*

Logo apuraremos todas estas coisas, a começar pela *boursouflure du style* do *auctor* das Cartas, que o illustre critico de Beaune, algumas paginas adeante, mais generosamente suppõe ter sido «*quelque bel esprit qui avait plus de facilité de style que de logique et de memoire...*»

Mas é precisamente o que, por via de regra, acontece não aos *secretarios* mas aos *amantes!...* Alguem disse já, não sabemos quem, como não o sabia Ratisbonne, que o transmitte:—«Para bem escrever uma carta de amor é necessario começar sem saber o que se dirá, e não saber o que se disse, quando se acabou.»

Que o sr. Beauvois nos perdôe! Nada mais respeitavel do que a sua piedosa tentativa. Mas tambem nada mais natural do que a sua gravidade erudita não estar muito ao corrente do que os amantes costumam dizer, e do que costumam ser... os *Secretarios de amor.*

Se assim não fosse, o illustre escriptor teria facilmente reconhecido a consideravel distancia, bem maior do que o seu parenthesis,—que separa uns dos outros, e as *Cartas portuguezas,* por exemplo, do *Secretaire des dames* ou do *Novveav secretaire,* que exactamente por aquelle tempo o sr. Pikkert,—*gentilhomme ordinaire de la Chambre du Roy,* —dedicava á menina d'Adlershelm, e Estevão Loyson, *au Palais,* etc., alli mesmo a dois passos de Barbin, offerecia aos seus freguezes *peu exigeants* [1].

---

[1] *Novveav sscretaire,* | contenant diverses | lettres | choisies

Não seria, porém, o pequeno livro das *Cartas portuguezas* uma simples ficção romantica destinada a explorar simultaneamente, *na fórma*, uma corrente litteraria predominante, e *no fundo*, as recordações e as lendas da campanha de Portugal, pelos nossos estimados auxiliares de então, e mais ainda pelos seus descendentes até hoje, um pouco caprichosamente considerada como uma *campanha franceza?*

N'esta hypothese, a indicação de que a obra fôra traduzida de um original portuguez, e a terminante allusão ao destinatario das Cartas, seriam apenas um expediente banal e grosseiro de estimular a curiosidade e o appetite do publico.

Do que temos dito deduz-se já como nos parece insubsistente e ociosa a questão de ser ou não ser uma traducção a publicação de Barbin, invariavelmente affirmada como tal por elle e por todas as numerosas edições subsequentes, até hoje.

Debil argumento era já o duvidoso interesse dos livreiros em dar como versão o que, sem risco para os creditos da authenticidade da obra, poderiam francamente offerecer aos leitores com os merecimentos de original directamente reproduzido.

Que haveria de extraordinario,—particularmente para o grande publico—, que uma religiosa estrangeira escrevesse ao amante na lingua d'este, na lingua franceza já en-

---

et familières, | sur differents sujets les plus galands & | enjoüez de ce temps, etc. | par M. Pikkert, gentilhomme | ordinaire de la Chambre du Roy. | *A Paris*, chez Estienne Loyson, au Palais, | à l'entrée de la Gallerie des Prisonniers, | au Nom de Iesvs | MDCLXVIII. | Avec Privilege du Roy.

tão, e pelas proprias circumstancias da epocha, notavelmente generalisada, quando, além de tudo, o francez d'essas Cartas não era positivamente o das «grandes senhoras» e dos grandes escriptores do tempo?

Porque simular uma authenticidade que desde logo se arriscava a suspeitas maiores pela declaração perfeitamente inverosimil de não conhecer o editor os nomes dos proprietarios do escripto que imprimia e de que pedira e obtivera privilegio de publicação?

Já agora que vamos em palestra que tem de passar por enfadonha e prolixa para alguns leitores, mas que se nos impõe como necessaria, no estado de deficiente discussão e investigação critica em que ainda viemos encontrar a questão no proprio meio litterario portuguez, permittam-nos uma pequena digressão, que, não sendo inutil para o ponto que estamos discutindo, sob outro aspecto se nos affigura interessante.

Anda de ha muito accusada na historia bibliographica, e até na historia das nossas primeiras descobertas, uma narração relativa á da ilha da Madeira, precisamente publicada por Barbin, o mesmo editor das *Cartas,* dois annos depois d'estas, como traducção, tambem, de um original portuguez, de Francisco Alcoforado, supposto companheiro de Zarco n'aquella descoberta [1].

---

[1] *Relation | historique | de la decouverte | de l'isle | de Madere. | Traduit du Portugais.* | Á Paris, | Chez Lovis Billaine, au second | pilier de la grand'Salle du Palais, à la Palme, & au grand Cesar. | M.DC.LXXI. | Avec Privilege dv Roy.

—Extrait dv Privilege du Roy. Par grace & Privilege du Roy, donné à S. Germain en Laye le 18 iour d'Aoust 1671. Il est permi à *Claude Barbin* Marchand Libraire à Paris d'im-

Não é extremamente curiosa a apparição d'este nome de *Alcoforado* n'uma publicação de Barbin poucos annos, apenas, depois da publicação das Cartas da freira *Marianna?...*

A narração alludida é geralmente considerada como a fonte original da lenda romantica dos amantes Machin e Arfet, fugidos de Bristol e arrojados por uma tempestade áquella ilha, então ignorada.

É claro que não vamos estudar, agora, a novella.

A obra de Barbin, extremamente rara, não é mais de que um extracto ou do que uma accommodação, na melhor boa fé *confessada,* de uma *Epanaphora* de D. Francisco Manuel de Mello.

Pois sobre o editor parisiense pesa ainda a suspeita injusta de ter praticado uma mystificação, dando como traducção de original portuguez, que não existia, o romance dos dois amantes inglezes.

Seja exactamente esta publicação de Barbin, feita, como dissemos já, dois annos, apenas, depois da outra, que venha depor em favor da honestidade profissional d'elle, e de certo modo reforçar a idéa de que elle dizia simplesmente a verdade quando declarava que as Cartas que imprimia eram apenas uma traducção.

Podendo dar um caracter perfeitamente original ou inedito á sua *Relation historique,* ou limitar-se a dizer que era

---

primer un Livre intitulé, *Relation de l'isle de Madere,* pēdant l'espace de cinq années, etc.

—Acheve d'imprimer pour la premiere fois le 10 iuillet 1671.

—*(Verso)*—Et le dit Barbin a associé avec luy a son Privilege, Louys Billaine, suivant l'accord fait entre'eux.

Exemplar offerecido pelo distincto bibliophilo sr. F. Neves.

a traducção da supposta narrativa portugueza de Francisco Alcoforado, declara discretamente, no frontespicio, que é traduzida do portuguez, e posto seja realmente um trabalho de reconstituição da narrativa accusada por D. Francisco Manuel, observa que é a este «que devemos o serviço de a ter communicado ao publico na sua lingua, e é sobre a impressão portugueza que eu faço esta traducção.»

Não pára aqui, porém:

—«Como cada lingua»,—accrescenta,—«tem a sua belleza propria, o seu estylo particular e o seu genio, julgo-me obrigado a prestar conta do que posso ter supprimido, mudado ou adoçado n'esta traducção.»

E explica como entendeu dever desembaraçar a Relação, do estylo,—*estrement eslévé & bien plus Poétique qu'oratoire,*—de D. Francisco Manuel de Mello, observando que —«*ce stile est vniuersellement pratiqué par la plus part des Portugais.*»

Não o era, naturalmente, por uma mulher, toda entregue á sua paixão e á sua dor, e que não pensava, decerto, senão em exprimil-as o mais clara e persuasivamente que podesse, ao amante pouco experiente e entendido nas opulencias litterarias da lingua que mal aprendera na campanha!...

Com bem diversa difficuldade havia pois de encontrar-se o traductor das Cartas, não menor seguramente do que a de desbastar e verter a linguagem litteraria da *moda.*

Era a de comprehender e trasladar o dizer familiar e commum.

Não seria, por isso mesmo, a primeira garantia da veracidade do editor, n'esta parte, a propria linguagem da obra, e não se revela precisamente n'aquella o trabalho, as hesitações, o torneio forçado de uma *versão?*

Não sei de escriptor ou leitor francez que tenha seriamente duvidado de que seja uma traducção o livro de Barbin.

É tão difficil esconder aquelle caracter ao leitor menos experiente no genio e nos segredos da propria lingua, que realmente a simples ausencia de qualquer contestação definida e séria, por parte dos escriptores e criticos francezes, — que muito mais do que os nossos se teem occupado das Cartas, — poderia imprimir um certo ar de impertinencia á discussão detida do problema.

Já observámos, porém, que temos de considerar a questão nos termos em que ella se encontra ainda, não em França, mas entre nós, e as duvidas que não se manifestam por parte da critica franceza encontramol-as subscriptas, de algum modo, por dois dos nossos maiores e mais respeitaveis escriptores modernos.

Cremos, comtudo, que se tem exaggerado consideravelmente o valor critico que elles proprios deram a essas duvidas.

Attribue-se a Alexandre Herculano a idéa de que as Cartas não sejam uma traducção, mas essa idéa encontramol-a apenas, desacompanhada de qualquer justificação, em uma pequena nota preambular á versão portugueza de Lopes de Mendonça, em 1852.

— «O nosso amigo Alexandre Herculano», — diz elle, — «é de opinião que as Cartas *são originalmente escriptas em francez, e parece dar pouco credito* á tradição que as attribue a uma religiosa portugueza.»

Camillo Castello Branco [1], depois de dizer que «em 1669

---

[1] *Curso de Litteratura Portugueza* por Camillo Castello Branco. Continuação e complemento do *Curso de Litteratura Portugueza* por José Maria de Andrade Ferreira.—Lisboa, 1876.

apparecem em francez as Cartas da religiosa portugueza traduzidas por Subligny, a quem o conde enfatuado confiara os originaes», inclina-se declaradamente para aquella duvida de Herculano, accrescentando: «O torneio, a indole e a contextura da phrase recende as olorosas meiguices do genero epistolar francez.»

Que nos perdôe o grande escriptor, nosso mestre e amigo, mas é exactamente a isso que nos parece, e tem parecido a muitos, podéramos dizer que a todos, que ellas nem longinquamente recendem.

Precisamente uma das singularidades mais notadas é o contraste da sua linguagem banal, arrastada, incorrecta, quer com a fórma *preciosa,* aos ultimos lampejos da qual apparecem, quer com o estylo castiço, vivo, gracioso, na florescencia do qual aquella publicação se faz.

Malherbe, que na sua grammatica adoptou a versão das Cartas de Heloisa, por Bussy, como um exemplar da boa e elegante dicção franceza, poderia citar a versão das Cartas portuguezas como excellente exemplar... contrario.

Dorat, de quem não poderá dizer-se que não conhecesse perfeitamente a sua lingua, e até as olorosas ternuras a que allude Camillo, pois que as praticava com particular dilecção, Dorat, o apaixonado imitador em verso das Cartas de Marianna, dizia d'ellas:

—«Não se encontram nas Cartas de que nos occupamos nem esta metaphysica do amor que as nossas Mulherinhas *(Femmelettes)* fizeram moda, nem aquelles golpes officiosos de punhal que cortam a intriga em vez de a desatar, nem aquelles venenos lentos que deixam ás heroinas tagarellas o tempo de uma arrastada agonia, nem aquellas situações, em summa, em que o auctor se fatiga por metter em acção os caracteres que elle sonhou e dos quaes nenhum modelo

existe no turbilhão que nos cerca; mas em compensação, tudo alli é verdadeiro, natural, d'esta simplicidade commovedora, primeiro encanto dos escriptos que se relêem e dos quaes a gente não se cança......

—«A dicção é arrastada, diffusa, incorrecta, algumas vezes maneirada, quasi sempre commum. Por pouco sensiveis que sejamos, havemos de ler muitas vezes as Cartas portuguezas antes de percebermos que são mal escriptas. Que se julgue do prazer que nos causariam, se ao merecimento que teem já, juntassem ainda o encanto do estylo.»

Escusado será dizer que Dorat as tinha, irrecusavelmente, como traduzidas.

Mas se,—áparte o desprimor litteral,—a indole e o torneio do estylo as identificassem com as tendencias e com o gosto da epistolographia franceza do seculo XVII, mal podera comprehender-se que ellas tivessem o extraordinario exito de que a nossa nota bibliographica dá irresistivel testemunho, e que constituissem n'essa litteratura como que um genero exotico, precisamente pela sua feição sentimental e estyllistica:—o das *portuguezas*.

Quantas vezes se tem citado a phrase da senhora de Sévigné?

—«Emfim, Brancas escreveu-me uma carta tão excessivamente terna, que resgata todo o seu esquecimento passado. Fala-me do seu coração em todas as linhas. Se lhe respondesse no mesmo tom faria uma *portugueza*.» [1]

---

[1] *Lettres de Madame la Marquise de Sévigné*, etc., *a Madame la comtesse de Grignan*, etc. Rouen, 1780.

Lettre 73—Aux Rochers. Dimanche 19 juillet 1671.

Uma nota diz:—«Allusion aux Lettres de la Religieuse Portugaise».

Se Camillo Castello Branco tivesse podido dedicar ás Cartas toda a fina e certeira attenção do seu alto espirito e da sua singular aptidão critica, ninguem, talvez, como elle, pudera ter apurado definitivamente a questão.

Mas no meio das opulencias litterarias que inventariava no seu manual, poude dar apenas, a essas Cartas, uma observação passageira e rapida, porventura trahida, além d'isso, por uma certa prevenção casual.

Comtudo, como teremos occasião de ver, a sua objecção não pára, pode dizer-se até que não se fundamenta, principalmente, na supposta conformidade d'ellas com a dicção epistolar franceza.

N'este ponto a duvida,—apesar de toda a auctoridade de quem n'um simples traço, mais gracioso do que exacto, a exprime, de passagem,— mal pode contrariar e arredar, não diremos já toda a tradição franceza, mas as indicações terminantes dos commentadores que mais detida e particularmente estudaram e verificaram essa tradição.

Sabemos bem que um ou outro escriptor, e Sousa Botelho cita, por exemplo, o abbade Feller, mas nenhum de competencia, e menos ainda com estudo especial e sério do assumpto, teem ligeiramente supposto uma simples «accommodação» ou mystificação litteraria.

Em vez, porém, de um exame necessariamente enfadonho da fórma grammatical do texto de Barbin, offereceremos o resultado e o testemunho de dois homens que largamente estudaram as Cartas e cuja auctoridade e experiencia, não só litteraria, mas linguistica, não poderá ser recusada n'esta questão.

Poderamos chamar a depor muitos outros, é claro. Desejariamos citar, por exemplo, Francisco Manuel do Nascimento, o *Filinto Elysio,* um mestre da lingua portugueza,

largamente conhecedor tambem do genio e do torneio litterario do francez. Francisco Manuel foi o primeiro traductor portuguez das Cartas. Traduziu-as em Paris, acceitando sem objecção nem reserva a tradição de que eram originariamente portuguezas. Mas se este facto vale por um depoimento importante, é tambem o unico que Francisco Manuel nos deixou.

De passagem, porém, faremos uma observação: — a de que tão difficil é realmente esconder o caracter de traducção de uma obra litteraria que apesar de toda a notavel sciencia da lingua portugueza que caracterisava Francisco Manuel, do seu estylo obstinadamente purista, e do torneio tão original quanto geralmente artificoso da sua locução, a traducção d'elle está a denunciar-se e impor-se como tal, quasi que em cada linha, ao leitor portuguez regularmente conhecedor e experiente da lingua nacional.

É o que tem acontecido ou o que acontece geralmente com a versão franceza, ás pessoas a quem é familiar esta lingua.

Por isso, para o abbade de St. Leger, o celebre bibliographo, um dos dois commentadores a que nos referiamos, não havia duvida de que o livro de Barbin era realmente uma traducção.

E até uma pessima traducção, que «não se faz tolerar senão pelo fundo das idéas que pertencem ao original, abstrahindo dos innumeraveis defeitos da translação.»

Outro commentador a que não podemos deixar de referir-nos é Sousa Botelho, mais conhecido entre nós por Morgado de Matheus, e não sem injustiça tambem entre nós quasi exclusivamente conhecido pela celebre edição monumental dos *Lusiadas*. Estudou larga e apaixonadamente as Cartas, na lenda e no texto, e fez d'ellas uma edição pri-

morosa, separando-as das rhapsodias com que andavam confundidas, e vertendo-as n'uma linguagem que, não sendo tão purista e tornejada como a de *Filinto,* é por isso mesmo mais natural e viva.

Todas as circumstancias concorrem, qual d'ellas mais favoravel, para imprimir á noticia critica do benemerito bibliographo e erudito, e, não diremos á sua opinião, mas á sua convicção profunda e intransigente, uma singular auctoridade: — o estudo demorado e comparativo das Cartas, nas melhores e mais antigas edições; os recursos de trabalho e de consulta que lhe facultava a propria situação social; o largo conhecimento e diuturna pratica das linguas e litteraturas franceza e portugueza, que lhe eram por egual familiares; um facto, até, geralmente esquecido entre nós: o de ser marido de uma grande escriptora franceza — «*l'esprit qui ne dit rien de vulgaire et le gout qui ne dit rien de trop*» — na phrase de José Chénier; — a quinta *voz,* a da «cavallaria idealista do seculo XVIII», d'aquelle magnifico *quinteto* imaginado por Saint Beuve: — Voltaire, João Jaques, Diderot, Crébillon filho, e ella... a *Senhora de Sousa*[1].

---

[1] «D'autres ont peint le dix-huitième siècle par des aspects mouqueurs ou orageux, dans ses inégalités ou ses désordres. Voltaire l'a bafoué, Jean Jacques l'a exalté et déprimé tour à tour; Diderot, dans sa *Correspondance,* nous le fait aimer comme un galant et brillant mélange; Crébillon fils nous en déroule les conversations alambiquées et les licences. L'auteur d'*Eugène de Rothelin* nous a peint ce siècle en lui même dans sa fleur exquise, dans sont éclat idéal et harmonieux. *Eugène de Rothelin* est comme le roman de chevalerie du dix-huitième siècle, ce que *Tristan de Léonois* ou tel autre roman du treizième siècle était à la chevalerie d'alors, ce que le *petit Jehan*

Para nada faltar a esta coincidencia de circumstancias felizes no mais dedicado commentador das Cartas da pobre freira portugueza, a illustre auctora da *Adèle de Sénange* e *Eugène de Rothelin* passára parte da sua mocidade n'um convento, e diz Saint-Beuve: «eu ousarei conjecturar que aquella circumstancia se conservou como a maior questão da sua vida e o fundo mais inalterável dos seus sonhos.»

Pois bem: o depoimento de Sousa Botelho chega a parecer rude na sua fórma terminante e convicta.

—«... um portuguez—diz elle—ou seja quem for que conheça bem esta lingua, não poderá duvidar de que as cinco cartas da religiosa tenham sido traduzidas *quasi litteralmente de um original portuguez.* A construcção de muitas phrases é tal *que retraduzindo-as palavra a palavra em portuguez, encontrar-se-hão inteiramente no genio e no caracter d'esta lingua.*»

—«A traducção»,—accrescenta—afrouxou-as incontestavelmente, mas repito: para qualquer portuguez é claro que pela conformidade de certas phrases da traducção, com as que se empregam na lingua portugueza, o traductor seguiu *quasi litteralmente* o original, salvo n'aquillo que algumas vezes exigia o genio differente das duas linguas.»

Já agora não encerraremos estas citações sem lembrar que a resultado egual chegou um dos mais eruditos historiadores da litteratura portugueza, Theophilo Braga:—«Embora essas Cartas,—diz elle—só existam hoje na traducção franceza *de Cuilleraque,* de 1669, ainda revellam a

---

de Saintré ou *Galaor* étaient au quinzième, c'est-à-dire, quelque chose de poétique et de flatté, mais d'assez ressemblant.»—Saint-Beuve, *Mad. de Sousa,* 1834. (*Portraits de femmes,* 1862.)

feição da syntaxe portugueza, e são de modo que por si teem caracterisado na Europa o genio e o caracter portuguez.» [1]

III

Se a dicção do livro de Barbin parece encarregar-se de demonstrar a sinceridade do celebre editor, quando affirmava que esse livro reproduzia apenas a copia suppostamente mais correcta de uma traducção, — o entrecho das cinco Cartas está longe de favorecer a idéa de que tanto aquella affirmação, como a de que ellas tinham sido dirigidas a um gentil homem francez, *que servira em Portugal,* fossem intencionalmente um estimulo á curiosidade do publico, ou o disfarce insidioso de uma ficção romantica.

Não ha nas *Cartas portuguezas*, realmente, revelação alguma de costumes, de instituições, de sentimentos, sequer, por dizer assim originaes, peculiares, necessariamente exclusivos de uma civilisação, de um paiz ou de uma sociedade mal conhecida.

Nenhuma *novidade* historica, ethnologica, social; nenhuma excentricidade ou maravilha de longes terras e de povos desconhecidos; nenhuma recreação *mythologica,*— das que estavam um pouco no goso da epocha,— se continha n'aquella pequena publicação, que precisasse mais ou

[1] *Manual da Historia da litteratura portugueza,* etc., por Theophilo Braga—Porto, 1875. Vide tambem, do mesmo auctor: *Estudos da edade-média* e *Curso de litteratura portugueza,*

menos grosseiramente fazer-se acreditar e valer pelas declarações do editor.

Fabulado ou verdadeiro, o episodio, singelo, natural, quasi vulgar, nada romanceado, tanto podera succeder em França, como em Portugal.

Com bem pequenas variantes, tanto podera encontrar-se na guerra da *Devolução*, mais recente e que mais vivamente interessava o publico francez, como nas campanhas, para elle pouco menos do que indifferentes e desconhecidas da *Restauração* portugueza.

Precisamente quando Barbin publicava o mysterioso livro, o interesse d'esse publico pelas coisas e pelo nome do nosso paiz, deveria ter afrouxado consideravelmente.

Havia um anno que fizeramos a paz com a Hespanha, muito apesar dos esforços e dos desejos da politica franceza, e eram passados muitos mezes que haviam reentrado em França, os ultimos officiaes e soldados que d'ahi tinham vindo auxiliar-nos.

Algumas passagens das Cartas fixam-lhes data anterior a essa retirada, e uma refere-se expressamente á paz de Flandres, que estava feita, antes que se assignasse, a 2 de maio de 1668, em Aix-la-Chapelle, o respectivo tratado.

A 15 de julho d'esse anno chegara á Rochella a esquadra de Gabaret conduzindo o marechal de Schomberg, *conde de Mertola*, e o grosso das forças francezas.

Esmorecera um pouco o ruido do escandalo da deposição de Affonso VI (1667), e do casamento da esposa d'elle com o cunhado (1668).

É certo que o capricho ou a imaginação do supposto auctor das Cartas, poderia escolher livremente o theatro do seu episodio.

Não fôra comtudo, parece evidente, por melhor prender

e captivar a attenção do publico, que escolhera Portugal, e as nossas campanhas do Alemtejo, porque até na propria obra nenhum vestigio se manifesta de semelhante preoccupação.

Conventos e amores de freiras, haviam-n'os em França. Nem lá faltavam tambem os escandalos correlativos.

Uma allusão *local*, apenas, se encontra no livro, e por curioso acaso, essa, perfeitamente insignificativa e inutil para o publico francez, corrobora tanto a idéa da originalidade portugueza das Cartas que ainda hoje pode ser verificavel. É a da varanda conventual «d'onde se veem as portas de Mertola», allusão que o primeiro traductor comprehendeu mal, e os commentadores, incluindo os *nossos,* não teem comprehendido melhor.

De resto, nenhuma descripção do paiz, nenhuma allusão mais ou menos explanativa ás campanhas do Alemtejo, aos successos ruidosos do tempo, ás circumstancias da vida local, ou da vida do mosteiro.

Apenas a lembrança de quando o amante «hia para a guerra», se arriscava n'ella ou d'ella tardava em voltar. Qual guerra? Contra quem? Não seria natural que, se as Cartas fossem forjadas, estas coisas se dissessem por outra fórma, ou que uma ou outra vez, pelo menos, a expressão da saudade servisse de thema á descripção, á explanação mais ou menos ligeira do *meio* ou do facto?

A freira tem familia: um irmão, *pelo menos*. É este, até, que lhe proporciona um ensejo de escrever ao amante. Como? Fala d'isso como de coisa que elle sabe perfeitamente. Fala só para elle.

Como se entenderam os dois, como se approximaram, como se introduzia elle no convento? Que bellos lances estimulantes que o novellista,—se fosse um novellista que fi-

zesse estas cartas,—poderia offerecer á curiosidade do leitor parisiense!

Como se fazia a guerra, como se vivia no convento? As Cartas não dizem nada d'isto. Não são um quadro com differentes planos, em que a paixão profunda que retratam se destaque de um fundo definido, trabalhado, caracteristico, —imaginoso, ao menos.

Tudo alli é pessoal, simples, intimo.

Um só nome apparece:—o de *Marianna.*

É sempre um coração que fala em cada linha, como diria a senhora de Sévigné; é sempre a alma desolada e desconhecida,—para nos servirmos da phrase final das desastradas *Respostas*, de Loyson:—*tantôt de Mariane présente, tantôt de Mariane absente, quelquefois de Mariane passionnée, quelquefois de Mariane indifférente, de Mariane douce, et de Mariane cruelle, mais toujour de Mariane.*

O nome do destinatario não se revella. Nem sequer a inicial, as reticencias, o *M*** da praxe. É um official francez, um capitão de cavallos, como se dizia então; percebe-se incidentalmente. Tem em França um irmão e uma cunhada. O irmão chama-o. Parte para uma nova campanha. Escreve ainda á desolada amante. O que lhe diz?

Nada d'isto se elucida, se desenvolve; nada d'isto se aproveita para alongar o entrecho, para tornar mais interessante a intriga.

Vê-se bem que não se escreve para o publico. Mais ainda: que não *se traduz* senão para dar a nota verdadeira, original.

Onde está o artista, o litterato, o escriptor?

Não está, certo, na correcção e na facilidade do dizer, nem no torneio e na moda dominante do estylo, nem no interesse, na habilidade do entrecho...

Onde se revella a intenção e o engenho de uma obra litteraria, a nota descriptiva, a recreação imaginosa, a informação precisa, o contorno definido, o cunho indeclinavel da invenção romantica?

Não:—se, como dissemos, as Cartas deveriam fazer, e fizeram, desde a sua apparição uma impressão profunda, não foi sob o aspecto particular de uma *novidade* estrangeira, de um fructo exotico trazido de longes terras, mas por alguma razão analoga á que principalmente fez, vinte e seis annos depois, o exito da traducção do latim, pelo conde Bussy Rabutin, das Cartas de Heloisa e Abeillard:—pela verdade ingenua e vibrante da paixão que se retratava n'ellas atravez de um francez pouco litterario e de uma fórma em que se estão adivinhando as duvidas e as hesitações de comprehensão e de interpretação da nossa linguagem corrente.

Foi pela mesma força communicativa, nada mysteriosa, ou perfeitamente humana, pela qual as Cartas de Heloisa e Abeillard, muito antes de recolhidas e apuradas na collecção monumental de Francisco de Amboise, ou de popularisadas na versão de Bussy,—ou pela qual, ainda, muito mais tarde, as da Menina Lespinasse,—se singularisam não só na tradição litteraria, mas, se pode dizer-se assim, na solidariedade sentimental e esthetica das almas bem formadas, sem differenciação de nacionalidades, de litteraturas e de epochas.

E no fim de contas, poderia ser este, sob mais de um aspecto, um dos melhores e mais seguros testemunhos do fundo original, authentico, do livro publicado por Barbin.

Nas escassas e debeis contestações d'essa authenticidade avulta sempre a idéa ou o argumento, que melhor poderamos chamar vanglorioso preconceito de litteratos, de que só

um grande talento de escriptor experimentado,—Rousseau parecia exigir até um genio,—poderia ter produzido aquellas singellas cinco cartas.

Pareceu-nos sempre que o argumento poderia valer de contra-prova.

O que só o talento singular de um grande escriptor podera simular e forjar, por ser tão natural ou por tão espontaneo e verdadeiro parecer, porque não havia de produzil-o, como o comprehenderam os contemporaneos, como o teem comprehendido umas poucas de gerações de escriptores e leitores,—a alma simples e ingenua de uma mulher apaixonada e perdida, em todo o vigor da vida, entre as paredes sombrias de um convento, escrevendo ao homem que a seduzira e abandonara,—agarrando-se desesperadamente ao seu amor, como o naufrago a um pedaço de madeira na solidão fatal e impassivel do Immenso?

Poderia ella imaginar, poderia ella comprehender, sequer, que as suas cartas fossem atiradas, não ao fogo, mas... ao publico?

E como e porque havia de esconder-se inteiramente dos seus contemporaneos e da posteridade, do meio d'aquella litteratura, por assim dizer, arregimentada, do seculo XVII, d'aquella litteratura parisiense, particularmente, que a si propria se devassava nos recessos mais obscuros e intimos, pelas suas Cartas e pelas suas Memorias, tão opulentas de informação como de espirito,—como e porque havia de esconder-se esse escriptor admiravel, cuja producção tão verdadeira fôra que se confundia com a verdade, e cujo talento teria sido até excedido pela inaudita modestia com que assistira, obstinadamente callado e obscuro, ao seu triumpho... e á sua exploração?

IV

Acabámos de roçar por uma das objecções senão mais ponderosas e sérias, mais favorecidas e vulgarisadas por um certo preconceito meio social e meio litterario, de que todos os progressos scientificos da moderna critica não teem conseguido emancipar muitos espiritos.

Esta objecção, que para nós é de todas a mais inconsistente, tem mesmo uma especie de historia erudita.

Derivou-se de uma phrase de Rousseau, desentranhada de uma das suas cartas menos conhecidas, e pouco mais tem feito do que glossar essa phrase.

Escrevendo a D'Alembert, a proposito do artigo *Genève* da *Encyclopedia*, uma longa epistola dissertativa sobre o papel da mulher na sociedade, e em particular no theatro, atravez dos tempos, João Jacques dizia[1]:

—«As mulheres, em geral, não amam arte alguma, com nenhuma se entendem, e nenhum genio teem. Podem vencer nas pequenas obras que só exigem leveza de espirito, gosto, certa graça, ás vezes até alguma philosophia e algum raciocinio. Podem adquirir sciencia, erudição, talentos e tudo que se adquire á força de trabalho. Mas este fogo celeste que abraza e enleia a alma, este genio que consome e devora, esta eloquencia ardente, estes transportes sublimes que levam os seus enlevos ao fundo dos corações, faltarão

[1] *Oeuvres complètes de J. J. Rousseau.*—Nouv. ed.—Paris, Didier, 1837.

sempre nos escriptos de mulheres. São todos frios e bonitos como ellas; terão o espirito que quizerdes: alma é que nunca. Serão cem vezes mais razoaveis do que apaixonados. As mulheres não sabem nem descrever nem sentir o verdadeiro amor. A Sapho, apenas, que eu saiba, e uma outra, mereceriam ser exceptuadas. *Apostaria quanto ha no mundo em como as Cartas portuguezas foram escriptas por um homem.* Ora, em toda a parte onde as mulheres dominam, o seu gosto deve dominar tambem, e ahi está o que determine o do nosso seculo.»[1]

Pareceu-nos bem dar o trecho completo, pois que apenas a referencia gryphada apparece, de vez em quando, triumphantemente citada, em copia de copia, como séria objecção á authentidade das Cartas. Particularmente entre nós, raros serão os que a tenham lido na obra de Rousseau.

É claro que o paradoxo mysantropico do *citoyen de Genève*, como elle o subscreve, está julgado e abandonado de ha muito, ou, melhor, desde a sua apparição.

É curioso que n'essa mesma carta, João Jacques dizia:

—«O amor é o reinado das mulheres. São ellas que necessariamente dão n'isto a lei, porque, segundo a ordem da natureza, a resistencia pertence-lhes, e os homens não

---

[1] O director d'esta bella edição de 1834, das Obras de J. Jacques, pozera a este trecho a seguinte nota:—«*On sait positivement aujourd'hui* que ces Lettres, dont M. Barbier a donné en 1806 une nouvelle édition, sont réellement d'une religieuse portugaise, qui s'appeloit Marianne Alcoforada, et qu'elles furent adressées au comte de Chamilly, dit alors comte de Saint Leger. Voyez la notice de M. Barbier en tête de son édition et le feuilleton du *Journal de l'Empire* du 5 janvier 1810.»

podem vencer esta resistencia senão á custa da sua liberdade.»

Geralmente não é lembrada a resposta de D'Alembert.

D'Alembert não conhecia naturalmente as *Cartas portuguezas*.

—«Não podemos dissimular—diz elle—que nas obras de gosto e de agrado, ellas (as mulheres), attingem melhor exito do que nós, sobretudo n'aquellas de que o sentimento e a ternura devem ser a alma, porque para dizerdes que as mulheres *não sabem descrever nem sentir o verdadeiro amor* é necessario que nunca lesseis as Cartas de Heloisa ou que as tenhaes lido, apenas, n'algum poeta que as estragásse. Confesso que este talento de pintar o amor ao natural, talento proprio de um tempo de ignorancia em que só a natureza dá lições, pode afrouxar no nosso seculo, e as mulheres, tornando-se a nosso exemplo, mais galantes e apaixonadas, saberão em breve amar tão pouco como nós, e dizel-o tão mal, egualmente; mas será isso culpa da natureza?...»[1]

Seja-nos permittido citar a proposito d'aquella opinião de Rousseau a observação de um grande e delicado talento arrebatado permaturamente pela morte á litteratura portugueza:

—«É exactamente a inducção contraria que eu tiraria»—diz Lopes de Mendonça[2]—passando-as (as Cartas) pelos olhos. O estylo epistolar ninguem o possue mais flexivel, mais affectuoso, mais pittoresco, mais suavemente abandonado e espirituoso do que as mulheres. As cartas de Mad. Sévigné, as memorias de Mad. de Caylus, e ainda mesmo no proprio tempo de Rousseau as delirantes e apaixonadas

[1] Ed. cit. das *Oeuvres complètes de J. J. Rousseau.*

[2] No jornal *A Semana.*

cartas de Mad. Lespinasse, saltam immediatamente á memoria para protestarem contra uma tão absurda proposição... As cartas de uma *religiosa portugueza,* seja qual fôr a sua origem historica, extremamente duvidosa e incerta, dão a conhecer a mão e a alma de mulher...»[1]

Uma observação ainda:—não é extremamente notavel que todas as objecções feitas á authenticidade original das Cartas pareçam conter, invariavelmente, em si, um argumento, a mais, em favor da tradição d'ella? O proprio Rousseau como que se encarregou de refutar praticamente a sua theoria paradoxal... escrevendo a *Nova Heloisa.*

Que se compare toda a sentimentalidade, toda a *verdade* imaginativa, *artistica*, por vezes artificiosa d'elle, com a *verdade*, com o *amor,* com a paixão real das Cartas da Heloisa verdadeira!...

Mas, como dissemos, não é precisamente a objecção estravagante e inscientifica,—principalmente inscientifica,—de João Jacques, na sua formula inicial, rudemente generica, que se oppõe ainda á tradição da authenticidade feminina e portugueza das Cartas.

É já tempo de completarmos o parecer de Camillo Castello Branco,[2] que embora isolado, o que honra a corajosa

---

[1] Il est inutile... d'insister, après tant d'autres, sur l'aptitude singulièr que les femmes opportent au genre épistolaire en vertu des qualités et des faiblesses mêmes de leur nature. Il est leur domaine au même titre que la vie privée. Dans l'ordre intellectuel, c'est le seul qu'elles aient agrandi et renouvelé; le seul où elles aient faite preuve d'une originalité puissante, complexe, variée; le seul, en un mot, où elles aient creé.—E. Crépet, *Tres. epist.* Paris 1864.

[2] Loc. cit.

e honrada franqueza do illustre escriptor, cresce em auctoridade, inegavelmente, na questão que agora visa.

— «J. Jacques Rousseau» — diz elle — «apostava que as cartas da religiosa haviam sido escriptas por um homem, e nós tambem, por diversas causas das do philosopho das *Confissões*. Elle refuta que mulheres escrevam de amor assim tão sentidamente; nós impugnamos que, em 1663 (aliás 1668), no periodo de D. Bernarda Ferreira de Lacerda e soror Violante da Cruz, uma senhora escrevesse n'aquelle estylo parco, natural, desenfeitado, desluzido do ouropel do tempo. As nossas duvidas assentam na formação, e não tem que ver com a esthetica das amorosas suavidades, da entranhada saudade que chora n'essas cartas.»

Mesmo sem intenção insidiosa poderia suscitar-se esta duvida: — se o caso seria mais natural n'um homem, no periodo de D. Francisco Manuel, e ainda do padre Antonio Vieira; ou, quando, suppondo francez esse homem, se é aquella a linguagem epistolar, para não falar de outra, que evoluciona de Guez de Balsac a Hamilton, passando pela senhora de Sévigné. ou do Palacio Rambouillet ao Palacio do Temple, passando pela côrte de Sceaux, ou dos *esprits doux* aos *roués*, passando pelas *preciosas*...

Certamente a linguagem das Cartas não é a de Bernarda Ferreira, nem a paixão que n'ellas chora veste «as delambidas finezas» dos poetas do tempo, na phrase de Camillo. Mas de que a corrente dos requintes estylisticos não assoberbava todos os espiritos, ou não afogava todas as pennas, dá-nos o grande escriptor, precisamente no periodo accusado, irrecusaveis exemplos. Não vale, porém, a pena discutil-os.

Para nós, n'esta questão da *fórma*, quer os que creem na authenticidade das Cartas, quer os que as teem por apocryphas, chegaram, particularmente em Portugal, por ca-

minhos oppostos a um erro commum:—o de confundirem o trabalho litterario com a obra inconsciente, o resultado artistico com a expressão intima, o que se escreve para o publico com o que se diz a um amante.

D'aqui, as mais extraordinarias conclusões:—a de entenderem uns que o texto da versão franceza é apenas uma pallida imagem da *obra* da pobre freira, não tanto por incomprehensão litteral do traductor, como porque ella teria escripto na linguagem florida ou purista de Francisco Manuel ou de Frei Luiz de Sousa;—a de imaginarem outros que não entraria nas posses estylisticas de uma religiosa, perdida no fundo de um convento e de uma provincia de Portugal, aquella *expressão* singela, sentida, verdadeira, de uma grande paixão, que elles teem por privilegio da experiencia e do officio de litteratos.

Pois não bastará considerar friamente a simples situação que produzia aquellas cartas para afastar qualquer idéa de uma influencia ou de uma elaboração propriamente litteraria na redacção d'ellas?

Se era realmente uma pobre religiosa obscura, perdida no fundo de uma provincia e de um convento, que ao impulso de uma paixão profunda e absorvente como em todo o texto se revella, escrevia a um amante estrangeiro que mal conhecia a lingua, como imaginar n'essas cartas, pompas e requintes de estylo mundano, ou como de não se pautarem pelos primores e artificios que se davam á moda e ao publico, fazem suspeita á authenticidade d'ellas?

Não se sente, não se advinha alli o torneio galante ou artificioso das composições femininas destinadas á leitura ou á meditação de todos, moldadas no gosto ou na educação litteraria do seculo?

Por certo que não, mas em vez d'isso parecer uma ob-

jecção á originalidade d'aquella correspondencia intima e obscura, devera antes valer-lhe de contraprova decisiva.

Pinheiro Chagas[1], com a sua fina e larga experiencia litteraria, com a sua notavel percepção critica, diz o seguinte:—«...o traductor, um tal Cuilleraque, parece que interpretou com acerto as expressões apaixonadas da nossa infeliz compatriota, porque as Cartas conservam no texto francez a ardente simplicidade que é o signal evidente de uma paixão sincera que não procura arrebiques de estylo, mas que se exprime simplesmente, com a eloquencia expontanea que brota do coração, d'onde vem, no entender de Vauvenargues, os grandes pensamentos.»

Theophilo Braga[2], não hesita em affirmar, e n'este ponto confessamos que não pedemos inteiramente acompanhar o illustre critico, que as Cartas são «o unico producto verdadeiramente sentido, verdadeiramente bello, que a alma portugueza apresenta no seculo XVII.» E com irrecusavel verdade accrescenta:—«Podem pôr-se a par das Cartas de Heloisa com a differença para melhor que Marianna Alcoforado ignorava as preoccupações do estylo. As observações intimas feitas pelos maiores genios e artistas, como Shakspeare ou Gœthe, não retratam com mais vida as paixões do que a pobre Marianna descrevendo a sua situação de mulher abandonada. Como aquelle que volteava por entre a multidão, com a lanterna accesa á busca de um homem, como elle podemos findar este exame do Seiscentismo, porque achámos uma inconsciente obra de arte que é bella pela sua verdade.»

---

[1] *Os dramas celebres do amor.* (Educação pop. Encyclopedia instr.) Lisboa 1874.

[2] Loc. cit.

V

Como todas as modas,— e como é até da propria natureza d'ellas—, em litteratura, a de uma certa maneira de dizer, determinada ou influenciada quer por uma inclinação de educação e de gosto, na sociedade polida e litteraria, quer pela força attractiva ou assimilladora de certos modelos ou de certas originalidades que se sobrelevam e impõem ao uso e ao gosto commum, não ha de rasoavelmente suppor-se por tal fórma absorvente, penetrante, niveladora, que chegue a dominar, por egual, não só em todas as camadas e situações sociaes, mas em todas as condições, em todos os estados, em todas as manifestações da sentimentalidade e do pensamento individual.

Será muitas vezes difficil, mas é indispensavel, distinguir na linguagem, na expressão, por dizer assim, plastica da alma humana, dois estados, dúas condições, podemos dizer embora pouco rigorosamente, duas fórmas inicial e necessariamente differentes,—quantas vezes até oppostas?—uma, immediata, passiva, inconsciente, simples ainda quando, como acontece em certas linguas, como certas naturezas, em dadas raças,— entre nós por exemplo—, frequentemente colorida por uma especie de materialismo imaginoso;—a outra: a condição, o estado, a fórma que chamaremos reflexa, meditada, consciente sem que por isso tenha necessariamente de deixar de ser espontanea, sobre a qual operam e actuam as correntes e influencias propriamente

litterarias, ou como se tem convencionado chamar:—eruditas, que bem pouco o são, muitas vezes.

Não estamos nós todos os dias applicando despreoccupadamente esta distincção tão natural e justa, na investigação e no estudo da poesia e do romance popular?

Não se nos impõe ella precisamente na critica de muitas obras e de muitas individualidades litterarias?

Lembramo-nos d'um exemplo que não parecerá deslocado. O dos dois textos das *Reflexões sobre a Misericordia de Deus*, o primeiro, o original, o da *Mademoiselle,* ou como lhe chamam, não sem razão, Saint Simon e Romain Cornut, o da *Madame* de La Valliere:—o texto incorrecto, intimo, que era só para quem o escrevia;—o segundo, o texto revisto, emendado, pensado pela senhora de Genlis ou por Bossuet, na idéa apenas de tornar mais grammatical, mais litteraria, mais á moda a linguagem.

Com bem melhor razão do que das Cartas da pobre freira portugueza, podera o illustre impugnador d'estas objectar que em pleno periodo das «Grandes Senhoras», e á beira da côrte do «Grande Rei», uma senhora franceza, e demais sendo a senhora de La Vallière, ou como quizeram outros, a senhora de Longueville ou a senhora de Montespan, não escreveria «n'aquelle estylo parco, natural, desenfeitado, desluzido do ouropel» . . . e até de grammatica.

Que não se pense, porém, que não temos exemplos de casa,—exemplos portuguezes,—que contrariem e corrijam a confusão alludida.

A epistolographia portugueza está pouco menos que por explorar e reconstruir, posto existam d'ella exemplares e collecções notaveis, particularmente em relação aos dois ultimos seculos, e sem exclusão da procedencia feminina.

Do mesmo periodo das Cartas da freira, existem muitas outras que por egual contrariam os moldes litterarios das Lencastres e das Violantas.

Aqui temos nós algumas dezenas de cartas da Marqueza de Cascaes a seu filho, que esperamos publicar um dia, e que apesar de escriptas n'uma intensão educativa, sob as influencias do gosto e da litteratura da côrte, estão longe de perder n'aquelles moldes, a expontanea originalidade do pensamento e da fórma.

Mas citaremos apenas um exemplo perfeitamente contemporaneo das Cartas da religiosa, fornecido exactamente por uma religiosa tambem, que a dois passos e na mesma cidade de Marianna, descreve ao confessor as intimas moções do seu amor mystico, ao mesmo tempo talvez que a outra descreve ao amante as saudades e os arrobamentos do seu amor naturalista.

E está impresso e publicado o exemplo, n'um livro singularmente notavel para o estudo da hysteria mystica dos conventos, livro e estudo deploravelmente esquecidos pelos nossos escriptores.

Nos *Fragmentos* da vida da Madre Marianna da Purificação, «discipula de Santa Thereza de Jesus», no convento da Esperança, de Beja (1664-1695), encontram-se numerosos trechos das cartas e narrativas intimas em que ella descrevia «no estylo parco, natural, desenfeitado» da sua ingenua e piedosa intimidade, os extraordinarios, poderamos dizer, os realistas «impetos», como ella lhes chama, do seu absorvente e extravagante sensualismo mystico.

Exactamente, como que a confirmar a nossa observação e a corrigir rudemente a errada noção litteraria que combatemos, essas confissões, essas notas intimas destacam-se da moldura pomposa do estylo alambicado e erudito do Fr.

Caetano do Vencimento, seu colleccionador, um digno collega das Lencastres e das Violantas.[1]

Ha até uma coincidencia notavel: — é a de certa maneira de dizer, a de certas fórmulas da linguagem corrente e vulgar, communs aos *fragmentos* de Marianna da Purificação e ás Cartas... da *outra*.

A isto teremos occasião de nos referir.

Mas para que alongar mais estas reflexões?

Se nem podemos suppor que as proprias escriptoras mais affeitas e cuidadosas em manejar perante o publico a linguagem litteraria do tempo, — de D. Bernarda Ferreira, ou do nosso, — conservassem a preoccupação d'ella nas situações e relações da sua vida intima, como poderamos exigir á correspondencia d'uma pobre senhora que escreve *apenas* pela necessidade e ao impulso de uma expansão de dor, — qne escreve *sómente*. desolada e afflicta, ao homem a quem «toda se entregou» e que mal conhece a lingua em que ella lhe escreve, — como poderamos exigir a essas cartas o luxo, o artificio, o enfeite, o ouropel litterario?

O que é natural, o que deve corroborar a authenticidade d'ellas, é aquella mesma linguagem *passiva*, desenfeitada, immediata, aquellas idéas ou aquelles sentimentos *qui n'ont fait qu'un saut du cœur sur le papier*, na phrase felicissima do auctor de *Mademoiselle Justine de Liron*.

Estudando a obra de Delécluze, em 1832, um dos criticos mais finos e experimentados que conhecemos, Sainte Beuve, depois de analysar n'um delicioso artigo as varias

---

[1] *Fragmentos da prodigiosa vida da muito favorecida, e amada Esposa de Jesus Christo a veneravel Madre Marianna da Purificação &* pelo M. R. M. Fr. Caetano do Vencimento, &— Lisboa, 1747.

fórmas litterarias sob as quaes «se traduzem estes sentimentos delicados de algumas almas» produzindo «o romance intimo», observa:

«O melhor, quanto a nós é circumscrevermo-nos estrictamente ao verdadeiro e visar o romance o menos possivel, omittindo algumas vezes com gosto, mas escrupulisando em ajuntar qualquer coisa. Assim as cartas escriptas no momento da paixão, e que reflectem, sem esforço de memoria, os momentos successivos d'ella, são inestimaveis e de um encanto particular *na sua desordem*. Conhecem-se *as de uma Portugueza,* muito curtas, infelizmente, e truncadas. As da menina de Lespinasse, longas e desenvolvidas e sempre renascentes como a paixão, teriam maior encanto se o homem a quem são dirigidas não impacientasse e não ferisse constantemente pelo ar pedante que se lhe attribue e pelo seu egoismo demasiadamente pronunciado. As cartas da menina Aissé, as menos conhecidas de todas estas cartas de mulheres, [1] etc.

E Eugenio Crépet, o intelligente e dedicado colleccionador do *Trésor Épistolaire de la France*[2], adoptando o parecer do sceptico *Stendhal,* diz o seguinte:—«... as ficções dos poetas *beaux-esprits* do seculo XVII são simplesmente ridiculas; um bom juiz em tal materia, Beyle, teve muita razão em dizer no seu *livro do Amor*: «As elegias de Parny e as *Cartas de Heloisa a Abeilard* de Colardeau, são pinturas bem imperfeitas e bem vagas quando as comparamos com algumas cartas,... com as de uma *religiosa portugueza,* com as da menina de Lespinasse», etc.

[1] *Du Roman intime ou Mademoiselle de Liron*—1832 (*Port. de femmes* par C. A. Saint Beuve. Paris 1862.

[2] *Le Trésor épistolaire de la France* etc., par Eugène Crépet. —Paris 1864–1865.

O leitor não nos leva a mal, com certeza, estas citações. Para que haviamos nós dizer, muito peior, o que está tão excellentemente pensado e escripto não só pelas melhores, como pelas mais insuspeitas auctoridades? Até Beyle, o grande sceptico, n'aquelle mesmo livro onde elle confessava que fazia todo esforço em impor silencio ao coração; em ser secamente sceptico!...

VI

Mas iamos esquecendo o sr. Beauvois, o piedoso impugnador de que um «gentil homem», um marechal da França christianissima do Rei Sol, possa carregar na sua devota memoria com a fraqueza de ter na mocidade endoidecido de amor uma religiosa.

Ha uma objecção do illustre escriptor que embora não vise nem o sexo nem a fórma litteraria do *auctor* das Cartas, pode perfeitamente entrar n'esta altura da nossa já bastante alongada palestra.

É a da «incoherencia das idéas» e a «dos factos contraditorios» que se contém nas Cartas.

Boa parte d'este senão, pertence, e o sr. Beauvois, mesmo, teve occasião de verifical-o, á confusão que diversos editores fizeram das cinco cartas da freira com outras posteriormente publicadas sob a declaração terminante de que não eram d'ella.

Feito este desconto, que é larguissimo, o que fica?

O *auctor*, observa o sr. Beauvois «escreve com tanta

leviandade que nem se lembra no fim da carta do que escreveu no principio».

Grave reparo, na verdade, o mesmo e até quasi nos mesmos termos do d'aquelle critico a que já nos referimos, que precisamente considerava como qualidade caracteristica das verdadeiras cartas de amor começarem a escrever-se sem se saber o que se diria e determinarem-se sem se saber o que se dissera.

Na carta *considerada como a 4.ª*, a religiosa pergunta ao amante porque não lhe tem escripto, e declara-se muito infeliz se elle não teve occasião de escrever-lhe depois da sua partida, «o que está em contradição absoluta» observa solemnemente o sr. Beauvois «com outra passagem da mesma carta» em que ella accusa o destinatario de conservar-se n'uma profunda indifferença, sem lhe escrever senão cartas frias, cheias de repetições, «a metade do papel em branco», etc.

Pode não haver uma contradição tão absoluta como parece. Do que a pobre senhora se queixa é de que elle lhe não escrevesse como *ella imaginava, como ella queria, como elle lhe promettera,* naturalmente:— longas cartas apaixonadas, saudosas,— das terras que fosse atravesando.

E depois, como esperamos mostrar, esta carta não é realmente a 4.ª, é mais proxima da partida do amante, e a partida a que allude pode não ser a do Alemtejo, mas a de Portugal. Entre as duas poderão estar os pequenos bilhetes, as taes cartas frias e laconicas!

Para que nos demoramos porém n'estas hypotheses?

Pois será mais natural que um escriptor, que um *bel esprit*, forjando uma correspondencia a que pretende dar todo o caracter de authenticidade original, commetta taes contradições a poucas linhas de distancia, do que uma pobre

mulher escrevendo afflicta, n'uma expresão irreflectida de magoa, de desconfiança e de saudade?

É o caso de dizer, como a menina De Launay a proposito de uma bem maior contradição apparente,— «o verdadeiro é como pode ser e não tem outro merecimento senão o de ser o que é. As suas irregularidades são muitas vezes mais agradaveis do que a perpetua symetria que se encontra em todas as obras de arte.»

Mas o sr. Beauvois continua «o exame d'estas incoherencias». Heroico trabalho, na verdade, o de destrinçar e discutir gravemente as incoherencias de que é capaz... o amor.

Segundo a primeira carta,—observa o estimavel sabio,— o official francez escrevera já algumas outras cheias de coisas inuteis,— o que, de passagem, digamos que parece confirmar a observação que fizemos ácerca d'aquellas a que se refere a supposta 4.ª das da religiosa. Escrevera «uma ultima entre outras, *«ce qui en suppose plusieurs»*, nota perspicazmente o sr. Beauvois.

E accrescenta:— «Como pode *ella*, então, ter esquecido que *elle* lhe escrevera *muitas vezes depois da sua partida?*»

Meu Deus! como tão vulgarmente se esquecem os amantes, de tudo o que não é *actual*, o que não lhes satisfaz immediatamente os impetos, os desejos, os impaciencias da sua paixão... Além de que o illustre critico parece-nos enganar-se um pouco.

A primeira carta não fala precisamente de varias cartas, ou de uma ultima carta escripta depois d'aquella *partida*.

Essa primeira é que o foi suppondo já o destinatario em França ou que o encontraria alli.

Mas é certo que a segunda o accusa de não ter escripto durante seis mezes, e então, diz o sr. Beauvois, «como a re-

ligiosa *deveria ter escripto a quarta pouco tempo depois,* não se explica como elle tivesse podido fazer-lhe uma confidencia molesta cinco ou seis mezes antes», — segundo esta ultima carta accusa — «tendo deixado Portugal e cessado, havia muito tempo, de communicar-se com ella de viva voz».

Bem mais difficil fôra, realmente, de explicar o caso se as Cartas fossem um romance, um trabalho forjado e pensado por um escriptor, por um *bel esprit,* como imagina o critico. Não sendo, e não estando datadas as Cartas, é facil suppor, — e logo veremos como esta supposição se converte em certeza —, que a ordem em que ellas se succedem na publicação, não seja a ordem em que realmente se succederam.

Explica-se então, o que, do contrario, se não podesse, — que poderia, — explicar-se, sendo as Cartas authenticas, menos explicavel fôra sendo ellas forjadas.

Facil fôra ensaiar outras explicações, mas não estamos fazendo um jogo de dialectica: — damos apenas a que nos deu o estudo sincero dos textos.

De certo, se a incoherencia apontada provasse contra a authenticidade das Cartas, como e porque não provaria tambem, e melhor, contra a hypothese de serem tranquilla e intencionalmente forjadas para passarem como authenticas?

Poderamos observar simplesmente que mais natural do que cahir n'essa incoherencia o escriptor que procurava dar-lhes todo o caracter de verdadeiras, fôra calcular mal um ou outro praso decorrido, uma pobre senhora, escrevendo attribuladamente ao amante que a abandonara.

Estamos, porém, realmente convencidos e esperamos mostrar, que a 4.ª carta da publicação é anterior á outra ou deve ser contada quando muito por 3.

Mas, toda a impugnação do sr. Beauvois tem por objectiva arredar da memoria de um personagem illustre a tradicção de que foi este o destinatario, e consequentemente o inconfidente, das Cartas da freira portugueza.

É, pois tempo de irmos ao encontro d'esta tradição.

VII

Como dissemos, Barbin publicou as cinco cartas sob o simples titulo de *Lettres portugaises,* no começo de janeiro de 1669.

Foi certamente extraordinario,—singular,—o acolhimento que teve o pequeno livro.

Antes, muito provavelmente, de que esse exito suggerisse, como logo no primeiro anno suggeriu, o additamento de uma *segunda parte* ou de novas cartas portuguezas, á publicação inicial, Pedro du Marteau, o celebre livreiro de Colonia, lançava duas edições das cinco cartas, sómente: —uma, a encontrada e descripta por Sousa Botelho (morgado de Matheus), *sem data;*— outra, até agora absolutamente desconhecida,— *datada* d'esse anno, e que só depois da nossa primeira edição da *Soror* podémos examinar.

Como as que deviam seguir-se, essas edições reproduzem o aviso «*ao leitor,*» de Barbin, com uma differença, porém, de singular importancia:— a primeira, reproduz esse aviso sem alteração alguma; a segunda, a *datada,* corrige com os nomes do destinatario e do traductor, a discreta omissão d'esses nomes. Outra differença ainda, é a dos titulos. Nas

edições de Pedro du Marteau, o de uma, a descripta e possuida por Botelho, é este: — *Lettres d'une religieuse portugaise;* o da outra, diz assim: — *Lettres d'amour d'une religieuse escrites au Chevalier de C. Officier François en Portugal.*

Com estas edições primeiras de Barbin e de Marteau concorreu logo uma outra assignada de Amsterdam pelo livreiro Isaac van Dyck, que costuma reunir-se, — como tem direito egual, a *datado* de Marteau, — ás collecções elzeverianas e que Brunet suppõe ter sido impressa, não em Amsterdam, mas em Bruxellas.

Não se encerra, porém, o anno de 1669, sobre estas quatro edições apenas, o que já seria notavel.

Barbin reimprime a sua e acrescenta-lhe uma *segunda parte,* — uma collecção nova de *portuguesas,* — que acaba de imprimir em 20 de agosto.

Em sete mezes, pois, não só haviam cinco edições, mas sob o estimulo do acolhimento feito pelo publico ás cartas da freira portugueza publicava-se, — porque digamol-o já, hesitamos em dizer com a opinião geral, que se *forjava,* — uma collecção nova *de cartas portuguezas,* ás quaes Barbin ou o seu collaborador litterario, embora servindo-se do mesmo privilegio obtido para a publicação das primeiras, *nunca pensou* em attribuir a mesma procedencia e o mesmo destinatario d'estas.

A *segunda parte* compõe-se de sete cartas que um novo aviso «ao leitor», diz serem de *une femme du monde,* explicando francamente «*que o ruido feito pela traducção das cinco cartas portuguezas*» incitara «*algumas pessoas de qualidade a tradusir outras que lhes cahiram nas mãos*», e o editor a publical-as na idéa de que sendo escriptas «*n'um estylo differente do de uma religiosa*» poderia agradar a dif-

ferença ou não ser tão desagradavel a nova collecção — *«qu'on ne me sache quelque gré de le donner au public»*...

Na fórma e nas indicações de nomes e de costumes, parece revelar-se, como geralmente se tem acreditado, que são apocryphas e forjadas estas cartas de «uma senhora da sociedade portugueza». Não temos, porém, de nos occupar d'ellas.

O que é muito curioso, é que, como melhor poderá verse da nossa nota bibliographica, os livreiros e alguns criticos, — e, o que é espantoso, até o primeiro traductor portuguez, o celebre Filinto Elysio, já em 1810! — viessem a confundir e a misturar as sete e as cinco cartas como se fossem todas da religiosa.

Ainda em 1669 Pedro du Marteau reproduz a *segunda parte com o mesmo prefacio que a explica e distingue* na edição de Barbin, — mas, e d'aqui data realmente a mystificação, — com o mesmo titulo da primeira parte e das primeiras edições de Colonia: *Lettres d'une réligieuse* etc.

Outro facto extremamente notavel, — e para nós mais significativo do que se tem supposto, — é o da apparição, *n'este mesmo anno*, de uma collecção de *respostas* ás cinco cartas da freira portugueza, editada, *não por Barbin*, mas por J. Baptista Loyson, — outro livreiro parisiense bastante conhecido.

Precede-a tambem um aviso «ao leitor», em que Loyson começa por dizer que a curiosidade despertada pelas cinco cartas da religiosa, — «escriptas a um gentil homem *de volta de Portugal a França*», é que o persuade de que o leitor não terá menor curiosidade em ver as respectivas *respostas*. Foram-lhe estas fornecidas por um dos amigos, — *que lhe é desconhecido*, — d'aquelle gentil homem.

Este amigo desconhecido do editor, e de quem elle re-

cebe, sem mais ceremonias, as *respostas* que se apressa em publicar como authenticas, «assegura-lhe que estando em Portugal obteve as copias, «*escriptas em linguagem do paiz,* das mãos da abbadessa de um mosteiro, que recebia as cartas e as guardava, em vez de as entregar á freira a quem eram dirigidas.»

Depois d'esta grosseira historieta, em que parece revelar-se já a intenção de justificar o destinatario das cinco cartas da religiosa, o aviso «ao leitor» plagia um largo trecho do da edição inicial de Barbin, a começar pelas palavras:— «Não sei o nome de quem as escreveu, nem de quem fez a traducção»,— e termina por esta curiosa declaração:—«Asseguram-me que o gentil homem que as escreveu *voltou para Portugal.*»

Apesar da declaração terminante do editor, de que não conhece o amigo do gentil homem que lhe fornece as respostas d'este e de que não sabe os nomes de quem as escreveu *e de quem as traduziu,* o privilegio da publicação indica que ellas foram traduzidas pelo *Sieur* D. F. D. M. e, segundo Asse, acompanha-o uma cessão do auctor, *datada de* 3 *de fevereiro de* 1669, isto é, de um mez apenas depois da publicação das cinco cartas iniciaes por Barbin.

Se a primeira idéa que naturalmente occorre, e que o exame das *Respostas* não faz mais do que inteiramente confirmar, é a de que ellas são um embuste grosseiro que nem por algum merecimento litterario se faz desculpar, devemos confessar que uma suspeita nos tem obstinadamente acompanhado essa idéa.

É a de que a par da exploração do ruido e do interesse que as cinco cartas da freira portugueza despertavam, houve tambem a intenção de attenuar a antipathia, a censura, que porventura se manifestaria em relação ao destinatario in-

grato e inconfidente, ao mesmo tempo que se procuraria desnortear a opinião ácerca de quem elle realmente fosse.

Não podemos resistar a observar, aqui, que exactamente por este tempo reentrava em França, de uma nova campanha, o indigitado destinatario e revelador das cartas.

A idéa capital das *Respostas* é mostrar-nos o seductor da pobre freira portugueza sob um aspecto perfeitamente diverso d'aquelle que às Cartas naturalmente haviam de attribuir-lhe no conceito dos corações sensiveis.

Longe de abandonal-a brutalmente, e de não ter comprehendido nem merecido aquella paixão profunda e ingenua, o illustre aventureiro seria, segundo as *Respostas*, o mais fiel, o mais dedicado, o mais correcto e cavalleiroso amante.

Cheio de saudades e de boas intenções, não pensaria senão em abandonar prazeres da côrte, affectos de familia, seducções de futuro pela sua querida religiosa desolada e perdida n'aquelle paiz longinquo e simi-barbaro onde o sr. de Saint-Romain dizia, em 1665, para obter certos adiantamentos financeiros, que não encontraria sequer uma bateria de cozinha regularmente digna de um representante da França!...

Se outra coisa poderia ter-se imaginado, fôra porque as cartas do apaixonado gentil-homem eram cruelmente sequestradas por uma severa abbadessa, que logo depois não hesitava em offerecel-as por copia a um amigo d'elle, naturalmente tão desconhecido d'esta austera senhora como do editor que se apressava em revelal-as ao publico.

De resto assegurava-se que o malaventurado amante voltara para Portugal, e as suppostas *Respostas* esforçavam-se por accentuar esta idéa, que o não abandonava, de volver aos braços da saudosa Marianna.

Muito discreto, o amigo, que exactamente n'esta occasião offerecia a um editor a exploração do encantador romance!...

E como tudo isto se passára rapido!...

E como deveriam ficar desconcertados os que julgavam poder sobrescriptar a paixão ardente e as cartas amantissimas da freira portugueza a um certo nome conhecido e brilhante que estava bem longe de vir esconder e continuar o amoroso idyllio na duvidosa tranquillidade das charnecas do Alemtejo, á beira da Inquisição de Evora...

Como veremos, o nome do illustre conquistador da pobre religiosa era segredado e apontado, naturalmente com uma discripção correspondente á que elle e os seus amigos haviam mostrado na exhibição dos trophéos d'aquella conquista.

Esse nome, já sobejamente illuminado por uma tradição brilhante na côrte e na milicia de Luiz XIV, ia entrado no caminho das mais elevadas distincções que havia de conduzil-o ao quadro glorioso dos marechaes de França.

A pequena aventura das campanhas de Portugal não lhe tolheria o passo, certamente, mas o ruido d'ella, a impressão extraordinaria produzida pelas Cartas, aquella figura sombria e desolada da pobre religiosa que pela profunda eloquencia da sua paixão fatidicamente se prendera ao nome e á vida do seductor, poderiam tornar-se-lhe mais de uma vez incommodas e oppressivas no futuro.

Seria a publicação das *Respostas* intencionalmente destinada a arredar, a dissolver, a desarmar, pelo menos, a versão corrente?

É difficil deixar de suspeitar que o fosse, mas o que é certo é que o não conseguiu, nem logrou evitar sequer que em breve se definisse, em novas edições, a attribuição que

o livro de Loyson parecera dever ou pretendera realmente desmentir.

Á invenção capciosa das primeiras *Respostas* seguiu-se outra que lealmente se revelava como simples ensaio litterario.

Foi uma nova collecção de *Reponses aux lettres portugaises,* impressa em Grenoble, ainda no mesmo anno de 1669, pelo livreiro Robert Philippes, e composta de seis cartas. O auctor declarava tentar apenas trabalho analogo ao que Aulus Sabinus fizera em relação a algumas das heroidas de Ovidio, «com tão pouco exito que as respostas d'aquelle não fizeram mais do que realçar o esplendor das cartas d'este, posto não fossem mais do que uma diversão de espirito em que a paixão e o coração nenhuma parte tinham.»

Começa comtudo, por dizer que «não pretende esclarecer o leitor sobre se as cinco cartas portuguezas são verdadeiras ou suppostas, nem se ellas se dirigem, *como se diz a um dos assignalados senhores do reino*... «direi sómente,» — acrescenta,— que a ingenuidade e a paixão *das cinco cartas, a poucas pessoas permitirão duvidar* de que tenham sido verdadeiramente escriptas.»

Assim, como era natural, e como já dissemos: desde a apparição d'ellas não só a sua authenticidade não inspirava grandes duvidas e até nenhuma encontramos definida em escripto contemporaneo, como se divulgara o nome do destinatario sem que nenhuma contestação positiva se revele tambem, embora este se achasse em França quando exactamente as primeiras edições e as primeiras rhapsodias se succediam rapidamente, e elle occupasse, pelas tradições e relações de familia, pela sua propria situação, um logar distinctissimo na côrte e no exercito francez.

Esse nome não tardara em denunciar-se, umas vezes, e especialmente nas edições feitas sob a immediata acção da auctoridade franceza, por uma discreta inicial, apenas,— outras declaradamente e acompanhado do nome do traductor, do destinatario, do primeiro editor ainda em vida d'elles, sem que se revella o simples ensaio de uma rectificação ou de um desmentido.

Assim, logo nas primeiras edições, ao passo que Barbin cala no frontespicio da sua, qualquer allusão ao destinatario das cartas e no prefacio diz modestamente —«não sei o nome d'aquelle a quem foram escriptas nem o de quem fez a traducção d'ellas»,— Pedro du Marteau, *no mesmo anno de* 1669, semanas ou mezes depois, na formosa edição até agora desconhecida e a que atraz alludimos, não sómente põe logo na primeira pagina a observação de terem sido escriptas as Cartas que publica—*«au Chevallier de C. officier François em Portugal»*,— mas reproduzindo o prefacio do collega de Paris, substitue o periodo citado por este:—*«O nome d'aquelle a quem foram escriptas é* MONSIEUR LE CHEVALIER DE CHAMILLY *e o nome de quem fez a traducção* É CUILLERAQUE.»

Note-se,—pois que até agora parece ter passado desapercebida—esta fórma familiar, ou como de quem de si proprio fala, de affirmar o nome do traductor:—*é Cuilleraque* (aliás Guilleraque).

Já na primeira edição do nosso trabalho provaramos que não era sómente em 1699, como se affirmava, mas muito antes, em 1690, pelo menos, que os nomes do destinatario e do traductor, expressamente se exhibiam.

Mas então não conheciamos a edição de Marteau, e apesar da nossa perfeita e facil convicção de que os nomes do destinatario e do traductor das Cartas não eram um mys-

terio para os primeiros editores como o não era para grande parte do publico, e que elles mesmos, até, não haviam posto um grande empenho em occultar-se:—mal cuidavamos que exactamente um d'esses editores se teria encarregado de revelar esses nomes, logo em 1669, poucos mezes depois de terem entrado em França os officiaes em serviço de Portugal, um dos quaes era exactamente Chamilly, sem que este, ou alguem por elle, ou qualquer d'aquelles, ou, em summa, o traductor, personagem bem conhecido na côrte e nos sallões, ensaiassem a menor objecção no meio do exito enorme do livrinho.

Este facto absolutamente inedito,[1] na historia e na critica da questão, não só arreda,—melhor ainda: não só aniquilla, todas as hypotheses engenhadas sobre a falsa idéa de que só muito mais tarde e por adaptação interpretativa a uma simples inicial, appareceu o nome de Chamilly como o destinatario das Cartas,—mas é um novo subsidio de singular valia para a authenticação e comprovação d'ellas.

E quando se approxima este facto, do pensamento revelado nas primeiras *Respostas*, de attenuar a má situação moral do inconfidente destinatario das Cartas,—ou se considera que o proprio exito d'ellas o collocaria imprevistamente n'uma situação incommoda não só perante a sentimentalidade publica, mas perante as *conveniencias* hypocritas e intriguistas da Côrte, nos ultimos tempos do Rei-Sol: assumem um caracter de novo testemunho corroborativo a omissão da declaração de Pedro du Marteau em edições posteriores,—nas d'elle proprio, até;—a substituição do *nome* por uma vaga inicial;—a propria desappa-

---

[1] Na nova Bibliographia das Cartas, contaremos como podémos verifical-o.

rição d'aquella edição de 1669 de que só casualmente se encontra agora um exemplar em Portugal.

Não occultaremos mesmo que a edição de Marteau nos suggeriu a idéa de que fosse ella a primeira, a original, e que Barbin simplesmente a aproveitasse, apropriando-se d'ella, e substituindo, para não se *comprometter,*— pois que vivia á beira da Côrte e da Bastilha,— ou para obter o privilegio, a franca e despreoccupada indicação do seu collega de Colonia.

O que, porém, principalmente importa que fique assente é que não foi em 1699, nem em 1690, nem sequer em 1678 que se começou a insinuar ou determinar os nomes do destinatario e do traductor das Cartas:— foi logo nos primeiros meses de 1669, e n'uma das primeiras edições d'ellas, que esses nomes se revelaram declaradamente.

Sem data, mas provavelmente em 1669, ainda,— o mesmo Pedro du Marteau faz uma edição da *segunda parte* ou das Cartas d'uma «dama da sociedade,» conservando-lhe porém o titulo de *Lettres d'une religieuse portugaise,*— apesar da declaração do prefacio, que é tambem o de Barbin, de que taes cartas são muito differentes das primeiras. Assim começa a extraordinaria confusão a que nos referimos já.

Continuam no anno seguinte (1670) as reedições das *Cartas* e das *Respostas,* por Barbin e Loyson, e em 1671 começa Pedro du Marteau a exploração simultanea das ultimas, attribuindo-as ao «*Chevalier de C..., officier en Portugal.*»

Em 1678, publicam-se em Londres, traduzidas em inglez, as cinco cartas da religiosa portugueza tão perfeitamente consideradas como authenticas que o traductor,— o celebre Roger L'Etrange, um dos litteratos e dos criticos mais dou-

tos da Inglaterra, no seculo XVII, — offerece-as não só como «uma viva imagem d'uma estranha e desgraçada paixão,» mas como lição de que «uma mulher é tanto de carne e sangue n'um convento como n'um palacio». A traducção ingleza reproduz-se, *pelo menos*, em 1693, 1694 e 1701. A primeira versão allemã de que temos noticia, e que como a anterior, não tem sido citada pelos commentadores e bibliographos é já do seculo XVIII.

Marteau que faz n'aquelle anno de 1678 uma nova edição, põe-lhe a mesma indicação da de 1671.

Na edição de Haya, em que as cinco cartas se encontram já confundidas ou misturadas com as 7 d'uma *femme du monde*, diz-se que ellas foram escriptas por uma religiosa portugueza ao — «*Chevalier de C**»

Repete-se a indicação, mais desenvolvida, n'outra edição de Haya, de 1688, por Abraham de Hont e Jacob van Ellinkhuysen, com a circumstancia de que o periodo do aviso inicial da edição de Barbin, a que temos alludido é substituido por este: — «o nome d'aquelle a quem as cartas foram escriptas é *M. le C. de C.* e o nome d'aquelle que fez a traducção é *C.*»

Na edição de 1689, dos mesmos livreiros, a indicação do destinatario é — «*Chevalier de C*. officier en Portugal*».

Finalmente, n'uma edição de Corneille de Graef, em 1690, o periodo respectivo do aviso inicial de Barbin é emendado por outro em que expressamente se diz que o nome do destinatario é *Monsieur le Chevalier de Chamilly* e o do traductor *Cuilleraque*.

Em 1699 publica Francisco Roger, uma collecção de Cartas galantes e amorosas em que reproduz as da freira portugueza precedidas ainda do prefacio de Barbin.

N'este, porém, o periodo capital cede o logar a esta res-

tituição correcta da declaração de Marteau: — *Le nom de celui auquel on les a écrites, est Monsieur le Chevalier de Chamilly & le nom de celui qui en fait la Traduction, est Guilleraque.*»

Terminemos estas citações com uma que tem uma particular importancia.

Em 1698 publica Miguel Brunet, a primeira edição da apreciada collecção de Richelet: — «*Les plus belles lettres françoises, tirées des meilleurs Auteurs,*» etc. — muito elogiada pelo *Journal des Savants* (Paris), d'aquelle anno.

Não podémos ver esta edição nem as duas que rapidamente se lhe seguiram. Não podemos pois affirmar positivamente que venham lá as *Cartas portuguezas*.

Cremos que vem. Mas vimos a quarta edição publicada em 1708 por Luiz e Henrique van Dole, em Haya.

No primeiro volume, encontram-se *as cinco* cartas da religiosa portugueza, com o endereço, cada uma, a *Monsieur le C**, ou *C. de C****.

Note-se que se trata de uma especie de edição critica de cartas authenticas, que é, até, precedida de uma nota biographica dos auctores.

É claro que o *auctor* das nossas Cartas não figura n'essa nota, mas a redacção d'estas foi revista no pensamento de as tornar mais francezas, sendo, na ultima, o nome portuguezissimo de *Dona Brites* substituido pelo de *Emile*.

De resto, as cinco Cartas da pobre freira portugueza continuaram a ser reunidas e confundidas pela grosseira exploração dos livreiros com as outras sete de uma «dama da Sociedade» e com as *Respostas*, nas varias collecções, algumas muito ineptas e insipidas, de *amorosas*, onde brilhavam, como diamantes de fina agua entre falsa joalheria, ou então rivalisando com alguns de singular quilate como os

da Heloisa, e offuscando inteiramente os de Boursault e os da Presidente Ferrant.

VIII

Será, porém, este nome de Chamilly, como o do destinatario das Cartas e como o do ingrato objecto dos apaixonados enlevos de uma freira portugueza, uma tradição ou invenção bibliographica, simplesmente?

Não é.

Saint-Simon,[1] que começa a escrever as suas celebres *Memorias*, em 1691, Saint-Simon, que como muito bem diz um dos seus editores,—«*nous a fait voir le dessous des cartes du grand règne*»—, falando da nomeação de dez marechaes de França, em 14 de janeiro de 1703, e dando a noticia biographica d'elles, diz do primeiro, o tenente general Chamilly:

—«Servira com reputação em Portugal e em Candia. Vendo-o, e *ouvindo-o*, ninguem poderia persuadir-se de que tivesse inspirado um amor tão desconforme como o que é a alma d'essas famosas *Cartas portuguezas*, nem que tivesse escripto as respostas que n'ellas se encontram, áquella religiosa.»

E mais tarde, registando a morte do marechal de Chamilly, em 6 de janeiro de 1715, escreve:

---

[1] *Mémoires complets et authentiques du duc de Saint-Simon*, & publiées sur le manuscript original &.—Nouv. ed.—Paris, 1842.

—«Servira, moço, em Portugal *e a elle é que foram escriptas essas famosas Cartas portuguezas* por uma religiosa que lá conhecera e que elle enlouquecera de amor.»

Vê-se que não é uma versão, uma opinião duvidosa, hesitante, que Saint-Simon emitte.

É a affirmação segura de um facto que na sua situação e com as suas relações e influencias na côrte e na aristocracia militar franceza elle teria excellentes occasiões de colher e verificar, até por narrativa do proprio Chamilly, tendo tido a confiança d'este e tendo intimamente convivido com elle e com a marqueza sua esposa.

Outro contemporaneo que egualmente poderia ter verificado com toda a segurança a tradição, Duclos, que, como observa um critico teve á sua disposição os melhores archivos e informações, escreve:—«O marechal de Chamilly, celebre pela sua bella defeza de Grave, morreu tambem n'este anno (1715). Era formoso e bem feito, e servira na mocidade em Portugal onde fôra vivamente amado por uma frelra. *É a elle que são dirigidas as Cartas portuguezas.*[1]

—«*Toujours des assertions, jamais de preuves!*—exclama o sr. Beauvois.

Mas que melhores provas podem exigir-se do que as asserções positivas, claras, terminantes, perfeitamente despreoccupadas de qualquer interesse ou de quaesquer duvidas, por parte dos contemporaneos, sem nenhuma contradicção, sem objecção alguma, de egual natureza e auctoridade?

Mas porque, ou como, ou para que haviam esses contemporaneos dizer «*sur quoi était fondée cette attribution,*»

[1] *Mémoires secrets* (*Nouv. Collect. de mém. pour servir á le Hist. de France*, &—Paris. 1839).

elles que simplesmente registavam um facto sabido, que o proprio interessado nunca contestou, do qual talvez, até, o soubessem, e não expunham apenas uma opinião, uma suspeita, uma presumpção propria?

Quaes são então as provas que nos offerecem,—que valham aquellas ou que as tornem duvidosas,—os que recusam o testemunho dos contemporaneos e da tradição?

Ah, se o interessado se calla e não contesta,—observa sempre um pouco á cavalleira o sr. Beauvois,—é porque vendo que as Cartas se attribuem a um *chevalier de Chamilly,* o marquez não tendo usado *este titulo,* podia perfeitamente acreditar que não se tratava d'elle, ou antes não se dignou refutar este erro «como os sabios não protestam hoje contra o emprego dos seus nomes em ficções litterarias ou dramaticas.»

Farão isto alguns sabios que o sr. Beauvois conheça, mas além de que Chamilly não se parecia nada com um sabio, no dizer dos contemporaneos, que sempre o conheceriam melhor, as coisas passavam-se n'outro tempo um pouco differentemente do que parece que se passam agora em Beaune, segundo a sentença do illustre escriptor.

O sujeito a quem se attribuia uma obra que poderia comprometter um pouco os seus creditos litterarios e moraes, protestava, geralmente, e protestava até algumas vezes... sendo verdadeira a attribuição.

Foi o que aconteceu com aquelle lord Bolinghroke, de quem fala a menina Aissé, que negava fortemente que fossem suas tres philippicas contra Walpole, realmente escriptas e publicadas por elle.

Voltaire não se cança de protestar perante os amigos, o publico e o sr. de Sartine, contra a exploração mercantil, cavilosa, ou apenas indiscreta do seu nome.

Mas não vale realmente a pena discutir a prudente ou a philosophica indifferença de Chamilly.

É certo que elle não tinha a zelar grandes creditos litterarios, e pode facilmente suppor-se que o ruido da sua aventura amorosa não o importunasse tanto como aos seus piedosos biographos e admiradores de dois seculos mais tarde.

Hão de convir, porém, que quem desdenha o testemunho e a affirmação contemporanea de que Chamilly fôra o destinatario e o heroe das Cartas, tinha obrigação de nos offerecer argumento melhor para explicar o silencio acquiescente d'elle, do que a hypothese de que não quizera dignar-se contradizer a versão, ou de que podia acreditar que se não tratava d'elle porque não usara o *titulo* de «chevalier de Chamilly». E o de «marquez», usava-o em 1669?

O que tem uma certa graça é que este ultimo argumento chega a transformar-se em questão capital.

Chamilly «usava um titulo superior ao de *chevalier*» observa triumphantemente o sr. Beauvois; não é elle, pois, que o editor de 1678 designa por «*chevalier de C.*», e o editor de 1690, «*qui a rendu cette initialle par Chamilly, a fait preuve d'une crasse ignorance.*»

Pobre Corneille de Graef!

Elle poderia ter optado pela edição dos seus collegas Abraham de Hont e Jacob van Ellinkhuysen, de 1688, traduzindo respeitosamente a indicação d'estas:—*M. le C. de C.*—por *Monsieur le Comte de Chamilly*, porque, emfim, a inicial primeira tanto pódera dizer *Comte* como *Chevalier*.

Ainda assim o illustre critico não se daria por vencido.

Entende que o titulo de Conde de Chamilly, tambem não é uma designação correcta.

É a que empregam, em 1658 e 1664, dois diplomas firmados pelo proprio Luiz XIV, que emfim tinha um tal ou

qual direito de determinar estas coisas, mas o sr. Beauvois oberva que é «muito abusivamente» que chamaram assim a Noel Bouton.

Parece que Schomberg, apesar de distanciado da côrte e dos praxistas d'estas coisas, procedeu com maior exacção chamando-lhe, em Estremoz, *conde de Chamilly-Saint-Leger*.

Em todo o caso chamar-lhe simplesmente *chevalier* é que foi um escandalo. «O ignaro traductor,— insiste o sr. Beauvois,— não escreveu correctamente o titulo de Noel Bouton; chama-o *chevalier* de Chamilly, *et il est le seul à le qualifier ainsi.*»

É certo que n'alguns documentos o titulo de *chevalier* apparece qualificando Noel Bouton, mais é... seguindo-lhe o nome,— *Noel Bouton, chevalier,*— e não antecedendo-o!

Francamente, apesar de todo o respeito que nos merece o illustre commentador, tudo isto nos parece perfeitamente insignificante, quasi pueril.

Em primeiro logar vimos já que não é só o editor de 1690 que emprega a designação de *chevalier de Chamilly,* nem são sómente os editores que não se lembram, quando se referem ao conhecido personagem, de o designar respeitosamente pelos seus titulos nobiliarchicos.

Chevalier de Chamilly não é um titulo:— é uma designação usual, corrente, simplificado,— tanto mais naturalmente empregada quanto é certo que o individuo designado por ella é realmente Chamilly, e se torna o principal Chamilly, o mais conhecido por este nome, atravez da successão de diversos titulos e de diversas situações.

Simplesmente Chamilly, e cremos que uma vez apenas conde de Chamilly, é como lhe chama Saint-Simon, e era como lhe chamava o povo:

Pour faire enrager Chamilly
On a fait choix d'Huxelles, etc.

M. de Chamilly, apenas, chama Turenne em differentes cartas ao pae ou ao irmão mais velho de Noel:—os velhos condes de Chamilly. E Turenne sabia bem o que elles eram.

É tambem como appellida o futuro marechal,—o nosso Chamilly,—em 1675, uma das Cartas historicas de Pellisson, e a narrativa da campanha da Hollanda (1672), editada em 1759 por P. Hondt, em Haya, documentos citados pelo proprio sr. Beauvois!...

Na errada idéa, porém, de que o nome de Chamilly fosse uma simples interpretação da inicial empregada por alguns editores,—quando exactamente foi essa inicial que procurou discretamente velar ou disfarçar o nome terminantemente denunciado logo n'uma das primeiras edições,—o sr. Beauvois explica que essa interpretação se dera porque Chamilly se tornara celebre e de todos os officiaes que haviam servido em Portugal era o mais conhecido cujo nome começasse por C.

Suppunhamos que assim era.

Mas como explicar que propondo-se apenas a explorar a celebridade real ou supposta de Chamilly, os editores não pozessem principalmente em relevo o nome d'elle, por maneira a não suggerir qualquer duvida, e se limitassem a designar o destinatario das cartas por *chevalier de Chamilly, officier français en Portugal,* sem a menor allusão aos seus feitos e á sua situação recente?

Que especie de correlação poderia estabelecer-se entre a celebridade adquirida por Chamilly na defeza de Grave (1675) e as cartas da freira portugueza?

Quem se lembrara então de que elle tivesse, como tantos outros, servido em Portugal, para lhe attribuir aquellas cartas, que não seriam de certo o seu melhor elogio, se a attribuição não andasse já na versão publica?

Não confessa o auctor da collecção Philippes, em 1669, no mesmo anno em que ellas apparecem, que o destinatario d'ellas se diz ser um nome illustre?

Para que precisariam, tantos annos depois, do sobrescripto de Chamilly?

Mas além de que elle estava longe de ser ainda um homem celebre, quando Pierre du Marteau em 1669 lhe põe o nome na sua edição das Cartas, engana-se redondamente o sr. Beauvois, como se teem enganado todos, suppondo que aquelle gentilhomem e official adquirira uma singular celebridade entre os officiaes francezes que serviram em Portugal.

Como logo mostraremos, o seu nome conservou se na mais completa obscuridade durante as campanhas da Restauração.

Era bravo, ousado, intrepido?

Cremol-o facilmente, até na fé das cartas da pobre freira.

Mas essas qualidades eram vulgarissimas nas fileiras portuguezas e estrangeiras, que sustentaram na fronteira todo o peso e impeto do velho imperio hespanhol, desmentindo as desastradas illusões de Mazarin e dos deploraveis diplomatas da sua politica peninsular.

Precisamente entre os auxiliares francezes que serviram com Chamilly em Portugal haviam outros cujos nomes «começando por aquella inicial» brilhantemente se distinguiram ao lado d'elle, como foram Chevry, coronel de um regimento francez, e Chavet, que ambos se tornaram muito distinctos na batalha de Montes-Claros, Claran, a quem em

1663 foi confiado o commando de um regimento de allemães e italianos, desertores do exercito hespanhol, e que chegou do decurso da campanha do Alemtejo a mestre de campo general. Havia, finalmente, um *chevalier de Clermont,* da Casa Clermont Lodeve, que ha pouco um escriptor francez, suppondo tambem que o nome de Chamilly fosse apenas uma interpretação de iniciaes pelo editor de 1690, observava que ellas melhor poderiam talvez designar.[1]

Feito que distinguisse Chamilly, n'essa campanha, não chegou até nós, não ficou nos archivos, não passou á historia.

Só um:—o da conquista da pobre freira portugueza.

Esse, porém, continuou a ser-lhe attribuido sem contestação, nem protestos, pelos seus contemporaneos, e até hoje, atravez do exito ruidoso e constante das Cartas.

O estudo d'estas, longe de contrariar, conforma-se perfeitamente com a tradição, como teremos occasião de ver.

IX

No fim do seculo passado, em 1796, o editor parisiense Delance, por suggestão de Aubin, publicou uma nova edição das *Cartas Portuguezas,* precedendo-as, pela primeira vez, de um estudo critico do notavel bibliographo o abbade Mercier de Saint-Léger.

Sem a menor hesitação, e fundando-se nas investigações que podera faze, Saint-Léger, affirmando a authenticidade

[1] Maur. Paleologue.—*Revue de deux mondes,* 15 oct. 1889.

das Cartas, dá como seu destinatario e como o protogonista d'ellas, Chamilly,—Noel Bouton de Chamilly.

Começa por determinar a data exacta da vinda d'elle para Portugal, data que continua, comtudo, a ser erradamente fixada por alguns escriptores francezes e portuguezes, que o suppõem vindo com o conde de Schomberg,—mas afastando-se, não sabemos porque, da indicação das edições anteriores, substitue o nome do traductor indicado terminantemente por algumas d'ellas.

—«Chamilly, de volta a França,—diz Saint-Léger,—teve a tola vaidade de communicar estas Cartas, sendo exactamente a esta tolice que devemos possuil-as. *Confiou o original ao advogado Subligny,* para as traduzir e publical-as». D'ahi a primeira edição de Barbin...

Ora todas as edições que designam o traductor, e não pode dizer-se que todas se copiem umas ás outras, coincidem em chamar-lhe Guilleragues, ou, as primeiras, *Cuilleraques,* certamente por lapso. O nome de Subligny em nenhuma apparece, e este simples facto, naturalmente, nos inclina em favor da attribuição corrente.

O proprio Saint-Léger parece hesitar quando diz:

—«Seria que Guilleragues fizesse as respostas de Chamilly, e Subligny a traducção das Cartas da religiosa portugueza? É o que ignoramos e o que julgamos muito inutir discutir.»

Quem era Subligny?

Advogado segundo uns, actor segundo outros, pae da menina Subligny, famosa dançarina da Opera; escreveu em 1668 uma comedia critica contra a celebre tragedia *Andromaca,* de Racine. Foi a *Folle quérelle,* que Racine e outros chegaram a attribuir a Molière, e que se considera como tendo iniciado, em França, a parodia. Subligny fez ainda a

falsa Clelia, romance que parece ter tido uma certa acceitação, e attribuem-se-lhe o *Desespoir extravagant* (1670) e outras peças de theatro. Tendo feito as pazes com Racine, escreveu em defeza de algumas obras d'elle, em 1671 e 1677, e accrescenta Saint-Léger que elle «dirigia ao mesmo tempo, com Montplasir, a musa da famosa condessa de Suze.»

Quem era Guilleragues?

Lavergne de Guilleragues, ou o conde Lavergne de Guilleragues, como outros lhe chamam, era um gentil homem gascão, secretario da camara e do gabinete do rei, relacionado com Racine, Boileau, a senhora de Sévigné, etc., e, segundo Saint-Simon,—«glotão, agradavel, com muito espirito, fazendo excellente companhia, tendo muitos amigos, e vivendo á custa d'elles, porque tudo esbanjara...»

O retrato de Boileau, seu amigo, é mais lisonjeiro:

Esprit né pour la cour et maitre en l'art de plaire
Guilleragues qui sais et parler et se taire.

Dirigiu algum tempo a *Gazette de France,* onde fez o necrologio de Turene. Fôra intimo da senhora de Maintenon quando ella era ainda a senhora Scarron, e a este respeito é costume citar a seguinte phrase da senhora de Caylus:

«Pela constancia do seu amor, seu espirito e seus encantos, deve tambem ter logar no catalogo dos admiradores da senhora de Maintenon.»

Segundo Saint-Simon, foi esta circumstancia que lhe valeu, em 1677, a embaixada de Constantinopla, «*pour se remplumer.*»

Só partiu para este posto em 1679, e morreu n'elle pouco depois.

Sousa Botelho não acha provavel que, dada a sua posição e estado, o sr. de Chamilly lhe désse as cartas a traduzir.

N'este ponto divergimos inteiramente.

Entre os dois suppostos traductores, e consideradas exactamente as situações e as tendencias de cada um, cremos mais provavel que fosse por intermedio de Guilleragues que as Cartas fizessem a sua primeira apparição em publico, ou que fosse a elle que Chamilly as revelasse e désse.

Além de tudo é esta a indicação unica e constante, como já vimos, das diversas edições ainda em vida de Guilleragues e de Subligny, sem que o nome do ultimo appareça em alguma.

E no fim de tudo pode bem ser que o verdadeiro traductor fosse simplesmente o proprio Chamilly, e que o papel do outro se limitasse ao de monitor litterario ou concessionario amigo da versão litteral,—tão pronunciadamente accusada,—que elle lhe communicasse, das Cartas

Esta idéa da inconfidencia de Chamilly, e de elle ter lançado ou deixado lançar á publicidade as cartas da desolada amante, até sem occultar-lhe o nome, quando escondia o seu, tem sido naturalmente o thema obrigado á indignação e á censura dos commentadores e do publico.

Vimos já o que diz Saint-Léger.

Sousa Botelho, citando-o, accrescenta esta observação irrespondivel:—«A vaidade de Chamilly é tanto mais indesculpavel que, se aquella publicação fosse conhecida em Portugal, prejudicaria gravemente a reputação e o repouso da pobre religiosa que elle tão cruelmente abandonara.»

O sr. Eugène Asse, depois de observar que sobre este ponto a posteridade, sobretudo a feminina, condemnou irremissivelmente Chamilly, ensaia uma attenuação, que,

áparte o sentimento generoso que a inspira, está longe de ser acceitavel e exacta.

Diz elle:—«Á sua nobreza de alma e á sua generosidade misturava-se um grão de fatuidade, de que a publicação das cartas de Marianna é a prova evidente. Que não foi elle proprio o auctor da publicação parece quasi certo. *É inteiramente inverosimil* que entre a sua volta de Portugal em 1768 (aliás 1668) e a sua partida para a expedição de Candia *tivesse o tempo necessario para uma indiscrição tão prolongada*. E mais ainda porque nunca fez trabalho de traductor ou de publicador, além de que temos sobre este ponto testemunhos decisivos (?). Mas é certo que a sua indiscrição só parou n'este limite extremo, e que elle deixou fazer o que não fez elle proprio...»

«Evidentemente as cartas da pobre Marianna foram mostradas pelo seu possuidor como um d'estes trophéos, ou pelo menos como uma d'estas lembranças trazidas de paiz estrangeiro. Comtudo, o incognito *foi completo*, e nenhum nome, nem o do destinatario nem o do traductor, foi inscripto na primeira edição. Quanto ao de Marianna Alcoforada nunca appareceu n'ella...»

Lopes de Mendonça dissera já:—«o homem que soube merecer tamanho affecto, cedendo á vaidade de publicar as cartas que recebera, callou o nome da pessoa que as assignava...»

Ora não ha nada mais inexacto.

O que se calou foi simplesmente «o nome da pessoa a quem eram escriptas e o do traductor», e isto na edição de Barbin, que na de Marteau, do mesmo anno (1668), não succedeu assim.

O de quem as escrevera, e que fôra tão natural e simples esconder ou substituir por outro até mais vulgarmente

francez, como um editor substituiu mais tarde o de *D. Brites* pelo de *Emile,* conservou-se na publicação como se encontraria certamente nas cartas originaes, apenas sem o appellido de familia, que seria... um pleonasmo, em cartas de amor.

Não comprehendemos tambem como seja inverosimil que Chamilly, que estava já em França no começo de 1668, que só partiu para Candia no fim de setembro d'esse anno, não tivesse tempo, recebendo as cinco cartas, muito provavelmente até junho ou julho, quando muito, para as ler e communicar a um ou outro amigo.

Taes attenuações nem teem, com razão, o merecimento de satisfazer os piedosos escrupulos do sr. Beauvois e dos que se esforçam por afastar da memoria de Chamilly a nodoa supposta ou real d'aquella inconfidencia.

Pela nossa parte consideramos toda esta questão alheia aos principios e ao caracter da verdadeira critica.

Parece-nos tão perfeitamente natural e tão perfeitamente humano a seducção e o abandono da pobre freira, como a inconfidencia, a revelação das suas cartas, por parte de um homem novo, estroina, pouco intelligente, *sabreur* de profissão e educação, creado nos costumes e na moral desabusada da aventura e da vida guerreira.

Episodios como o que deu causa ás Cartas, não deixaram ainda de ser frequentes em tempos de guerra, e n'ellas mesmas se encontra um traço bem mais naturalista do que todas as subtilezas dos commentadores, quando a pobre religiosa alludindo á pressa com que deseja partir o official francez que será portador d'uma das suas cartas, diz que talvez elle deixe tambem «n'este paiz, alguma mulher que o amasse.»

Censura asperamente o sr. Beauvois, um membro da

Academia das Inscripções e Lettras, o sr. Monmarqué, por este ter imaginado que o proprio Chamilly publicara as cartas.

Pois até certo ponto, e sem dar-mos ao facto uma grande importancia, o que parece realmente mais natural é que essa publicação se não fizesse, e que as cartas não circulassem em copias, e depois impressas, sem auctorisação, sem conhecimento de Chamilly, que voltava de Candia precisamente alguns dias depois de se ter concluido a impressão da primeira edição, á qual seguia de perto a publicação das primeiras *Respostas*...

Voltemos porém á edição de Delance, no fim do seculo passado.

Esgotada rapidamente, como succedera ás anteriores, Delance reproduzia-a em 1806 e 1807, ampliando o estudo critico de Saint-Léger, com algumas notas de Barbier, o investigador bibliothecario do conselho de estado.

Manifestamente o exito das *Cartas portuguezas* não esfriara.

A edição de 1806, analysada pelo *Journal de l'Empire*, e da qual se fizera uma tiragem especial de luxo, esgotou-se mais rapidamente ainda do que a anterior.

Embora a epocha parecesse pouco asada a recreações litterarias, e particularmente a este genero de leitura, Portugal e a Hespanha voltavam novamente a occupar as attenções geraes, e este facto favorecia naturalmente aquelle exito.

Deu-se então um pequeno incidente que deveria estimular a historia critica das Cartas á resolução de um problema novo, e que naturalmente nos conduz á questão do nome de quem as escreveu.

—«N'um catalogo de livros de M. D. L. M. 1808»—

diz A. Barbier, na sua magnifica obra, verdadeiro monu mento de investigação erudita [1], — «o auctor das *Cartas portuguezas* é designado sob o nome de M.me de Pédégache. Este nome será o do auctor das sete cartas dadas como segunda parte desde 1669?»

A indicação não parece ter sido devidamente verificada; não se ficou sabendo quaes as Cartas a que ella se referia, mas ninguem a applicou, tambem, ás cinco cartas da religiosa, nem levantou a menor suspeita relativamente a estas, cuja tradição corrente ia dentro em pouco receber uma confirmação nova.

Pédégache não é um nome inteiramente desconhecido em Portugal.

Parece ter sido o de uma familia de origem suissa que veiu estabelecer-se aqui.

D'essa familia o unico membro conhecido é Miguel Tiberio *Pédégache* Brandão Ivo, que se julga ter nascido em 1730, e era coronel da 2.ª linha de infanteria de Elvas, em 1791, morrendo em Setubal em 1793 ou 1794.

Publicou em 1756, sob as iniciaes *M. T. P.*, uma «*Nova e fiel relação do terremoto de Lisboa*», e em 1791 a «*Arte de guerra de Frederico II o grande*», em verso portuguez.

Associado com um francez, o seu nome apparece-nos tambem n'uma obra publicada em Paris e bastante conhecida. É no *Recueil des plus belles ruines causées par le feu du* 1er *novembre de* 1755. *Dessiné sur les lieux par MM. Paris et Pédégache, et gravé à Paris par Jac. Ph. le Bas, prémier graveur du cabinet du roy, en* 1757.

---

[1] *Dictionaire des ouvrages anonymes* par Ant. Alex. Barbier. 3.ª ed. & Paris, 1874.

Prefaciou, além d'isso, a obra de Quita.

Seria a mãe, ou alguma parenta d'elle, aquella M.^me^ de Pédégache?

Lembrar-se-ha o leitor de que dissemos que hesitavamos em considerar como inteiramente apocryphas as sete cartas de uma *femme du monde* de Lisboa, reunidas ás da religiosa portugueza em varias edições.

Não nos surprehendera que a *M.^me^ Pédégache* do catalogo de 1808 nos apparecesse um dia como sendo realmente aquella *femme du monde* da 2.ª parte das *Cartas portuguezas* de Barbin.

X

Quem era, ou como se chamava, porém, a religiosa do Alemtejo que escrevera as cinco primeiras cartas?

Marianna, era o unico nome que essas cartas denunciavam, nome muito usado em Portugal, e que seria facil encontrar, repetidissimo, na população conventual da epocha.

Certamente as Cartas foram na successão das suas primeiras edições e do seu ruidoso exito conhecidas em Portugal ou por muitos portuguezes.

Sem querermos antecipar certas indicações, observaremos que, além de outras e faceis provas da consideravel leitura de livros francezes em Portugal, n'aquelle tempo, quem tiver tido occasião de conhecer as nossas mais antigas bibliothecas publicas e particulares terá verificado que

já então nos interessava vivamente o movimento litterario d'aquelle paiz.

Era consideravel o numero de compatriotas nossos que viviam em França relacionados com os melhores circulos da sociedade polida e litterata d'aquelle paiz, e postoque o episodio dos amores de uma freira não fosse, aqui, como em parte alguma, um facto tão extraordinario e excepcional,—em que pese ao sr. Beauvois—, que despertasse singular interesse, mormente em epocha tão agitada por grandes e tempestuosos movimentos,—facil teria sido, realmente, que o ruido das Cartas movesse á curiosidade os conterraneos da auctora d'ellas.

Seria pois natural que se quizesse deduzir contra a sua authenticidade um poderoso argumento do silencio dos escriptos portuguezes do seculo XVII, e ainda do seculo XVIII, a tal respeito, e alguma vez se tem ensaiado realmente esse argumento.

Tem-se notado, por exemplo, que Barbosa Machado não cite, sequer, as Cartas, na sua grande *Bibliotheca*.

Mas em primeiro logar ha uma infinidade de publicações e de auctores que Machado não conheceu e não cita, e depois, admittindo que elle conhecesse as Cartas, e, o que é já bem difficil de admittir, que, conhecendo-as, se permittisse cital-as, quando a Inquisição e a Censura não eram positivamente uma lenda,—deve considerar-se que o livro de Barbin não era uma publicação portugueza e não entrava no molde da *Bibliotheca Luzitana*.

Estamos persuadidos que Machado conheceu as Cartas por alguma das suas numerosas edições.

Se as citasse, teria sido para refusar a authenticidade d'ellas, para contestar que tivesse havido uma Soror Marianna, portugueza, que as tivesse escripto.

Poderia fazel-o?

A sua discrição parece-nos bem diversamente significativa, e temos d'ella, no nosso tempo, prevenção e exemplo...

Como nos parece por egual contraproducente o argumento que se pretenda tirar contra as Cartas, do prolongado silencio dos escriptores portuguezes dos dois ultimos seculos.

Se a tradição ou se a attribuição do livro de Barbin fosse falsa, os proprios sentimentos dominantes, então, na sociedade portugueza, e o prestigio e o interesse das instituições religiosas em Portugal, se insurgiriam protestando contra a mystificação odiosa que se lançava sobre uma religiosa d'este paiz.

Teria sido tão facil desmascarar a calumnia!...

Echoara tão alto e tão longe o escandalo!

O silencio, por assim dizer, systematico, parece antes revelar, por um lado, a impossibilidade ou o receio da controversia e da investigação, e, por outro, o empenho em calar esse escandalo, que deveria mortificar profundamente uma familia poderosa e estimada.

Os proprios chronistas religiosos que se referem ao celebre convento da pobre freira das Cartas e que se espraiam em narrativas miudas e pueris ácerca de muitas companheiras d'ella, calaram-lhe o nome, apesar da expiação a que ella se entregou e da fama de predestinada em que ella morreu, segundo os documentos que podémos descobrir n'esse mesmo convento.

Mas existira ella, realmente? Quem era? Como se chamava?

Era esta a interrogação que subsistia na tradição e na critica do livro de Barbin, quando Brunet publicou o seu monumental *Diccionario,* registando n'elle as Cartas, sem

poder accrescentar informação ou esclarecimento novo a respeito d'ellas.

Em 5 de janeiro de 1810 apparecia no *Journal de l'Empire* um folhetim, intitulado *Variétés*, e firmado por um *omega*, dando a noticia critica da obra de Brunet.

Alludindo ás *Cartas*, o critico dizia o seguinte:

«A primeira edição das *Cartas Portuguezas* é de 1669, como diz o sr. Brunet. Mas elle indica *dois volumes* e a obra é só em *um*. Toda a gente sabe hoje que estas Cartas cheias de natural e de paixão foram escriptas ao *Sr. de Chamilly* por uma religiosa portugueza e que a traducção é de *Guilleragues* ou de *Subligny*. Mas os bibliographos não descobriram ainda o nome da religiosa. Posso dizer-lhes: no meu exemplar da edição de 1669 ha esta nota n'uma lettra que me é desconhecida:—«*A religiosa que escreveu estas cartas chamava-se Marianna Alcoforada, religiosa em Beja, entre a Extremadura e a Andaluzia. O cavalleiro a quem estas cartas foram escriptas era o conde de Chamilly, chamado então conde de Saint-Léger.*» Recentemente uma edição prematura revelou-nos as fraquezas de uma mulher que muitos, de entre nós, poderam ver, conhecer, estimar. Ninguem mais do que eu censurou este esquecimento de todas as conveniencias. Mas 140 annos passados desde que as *Cartas Portuguezas* foram escriptas, tornam a minha indiscrição muito desculpavel. Uma historia tão velha já não offerece pasto á maledicencia nem á malicia.»

Diversos commentadores teem copiado, uns dos outros, incompletamente, este trecho, attribuindo-o alguns ao *Journal des Savants*, cuja publicação, aliás, parece estar interrompida entre 1792 e 1816 [1].

---

[1] Como em Portugal não encontrei o *Journal de l'Empire*,

É de Boissonade, e no catalogo dos seus livros foi reproduzida a nota manuscripta a que elle se refere.

Boissonade conhecia, ou veiu a conhecer, o portuguez, pois que publicou em 1828 a traducção do *Hyssope*, de Antonio Diniz, traducção reproduzida em 1867 sob a revisão de Ferdinand Dénis.

A indicação encontrada e revelada por elle era clara e precisa.

Parecera que devera ser facil a verificação na parte em que se referia á existencia ou ao nome da freira portugueza.

Comprehende-se que os acontecimentos politicos de que então foi, e por largo tempo continuou a ser theatro o nosso paiz, fizessem addiar as investigações necessarias, além de que é facil perceber qne a observação de Boissonade relativamente ao caracter inoffensivo e por assim dizer archeologico da sua indiscrição, não era rigorosamente applicavel na patria da religiosa, onde existia ainda a familia d'esta.

Sousa Botelho, apesar de toda a sua paixão pelas Cartas e de censurar justamente os escriptores portuguezes pela ingrata indifferença que mostravam por ellas, não pôde levar as suas investigações até authenticar positivamente a nota do exemplar de Boissonade. As suas investigações limitaram-se á grande obra de Caetano de Sousa, a *Historia Genealogica da Casa Real*, onde lhe foi facil, um pouco hypotheticamente, ainda assim, encontrar uma familia Alco-

---

d'aquelle anno, e não me contentava com a copia de copia do trecho de Boissonade, solicitei-o, e obtive-o directamente transcripto, do distincto escriptor e meu amigo, o sr. Marianno Pina, que reside em Paris, a cuja obsequiosa amabilidade devo tambem a copia exacta do prefacio da edição inicial de Barbin e o exame directo d'essa edição.

forado, estabelecida do lado do Alemtejo, pela correlação d'ella com o tragico episodio de Villa Viçosa, em 1512:— o assassinio da duqueza de Bragança e do pagem Alcoforado, pelo duque D. Jayme[1].

«Supponho pois,—diz elle,—muito provavel que esta familia existisse em 1663, no Alemtejo, e que uma filha d'esta casa fosse religiosa n'um dos conventos de Beja.»

De resto, n'outros pontos do paiz appareciam familias do mesmo nome, e elle cita uma entre Douro e Minho, que erradamente suppõe ser um ramo dos seus Alcoforados do Alemtejo. E n'isto se ficou por largo tempo.

XI

Deficientes, insignificantes, como eram estas indicações, a critica e o publico acceitaram-n'as, á mingua de outras, como prova da verdade da nota encontrada por Boissonade, tão fortemente concorriam todas as circumstancias para fazer acreditar na authenticidade original das Cartas.

Mal podera realmente suppor-se que fosse uma mystificação apparecer sobre um exemplar bibliographico de 1669, *em francez e em Paris*, tão precisamente determinado o nome e a terra da freira, nome que até na concordancia feminina, tão portugueza e antigamente tão vulgar, do elemento patronimico, parecia attestar a verdade da indicação.

Que interesse poderia haver em inventar esta, além de

---

[1] *A Senhora Duqueza*, por L. C.—Lisboa, 1889.

tudo, não a destinando ao publico, ou quando fôra tão facil contraproval-a, averiguando se existira realmente na pequena cidade de Beja uma freira d'aquelle nome nos poucos annos que Chamilly passára em Portugal?

Cumpria, comtudo, á critica portugueza completar n'este sentido, ao menos, o trabalho dos escriptores e dos editores estrangeiros que durante dois seculos fizeram o renome e a consagração litteraria das Cartas, mantendo-lhes honradamente a attribuição da sua origem portugueza.

Não era uma questão de patriotismo, e que o fosse, constituiria já uma questão de dever e de honra para a litteratura da nação.

Francamente, umas certas tendencias petulantes para apoucar ou para desdenhar a inspiração e o sentimenio da solidariedade e da prosapia nacional, no estudo e no trabalho litterario, achamol-as não apenas inscientificas, mas estupidas.

Basofiando de emancipar a critica, mutilaram-n'a.

Vangloriando-se de desempoeirar os espiritos, desnorteam-n'os.

Dando-se ares de refazer a humanidade e a historia, falseam ambas.

Podemos não concordar; e dissemos já que não concordavamos, inteiramente, com a opinião demasiado exclusivista do sr. Theophilo Braga, quando diz que as Cartas são o unico producto litterario verdadeiramente bello e sentido do nosso seculo XVII.

Mas sem ellas, esse seculo fica realmente truncado na historia litteraria portugueza.

Falta aquelle violino, vibrante, indisciplinado, que nos traz como que uma lembrança consoladora e amiga do que é natural, do que é espontaneo, do que é ingenua e neces-

sariamente verdadeiro e eterno, ao meio das pompas e dos refinamentos artisticos, magistraes, da grande orchestra dos seiscentistas.

Á parte tudo isto, accusada e affirmada a origem portugueza das Cartas, dada a consagração geral do seu valor esthetico e litterario, relacionada a sua origem com um periodo interessantissimo da nossa historia, apontado até o nome portuguez da sua auctora, nome que inconscientemente conquistara assim um logar verdadeiramente glorioso na historia das grandes manifestações e das grandes obras da alma humana, é claro que a critica tinha o direito de esperar de nós uma cooperação mais efficaz ou menos indolente e tarda, do que realmente encontrou nos nossos litteratos e investigadores.

Razão tinha Sousa Botelho em estranhar que tantos annos depois da publicação das Cartas, traduzidas em francez, nenhum escriptor portuguez tivesse tentado restituil-as á lingua nativa e revindical-as, assim, «como propriedade nacional.»

Quando elle o tentou, com exito, que ainda não foi excedido, e com uma dedicação que infelizmente não logrou sequer ser imitada, já Francisco Manuel as traduzira.

Por desgraça, nem um nem outro poderam lançar-se nas investigações, que então poderiam ser bem mais efficazes do que hoje, porque o vandalismo que deixou destruir e dispersar em todo este paiz tantos documentos e tantas memorias preciosas do passado, pode dizer-se que não começara ainda a sua obra brutal.

Muitos annos depois, Lopes de Mendonça começa a traducção das Cartas.

A fina sensibilidade do seu grande talento de artista dá-lhe a convicção da originalidade feminina e espontanea da obra.

Mas Lopes de Mendonça não era, e não poude ser, um investigador, um estudioso.

A seguinte observação d'elle,—mais sentimental do que critica,—mostra claramente que para o seu temperamento e para a sua educação litteraria a questão de saber quem escrevera as Cartas, era, mais do que indifferente, importuna.

Bem se importava elle com isso!

Comoviam-n'o, encantavam-n'o aquellas paginas em que chorava uma paixão profunda e ardente. Por isso as amava, por isso sómente as vertia.

—«Seja como fôr,»—diz elle ingenuamente,—seria quasi impossivel verificar a authenticidade d'estas conjecturas: o homem que soube merecer tamanho affecto, cedendo á vaidade de publicar as cartas que recebera, calou o nome da pessoa que as assignava. *Assim deviam fazer os bibliomanos e eruditos: a curiosidade litteraria tem limites;* a mulher, mesmo depois de morta, deve ser sagrada para o homem. As fraquezas que possa haver commettido, repára-as ás vezes com longos dias de amargura e soffrimento; as lagrimas do arrependimento lavam as culpas e debilidades do coração; resta-lhe, apenas, depois, essa sensibilidade que a engrandece, esses affectos que a tornam sublime, essa doçura celeste com que nos sabe consolar nos transes tormentosos da vida.»

Quanta indolencia e quanta incapacidade scientifica não teem julgado auctorisar-se com esta sentimentalidade romantica, doentia, que em Lopes de Mendonça era, por dizer assim, ingenita!...

Ultimamente, porém, alguns escriptores portuguezes tentaram resgatar a longa inercia da critica nacional e colher directa ou indirectamente em Beja, no berço d'aquella pe-

quena historia que continuava a echoar no mundo, informações ou documentos que inteiramente a corroborassem ou, de vez, a desmentissem.

Quando muito encontravam-se com o reflexo da tradição litteraria, devido, em grande parte, naturalmente, á vulgarisação das indicações francezas.

Havia, porém, devemos dizel-o, n'este mesmo reflexo um elemento, um raio de luz, tenue, vacilante, que tem passado geralmente desapercebido, e que não deriva positivamente da tradição litteraria, ainda depois da revelação de Boissonade.

Esta, como vimos, indica, apenas, o nome da cidade em que vivia a religiosa.

Ora em Beja houve, até ha pouco, tres conventos de freiras, dois dos quaes, de freiras franciscanas.

Em todos elles existiram religiosas com o nome de Marianna, nome vulgarissimo em Portugal, como é sabido. De uma Alcoforado,—D. Leonor Alcoforado,—freira no convento da Esperança, no seculo XVII, existia vestigios na bibliotheca de Evora, não falando já que em qualquer nobiliario, se encontrariam até, em titulo de Alcoforados, freiras Marianas.

D'onde se deriva, pois, indicar-se na tradição oral o convento da Conceição, e não outro, como aquelle a que pertencera a religiosa das Cartas, quando exactamente da existencia de Alcoforadas, n'este, é que parecia perdida toda a tradição?

E nem assim, nem com esta especie de indicação restrictiva, persistente, se conseguiu adiantar a investigação.

Mais ainda.

Em Beja existia um morgado *dos Alcoforados*, um solar d'estes, e uma propriedade rural conhecida por este nome.

O ultimo representante d'essa casa importante e antiga do Alemtejo,—Alexandre Lobo Alcoforado,—era um escriptor que morreu ha pouco, na pobreza e no hospital, regressando de Paris onde fôra, e d'onde sahiu, cremos, no tempo da guerra franco-allemã.

Estão vivos muitos homens distinctos que foram seus amigos e que o descrevem como um homem de talento, illustrado, um pouco excentrico e triste.

Ah, se Sousa Botelho podesse ter sabido tudo isto, o nosso trabalho não teria hoje razão de ser.

Comtudo, a existencia de uma Marianna Alcoforado entre 1663 e 1667, n'um convento de Beja, continuou a ser apenas uma indicação vaga e anonyma, lançada n'um exemplar do livro de Barbin, de 1669, que felizmente viera parar ás mãos de um academico francez.

Os que procuravam colher, das auctoridades e dos raros estudiosos de Beja, informações, documentos, quaesquer esclarecimentos precisos, obtinham apenas esta resposta persistente, implacavel:—«Nada existe, nada se encontra!» —e contentavam-se com isto, ao que parece!

Foi o que conseguiram Felner e Jorumenha, dois expementados investigadores.

Em relação a Jorumenha, temos hoje razão para suppor, —para acreditar mesmo,—que se coisa alguma colheu o publico das suas investigaçães, fôra porque estas, feitas n'um piedoso intento,—egual ao do sr. Beauvois,—de destruir e calar, de vez, *a lenda,* o levaram muito proximo da irrecusavel verdade d'ella.

Quem se lembrar das idéas do dedicado biographo de Camões, pode bem imaginar como elle, costumado a arrostar com as investigações mais laboriosas e difficeis, não teria recuado no devoto empenho de provar que nunca existira

a pobre Marianna do exemplar de Boissonade, se a não tivesse encontrado... no proprio archivo de familia!

O sr. Pinheiro Chagas, apesar de secundado por um esclarecido ecclesiastico, altamente collocado n'aquella diocese, que tambem não poude esclarecernos melhor, o dr. Boavida, escrevia em 1874:

—«O auctor d'este livro esteve ha pouco tempo em Beja e procurou obter alguns esclarecimentos a respeito d'esta apaixonada religiosa. Nada poude alcançar. Nem no livro das profissões, nem no dos obitos se encontra este nome, o que não admira porque elles sobem apenas ao fim do seculo XVII. Mariana Alcoforado não nos legou de si senão a revelação do seu apaixonado talento e do seu dilacerante amor. Tendo visitado o convento da Conceição fui conduzido pela digna e respeitada abbadessa d'esse mosteiro á janella conhecida pelo nome de janella de Mertola, unico vestigio que subsiste ainda d'essa tradição apaixonada. D'essa janella, diz-se, contemplava a triste religiosa a estrada por onde o amante partira para nunca mais voltar.»

O illustre escriptor, nosso amigo, foi manifestamente illudido, não por má fé, é claro, mas por deficiencia de investigação das pessoas que o informaram, deficiencia, além de tudo, explicavel por certas prevenções e por certas preoccupações perfeitamente naturaes, nas quaes tambem nós fomos topar, e que por egual nos illudiriam se não tivessemos teimado em vencel-as.

O livro em que devia estar a profissão da religiosa desappareceu. Como? Quando? Onde pára? [1]

---

[1] Houve em Beja, ha alguns annos, um padre Mira, colleccionador curioso de coisas e memorias da terra. Todos me indicavam a sua bibliotheca, ou o seu espolio litterario, como

Mas n'um livro de obitos do convento existe o termo do d'ella, e o seu nome encontra-se ainda n'outros documentos, como veremos.

Uma d'aquellas preoccupações a que alludimos era manifestamente a de que a pobre freira não teria vivido muito além da sua paixão.

Uma preoccupação um tanto romantica, muito vulgar aliás, apesar do quasi constante desmentido da historia, em casos semelhantes!....

Publicando, em 1876, o *Curso de Litteratura Portugueza*, em continuação ao de Andrade Ferreira, o sr. Camillo Castello Branco, annotando a sua duvida, já discutida, sobre a authenticidade das Cartas, escrevia:

—«Não duvidamos, todavia, nem dos amores, nem da existencia da religiosa Marinna Alcoforado no convento da Conceição de Beja, pelas noticias que temos d'ella e de sua familia, conforme ás genealogias ordenadas por D. Antonio de Aguilar e José Freire de Montarroio Mascarenhas, no artigo: *Alcoforados de Beja.*»

E dava resumidamente essas noticias, que, embora em mais de um ponto perfeitamente inexactas, citavam comtudo duas filhas de Francisco da Costa Alcoforado,—«D. Peregrina e D. Marianna, freiras na Conceição de Beja.»

A suspeita do grande escriptor reduz-se então, depois d'esta descoberta, a que «tal freira, amando talvez muito o

---

repositorio que muito convinha consultar. Mas esse repositorio conserva-se avaramente vedado ás curiosidades indiscretas dos estudiosos. Como diz o povo: ha gente *que não faz e que não deixa fazer.* Na cavalheirosa e intelligente amabilidade que em Beja patrocinou a minha investigação, houve esta excepção apenas.

conde, não escreveu taes cartas, e apenas lhe deu o amor e o nome para a vaidosa ficção.»

Como? Porque?

Démos já as razões d'essa suspeita e as que se nos afigura que inteiramente a contradizem. Comtudo a descoberta de Camillo era tanto mais importante quanto na multidão de manuscriptos genealogicos, existentes e conhecidos em Portugal, que podemos compulsar, como que systematicamente brilham pela ausencia os *Alcoforados de Beja,* do manuscripto citado, e n'este mesmo se torna suspeita a brevidade desdenhosa da referencia aos unicos Alcoforados que sustentaram o nome como singular affirmação de nobreza.

De certo modo é aquella indicação o primeiro passo para a confirmação da nota de Boissonade e da velha tradição da origem das Cartas.

Mas nenhum passo novo se avançou desde 1876.

XII

Temos exposto e estudado o que podemos chamar o estado da questão das *Cartas portuguezas,* ou mais propriamente das *Cartas da religiosa portugueza,* com um desenvolvimento prolixo e miudo que somos os primeiros a reconhecer como mais de uma vez impertinente.

Observámos já que para isto tinha de concorrer necessariamente a situação em que o problema se encontrava, ainda, na historia e na critica litteraria nacional, as mais naturalmente interessadas em resolvel-o.

Não declinamos, porém, á parte que deva averbar-se á profunda sympathia que nos inspiram as Cartas, e ao irresistivel e persistente encanto que sempre tem exercido sobre nós aquella catastrophe de uma alma ingenua e ardente que se afunda na fria obscuridade das coisas sem nome, deixando na historia da expressão humana o rasto fulgurante das coisas immortaes.

Justamente collocada a par de Heloisa, e superior a Lespinasse, na expressão vibrante, verdadeira, genial, da paixão e da desgraça, em que as excede a ambas,—porque não teve as consolações intellectuaes da primeira, nem poude, como a segunda, refugiar-se nas gratas recordações de um amor que só a morte extinguira,—a *religiosa portugueza,* glorificada por dois seculos de admiração, atravez de tantas evoluções do gosto e do sentimento artistico, pareceu-nos sempre accusar, no seu prolongado anonymo, um desamor injusto ou uma vergonhosa incuria da nossa critica e da nossa solidariedade litteraria

Mais uma vez citaremos o sr. Beauvois, e d'esta ha de ser, apenas, para lhe agradecer o seu exemplo ou o seu estimulo, rude e injusto como foi.

Levou-o longe, mais longe, cremos, do que deveria esperar-se do caracter e da missão de historiador e de critico, a preoccupação de illibar a memoria do seu heroe, de um incidente que exaggeradamente suppoz ser uma nodoa que lhe empanasse o nome de bravo e leal soldado.

Mas, repetimol-o:—no fundo d'essa tentativa ha um sentimento de generosidade e de justiça, que não sómente nunca fica mal, mas é sempre a melhor força e a melhor auctoridade do escriptor e do homem de sciencia.

Pois bem.

Foi exactamente um sentimento egual que nos moveu a

rever e a tentar recompor a historia das Cartas, lastimando que outros compatriotas nossos o não tenham podido fazer, que bem melhor o fariam, de certo.

Foi esse sentimento que reagiu em nós, irresistivelmente, quando, parecendo abandonar o illustre critico de Beaune, se achou em face d'esta apostrophe odiosa e injusta, com que elle, como os que apedrejavam a Samaritana, fere, cego e implacavel, a doce e desolada imagem da pobre freira portugueza:

—«É um verdadeiro allivio para os seus admiradores (de Chamilly) o constatar que elle nada teve com uma furia, uma louca, como ella justamente se appellida; com uma religiosa que tivesse vivido na impenitencia, sem nunca se emendar, sem luz de remorso, mas encarniçada na sua paixão sacrilega; com uma mulher, emfim, cujas cartas respiram o mais perfeito egoismo, e são quasi inteiramente cheias de censuras, de injurias, de ameaças, de sentimentos de desespero, de transportes de ciume: Se elle as leu, julgou-se de certo feliz de não ter sido o objecto de um amor tão desmedido. Graças a Deus, elle não teve de subtrahir-se ás obsessões de tal ménada, nem de trahil-a, elle, a quem não pode accusar-se uma perfidia, uma defecção, uma deserção. Elle não entregou á publicidade as cartas que não lhe foram tal dirigidas. Não teve de corar de uma indelicadeza que teria maculado a sua reputação de homem o mais bravo e o mais cheio de honra...»

Não, sr. Beauvois!

Esses tristes amores, esse banal episodio da mocidade do seu heroe, não podem ser já relegados para a fabula; hão de continuar na historia, e o nome d'esse heroe continuará a viver n'ella, mais pela paixão da pobre senhora seduzida e abandonada, do que pelo morticinio de Grave, ou pelas

esquecidas glorias da «arte de matar methodicamente os homens», na phrase de Voltaire.

Quem se lembrara d'elle, se não fossem as Cartas!...

E que a *piedade* intransigente e feroz, que não é de certo a de Christo perdoando á «que muito amou», se tranquillise e aplaque.

Trinta annos rojou a alma e rasgou as carnes, no mystico idiotismo da penitencia claustral, a furia, a ménada, a louca de amor, a desventurada seduzida de Beja, emquanto o seu illustre seductor percorria gloriosamente a vida, coberto de honras e de gordura.

Duas palavras ainda.

A leitura das Cartas e o estudo da tradição que as acompanha tinham-nos dado a convicção profunda, a certeza moral, da sua authenticidade, muito antes que podessemos tentar a verificação directa.

Na tentativa d'essa verificação não fomos, a principio, mais felizes do que os que nos haviam precedido em egual empenho.

Fomos apenas mais teimosos, talvez.

Não nos desalentou a costumada negativa de quaesquer documentos ou de quaesquer subsidios que authenticassem a indicação do exemplar de 1669 encontrado por Boissonade.

Comprehendendo a necessidade de uma investigação directa, e traçado o pequeno plano d'ella, por maneira que, tendo de ser rapida, podesse ser segura e decisiva, acudiu-nos a dedicação intelligente e activa de um amigo, o nosso antigo collega no parlamento, o sr. general A. da Fonseca.

Á cooperação d'elle e á de um velho amigo de infancia e de escola, o intelligentissimo professor padre Julio Pereira da Silva, bem como á inexcedivel amabilidade do vigario

capitular, sr. Matta Veiga, da respeitavel e estimabilissima abbadessa do convento da Conceição, madre D. Maria Felisarda Mendes Goes, do zeloso secretario da camara, sr. Palma, e de outras estimaveis pessoas de Beja, é que certamente devemos ter podido ser mais productiva do que a de outros a investigação complementar do nosso estudo, feita em tres dias, apenas, de permanencia n'aquella formosa e historica povoação [1].

Em relação a archivos, a documentos historicos, a memorias do passado, Beja tem soffrido a devastação e o abandono desolador em que, entre nós, a cada passo, tropeça o estudioso.

O que a guerra e as discordias civis esqueceram ou pouparam, encarregou-se o desleixo e a inepcia administrativa de deixar perder, apodrecer, dispersar.

Apesar d'isto, existem ainda em Beja documentos e monumentos preciosos, e é justo dizer-se que a dedicação perfeitamente officiosa de alguns funccionarios guarda e salva de uma completa ruina o pouco que existe já no genero.

Uma provisão régia de 15 de março de 1815, dirigida á respectiva Provedoria, diz «que entre as crueldades praticadas pello Corpo Francez entrado nessa cidade em 6 de junho de 1808 fòra a de insendiarem differentes edificios e entre elles o Cartorio dessa Provedoria, ficando reduzidos a Cinzas os Livros do Registo das Ordens e de outros objectos importantes como os Livros de Arrecadação da Real

[1] Convém lembrar que diziamos isto quando faziamos a primeira edição (1888). Depois, não sómente obtivemos,—e adeante o dizemos,—outras indicações preciosas, mas voltámos a Beja a ampliar e rectificar as obtidas.

Fazenda, os dos Bens da Coroa, os Tombos e todos os mais documentos com que o decurso de muitos seculos enriquecera o mencionado Cartorio», etc.

Relativamente á historia do magnifico mosteiro da Conceição e á pobre freira das Cartas, com difficuldade se encontram ainda alguns vestigios truncados e dispersos.

O caracter da epocha em que succedeu o amoroso episodio, e em que elle não seria, muito provavelmente, unico, bem como a situação importante e influente da familia a que a religiosa pertencia, bastaram, naturalmente, para que o escandalo não deixasse rasto fundo e nitido em documentos que ficassem archivados.

Ficou e morreu no pequeno soalheiro provinciano.

Observámos já que até em relação ao nome da religiosa os documentos impressos que se referem ao convento são inteiramente mudos, e mais de uma vez, na nossa investigação, nos pareceu sentir mão desconhecida que tivesse andado a apagar a memoria da desgraçada. Melhor diremos que positivamente o sentimos.

Não o conseguiu inteiramente, como vamos ver.

Para nós, ainda que a simples tradição litteraria das Cartas não offerecesse sufficientes provas e garantias da sua propria veracidade, a nota manuscripta encontrada em 1808 em Paris, por Boissonade, e a contra-prova d'ella, agora, pela authenticação da existencia da religiosa, que essa nota indicava, completam e encerram definitivamente a questão, áparte mesmo o estudo comparativo dos mais documentos.

Fiado apenas n'uma indicação genealogica dos Alcoforados de Beja,—que cremos ser a mesma revelada por Camillo,—aventou Theophilo Braga a idéa, que chegou a converter em tentativa critica, de reconstruir a verdade historica das Cartas pelas referencias d'ellas.

A idéa era prematura, considerada a deficiencia e até a incorrecção d'aquella indicação genealogica, a inanidade das investigações ensaiadas e abandonadas, e o estudo incompleto das Cartas nas suas relações com os acontecimentos do tempo e com a propria biographia do destinatario que a tradição accusava.

Não falando já na raridade e no caracter extremamente vago das referencias com que, n'esta situação, se poderia contar.

Mas por bem pagos nos deramos do nosso trabalho ainda quando não tivessemos conseguido mais do que tornar perfeitamente viavel e segura aquella idéa.

Não podemos, hoje, porém, encerrar esta parte do nosso trabalho sem accrescentar á larga conta do nosso reconhecimento a amavel generosidade com que um illustre cavalheiro de Portalegre nos facultou interessantes documentos que nos permittiram refazer e melhorar muitas paginas, n'esta nova edição.

Foi o sr. Martinho da França de Azevedo Coutinho, cujo archivo, abundante já em diplomas de muita nobreza, veiu a herdar os da familia da gloriosa *Freira portugueza*.

I

ALCOFORADO E CHAMILLY

> ...todo o possuidor deste Morgado terá obrigação de vincular a elle, por sua morte, a terça da sua terça para com isso hir em augmento e terá por apellido Alcamforado...
>
> *Test. de F. da Costa Alcoforado,* 1660.

I

Marianna Alcoforado,—ou Marianna *Alcoforada*[1], como se dizia no tempo,—nasceu em Beja e foi babtisada na egreja matriz de Santa-Maria da Feira, d'aquella cidade, aos 22 de abril de 1640, sendo seu padrinho D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira.

---

[1] Esta extensão syntaxica do *sexo* ao nome patronymico era, então, geral, e na locução popular não pode dizer-se rara, ainda. Marianna devia assignar-se tambem assim, pois que a assignatura da irmã, como escrivã do convento, é sempre: *D. peregrina M.ª Alcoforada,* e a mesma fórma subsiste no termo de obito de Marianna. Convém lembrar que a nota encontrada por Boissonade, em Paris, no começo do seculo, indica precisamente por Marianna *Alcoforada* a religiosa das Cartas, o que seria, por si, quando não houvesse outras, uma prova sufficiente da exactidão e da contemporaneidade do auctor d'essa nota.

Era filha legitima de Francisco da Costa Alcoforado e de D. Leonor Mendes.

Quem era Francisco da Costa Alcoforado?

Os *Alcoforados* constituem na tradição nobliarchica portugueza uma velha arvore genealogica extremamente ramosa e frondente, que mergulha as raizes em tempos anteriores á formação do reino, apontando á superficie da historia com o nome do ricohomem D. Gueda o Velho. É porém com um descendente d'este, Pedro Martins, que a fidalga especie começa a bracejar nas genealogias e nas chronicas portuguezas.

Pedro Martins, que viveu no reinado de Affonso II, era filho de Martins Pires de Aguiar e de D. Elvira Gonçalves de Sousa, homem nobre aquelle, e filha, esta, dos livres amores de um par de não menores prosapias, segundo algumas genealogias:—D. Gonçalo Mendes de Sousa e D. Goldora Goldares de Refeiteira, piedosa padroeira do famoso mosteiro de Bustello, no Douro.

Parece averiguado que foi Pedro Martins o que primeiro usara o appellido de Alcoforado, ou, como escrevem outros, *Alcanforado*[1].

---

[1] E tambem *Alcamforado* e *Alcoforado*. Todas estas fórmas se encontram nos documentos relativos a Francisco da Costa e sua familia. O termo de obito de Marianna escreve *Alcanforada,* e no Tombo Novo do Convento de S. Francisco, em que está registada a instituição do vinculo, diz-se tambem *Alcamforado.*

«Não se acha nas historias o motivo,—diz desoladamente Manso Lima [1],—porém bem se conhece que foi alcunha que começaria em Alcanforado por andar sempre cheiroso, e depois por corrupção Alcoforado, porque a opinião de alguns de que foi este cognome derivado do Couto de Alcofra, no julgado de Lafões, é sem duvida errada pois aquelle Couto desde o reinado d'el-rei D. Sancho I sempre andou em morgado na familia a que ultimamente foi julgado no anno de 172 por sentença da Relação da cidade de Lisboa e os Alcoforados nunca possuiram fazenda na Beira e quando houvessem tido este senhorio se chamariam de Alcofra como se denominara o apelido do solar e não Alcoforados que é cognome de alcunha.»

Sobre o respectivo brazão heraltico phantasiaram egualmente os genealogistas, com uma certa graça ingenua.

—«São as armas d'esta familia,—continua Manso Lima,—o campo do escudo xadresado de prata e azul, de sete peças em facha e por timbre uma aguia estendida em memoria de proceder dos Aguiares que teem esta ave por armas porém variada na côr, porque é azul, voante, armada de prata e metade xadresada do mesmo metal. A causa d'esta mudança, diz a tradição, fôra haverem nascido de um mesmo

[1] *Familias de Portugal tiradas dos melhores nobiliarios do reino*, etc., por Jacinto Leitão Manso de Lima, etc. Ms. da Bibl. Nac. de Lisboa.

parto Pedro Martins e Nuno Martins, e contendendo depois sobre a progenitura se ajustaram que decidisse a sorte a sua disputa, e sendo a fortuna mais favoravel a Pedro Martins tomou em lembrança do successo o jogo do xadrez, se não é que estas fossem o brazão da familia de D. Goldora Goldares de Refeiteira de quem os Alcoforados herdaram os bens e o padroado do mosteiro de Bustello, como escreve o conde D. Pedro.»

Tudo pode ser, mas, seja como fôr, offerecemos já, aos que se importam com estas coisas, a consolação de poderem imaginar que a pobre amante do glorioso pimpolho dos Chamilly poderia, ao menos, contrapôr á aguia dos Senhores de Corberon, a não menos altaneira dos Aguiares, e ás *gueules à la fasce d'or*, dos Bouton, o bello xadrez a prata e azul, tão phantasticamente explicado por Manso de Lima, como aquellas por Pedro Palliot[1].

Ao avesso da divisa dos Chamilly:—*la rose vaut le bouton*[2]. Tambem será n'isto que os dois possam irmanar...

---

[1] *Hist. gén. des comtes de Camilly*, cit. pelo sr. Beauvois.

[2] «... os Chamilly contentaram-se com o antigo escudo: —*de gueules à la fasce d'or*,—que por ser muito simples não deixava de passar por ter uma alta significação symbolica, representando as *goles* as petalas da *rosa* (em persa *gul*) e o *oiro* os seus estames. Assim, alguns personagens d'esta casa, fazendo um trocadilho com o seu proprio nome, tinham adoptado por divisa:—*Le bouton vaut la rose.*»

Beauvois, *La jeunesse du maréchal*, etc.

Os Alcoforados ramificam-se em varias casas solarengas, principalmente ao norte do paiz, e aquelle appellido ou desapparece no cruzamento das diversas gerações fidalgas, ou vae acompanhando outros, sem que nos conste que se fixe n'uma exclusiva instituição de morgado, ao costume e segundo as leis e tradições do tempo, senão na familia,—a menos conhecida d'aquelle nome, exactamente,—de Marianna Alcoforado.

Podemos hoje dizer que não é só este facto que contraría a arbitraria affirmação de Camillo Castello Branco, de que o tronco dos Alcoforados de Beja «não é com certeza o do rico-homem D. Gueda o *velho*, de quem descendem os Alcoforados da Casa da Silva, de Villa Pouca, etc.» [1], e devemos accrescentar que o escudo dos Alcoforados era o adoptado pela Casa de Beja até á sua extincção por morte do ultimo representante, ha poucos annos [2].

Pouco nos importara esta questão da ascendencia de Marianna Alcoforado se áparte o rigoroso dever da critica, de não desdenhar ou esconder facto ou elemento algum, em restituições historicas da natureza d'esta que emprehendemos, não valesse por testemunho indirecto, no processo, a bastarda e ridicula preoccupação de certos genealogistas modernos, de arredar da prosapiosa arvore dos Alco-

---

[1] *Curso de litt. port.* Lisboa, 1876. Nota II.

[2] Alexandre Lobo Alcoforado.

forados o notavel ramo que foi o unico que não trocou ou engeitou o nome,—e muito especialmente os dois pobres entes que melhor o conservaram e enobreceram na memoria das gerações:—a *amorosa* de Beja e o enamorado pagem da Duqueza de Bragança[1].

Documentos e investigações novas habilitam-nos a completar,—diremos melhor, a refazer,—o nosso anterior trabalho, arredando, de vez, toda a controversia sobre a familia de Marianna.

O pae d'ella era um Alcoforado directo e authentico,—dos Alcoforados de Traz-os-Montes, berço originario da familia. Dois antepassados,—Ruy Gonçalo e Martim Gonçalo Alcoforado,—netos em terceira e quarta geração do primeiro Alcoforado,—foram senhores de Bemposta, Penasroyas e Castro Vicente. Outro tinha a sua casa,—de que ha bem pouco existiam restos,—em Cortiços, antiga e então florescente villa da mesma provincia, onde vamos encontrar o avô de Marianna,—Balthazar Vaz Alcoforado, que serviu como capitão na Italia e em Flandres no tempo do ultimo Filippe,—reentrado já em Portugal e na sua provincia, em 1596, pois que n'esse anno commandava uma expedição de gente de pé e de cavallo enviada ao Porto pelo bispo de Miranda, D. Manuel de Seabra.

Era este Balthazar filho de Francisco Carmona

---

[1] *A Senhora Duqueza*, Lisboa.

Alcoforado, de Cortiços, que casara com uma parente, uma Alcoforada tambem,—Anna Vaz,—filha dos morgados das Aguasleves: Diogo Fernandes e Filippa Alcoforada. Matrimoniou-se com uma senhora de Castro Vicente,—Anna da Cunha Pinto, ou *Pinta,* segundo o dizer do tempo,—e teve tres filhos.

O mais velho,—Nicolau da Cunha Alcoforado,—foi capitão-mór de Cortiços, serviu briosamente nas primeiras refregas da Restauração, e reformou-se em 1647.

Casou com Antonia de Miranda, filha dos morgados do Anjo, de Chaves, e o seu primeiro filho,—Balthazar Vaz Alcoforado, como o avô,—foi naturalmente o que nas nossas primeiras investigações encontrámos batalhando desde soldado a capitão e mestre de campo nas fronteiras de Traz-os-Montes [1].

---

[1] Dipl. de 28 de junho de 1665 e 29 de dezembro de 1670, cit. na 1.ª ed.

Este ramo de Alcoforados que permaneceu em Traz-os-Montes não parece ter sido mais feliz do que o que veiu vecejar em Beja. O ultimo, dos de Cortiços, acabou por vender, não ha muitos annos, a quinta ou solar patrimonial, onde me consta existir ainda, encimando um portal, o brazão da familia. Uma nota encontrada nos papeis do sr. Azevedo, de Portalegre, dá as seguintes informações: Balthazar Vaz Alcoforado casou com D. Marianna da Rosa, e falleceu, sem testamento, em 23 de novembro de 1723, sendo sepultado na Egreja Matriz de Cortiços, segundo termo do Reitor Antonio Ferreira do Amaral. Consta ter tido os seguintes filhos:

Do segundo filho de Balthazar Vaz e de sua mulher Anna da Cunha não ha noticia, e o terceiro foi o nosso Francisco da Costa Alcoforado.

Parece que d'este tomara conta Tristão da Cunha, que foi Mestre de Campo general em Traz-os-Montes, e que perdendo um olho nas campanhas da Restauração ficou sendo chamado o *Torto*.[1]

Naturalmente com elle veiu para o sul, e o que é certo é que indo a Beja fixou a sua residencia n'aquella cidade, casando com Leonor Mendes, filha de Francisco Mendes e Maria Alves, mercadores[2] e proprietarios, alli.

—Balthazar Vaz Alcoforado, que era formado, segundo um assento de baptismo feito em 1730, em que foi padrinho com sua irmã:

—Angelica, nascida em 20 de agosto de 1700, tendo por padrinhos Jorge de Lemos e sua mulher D. Joanna, do logar de Mascaranha, no baptismo em 2 de setembro. Esta Angelica casou duas vezes, uma com Miguel Machado, de Mirandella, outra com Antonio de Moraes Sarmento, de Miranda. Não teve filhos do primeiro.

—Nicolau da Cunha, baptisado em 21 de setembro de 1702.

(Certidão pedida por D. Luiza do Carmo Alcoforado, de Lisboa, e passada em 26 de outubro de 1830, pelo Reitor da Egreja de S. Nicolau, de Cortiços, Theotonio Joaquim da Rocha.)

[1] Foi governador de Angola, onde chegou em 1666, sendo mezes depois enviado preso para Lisboa por insurreição popular.

[2] Nas genealogias de D. Antonio de Aguiar e Freire de Montarroio, citadas por Camillo Castello Branco (obr. cit.) diz-se que Francisco da Costa era creado de Tristão da Cunha o *Torto* e que indo a Beja por meirinho de uma alçada alli ca-

Francisco Mendes fez morgado de uma propriedade urbana que possuia na praça principal da cidade, nomeando em primeira administradora sua filha Leonor, e a esposa, sobrevivendo-lhe, constituiu tambem uma d'estas instituições pias chamadas Capellas, vinculando o rendimento de um predio rural,—«um ferragial juncto ao poço do Coelho extramuros»,—ao pagamento de dez missas votivas por anno—«emquanto o mundo durar.» [1]

Francisco da Costa Alcoforado apparece-nos logo nos primeiros annos da Restauração, n'uma situação distincta e influente, considerado fidalgo, e tratando-se como tal, excellentemente relacionado, e desempenhando commissões importantes de confiança administractivo e politica. [2]

---

sara com Leonor Mendes, «filha de uma tendeira a quem chamavam Maria Alves a *Maricota.*»

Entenda-se por tendeiros, o que então se entendia e os documentos illucidam:—«mercadores de revenda ou de porta aberta, com loja» como hoje se diria.

[1] A noticia da fundação d'elle, encontrámol-a n'um dos papeis do sr. Azevedo, de Portalegre, que por curiosidade extractaremos nos Documentos, e a relativa a Maria Alves, está registada como verba do testamento d'esta n'uma certidão de 1778 pedida pelo syndico dos religiosos de S. Francisco de Beja, copiada no Tombo Novo d'este convento, onde está o registo do testamento de Francisco da Costa Alcoforado, que allude á mesma fundação.

[2] Os filhos de Francisco da Costa Alcoforado e os mais descendentes d'elles mostraram-se muito ciosos da sua fidalguia e dos serviços do fundador da Casa. Nos papeis do sr. Aze-

Desde então podemos seguil-o quasi anno a anno, na sua vida publica.

Era evidentemente um homem intelligente, activo, energico, estimado.

De 1636 a 1640 fôra já executor do almoxari-

---

vedo, de Portalegre, ha diversos requerimentos dos tres filhos de Francisco da Costa, em 1681, pedindo e obtendo certidões dos serviços e cargos do pae.

Ha tambem differentes notas genealogicas e uma curiosa inquirição promovida por dois descendentes d'aquelle, para a successão da fidalguia e morgado, que se intitula:

Instrumento de justificação | de Francisco da Costa Cunha Alcoforado, | Cappitão reformado do Regimento | de Milicias desta Comarca, morador nesta cidade de Beja; e de Francis | co José da Cunha Alcoforado, Cap | pitão reformado da Cavallaria | de Torres Nouas | tãobem morador | nesta mesma cidade |

É a inquirição feita em 27 de julho de 1804, em Beja, nas casas do sargento-mór Gaspar de Moraes Correia. São inquiridos, este, de 70 annos, João Pessanha de Mendonça Furtado Carcome Moreno, «uma das Pessoas principaes d'esta cidade», de 90 annos, e Francisco Coelho, capitão de ordenanças da freguezia dos Quintos, de 80 annos que diz:

—«E sabe outro sim pello muito uso que tem tido de ver e ler varios documentos antigos e pertencentes á Casa dos justificantes que Francisco da Costa Alcoforado foi fidalgo da Casa.»

Que pena que este curioso erudito não nos deixasse umas memorias de quanto vira e lera n'esses velhos papeis!... Uma coisa que os Alcoforados nunca se lembraram de inquirir foi da versão escandalosa dos amores da Freira, para a desmentir. Deixaram-n'a sempre correr sem protesto. Exactamente como Chamilly...

fado de Beja, cargo importante que parece ter desempenhado até 1656.

Em 30 de agosto de 1642 foi eleito procurador ás côrtes por aquella cidade.

Votara-se á causa da Independencia, que dedicadamente serviu até o fim.

Uma carta régia de 12 de novembro de 1644 fazia-o coudel-mór na comarca de Beja, incumbindo-lhe que promovesse e superintendesse, com instante solicitude, o recenseamento e creação de cavallos para serviço da campanha.

Eleito novamente procurador ás côrtes, em 28 de outubro de 1645, sendo já «vereador mais velho, e juiz de fóra pela Ordenação», o que denunciava certas habilitações litterarias, no mesmo dia da eleição renunciava o mandato, que lhe era ainda uma vez conferido em 3 de abril de 1649[1].

N'outra carta régia, em 14 de abril de 1646, que encontrámos transcripta no Tombo Novo do Convento da Conceição,—um magnifico codice, por signal,—é qualificado de—«cavalleiro fidalgo da Minha Casa, vereador mais antigo e juiz de Beja pela Ordenação.»

Em 5 de dezembro de 1647, andando elle na côrte, e tendo corrido o respectivo processo de habilitação, que, infelizmente, não encontrámos na

[1] Ainda em 1663 uma carta do infante D. Pedro o nomeia novamente vereador para esse anno.

Torre do Tombo, um alvará regio manda-o armar cavalleiro de Christo na propria capella real, ou na egreja de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa, o que immediatamente se cumpre.

Outro diploma, de 10 de janeiro de 1648, consigna-lhe a promessa de uma commenda da ordem de Christo, com a respectiva pensão, e este documento é interessante por fazer uma resenha dos serviços prestados por Alcoforado depois dos que já lhe haviam merecido outras honras, como indica o diploma, desde 1642.

Os serviços alludidos são os da maneira por que cumpria as obrigações do officio, «de que é proprietario», de executor do almoxarifado de Beja, e tambem do de superintendente das coudelarias d'aquella comarca, cargos ambos, n'aquella epocha de guerra e de reconstituição administrativa, muito importantes, e mais o de dirigir a conducção dos trigos, o que lhe fôra incumbido pelo Conselho da Fazenda, e a beneficiação das farinhas e o lançamento e cobrança dos dizimos, de que o encarregara a propria Junta dos Tres Estados.

Citam-se depois alguns feitos e serviços propriamente militares:—um recontro junto de Moura, com os hespanhoes, em que lhes arrancou uma grossa presa de gado que levavam e lhes matou e aprisionou alguma gente; a defeza, com dispendio proprio, d'aquella villa, durante seis mezes; a sua cooperação na fortificação e defeza de Arronches, Valença e Bomroy, etc.

Do seu testamento, feito em 30 de setembro de 1660,—que foi o primeiro e um dos mais preciosos documentos que na nossa investigação directa podémos obter,—vê-se que possuia uma grande casa, que a administrava com muito zelo, que dirigia uma larga laboração agricola, e que ao mesmo tempo tinha relações com alguns dos primeiros homens da epoca, como o conde de Castanhede,—o celebre Marialva,—o marquez de Niza, nosso embaixador em Paris, etc.

Promovera zelosamente a instrucção dos filhos, dando-lhes carreiras e collocações distinctas, como veremos.

É n'esse testamento que elle, com sua mulher, institue o—«morgado dos Alcoforados»,—impondo á successão e herança d'elle algumas clausulas sob mais de um aspecto curiosas. O successor juntará sempre ao morgado «para que elle vá em augmento», a terça da sua terça, e terá o appellido de *Alcamforado*, perdendo o direito á successão desde que não queira ou não possa cumprir qualquer d'estas clausulas. Prohibe a successão em frades ou em freiras, admittindo-a apenas na falta de filhos seculares, e em todo o caso mantendo-se sempre na linha directa. Se algum successor commetter crime de lesa-magestade divina ou humana, ou outro qualquer que implique confiscação de bens, entender-se-ha que perdeu o direito e o morgado duas horas antes de commetter esse crime, disposição, se bem nos lembramos, de tradição visigoda, que cor-

robora a idéa de quanto Francisco Alcoforado desejava assegurar a conservação e o augmento da fundação a que vinculava o seu appellido. Não se esquece, tambem, de recommendar que o enterrem vestido e armado como fidalgo e cavalleiro de Christo,—«com um barrete vermelho, espada á ilharga, borzeguins e esporas.»

Tres annos depois de fazer este testamento ainda Francisco da Costa Alcoforado tinha vigor e popularidade bastante para salvar Beja, do panico que a tomada de Evora por D. João d'Austria produzira, e para repellir intrepidamente as intimações do invasor triumphante.

Contam-n'o um attestado do governador Bartholomeu Lobo de Mello Freire, de 10 de maio de 1663 e uma carta do rei, de 21 de junho d'esse anno, dirigida ao «Juiz Vereador e procurador do Concelho da Cidade de Beja,» que agradecendo e louvando o procedimento da cidade, n'aquelle grave transe, recommenda instantemente a fortificação d'ella.

Fora o caso que tendo D. João d'Austria enviado alli um «cartel» para que lhe fossem entregues «as chaves da cidade», resolutamente se pozera Francisco da Costa Alcoforado,—ainda «vereador mais velho» e juiz de fóra,—ao lado do governador, estimulando a população a resistir aos hespanhoes, provendo á defeza, fortalecendo e disciplinando os animos alvoroçados, e festejando depois, ruidosamente, no meio ainda de evidente perigo, o malogro da temerosa invasão na batalha do Ameixial.

Ainda n'aquelle anno é ordenada a formação de uma Casa de Moeda em Beja, sendo enviados a Francisco da Costa Alcoforado os regulamentos e ordens para essa fundação, como «juiz do cunho».

A casa solarenga de Francisco da Costa Alcoforado existe ainda, posto que truncada e modificada. É onde está hoje alojada a Assemblea Bejense, na velha rua do Touro, que no tempo d'elle tinha já este nome,—nem outro teve, naturalmente,—o que lhe proveiu de umas pedras encravadas nas paredes com a esculptura de uma cabeça de touro, symbolo agricola que veiu a figurar no escudo da cidade. D'estas pedras restam uma ou duas em paredes visinhas, e outras se encontram em diversos sitios. A casa era ainda propriedade do ultimo Alcoforado, fallecido no nosso tempo, e que traspassando-a ou vendendo-a, desejara, segundo o testemunho de muitas pessoas de Beja, que na reparação da sala principal,—hoje sala de baile do Club,—se pozesse o velho brazão da familia. Este, porém, desappareceu, e nem uma simples lapide recorda que foi alli o solar dos Alcoforados [1].

---

[1] Não posso resistir a transcrever o trecho de um bello artigo com que Pedro Victor da Costa Sequeira, o distincto jornalista e engenheiro, que tão intimamenta conhece Beja, sua patria adoptiva, honrou a primeira edição da *Soror*:

—«... Demais, ninguem tinha em Beja, um verdadeiro estimulo para acclarar a questão, e pelo contrario havia um certo desejo de a deixar no escuro...

«Vivia ainda o ultimo Alcoforado, que tinha regressado de

Já agora, outra nota curiosa. Não foi n'aquella casa que nasceu Marianna Alcoforado, mas em outra, na *Praça,*—hoje Praça de D. Manuel,—na freguezia de Santa Maria da Feira em que foi baptisada, e que inteiramente restaurada tambem, é egualmente o alojamento d'um Club,—o *Club artistico,* —segundo as indicações que temos podido colher.

Francisco da Costa Alcoforado morreu entre 1671, em que o seu procurador Diogo Dias Seco, apresenta em juizo o testamento d'elle, e 1676, em que faz o seu, ás grades do Convento da Conceição, uma das filhas, sendo elle «já defunto».

Do termo da abertura do primeiro, e do proprio texto dos documentos, parecera-nos poder deduzir,

---

França, quasi expulso de Paris por se ter recusado, no tempo do cerco, a pegar em armas contra os Prussianos... Talvez um resto da velha malquerença de familia contra a patria de Chamilly? Este ultimo Alcoforado era um original, respeitado e considerado ainda por todos como que em attenção aos seus ascendentes. As chronicas da terra dizem *que fora gerado em condições extraordinarias* e que ferido talvez á nascença, com um fatal vicio de origem, vegetou n'este mundo como um ser extranho e extravagante, um *degenerado,* ora elevando-se pelo brilho de uma intelligencia notavel, ora esquecendo-se n'um abandono parecido com o idiotismo... *Destinada* (a familia) *a extinguir-se na geração anterior, foi por um esforço da vontade do avó de Alexandre Lobo Alcoforado que se tentou, em vão, dominar e vencer o destino.*»

De feito, segundo a versão geral do soalheiro bejense, esse avó, verificando a impotencia do marido da filha que lhe havia de continuar o nome e o morgado, substituira-se a elle,

nas nossas primeiras investigações, que seria por aquelle tempo, em 1671, que tivesse morrido Leonor Mendes. N'este caso viviria ainda, como o marido, no tempo do episodio das Cartas, o que se nos affigurou que uma allusão d'estas corroborava. Mas essa allusão foi mal comprehendida, e documentos posteriormente obtidos modificam a hypothese.

Da folha de partilhas a favor de um dos filhos, Miguel da Cunha Alcoforado, da legitima que lhe pertenceu por morte de sua mãe, vê-se que D. Leonor Mendes era morta em 1664,—morrera nos primeiro mezes d'esse anno ou nos ultimos do anterior,—pois que o inventario estava feito em 16 de março e as partilhas julgadas por sentença em egual

---

na obsessão d'aquella continuidade fidalga. Conhecemos casos analogos na historia contemporanea da velha instituição.

O *Dicc. Univ. Port.* diz de Alexandre Lobo:

—«Dotado de um caracter integro e nobilissimo, mas excentrico, pretendeu pelos proprios recursos crear-se uma situação superior. Para esse fim estabeleceu residencia em Paris onde seguiu por algum tempo o curso de medicina. Desajudado da sorte, não pôde realizar o seu intento, e regressando a Portugal, morreu pobre e esquecido no hospital de S. José, encontrando unicamente nos seus ultimos instantes a protecção desinteressada do distincto medico dr. Eduardo Motta e do padre Antonio Rebello, hoje cura do hospital, que lhe fizeram o enterro por impulso de amizade. A. de alguns trabalhos litterarios em cujo numero se contam *A lei e o clero na questão do casamento civil,* 1866, *O baptisado e a excommunhão,* 1865, e uma serie de artigos de critica do poema *D. Jaime,* publicados no jornal humoristico, *O Duende.*»

dia de maio, d'esse anno [1]. Esta data e a de um outro facto tambem inedito que adeante registaremos illucidam bastante a historia da Freira.

II

O silencio feito em volta dos fundadores da Casa dos Alcoforados de Beja, na moderna genealogia, hypocrita e cortezã, afundou-lhes a prole, aliás numerosa, na mais completa obscuridade. A propria nota encontrada por Camillo Castello Branco em papeis de Aguiar e Montarroio é sobre incompleta, inexacta.

---

[1] Foi o sr. Azevedo, de Portalegre, quem me revelou esta indicação preciosa e o respectivo documento. É a folha de partilhas mandada passar pelo «Dr. Manoel Martins Pretto, juis de fora dos orffaos desta cidade de Beja e sseu termo por Sua Alteza», e extrahida de—«huns Autos de jnventario e partilhas que neste dicto juiso dos orffaos se fiserão dos Bens e fazenda assim Moveis como de Raiz que ficarão por Morte e fallescimento de dona Leonor Molher que foi de Francisco da Costa Alcofforado, cavaleiro professo na ordem de Cristo e Morador que foj nesta Cidade».—Requereu-a Miguel da Cunha Alcoforado, já então (167?)—«Mayor e casado e recebido em face da igreja».

As partilhas foram feitas entre quatro filhos e coube a Miguel 1:481$524 réis.

No seu testamento, em 30 de setembro de 1660, Francisco da Costa Alcoforado denuncia seis filhos. Teve oito, mas dos dois ultimos, um tinha 5 annos e o outro alguns dias apenas.

Dos citados, tres são meninas, estando uma casada e as outras no convento da Conceição:—«*Marianna que já é professa* e Catharina que ainda o não é.»

O filho mais velho foi José da Costa, cura de Nossa Senhora das Neves, quando o pae fazia o testamento. Era, porém, natural este filho. Francisco Alcoforado nomeia-o como um dos seus testamenteiros, recommenda-lhe a fiscalisação das suas disposições pias, e consigna-lhe, do morgado que institue, a pensão vitalicia de 8$000 réis.

Dos filhos legitimos, o mais velho é Balthazar Vaz Alcoforado, como o proprio pae o declara n'aquelle mesmo diploma, onde o nomeia tambem por seu testamenteiro, «se ao tempo da minha morte,—accrescenta,—tiver edade para o ser.» Não tinha, pois, 25 annos, em 1660.

D'este Balthazar, diz a nota citada pelos srs. Camillo Castello Branco e Theophilo Braga, que fizera «a celebre decima nas suas conclusões em Coimbra: *Culpa fuera Brites bella*», etc., e que fôra prior de Beringel. O *Diccionario Universal Portuguez* dá-o como formado em theologia «e muito conhecido pelos seus ditos facetos e joviaes.»

Confessamos á puridade que não o conhecemos por esses ditos, que não temos a mais longinqua

idéa da celebre decima, e que não nos achamos dispostos a sahir, por agora, d'esta profunda ignorancia. Que não era refractario ás lettras sabemol-o. Na Bibliotheca de Evora existe ainda um trabalho d'elle, uma exposição relativa á diocese de Beja.

Prior de Beringel, antiga e privilegiada villa a 10 kilometros de Beja, ou prior da egreja de Santo Estevão de Beringel,—priorado importante e fidalgo, com direito de usar murça, e de que eram padroeiros apresentantes os marquezes de Minas,—sabemos tambem que era em 1716, como egualmente se deduz dos documentos da successão do morgado, que era doutor. Antes, porém, que fosse não só prior, mas clerigo, fôra soldado aventuroso e intrepido,—outro facto absolutamente inedito até agora.

Quando em 1666 se fez a audaciosa invasão da Andaluzia, Balthazar Vaz Alcoforado, acompanhando o sargento-mór de batalha, general da artilheria do Algarve, Diogo Gomes de Figueiredo, governador de Beja, fez, segundo o testemunho d'este, prodigios de bravura e de habilidade, principalmente na tomada de Alcaria de la Puebla, á frente de quarenta cavallos,—«exposto ao diluvio das balas que se tiravam do dito Castello e animando e exortando as mangas avançadas e dando-lhes calor.»

Foi pois companheiro de Chamilly,—notemos já,—pois que tambem o cavalleiro francez tomou parte n'esta expedição e esteve na tomada de Alcaria, segundo a sua propria folha de serviços.

É sómente em 1669,—por curiosa coincidencia: no anno da primeira e ruidosa publicação das *Cartas da Freira portugueza,*—que o irmão de Marianna Alcoforado troca a carreira das armas, tão brilhantemente auspiciada, pelo serviço de Deus, em que obscura e resignadamente se afunda.

Moço,—pois que em 1660 era ainda menor,—rico, intelligente e intrepido, volta as costas ás honras e ás riquezas mundanas e vae declarar perante o tabellião de Beja, Manuel Martins da Fonseca, em termo de 29 de agosto de 1669, que—«elle tinha uontade de ser cleriguo e seruir A Deos nosso senhor no estado ecleziastico e por quanto não podia conseguir ho dito imtento sem primeiro ter dote comveniente na forma do sagrado Concilio tridentino»,—se dota com o que lhe pertencera no inventario feito por morte de sua mãe. [1]

Grave devera ter sido a causa desconhecida que levara aquelle homem a abandonar a carreira das armas, em que se distinguira já, e a herança eminente de uma situação prestigiosa e de uma casa

---

[1] Traslado em 9 de janeiro de 1670, do mesmo tabellião, em Beja, do termo de 29 de agosto de 1669. São testemunhas o Padre Estevão de Faria, Antonio de Oliveira e Manuel Jorge, creado de Balthazar. (Papeis do sr. Azevedo, de Portalegre.)

O documento tem a seguinte rubrica no verso:—«dote de meu yrmão Baltezar Vas Alcoforado (*e n'outra lettra*) feito a si mesmo q.[do] se quis ordenar, emportou o dote na forma què lhe coube no inventario de sua may D. Leonor Mendes—1:501$390.»

rica e considerada, rompendo com as aspirações e os planos do velho pae, e mallogrando-lhe descarinhosamente, á beira do tumulo, a piedosa instituição em que elle quizera perpetuar o nome e a prosapia dos Alcoforados.

Estas novas indicações documentaes, sobre as quaes estamos refazendo a noticia da familia de Beja, levam-nos irresistivelmente a ver no companheiro d'armas de Chamilly, em 1666,—exactamente quando devem ter começado as relações d'este com Marianna,—e no valente e despreoccupado moço que repentinamente desapparece n'uma vida obscura e devota em 1669,—precisamente quando se faz um grande ruido em volta das *Cartas*,—aquelle «irmão» que ellas revelam como intermediario, inconsciente talvez, mas não talvez inculpado, dos amores da pobre Freira portugueza.

Este deve ter sido, e não o outro irmão,—o Miguel da Cunha Alcoforado,—como suppozeramos e como antes de nós imaginara já Theophilo Braga.

Do processo da definitiva instituição do morgado parece deduzir-se que Balthazar, padre já, não se mostrara muito disposto a assentir na piedosa resolução paterna, pondo mesmo as suas objecções em juizo.

Só em 1716 é que essa instituição se consolida e regista.

Segundo papeis da familia, elle teve filhos naturaes, entre os quaes uma D. Leonor, que parece ter confiado á irmã, pois que foi freira, tambem, no

convento da Conceição. Deve ser a D. Leonor Jacoba da Cunha Alcoforado, escrivã do convento em 1709, que suppozeramos ser filha do Miguel.

Este,—Miguel da Cunha Alcoforado,—segundo filho legitimo de Francisco da Costa e de D. Leonor Mendes, era menor ainda quando se fizeram as partilhas por morte d'ella, em 1664.

Pequena parte deve ter tomado na guerra da Restauração, mas honrou dignamente o nome depois. De 15 de setembro de 1683 a 1702 foi capitão do terço auxiliar de infanteria de Beja, e no ultimo anno accrescentou ao posto o de mestre de campo, que era ainda em 1707, segundo um diploma que lhe memora os serviços prestados:—em 1703 elevando, com grande zelo, a 1:000 homens aquelle terço; em 1704 guarnecendo e defendendo Moura; em 1705 e 1706 governando esta praça, fortificando-a e combatendo. Em 17 de dezembro de 1707 era confirmado em fidalgo da casa real com a moradia de fidalgo cavalleiro, como o pae.

O ultimo cargo, ou mais propriamente a ultima mercê, que parece ter recebido foi a de Provedor das Capellas da infanta D. Brites, mãe de D. Manuel e fundadora do Convento da Conceição. [1]

---

[1] Onde jaz, no claustro, junto á formosa capella de S. João Baptista, em sepultura rasa, que tem em lapide de marmore esta inscripção: ||||||||| |||||||| A BEATRIS|FL.^{co} NA ERA 1506 DIDA|DE DE • 77 • ANNOS. A capella, em mosaico, tem no centro do arco a data—1614—da sua restauração e da da sepultura, talvez.

Pela sua posição e influencia, os Alcoforados de Beja naturalmente prestaram serviços importantes ao infante D. Pedro, na questão delicada da regencia d'este e da deposição do irmão. Sabe-se os receios que inspirou o exercito do Alemtejo antes que Schomberg se resolvesse a acceitar a solução d'essa formidavel intriga politica, tão mal conhecida e julgada ainda.

O que é certo é que tanto o Alcoforado pae como os filhos eram estimados por D. Pedro que a Miguel da Cunha offereceu uma joia importante, avaliada, em 1716, em 800$000 réis.

Miguel era fallecido em 1727.

Foi elle quem recolheu e administrou a herança paterna, e promoveu a consolidação e o engrandecimento da instituição fundada pelo pae, entendendo-se amigavelmente com os irmãos. Os bens moveis e as dividas do casal que elle recebe são computadas em 12:000 cruzados, somma que em 1716 entrega ao irmão mais velho, convertida em propriedades a annexar ao morgado.

É elle tambem quem apresenta em juizo o testamento da irmã mais nova, que reforça com a sua legitima aquella instituição.

De resto, pela ordenação de Balthazar Vaz, e segundo as clausulas do testamento do pae, natural era passar o morgado a Miguel da Cunha e á sua descendencia, como o primeiro o passou realmente pouco depois.

Não se conservou muito tempo n'esta linha. Ca-

sando moço,—pouco depois da morte da mãe,—com D. Brites da Costa Montes, filha de um abastado lavrador de Beja, Estevão da Costa Montes, e de sua mulher D. Leonor da Fonseca,—Miguel da Cunha teve só um filho varão e duas ou tres filhas que fez freiras,[1] escolhendo-lhes, porém, não o convento das irmãs, mas outro,—o da Esperança, da mesma cidade.

A Miguel da Cunha Alcoforado segue-se, se é que não antecedia, Marianna Alcoforado, de quem especialmente fallaremos,—e a ella, outra filha, a quem allude o testamento dos paes e que era já casada então:—D. Anna Maria.

Casara esta com Rodrigo de Mello e Lobo, recebendo de dote 12:000 cruzados, além do enxoval e de valiosos donativos.

N'aquelle documento, por todos os titulos inte-

---

[1] De duas filhas temos documento paterno; são dois requerimentos em que Miguel expõe,—em 1695 e 1698,—que tendo essas duas filhas:—Leonor e Micaela,—no convento da Esperança (Beja) para professarem quando tiverem idade, tem contractado com o convento «que se contente» com as quantias que lhes dá em dote e «que não herde cousa alguma de sua mãe e d'elle», e pede provisões para que a renunciação seja jurada, sem embargo da Ordenação em contrario. São-lhe concedidas: uma em 27 de outubro de 1695, outra em 11 de novembro de 1698. Ha indicação duvidosa de terceira filha:—Marianna Josepha.—Aquella freira Leonor, ou Leonor Thereza, sempre veiu a herdar alguma coisa. Como succedia muitas vezes, a morte corrigia os planos brutaes dos paes.

O filho de Miguel da Cunha chamou-se José da Costa Al-

ressantissimo, revela-se, a par do typo dubio de Rodrigo de Mello, a affeição de Leonor Mendes pelas filhas e o caracter severo e liso de Francisco Alcoforado. Este quasi denuncía como ingrato e burlão o genro.

Rodrigo de Mello e Lobo está no nome denunciando prosapia genealogica, que não vale a pena apurar. Francisco Alcoforado tivera-o em casa, durante cinco annos, em tratamento «de males envelhecidos e tão rebeldes que se esgotou toda a medicina para os desarreigar.» Depois, naturalmente, é que lhe concedera a filha.

Como dissemos, o testamento de 1660 cita ainda uma terceira filha, chamada Catharina, que ao tempo era noviça no convento da Conceição, onde estava Marianna. O pae fizera contracto com o convento sobre a dotação de ambas.

D'esta Catharina, porém, não encontramos mais

---

coforado. Um alvará régio de 1 de dezembro de 1703 continua-lhe, em attenção aos serviços do pae e do avô, o fôro e moradia de fidalgo da Casa. Uma provisão de 15 de setembro de 1727 continua-lhe o cargo de provedor das capellas da infanta D. Brites.

Casando com D. Marianna Brites de Albuquerque, teve Joaquim Miguel da Cunha Alcoforado, que, por carta régia de 9 de agosto de 1757, foi confirmado no mesmo fôro e moradia de fidalgo; casou este com D. Maria Clara Francisca Xavier de Albuquerque, e morreu, sem descendencia, em 2 de junho de 1768, pelo que o morgado passou ao herdeiro do terceiro filho do fundador.

noticias, não existindo já em 1664, quando se fazem as partilhas por morte da mãe.

Falemos agora dos filhos de Francisco Alcoforado que o testamento d'elle não cita.

São dois:—um que recebe o nome do pae, e outro, Maria, depois Peregrina Maria.

O primeiro,—Francisco da Costa Alcoforado,—foi baptisado em 26 de abril de 1655.

Seguiu a jurisprudencia, foi juiz de fóra em Benevente, de 1684 a 1687, provedor dos orphãos e capellas em Lisboa, e por Decreto de 10 de dezembro de 1715 e Carta de 3 de janeiro de 1716 nomeado Desembargador extravagante da Relação do Porto, cargo de que tomou posse em 31 de março do ultimo anno. Em 1723 estava aposentado.

Casou com D. Catherina Arcangella da Cunha, filha do tenente general de cavallaria Belchior de Torres de Sequeira o *captivo*, porque o havia sido dos moiros, e que morreu em 1704 em campanha.

Teve dois filhos varões, ao primeiro dos quaes,—que tinha o nome do pae e do avô paterno—veiu a pertencer o morgado dos Alcoforados por quebra na linha de Miguel da Cunha. Teve tambem uma filha que segundo o costume da familia e do tempo foi freira.[1]

---

[1] Estes filhos foram:

—Francisco da Costa Alcoforado que casou com D. Maria Lopes Pita, tendo d'ella Francisco da Cunha Alcoforado, que era capitão reformado do regimento de milicias de Beja em

Não é curioso,—se não é particularmente significativo,—que todos estes Alcoforados, com todas as suas varias descendencias, com todas as multiplas ostentações das suas prosapias, passassem até hoje tão desapercebidos dos geneologistas e investigadores, e que apenas pela nota desdenhosa e encolhida da collecção inedita de Aguiar e de Montarroio, revelada e superficialmente adoptada por Camillo Castello-Branco, se começasse a desconfiar de que poderia não ser perfeitamente phantasiosa a indicação do exemplar de 1668, das *Cartas*, denunciada por Boissonade?!...

III

Dos filhos de Francisco da Costa e de D. Leonor Mendes os que nos suggerem um maior interesse, depois de Marianna, são necessariamente Balthazar Vaz,—por ter sido o companheiro de armas de

---

1804 e casara com D. Cecilia Joanna de Sousa Caldeira Barreto Castello-Branco.

—D. Catherina Victoria, freira na Esperança (Beja).

—José da Cunha Alcoforado, que em 1804 residia tambem n'aquella cidade, sendo capitão reformado da cavallaria de Torres Novas, e tendo casado com D. Ursula Rosa Pereira de Campos.

Chamilly,—e Peregrina Maria,—que foi companheira de convento, da irmã.

As *Cartas* não falam d'isto, é claro, como na obsessão exclusivista que retratam, mal e raramente alludem a qualquer termo alheio áquella situação subjectiva, e tambem, muito naturalmente, porque ao tempo em que ellas foram escriptas, Maria era uma creança, ainda.

Cremos, comtudo, digamol-o já como justificação de nos demorarmos um pouco mais com esta Alcoforado, que a sua existencia, a sua creação, pelo menos, embora nenhuma relação directa tenha com as Cartas, não é talvez indifferente ao desenlace do episodio ou da paixão funesta que as inspirou.

Além de que esta irmã de Marianna, creada por ella desde a infancia, como podémos descobrir, e chegando a occupar os primeiros cargo no convento, é citada, posto que muito incidentalmente, por um ou por mais de um dos chronistas ecclesiasticos que inteiramente calam o nome da perceptora. Tambem não se dera por isto, e mais andava impresso!...

Fazendo o seu testamento em 2 de novembro de 1676 ás grades do Convento da Conceição, em que é noviça e vae professar, Maria Alcoforado mostra-se muito grata e previdente para com Marianna, constitue-a herdeira dos rendimentos que para si reserva e faz-lhe um legado especial em dinheiro que deverá ser-lhe entregue logo que esteja liquidada a herança paterna.

Move-a a isto,—diz—«as muitas obrigações que lhe deve *pela haver creado de minina de tres annos.*»

Tinha pois uma certa importancia saber quando nascera. Nas nossas primeiras investigações ficara-nos obscuro este ponto, e essa obscuridade suggeria naturalmente duvidas e hypotheses que cautelosamente exposemos.

Uma só, das ultimas, nos pareceu segura, e essa podemos hoje confirmal-a. É a de que logo aos tres annos entrara Maria Alcoforado para a clausura conventual pois que o termo de obito, que descobriramos, lhe attribuia 82 annos em 1741, e em 1660, quando o pae fazia o seu testamento, era já professa Marianna.

Mas além de que não podemos fiar-nos inteiramente na estimativa das edades d'estes termos conventuaes,—e o da propria irmã nos advertia de como, n'uns casos, a vaga tradição oral, e n'outros, o proposito de abreviar ou illudir as prescripções legaes, tornavam precaria aquella base de calculo,—duas circumstancias poderiam objectar as datas deduzidas d'aquella indicação.

Era a primeira a de se dizer simplesmente n'esse mesmo testamento que Maria Alcoforado quando o fazia (1676) era «maior de 12 annos.» Antes de os ter não poderia testar, é certo, mas poderia professar aos 16 e mais cedo. Ha até nos proprios livros do convento muitos exemplos de profissão em menores edades, e tendo morrido os paes e tratan-

do-se de liquidar a casa e de constituir, amigavel e definitivamente, o morgado, poderia bem suppôr-se que se esperasse apenas pela edade legal dos 12 annos e que se não deixasse approximar muito a da profissão, para mover Maria Alcoforado a fazer aquelle testamento pelo qual, em vez de entregar os bens á instituição piedosa a que entregava a existencia, os declinava em beneficio da instituição mundana que havia de sustentar a prosapia do nome... e dos irmãos.

O proprio convento seria interessado em que ella professasse cedo, e demais, mostrando-se tão vivamente empenhado o pae em consolidar o morgado que fundara, não seria natural que levasse a filha á desistencia dos seus direitos se em vida d'elle tivesse attingido a edade de testar, como teria, decerto, se tivesse realmente nascido quando o termo obituario parecia indicar:—em 1659?

Depois,—e esta circumstancia não se nos affigurava menos importante,—ter-se-hia dado este facto extraordinario de uma admissão conventual aos tres annos de edade.

E chamamos extraordinario o facto, sem querermos dizer com isto que não acontecesse algumas vezes serem entregues aos conventos de freiras, creanças de edade inferior á que as Constituições terminantemente estabeleciam.

Este monstruoso enterramento da infancia na vida claustral, não seria até extremamente raro, convindo notar que esses conventos eram os unicos es-

tabelecimentos de educação e instrucção femenina que existiam então.

Mas aos tres annos!...

Precisamente as Constituições do convento da Conceição recommendavam muito expressamente que não se dispensasse a edade de 12 annos para a admissão—«se não ha *caso tão grave* que quasi seja forçoso, pollos danos que se experimentão *de criar mininas em os Mosteiros.*»[1]

E preceituavam ainda:—«Se se receber algũa minina menor de dose annos, não esteja debaixo da Mestra das Nouiças, mas seja outra Religiosa depu-

---

[1] *Constitviçoens | geraes, | para todas as freiras, e religiosas, | sójeitas á obediencia da Ordem de N. P. S. Fran | cisco em esta familia Cismontana:* | de novo recopiladas das antigas, e acrescentadas, com acordo, consentimento, & aprouação do Capitulo Geral celebrado em Roma a onze de Junho do Anno de Mil, seiscentos & trinta & noue etc.—Tradvzidas de espanhol em portvgvez, & acrescençoens que se fizerão em os Capitulos Geraes, que se seguirão, por mandado do N. R. P. Fr. Joseph Ximenes Samaniego, Ministro geral de toda a ordem: E de nouo mandadas obseruar em o Capitulo Geral que se celebrou em Roma, no Anno de 1676.—Lisboa—Na officina de Miguel des Landes,—M.DC.LXXXI.

Exemplar abbadecial da Conceição. Estas *Const.* tinham sido revistas e mandadas executar em capitulo geral, em Roma, em 1630. Novo capitulo geral em 1676 recommenda a sua execução, e em 1681 foram vertidas do hespanhol para portuguez recommendando-se novamente a sua execução em carta patente do provincial Fr. Manoel de S. Thiago, que lembrava ás abbadessas a excommunhão maior *latae sententia* se não trouxessem comsigo o codigo conventual.

tada para isto que a tenha & ensine até que tenha dose annos, porque desde então hade entrar em o Nouiciado & estar com as mais Nouiças, até que professe.»

De que não seriam lettra morta aquelles preceitos, temos testemunho no facto revelado por um chronista, de ter sido preciso um breve pontificio para que podesse ser admittida aos 7 annos, no convento, uma das proprias companheiras de Maria Alcoforado.

No termo de obito de outra, Josepha Maria de Jesus,—em junho de 1700,—conta-se tambem, justificando largamente o facto, que n'essa edade fôra admittida depois de varias deligencias e auctorisação superior, trinta annos antes.[1]

Não parecia tudo isto denunciar que um *grave caso*, no dizer das Constituições, dera origem á entrada de Maria Alcoforado quando apenas—«menina de tres annos?»

Se ella tivesse nascido em 1659 esse caso deve-

---

[1] —«... entrou no Conv.^to deydade de sete annos, o pay empobreseu não teue p.^a lhe dar todo o dote...»

Liv. das Religiosas defuntas (o 1.º), etc. *MS.* cit.

Mas de uma outra admissão aos 3 annos temos exemplo n'este mesmo livro. É a de Rosa Maria do Rosario, que morreu, de 19 annos, em 15 de dezembro de 1698, de quem diz o respectivo termo:—«sendo criada no Cõuento dejdade *de tres annos con hũ breve de sua sãtidade* q. lhe consedeu p.^a q. desta jdade viese e eixersitou os annos da minise em aprender a ler e cantar e estrumentos q. em tudo foy m.º sabedora».

ria ter-se dado em 1662. Nenhuns vestigios encontravamos d'elle. Em 1662 o pae adoece e é só então, em 14 de outubro, que entrega ao official publico o testamento, feito em 1660.

Morreria por este tempo aquella filha Catharina que estava para professar na Conceição?

Mas além de que o facto não explicaria bem a immediata entrada da outra para a clausura, tão nova e em vida da mãe, natural fôra que qualquer declaração emendasse a que no testamento se referia á existencia da malograda noviça e ao contracto feito com o convento.

Um acontecimento explicaria tudo, observámos então:—seria a morte da mãe.

Comprehende-se que as circumstancias do tempo não permittissem ao velho Alcoforado e aos filhos cuidar da creação da creança, e que d'ella tomassem conta as irmãs. Nem vale a pena discutir se não seria mais natural que o fizesse antes a irmã casada, do que a freira professa.

Mas quando publicavamos o nosso primeiro trabalho, não poderamos apurar a data da morte de Leonor Mendes e o proprio testamento do marido fazia suppor que esse acontecimento se dera em 1671, data da abertura d'aquelle diploma.

Podemos hoje resolver a questão.

Maria Alcoforado nasceu, não quando o indica o termo d'obito conventual, nem muito depois como poderia deduzir-se do seu proprio testamento, mas em 1660, sendo em 3 de setembro baptisada na

egreja de S. João de Beja, pelo proprio irmão natural José da Costa Alcoforado, e servindo de padrinho o outro irmão, Balthazar Vaz.

E «o caso tão grave que quasi seja forçoso», — exigido pelas Constituições para a admissão e creação de «mininas em os Mosteiros», foi realmente a morte da mãe nos fins de 1663 ou principios de 1664, quando Maria Alcoforado tinha apenas os tres annos, como diz no seu testamento[1]. Fazendo este em 1676, professou regularmente aos 16.

É facil de ver que estes factos não podiam ser indifferentes ao nosso assumpto. Não o são, até, á historia critica, diremos melhor: physiologica, do episodio das Cartas.

Aquella existencia infantil que subitamente se enlaçava na da enclausurada e adolescente religiosa de algum modo lhe havia de perturbar e interromper o trabalho da absorpção mystica com o fermento mundano de uma maternidade incompleta. Seria como um raio de sol, realentador e fecundante, cahindo a prumo nos vagos anceios de uma opulenta mocidade que se estiolava e debatia na

[1] Uma nova pesquiza nos *livros findos*, armazenados, mais exactamente amontoados na Camara ecclesiastica de Beja, deu-nos a descoberta do novo termo baptismal. E a noticia da data obituaria de Leonor Mendes veiu dar-nos razão ao escrupulo que exposemos na primeira edição, em aceitar a hypothese seductora de que fosse a mãe de Marianna que procurando um derivativo á obsessão amorosa d'ella lhe confiasse a irmãsinha.

solitaria e monotona fatalidade d'aquella sepultura antecipada da clausura. Trazia-lhe a animar-lhe, a estimular-lhe os éstos de um organismo e de uma alma de mulher intelligente, moça, forte,—reagindo contra os vagos e inanes deleites da «contemplação e da oração mental»,—um fermento novo de vida e de expansão affectiva, sexual, positiva.

Devia ser este, certamente, um dos «damnos» que segundo as Constituições, se experimentavam em—«criar mininas em os Mosteiros».

Se nas Cartas não ha,—e perfeitamente se comprehende que não haja,—allusão expressa á irmãsinha de Marianna,—n'ellas se encontra mais de uma vez o traço nitido d'este embate e sobreposição de sentimentos, tão natural e logico, e exactamente na ultima, quando a obsessão apaixonada enfraquece e desarma perante a realidade implacavel, se denuncia a retrogradação instinctiva da pobre religiosa aos affectos de familia e a—«um estado mais tranquillo»,—como ella diz, que seria naturalmente o da educação da pequena irmã. A propria existencia d'esta, em tão tenra edade, na clausura, deveria proporcionar a Marianna uma vida mais desafogada das estreitas imposições e vigilancias devotas, além de que Francisco da Costa Alcoforado fizera então, segundo denuncia o testamento da futura freira, e como já dissemos,—«umas casas no convento»,—que as filhas habitariam um pouco emancipadas da vida em commum.

Voltemos porém a Maria Alcoforada que profes-

sando, antepoz ao nome o de Peregrina, passando a chamar-se e assignar-se invariavelmente Dona Peregrina Maria Alcoforada.

É sómente em 1690 que a encontramos, de novo, já então escrivã do mosteiro, cargo que exerce até 1696, pois que é de 5 de abril d'este anno o ultimo termo obituario por ella escripturado no *Livro das Religiozas defuntas do Real Conuento da Conçeipção de Beja*, livro que ella organisa e abre[1].

Estes registos conventuaes,—sobretudo os de freiras,—são um pouco menos aridos e formalistas do que os nossos modernos registos officiaes. Por assim dizer, sente-se mais a intelligencia,—e ás vezes até o coração,—de quem os escreveu, atravez da narrativa passiva e obrigada dos factos.

Peregrina Alcoforado excede mesmo o padrão vulgar. Como que constrangida na secca e laconica redacção do *termo*, quando trata de registar os obitos das suas companheiras, expande as recordações e a observação, uma ou outra vez, n'uma especie de esbocetos biographicos que não deixam de ser interessantes.

Ha um até, muito interessante,—que occupa não menos de 7 paginas do obituario e rompe no excesso de intitular-se:—« *Vida e morte da m.ᵉ Anna M.ª de São francisco Relligioza neste Conu.º de Nossa*

[1] Dissemos já que o primeiro livro das profissões desappareceu.

Srã. da Conceição. É uma curiosa nota, directamente surprehendida, da vida e do mysticismo claustral, em que a escrivã se faz inconscientemente escriptora, na ingenua expansão do seu saudoso respeito pela companheira e amiga.

São 16 os termos que encontramos feitos por Maria Alcoforado, sendo o primeiro de 16 de agosto de 1690 e o ultimo de 15 de abril de 1696[1]. Escriptos com uma certa despreoccupação original do formulario sugerem o reparo do vizitador Fr. José da Trindade, em 15 de novembro de 1694, fazendo-lhe recommendar—«á M.e Escrivã q̃ acabe todos os termos na forma do papel adjunto e q̃ não deixe folhas em branco, senão q̃ sempre se continuem os termos com distincção de tres dedos entre huns e outros».

Se foi escrupulosamente seguida a medida, deveria ter os dedos elegantemente afilados a madre escrivã.

Calligraphia e dicção,—mais correctas do que o commum,—são nitidas e firmes, poderia mesmo dizer-se que tem um certo ar distincto, no longo cortejo de escripturas banaes, confusas, desleixadas.

Evidentemente: Maria Alcoforado é intelligente e

---

[1] Fecha esta parte com o termo de visitação de Fr. Joseph da Trindade, «ministro provincial», em 19 de outubro de 1696. O termo que se lhe segue é de nova escrivá,—Soror Maria de S. Francisco,—em 5 de abril de 1697. Passara-se, pois, ao que parece, um anno em que não houvera obitos a registar.

instruida. Escreve facilmente, com segurança, com uma certa distincção até. Parece saber latim, escrevendo-o correctamente nas citações, tem uma tal ou qual educação litteraria, revela uma individualidade propria.

Já no testamento de 1676, se sente uma intelligencia e uma vontade mais acentuada e segura, mais pratica e mais senhoril do que poderia esperar-se na edade, e sobretudo nas condições, da joven noviça.

Será muito aventuroso suppor ver n'esse curioso documento, alguem que ostensivamente não assiste ao acto, mas cuja intelligencia e educação deve ter tido a principal influencia na formação da futura freira?

Tendo sido esta creada por Marianna Alcoforado. desde «menina de tres annos», naturalmente nos inclinamos a julgar um pouco da mestra e educadora, pelas revelações intellectuaes da pupilla.

Convém notar tudo isto até por ser vulgar entre nós,—ainda entre pessoas illustradas, entre litteratos, até!—a absurda idéa de que os conventos eram recessos de ignorancia idiota e de que as mulheres portuguezas só por excepção rarissima poderiam ter sido seres racionaes, alguns seculos atraz. Manifestamente os filhos de Francisco Alcoforado não eram refractarios ás lettras. De Balthazar Vaz notámas isto já. De outros dois temos tambem testemunhos directos. E teremos occasião de nos referir a uma descoberta interessante:—a da exis-

tencia de uma pequena bibliotheca de 200 *livros francezes*, na successão da familia. [1]

D. Peregrina Maria apparece-nos como abbadessa no triennio de 1730–1732. Embora nos antecipemos um pouco, notemos já esta circumstancia de que nunca o foi a irmã, sua iniciadora e mestra na vida conventual; e então uma das mais antigas religiosas.

É mesmo no seu abbadessado que começa a escripturar-se um dos mais formosos registos que ainda encontrámos no convento: o livro segundo das «entradas e profissões», elegantemente encadernado em marroquim com tarjas douradas e fechos de metal,—numerado e rubricado em 27 de setembro de 1732 por fr. Pedro das Chagas. [2]

---

[1] Outra Alcoforado nos apparece escrivã da Conceição, poucos annos depois, em 1709. É D. Leonor Jacoba da Cunha *Alcoforada* que julgaramos filha de Miguel da Cunha e que pode ser, antes, a de Balthazar Vaz. A uma outra sobrinha, Caetana, allude Peregrina Maria no seu testamento, naturalmente a filha da irman casada com R. de Mello, que nascera no mesmo anno que ella,—em 12 de março de 1660,—segundo outro termo baptismal que encontrámos no mesmo livro em que descobrimos o de Maria Alcoforado:—«Caiatana, filha de Rui de Mello e D. Anna, padrino Bartholomeu Lobo.» Mais tarde professa no convento uma D. Catharina Eufemia Querubina da Cnnha Alcoforado, filha do doutor José da Cunha Alcoforado e de D. Rosa Maria Raposa, «naturaes de Beja».

E diziam que não se encontravam Alcoforadas n'este viveiro d'ellas!...

[2] Abre com este titulo:—*Livro 2.º* | *Das entradas no Rea*

O nome de Peregrina Maria, como abbadessa apparece tambem n'uma chronica, extremamente interessante, publicada em 1753, que poderia ter poupado aos commentadores das Cartas a inutil exhumação do pagem de Villa Viçosa para fundamenta-

---

Mosteiro de | Nossa Senhora da Conceição de Beja | do dia 27 de setembro de 1732 até | —no qual se accrescentarão, além do seo Nu | mero correspondente em cada assento, dois | Indices. hum cronologico, que começa f. 121 | e outro Alfabetico, que principia f. 126 | sendo Abbadessa a R. M. D. Maria Theotonia de Santa Anna, | e Escrivãa | a M. D. Margarida Rosa Joaquina do Carmo | no 1795 | —

NB. N'este mesmo Volume se contem o Livro | 2.º das Profissões. que começa f. 141 |

Vê-se que este titulo foi anteposto ao primitivo, escripto na folha seguinte com moldura desenhada á penna e lettra cuidada:—*Livro das Entradas, e | Profissões, que teve a M. R. M.e | e senhora D. Peregrina Maria | Alcoforada Ab.e deste Real Conv.to | de N. Snr.a da Conceyção, | sendo sua Escrivã | A M.e Ignez Iosozefa Bap.ta Pr.a | na era de | 1732*

A fs. 120 e não 121 começa o *Catalogo cronologico das Entradas no Real Mosteiro de N. S.a da Conceição de Beja,* que vae até fs. 123 verso, sommando os nomes 155, A fs. 126 começa o *Catalogo Alfabetico,* que vae até fs. 140.

Na folha 141 lê-se:

Proficoñs que ouve, feitto este | Livro de nouo, pella M.e | Escrivam Ignez Iosepha | Bap.ta Pr.a, sendo Abb.e | a. M. R. M.e e S.ra D. Pe | regrina M.a Alcoforada | na Era de 1732 an.s § |

E no verso d'essa mesma folha:

Livro 2.º | Das profissoes feitas no Real Mosteiro de | Nossa Senhora da Conceição de Beja do | dia 14 de outubro da 1732 ate | —no qual, alem do seo Numero correspondente | em cada assento, se acrestaraõ dois Indices | no fim hum cronologico, q,

rem a suspeita de que teriam existido Alcoforados para os lados de Beja! [1]

Depois de a encontrarmos abbadessa do convento da Conceição, só podémos tornar a encontrar Peregrina Maria Alcoforado,—e ainda n'um registo ini-

---

começa f. 252 | e outro alfabetico q. principia f. 258 | sendo Abbadessa no 1795 a | R. M. D. Maria Theotonia de S.ta Anna, | e Escrivãa a | M. D. Margarida Rosa Ioaquina do Carmo |

O catalogo chronologico acaba em fs. 255 e somma 142 profissões. A fs. 272 lê se o seguinte termo:—«Satisfazendo ao mandado e ordem do N. M. R. P.e Fr. Ant.o da Purificação, Preg.or da Mad.a e da Prov.a de Portugal, e Prov.al da dos Alg.es numerei, e rubriquei este livro das entradas, e profissões, e achei constar de duz.tas e setenta e duas folhas principiando desde o pr.o Termo e entrada, e p.a test.o da verd.e me assigno hoje 27 de settembro de 1732.—Fr. Pedro das Chagas. L.or Iub.o e Vig.o do conven.to. O livro é formado por cadernos de 8 folhas de formato pequeno (8.o) encadernado em marroquim com tarjas douradas e fechos de metal. O primeiro termo de entrada é de 27 de setembro de 1732, sendo Abbadessa D. Peregrina Maria Alcoforado. No anno seguinte, a 2 de maio, a abbadessa é outra:—Soror Filipa Maria Evangelista.

É realmente deploravel que não se tenha procurado conservar estes livros conventuaes, alguns até sob o aspecto artistico, extremamente curiosos. Este que acabamos de descrever está perfeitamente conservado, e mais ums vez notaremos quanto é extraordinario que tantas tentativas de investigação feitas ácerca das Alcoforados de Beja, não lograssem encontrar este e os mais documentos que vamos citando, e que ainda hoje se diga e se escreva que não existe em Beja e no convento da Conceição, vestigio documental do simples nome da religiosa das Cartas indicada pela nota de Boissonade.

[1] *Chron. seraf.* etc. por Fr. J. de Belem. Lisboa, 1853.

ciado sob o seu abbadessado,—morta em 2 de novembro de 1741, de «hua malina q̃ durou tres dias».

Soror Clara Isabel Baptista, a escrivã d'aquelle anno, não se esquece de accrescentar que a muito reverenda madre dera a alma ao Creador «com signaes de predestinada» e informa, como dissemos já, que tinha 82 annos de edade.

Tinha 81, e 78 de clausura!

Forte e resistente raça, a d'estes Alcoforados!

Setenta e oito annos, corpo e alma de mulher meridional, evidentemente vigorosa e sã, formosa talvez, intelligente e amoravel, sem duvida,—sequestrados entre as grades e as paredes d'aquella enorme prisão,—sempre a mesma!—girando constantemente no mesmo pequenino meio de obsessões idiotas e de devoções obrigadas!

Desde «menina de tres annos»!...

E comtudo muitos mais annos se agarraram outras áquella vida e áquella masmorra que um chronista enthusiasta chama «um paraiso de flores odoriferas».

Em 1736, por exemplo, fallecera uma companheira de Peregrina Alcoforado, com 120 annos.

A essa, quando já tão resequida pelo tempo que não tinha, como no convento, de «castigar as rebeldias da carne», segundo a piedosa e auctorisada revelação do outro historiador franciscano, deixaram-n'a ao menos ir aquecer os ossos ao sol da liberdade e no conchego da familia.[1]

---

[1] *Chron. seraf.* etc. por Fr. J. de Belem.

Se é que tinha uma familia que a reconhecesse e amasse a pobre mumia inutil!

IV

Como vimos, Marianna Alcoforado nascera alguns mezes antes de estalar a revolução nacional de 1640, cujo fermento, no Alemtejo, se fizera sentir, com inilludivel nitidez, nos tumultos de Evora, de 1637 e 1638.

É claro que não seria agora occasião de esboçar aquelle formidavel e dramatico acontecimento que levou mais de um quarto de seculo a representar nos campos de batalha e nos gabinetes da intriga politica,—atravez dos quaes,—de uns e de outros,—passou triumphante, como era necessario e justo, a Independencia Portugueza.

Não precisamos tão pouco, demorar-nos, por mais forte que seja a seducção, no estudo da epocha ou dos successos de que as Cartas casualmente sahiram trazendo já cortadas as suas ligações propriamente historicas pelo caracter absorvente e exclusivo do episodio que se espelha e retrata n'ellas.

É certo, comtudo, que em volta do berço da futura freira, aquelles successos haviam de fazer logo um grande alvoroço confuso de enthusiasmos e afflicções.

A vida em Beja não tardaria em tornar-se pouco tranquilla e segura, e na Casa dos Alcoforados haviam de sobejar os cuidados, para que a educação das filhas podesse fazer-se com esmero no meio d'aquella azafama bellicosa que logo seguiu a revolução.

D'aqui veiu, naturalmente, abreviar-se a entrada no convento, de Marianna e de Catharina, as duas irmãs e companheiras do testamento de 1660.

O pae lançara-se intrepidamente na incerta aventura.

Corria a fronteira,—administrador e soldado,—reunindo dinheiro, gente, viveres, cavallos; escaramuçando com os hespanhoes; preparando a resistencia á invasão eminente; organisando a administração para os grandes esforços de uma lucta desesperada.

A guerra ia desdobrar-se feroz, e o futuro era duvidoso e escuro.

O Alemtejo tinha de ser o theatro dos maiores movimentos bellicos.

Sempre por alli nos vibrara o castelhano os golpes mais certeiros e terriveis da sua velha ambição. Quasi sempre, travada a lucta entre as duas nações peninsulares, rompiamos nós pela Galliza adentro e os hespanhoes invadiam-nos pelo Alemtejo.

Tinhamos, é certo, d'este lado sentinellas valentes:—Olivença, Moura, Estremoz, Campo Maior, Arronches, etc.—mas, coitadas, o abutre da domi-

nação hespanhola, que durante sessenta annos não se fartara de sugar-nos todos os recursos e todas forças, tinha-as desarmado e enfraquecido tambem.

Beja, mesmo, não poderia considerar-se segura quando as forças inimigas que corriam á fronteira, a rompessem impetuosamente do lado da Andaluzia.

E Beja, pela sua situação central e pelos seus especiaes recursos, teria, em todo o caso, de desempenhar um papel importante na organisação e no aprovisionamento da defeza nacional, d'aquelle lado.

Só mais tarde, porém, quando a lucta, depois de arrastar-se longa e incertamente, começa a assumir um caracter mais decisivo, e que o velho e atormentado leão iberico, vexado pela resistencia dos portuguezes, ensaia, furioso, o salto fatal, é que parece pensar-se mais seriamente na situação e na utilidade estrategica de Beja.

Por um Nicolau de Langres, o conde do Prado fizera levantar a planta da cidade. Em 20 de julho de 1660 o Supremo Conselho de Guerra adverte que em Beja «está muito dinheiro para a fortificação d'ella, de que convém tratar sem dilação.» Logo quatro dias depois, em 24 d'aquelle mez, resolve-se que a planta «approvada pelos mais engenheiros» se remetta ao conde de Athouguia, então general das armas do Alemtejo, para que este incumba a execução das fortificações projectadas a uma junta

[1] Docs. do Conselho de guerra, no Arch. Nac.

composta do governador de Beja, do provedor e corregedor respectivos, e dos officiaes da camara.[1]

Este Langres parece ter sido um dos primeiros aventureiros,—e quasi todos estes primeiros foram de má especie,—que se offereceram a Portugal.

Pouco depois bandeava-se para o serviço de Castella, pois que um curioso impresso de 1663 diz d'elle o seguinte[1]:—«Era general de artilheria *ad honorem* Monseur de Langres que ao soldo Portuguez veiu aprender o que vae ensinar aos nossos inimigos pois que não trasendo mais que a cazaca de hum pobre forasteiro & a sciencia de hum ignorante riscador, cõ o nosso dispendio, não conhecendo as obrigações a quem lhe deu o ser, como quem tinha poucas serve ao partido contrario.»

Outras preoccupações e necessidades da guerra parecem ter feito addiar a execução d'aquellas ordens, pois que ainda em 1665, em 25 de novembro, sendo nomeado governador da praça e cidade de Beja o sargento-mór da batalha Diogo Gomes de Figueiredo, se lhe recommenda que trate das fortificações.

Comtudo Beja tornara-se o centro de um grande movimento militar, uma especie de grande deposito e aquartelamento do exercito do Alemtejo.

Alli se reuniam e organisavam algumas das forças que tinham de ir servir na fronteira e alli vi-

---

[1] *Campanha de Portugal pella provincia de Alemtejo na primavera do anno de 1663.*

nham aquartelar-se parte d'ellas quando os ardores do verão apertavam, interrompendo a campanha, como as neves e as chuvas interrompiam n'outros paizes as operações militares.

Alguma coisa grave se passara em 1662, pois que a 6 de fevereiro d'esse anno se mandava abrir devassa contra o governador da cidade.

Em 1663 Beja era agitada pelo panico da capitulação de Evora e por um tumulto succedido com soldados inglezes, sobre o qual se instaurava tambem inquerito official.

Era já então muito consideravel o numero dos auxiliares estrangeiros,—gente aventureira de varias naturalidades e de difficil disciplina que principalmente se accumulava no exercito do Alemtejo. Habilmente organisada e distribuida em corpos, tanto quanto possivel homogeneos, batendo-se valentemente, essa gente não era naturalmente um modelo de costumes polidos e honestos.

Uma narração da defeza de Villa Viçosa e da batalha de Montes-Claros, não regateando louvores á valentia e aos bons serviços d'estes estrangeiros, mas narrando tambem as violencias e desacatos que elles commettiam particularmente nas egrejas e nos conventos, diz que ás queixas que se dirigiam ao Marquez General (Marialva) este respondia:—«Que hei de fazer, com tão barbaras nações como as que compõem este exercito?» [1]

---

[1] «Quexaron-se los Religiosos desto, y de muchas afrētas

Desde o começo da campanha, o governo portuguez procurara, á custa de todas as difficuldades que lhe creavam a politica e a influencia do inimigo, alliciar o elemento estrangeiro para supprir a quasi annullação das nossas forças militares durante o longo dominio hespanhol.

Foi, porém, com a expedição preparada e conduzida pelo nosso habil diplomata, conde de Soure, e pelo celebre conde de Schomberg,—que aquelle, auxiliado por Turenne, contractou,—que os auxiliares estrangeiros começaram a valorisar-se mais distinctamente nos nossos exercitos, não só pela sua força numerica, que ainda assim nunca passou de 4:000 a 5:000 homens, francezes, inglezes, allemães e italianos, mas pela sua organisação, qua-

---

al Marquez General, que a semejantes quexas solia responder:—*Que he hazer a tan barbaras naciones como las de que se forma este exercito?...*

O nosso exercito compunha-se, segundo o mesmo chronista, de:—*Infanteria:* portugueza 13:000 homens, franceza (em dois terços) 1:200, ingleza 1:000. *Cavallaria*: portugueza 4:600, franceza 900 (em quatro regimentos, além da companhia do conde de Schomberg), ingleza 300. *Artilheria:* 20 peças. Haviam outras forças avulsas auxiliares.

«La caualleria estrãgera, generosamẽte nos emulaua, el regimento Francez del conde de Schomberg gouernado por el Teniente colonel Sausé, parecia recopilar los brios de su nacion...

Relacion verdadera y pontval de la gloriosisima victoria que en la famosa batalla de Montes Claros alcançó el exercito del-Rei de Portugal, etc. (17 de junho de 1665.)—Lisboa, 1665.

lidade e effectiva cooperação militar. O proprio nome de Schomberg attrahiu ao nosso serviço muitos dos que haviam combatido com elle ou sob o seu commando.

Diversos escriptores portuguezes e estrangeiros dizem que o heroe das Cartas, o conde de Chamilly, viera com elle para Portugal.

Não é verdade.

Schomberg veiu em 1660, e já que está por fazer, ou que anda tão deficiente e erradamente feita, a biographia d'este vulto profundamente sympathico, permittam-nos os leitores que deixemos registadas aqui algumas datas e diplomas pouco conhecidos.

Um decreto real de 17 de dezembro de 1660 manda passar a Schomberg a patente de mestre de campo general da provincia do Alemtejo, cargo que se fez vagar pela promoção a governador das armas da mesma provincia, do conde de Athouguia, sob o commando do qual passou a servir com mil cruzados de soldo mensal, na fórma do contracto. Outro decreto de 24 de janeiro de 1661 nomeia-o a elle e ao conde de Athouguia conselheiros de guerra, isto é, membros do supremo conselho de guerra, no qual residia então a direcção dos negocios militares.

É só em 23 de novembro de 1663 que Schomberg é elevado a governador das armas do Alemtejo.

Terminada a campanha recebe o titulo de «conde

da villa de Mertola», em 31 de março de 1668, para elle e seus descendentes, com a respectiva pensão, que foi como que a *lembrança* com que, em phrases extremamente elogiosas, o presenteou na despedida o governo portuguez.

Schomberg trouxera comsigo dois filhos, Frederico e Maynard, conde e barão de Schomberg, a cada um dos quaes, em 24 de janeiro de 1661, um diploma régio manda abonar a gratificação de mil cruzados, emquanto não tivessem posto no exercito do Alemtejo, para onde acompanharam o pae. Um, o 2.º conde de Schomberg, é feito capitão de cavallaria no regimento do pae, com 32$000 réis de soldo, por diploma de 2 de outubro de 1661; o outro, o barão de Schomberg, tendo sido mandado, por decreto real de 18 de janeiro de 1663, ao conselho de guerra, que o propozesse para egual posto, recebe este na primeira vaga, por diploma de 8 de fevereiro do mesmo anno.

A titulo de curiosidade daremos o seguinte elogio que faz, do illustre aventureiro, uma narração portugueza, rarissima, de 1661:

—«Mestre de Campo General o conde de Schomberg que para este logar veio a este Reino por deligencias do Conde de Soure e persuações dos confidentes desta Coroa, sem outro interesse mais que o da honra e o da reputacão, pois deixando os grossos soldos que na paz vencia na França, veio buscar a guerra onde ardia com mais duvidoso fim, espirito realmente generoso que não quiz entorpe-

cer no ocio da paz. Do seu valor, experiencias e candidesa Aleman com que serve esta Coroa se promete aos Portuguezes grandes victorias.»

V

Voltemos, porém, ao nosso assumpto.

Nos fins de 1660, quando Schomberg chegara já a Portugal, Chamilly assistia ao casamento do irmão mais velho, Herard Bouton, nomeado em 15 dezembro d'esse anno governador do Castello de Dijon, em favor do qual fazia uma doação importante, a dos senhorios de Saint-Aubin, de Gamay, e outros bens que lhe legara, em fidei-comisso, um tio.

É a este irmão e á cunhada,—Catharina Le Comte de Nonant, filha do tenente-general do governo da Normandia, Jacques Le Comte, que deve referir-se uma passagem das Cartas da religiosa portugueza, como veremos.

Só em 18 de abril de 1661, pelo licenceamento da companhia que commandava, é que Chamilly se achou sem emprego militar em França, e foi em 1663, segundo o seu processo de marechal, que veiu para Portugal, naturalmente patrocinado por Turenne; e com alguma das expedições que n'esse anno e no começo do seguinte chegaram a Lisboa,

muito provavelmente com a do regimento organisado por Briquemault.

«Foi provavelmente attrahido d'este lado,—diz Beauvois,—«pela reputação de Schomberg com quem a sua familia tivera porventura relações de boa vizinhança quando este fôra governador de Verdun-sur-le-Doubs, e com o qual, sem duvida, fizera conhecimento durante a campanha de Flandres, tendo-se achado com elle no cerco de Valenciennes, (1656), na batalha das Dumas e nos cercos de Bergues d'Ordenarde e Ypes (1658).

Era o 11.° filho dos quatorze que tivera um Nicolau Bouton, da casa dos Bouton, senhor de Chamilly, de Charangeroux, e mais tarde de Saint-Léger, senhorios de modesta importancia no Chalonnez e na Borgonha.

Referindo se á nomeação de cavalleiros do *Saint-Esprit*, em 1705, Saint Simon observa:

—«Chamilly chamava-se Bouton; era de boa nobreza da Borgonha, anterior a 1400: camaristas dos duques de Borgonha e ballios de Dôle. Taes empregos não se davam n'aquelle tempo senão a pessoas distinctas. Este nome bastante ridiculo de Bouton fel-o passar, mal a proposito, *pour peu chose.*»

A mãe chamava-se Maria de Cirey.

Nicolau Bouton, e Hérard Bouton, o outro filho a que já alludimos, adquiriram uma certa celebridade durante a Fronda.

Em quanto elles se batiam intrepidamente por

Luiz Bourbon, principe de Condé, Noel entrava no serviço militar do rei, ao qual se conservava fiel. Nascera em 6 de abril de 1636, e em 8 de fevereiro de 1658 era feito capitão, sob o nome de *conde de Chamilly*, no regimento de cavallaria de Mazarin, commandado então por La Fueillade.

A paz dos Pyreneus,—aquella mesma paz a que a má politica de Mazarin e da rainha mãe nos sacrificou,—reuniu a familia Chamilly, apenas ostensivamente separada pelas contendas e dissenções politicas.

O pae morria em 1662, tendo feito testamento em 22 de junho de 1661. no qual institue por principal herdeiro seu filho mais velho Hérard—«*aujourd'hui en tel estat qu'il pourra estre l'appuy et advancement de ces frères, comme il a desia fait*,—etc.

Noel Bouton já cerceado na sua fortuna pessoal pela entrega ao irmão do fidei-commisso do tio, perdeu n'esse testamento o senhorio de Montaigu, que fazia parte do condado de Chamilly, condado constituido por cartas régias de 1644 pela reunião das baronias de Nantoux, Montaigu, etc. Em compensação recebeu os senhorios de *Saint-Léger*, Dennevy et Saint-Gilles, que o pae herdara de um irmão.

Uma irmã de Noel,—Carlota,—professara em 1644 n'um convento benedictino de Chalon-sur-Saône, onde foi abbadessa em 1684. Outras duas foram egualmente religiosas, uma, Antonnieta, na ab-

badia de Juvigny, junto a Stenay, e a outra, Anna Francisca, que á morte do pae aguardava no mosteiro do Lanchare, em companhia da irmã, a edade canonica para professar.

Extravagantes coincidencias da vida!—por aquella mesma epocha a filha mais nova dos Alcoforados de Beja ia esperar, tambem, no convento da irmã, Marianna Alcoforado, como a irmã mais nova de Chamilly, a edade legal da profissão.

O sr. Beauvois transcreve do processo de «*reprise de fief et dénombrement des terres et seigneuries de Saint-Léger et Dennevy, par Messire Noel Bouton en 1670*» a descripção das duas principaes propriedades de Chamilly:—dois velhos castellos,—«*enclos de murailles et fosseys*», que embora lhe aguentassem as prosapias, não deviam garantir-lhe desafogadamente a existencia.

Chegando a Portugal em 1663 ou principios de 1664, provavelmente recommendado a Schomberg, este, «considerando o valor, experiencia e capacidade *de M. le Comte de Chamilly-Saint-Léger*, de que elle deu provas nas guerras de França», nomeia-o capitão no regimento de cavallaria de Briquemault, ou Marco Francisco de Briquemault,—o *Briquimont* de alguns nossos chronistas,—por provisão datada de Estremoz em 30 de abril de 1664, segundo Palliot, citado pelo sr. Beauvois.

É curioso que a esta nomeação corresponde outra egual, na mesma data, pelo rei de França,—«sem duvida para conservar a Noel Bouton,—diz

o sr. Beauvois,—o seu posto e os direitos de antiguidade no exercito francez, que elle certamente abandonara com a connivencia do governo.»

Em 7 de dezembro de 1665 Chamilly é promovido por Schomberg a mestre de campo e capitão da primeira companhia de um regimento de cavallaria a organisar, e repete-se o mesmo facto.

«Ainda aqui,—diz o sr. Beauvois,—temos diplomas em partida dobrada, porque, *dois annos mais tarde*, Luiz XIV ratifica a promoção do *marquez* de Chamilly, nomeando-o por sua vez mestre de campo de um regimento de cavallaria a organisar e capitão da primeira companhia composta de 80 cavalleiros não comprehendendo os officiaes. Na commissão, datada de Saint-Germain-au-Laye (*o mez ficou em branco*) no anno da graça de MDCLXVII, o titular é chamado *marquez de Chamilly.*»

Mas d'esta vez o facto tem manifestamente uma importancia maior. Revela a idéa de collocar Chamilly na situação de abandonar Portugal e o serviço portuguez, quando lhe convenha, como official expressamente incumbido de uma commissão especial do governo do seu paiz. Suggere a presumpção de que, ou o moço capitão preparava, ou os seus protectores, e naturalmente seu irmão, o governador de Dijon, promoviam, a retirada d'elle, embora a guerra em Portugal não estivesse terminada e a França procurasse vivamente fazel-a protrahir. É particularmente significativa a lacuna a preencher na data do diploma.

Este incidente approxima-nos já do episodio das Cartas, se é que não entra na propria historia d'elle.

VI

Como succede com Marianna Alcoforado, o nome e a memoria do conde de Chamilly não apparece nos nossos archivos e chronistas dos successos do tempo.

Foram infructuosas todas as investigações a que procedemos, amavelmente auxiliados por um estudioso, particularmente auctorisado, o sr. general Chaby, e pelo sr. Basto, do Archivo Nacional, nos registos e mais documentos que restam do antigo conselho de guerra.

Pode dizer-se que a estada e serviços de Chamilly em Portugal, desde 1663 até aos fins de 1667, nos são apenas revelados pelos documentos e historiadores francezes, e não é muito, ainda assim, o que elles nos revelam.

Chega a ser extraordinaria e suspeita esta desapparição, ou esta falta de vestigios, da passagem do illustre official por Portugal, quando a cada momento encontramos referencias, noticias e documentos de tantos outros estrangeiros, da mais modesta condição, que estiveram ao nosso serviço.

Devemos observar, comtudo, que uma grande parte dos nosos documentos militares d'aquella epocha,—incluindo a correspondencia de Schomberg,—parece ter desapparecido na devastação e no abandono geral dos archivos, e na venda dos documentos accumulados em muitas casas herdeiras de alguns dos principaes personagens do seculo XVII.

Não poderá, certamente, attribuir-se a uma especie de ciume nacional, este silencio ácerca dos serviços e feitos de Chamilly, se taes feitos e serviços foram realmente distinctos, e se o capitão francez conseguiu,— o que temos por duvidoso,— adquirir uma situação brilhante e saliente entre os seus companheiros de armas.

Se é perfeitamente injusto e absurdo attribuir aos nossos auxiliares estrangeiros toda a gloria ou todo o exito da longa campanha, não seria menos injusto inquinar de ingratos ou ciosos os nossos escriptores e os nossos generaes, para com esses auxiliares, dos quaes falam, geralmente, não só com leal franqueza, mas até com mal retribuida generosidade.

Desde Schomberg, o habil e dedicado general que chega a obter uma enthusiastica popularidade, entre nós, até um simples corneta do corpo de Guijardier,—um Monsieur Beauberry que em batalha tomou um estandarte hespanhol, ou até Francisco *Salamão*, o bravo capitão francez de cavallaria que se fez matar, em 1666, em Paymogo,— os estran-

geiros que se distinguem pelos seus serviços á causa portugueza e que se batem intrepidamente por ella, encontram nos nossos diplomas officiaes e nas narrativas e noticias dos nossos escriptores do tempo um applauso franco e caloroso, perfeitamente isento de estreitas preoccupações ciumentas.

Comtudo, nem nas narrativas impressas que são muitas, e algumas d'ellas vão acompanhando miudamente os successos da campanha,—como o *Mercurio portuguez*,—nem nos registos ineditos e officiaes que formam ainda uma preciosa e abundante collecção, podémos encontrar até o simples nome de Chamilly, em qualquer das suas variantes. O seu proprio genealogista P. Palliot é extremamente laconico ácerca dos feitos d'elle em Portugal, como confessa o sr. Beauvois que não se esquece de explicar o facto pelo «desinteresse e modestia que impediram Noel Bouton de aproveitar as occasiões de fazer-se valer.» Mas pelos seus «*états de service*», reproduzidos por Pinard, sabe-se que o futuro marechal esteve:

no cerco de Valença de Alcantara (15-24 de junho de 1664).
na derrota dos hespanhoes em Castello Rodrigo (6 para 7 de julho do mesmo anno).
na batalha de Villa Viçosa, aliás Montes Claros (17 de junho de 1665).
no combate do rio Xevora (outubro 1665).
na tomada de Benses, Guardia, Villa de Alcaria, Paymogo e San Lucar.

e que, finalmente, em setembro de 1667, tomara parte na investida do chamado Castello de Ferreira.

Pois em nenhuma das noticias contemporaneas d'estas acções o encontramos citado!

É certo que n'ellas se encontram frequentes elogios ás tropas e officiaes estrangeiros, e particularmente aos francezes, e confessando-o, o sr. Beauvois faz a seguinte observação que poderiamos considerar um pouco imprudente:—«O *titulo* e patente que Noel Bouton ganhou n'esta campanha, mostram sufficientemente que tinha parte n'estas homenagens. *Merecera menos elogios sendo verdade que fosse o triste heroe das Cartas portuguezas.*»

Se quizeramos dar á observação o valor de um argumento, com quanta mais razão poderiamos concluir o contrario, do silencio completo ácerca de Chamilly, quando calorosamente se elogiam os seus companheiros de armas, citando-os a cada passo, pelos seus nomes?!

A allusão a um *titulo* ganho por este official, deriva da supposição infundada, do sr. Beauvois, de que elle recebesse do rei de Portugal o titulo de *marquez* de Chamilly que apparece na sua nomeação franceza de 1667, titulo pelo qual tambem o sr. Beauvois erradamente affirma que «elle é conhecido na historia.» E é tanto mais extranha a supposição de que o governo portuguez fizesse *marquez* o capitão de cavallaria, que o illustre escriptor logo em seguida observa que o general Schom-

berg recebera d'esse governo, apenas o titulo de *conde* de Mertola.

Em quanto ás patentes observaremos tambem que, por auctorisações especiaes, os nossos generaes, e por conseguinte Schomberg desde que commandava em chefe, poderiam concedel-as em campanha, mas que ellas poderiam tambem não ser confirmadas pelo governo, e que a regra era, propor o general e nomear o governo, como ainda em 4 de janeiro de 1666 se ordenava ao proprio Schomberg que propozesse capitães para algumas companhias que estavam sem elles.

Em todo o caso, nomeação, ou confirmação por parte do governo portuguez, não a encontramos em relação a Chamilly, o que de resto importa pouco para o caso, e pode explicar-se pela situação creada a alguns officiaes francezes, nos ultimos tempos da campanha, de serem considerados em serviço do rei de França, ou, pelo menos, como continuando a pertencer ao exercito francez, o que o nosso governo, aliás, contrariava. É esta situação que naturalmente explica a repetição ou a confirmação das nomeações de Chamilly, por Luiz XIV, a que atraz nos referimos.

É muito provavel que fosse só depois de ser nomeado, em 7 de novembro de 1665, mestre de campo e capitão da 1.ª companhia de um regimento de cavallaria a organisar,—«... *qu'il leva*»,—diz talvez um pouco precipitadamente o seu genealogista,—que Chamilly fosse estacionar em Beja.

Se na extensa provincia do Alemtejo a lucta se concentrava ao norte, e do lado de Badajoz rompia mais persistente e atrevida a invasão hespanhola, a fronteira do sul não deixava de ser theatro de renhidos encontros, e o baixo Alemtejo e o proprio Algarve de sentir-se opprimidos e ameaçados pelas forças inimigas accumuladas na Andaluzia. Um sentimento entre cavalleiroso e cortezão poupara esta a um ataque vigoroso da nossa parte:—uma certa deferencia pelo parentesco da nascente dynastia portugueza com a casa dos Medina-Sidonia, cujos dominios se estendiam até ao Guadiana e formavam d'aquelle lado o condado de Niebla.

Mas para essa região se voltavam, frequente e previdentemente, as attenções dos generaes portuguezes, e Schomberg sabia bem que por alli poderia ferir seriamente o inimigo e operar uma diversão efficaz.

Já em 1663 se formara o projecto de ir tomar Ayamonte, e Schomberg fôra então a Beja conferenciar com Gil Vaz Lobo, enviado expressamente de Lisboa, e que deveria commandar a força naval destinada a reforçar no Guadiana o ataque.

A victoria de Montes-Claros estimulava-nos certamente a tomar uma decisiva offensiva.

A ameaça crescente de forças inimigas na fronteira de Andaluzia, completando o cerco que os hespanhoes faziam a todo o Portugal, e a expedição preparada em Cadiz pelo renegado duque de Aveiro, para secundar a invasão do marquez de Caracena

mallograda n'aquella batalha, desarmaram as absurdas contemplações para com as terras e vassallos dos Medina-Sidonia.

Uma campanha offensiva d'aquelle lado ficou resolvida, e Schomberg foi para ella dispondo insensivelmente todas as prevenções convenientes, como diz o conde de Ericeira[1].

Addiou o projecto, a necessidade de reforçar o exercito do conde de Prado, na fronteira d'Entre Douro e Minho, contra os impetos novos dos hespanhoes, ao norte, e para alli partiu em 1665 Schomberg, com tres regimentos de infanteria e um de cavallaria franceza. N'este,— que era certamente o de Briquemoult,—foi Chamilly, pois que o vemos na invasão da Galliza e na tomada de Guardia.

Antes do fim do anno a expedição de Schomberg estava de volta ao Alemtejo, e preparava elle a que devia invadir a Andaluzia. Beja era naturalmente indicada para ponto de concentração e aprivisionamento de uma campanha, d'aquelle lado, e assim o entendeu Schomberg mandando «convocar áquella cidade», segundo a phrase do conde da Ericeira, «os *terços e companhias de cavallos*» que julgou necessarios.

Em 1665, como já dissemos, fôra para alli nomeado novo governador com ordens terminantes de apressar as fortificações, e foi ainda nos fins d'este anno que Chamilly recebeu de Schomberg a com-

[1] *Portugal restaurado*, etc.

missão de mestre de campo e de capitão de um regimento de cavallaria a organisar. A 21 de fevereiro de 1666, reunido em Serpa, a 30 kilometros de Beja e 4 além Guadiana, todo o corpo expedicionario, composto de 2:000 homens de cavallo e outros tantos de infanteria, punha-se rapidamente em marcha, e penetrando pela Andaluzia espalhava o panico até Alcaria de la Puebla, que occupava, vindo depois tomar Paymogo e recolhendo logo em seguida a Serpa com muitos despojos e prisioneiros. Como já vimos, n'esta expedição tomaram parte Chamilly e Balthazar Vaz Alcoforado, e parte brilhante este, á frente de um troço de cavallaria, como o attesta o governador de Beja, um dos generaes.

Ha poucos dias, ainda, por um bello dia assoalado e alegre, viamos nós, da estrada de Serpa a Beja, encostados a um solitario cruzeiro erguido em 1612,[1] negrejar com singular nitidez no monte de casarias da cidade, que corta o horizonte, uma certa janella do convento da Conceição,—*a janella de Mertola*,—d'onde naturalmente um olhar amante saudaria o regresso dos dois moços cavalleiros, da aventurosa expedição.

Paymogo, posição forte e estrategica, ficara guarnecida, e alli ficara Salomão,—«o valeroso francez.»

---

[1] Proximo á ermida de S. Pedro, tendo no pedestal esta inscripção:—*Desmolas se fez 1612.*—D'ahi tirou o nosso bom amigo e notavel artista, J. Camacho, um bello panorama photographico.

Tendo de ir a Extremoz, Schomberg mandava preparar em Beja nova expedição, e em 24 de maio voltava a esta cidade, tomava o commando de 3:000 infantes e de 1:200 cavallos, e marchando com a rapidez costumada ia cahir sobre San Lucar do Guadiana, que em 29 de maio capitulava.

Outro general portuguez, D. Luiz da Costa, rompia ao sul pelo condado de Niebla, e juntas as duas expedições tomavam Gibraleon, Cartaya e Lepe, na ria do Odiel, ameaçando Ayamonte e Huelva, a pequena distancia. D'esta vez o panico chegou até Sevilha, que se suppoz proxima de um ataque.

Retirando a quarteis de verão, estas forças não podiam arredar-se muito da fronteira do baixo Alemtejo. Schomberg não deixaria de contar com um movimento de reacção por parte dos hespanhoes, cuja linha, e não já de invasão, mas de defeza, se achava cortada e ameaçada d'aquelle lado. Em 1667 os hespanhoes tentavam vigorosamente retomar S. Lucar e Paymogo, e ainda n'esse anno se emprehendia nova investida portugueza em que tambem tomava parte Chamilly.

Beja continuou pois a ser um centro importante de movimento e de concentração militar.

Inesperadamente, compulsando os escassos restos do archivo municipal d'aquella cidade,—em que se encontram ainda alguns registos relativos á guerra da Restauração,—topámos com um pequeno incidente que não nos parece insignificativo para o nosso assumpto.

É uma carta do infante, depois rei D. Pedro, ao juiz e vereadores de Beja, que se refere e dá satisfação ás queixas d'elles «sobre a oppressão que a cavallaria franceza *continuava* nesse povo.» É de 15 de junho de 1667.

Já por queixas identicas se ordenara a Schomberg que aquella cavallaria sahisse d'alli, indo aquartelar-se n'outro ponto. Duas companhias foram alojar-se em Cuba, a 18 kilometros de Beja, não se dando comtudo por satisfeitos os vereadores, e a isto responde nova carta do Infante, em 5 de agosto, do mesmo anno, acompanhada de uma para o proprio Schomberg insistindo na ordem real para que a cavallaria franceza se arredasse de Beja e seu termo.

Schomberg contrariava estas exigencias, naturalmente porque tal afastamento lhe prejudicava os projectos e as necessidades da campanha. Retirando-se do condado de Niebla, acordara com Affonso Furtado, general da cavallaria do Alemtejo atacarem o castello de Ferreira,—«presidio de que todos os povos d'aquelle districto recebiam grande prejuizo,»—diz o conde da Ericeira,—e realmente em setembro de 1667 aquella posição hespanhola era atacada e tomada, fazendo parte da expedição Chamilly.

Ora é tempo de notar que precisamente entre 1665 e fins de 1667,—em que não pode duvidar-se da existencia de Chamilly, em Beja,—é que devem ter succedido os amores da religiosa portu-

gueza com o capitão francez de cavallaria, e que é até em 1667 que o escandalo d'esses amores deve ter attingido maiores proporções, coincidindo ou terminando, não só com o afastamento da cavallaria franceza, mas com a brusca retirada de Chamilly para França, á volta da expedição de Ferreira.

Entraria n'aquella insistencia vivissima do juiz e vereadores de Beja por que fosse arredada d'ahi, não quaesquer outras outras forças, mas determinadamente a cavallaria franceza, a influencia incontestavelmente grande da familia Alcoforado? Nas suas deligencias junto de Schomberg em favor d'aquelle afastamento, o Infante procuraria obtemperar aos desejos d'essa familia influente e poderosa que poderia ser-lhe util na revolução palaciana eminente e a um dos filhos da qual,—Miguel da Costa Alcoforado,—elle offereceu quando Rei, um valioso presente?

Em que poderiam consistir aquella «oppressões» allegadas pelos vereadores, exclusivamente contra a cavallaria franceza, n'uma cidade importante e n'um districto em que a administração estava regular e fortemente organisada?

Terá, em summa, o incidente alguma relação com o episodio amoroso das Cartas, que profundamente devia affligir e affrontar, como era natural e como ellas proprias revellam, a familia da religiosa e os sentimentos dos bons burguezes de Beja?

A situação especial do capitão francez, a protecção de Schomberg, o interesse em não aggravar o

escandalo, o perigo, para a propria religiosa, na adopção de outros meios violentos, deveriam naturalmente aconselhar a que se afastasse d'alli para longe aquelle official. Elle mesmo não devia sentir-se muito tranquillo e seguro. Voltando da expedição de Ferreira, Chamilly pouco tempo pode ter-se demorado em Portugal, pois que em 9 de fevereiro de 1668 estava... no Franche Comté, tomando parte na repentina invasão d'elle, por Luiz XIV, do lado de Dijon onde o irmão, Hérard Bouton, era como dissemos, governador.

Schomberg e os mais officiaes e soldados francezes só partiam em junho de 1668, chegando á Rochella em 13 d'esse mez.

Logo veremos como as allusões das Cartas continuam a coincidir implacavelmente com as datas e circumstancias da vida de Chamilly.

II

OS AMORES DA RELIGIOSA

> E como das historias a alma he a verdade, eu para melhor descobrir esta, a fui buscar ao Convento . . .
>
> *Desposorios do espirito celebr. entre o D. Amãte,* & sua Amada Esposa a v. M. Soror Marianna do Rosario, etc.— Fr. Ant. d'Alm.— Lisboa.— 1694.

I

O convento da Conceição de Beja, ou mais propriamente o Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, da Ordem de Santa Clara e jurisdicção franciscana, foi fundado em 1467 pelos infantes D. Fernando e D. Brites, paes do rei D. Manuel, junto dos seus Paços que n'elles vieram a encorporar-se e com os quaes communicava por um passadiço coberto, que subsiste, sobre a estreita rua *dos Infantes*. Dá esse passadiço para o Coro *de cima* do convento, e diz a tradição que de uma especie de tribuna ou janella saliente na sua juncção com elle, hoje emparedada, e mascarada pela implacavel caiadura alemtejana, apparecia e falava *(sic)* ao povo a piedosa princeza.

Successivamente acariciado e favorecido pela devoção realenga e particular, chegou a ser uma das instituições mais grandiosas e ricas do seu genero entre nós.

O edificio, muito arruinado, e habitado, apenas, por duas religiosas, uma das quaes entrevada, e algumas educandas e recolhidas, é vastissimo e bastante irregular, como quasi todos o são, por accrescentamentos successivos á primeira traça.

A egreja ampla e formosa conserva na fachada o aspecto primitivo destacando-se, soberbo e triste, da estupida caiação moderna, n'uma porta ogival magestosa e elegante, no rendilhado friso e nas figuras e brazões da sua fidalga origem. A porta do convento fica ao lado da egreja, na rua da Conceição que desce do largo de S. João e da velha rua do Touro, na proxima esquina da qual era o solar dos Alcoforados. É uma bella porta manuelina, a que roubaram, apenas, por emquanto, as espheras armillares que aliás se multiplicam interna e externamente no enorme edificio, e accrescentaram, no seculo XVII, umas lapides de inscripção devota, muito em moda então e que egualmente se repete, de louvor ao Santissimo Sacramento e á Immaculada Conceição da Virgem—«concebida sem peccado original.»

Dá esta porta para uma pequena casa pouco menos que lobrega, de paredes e abobodas pintadas com varias figuras,—entre ellas as dos fundadores,—e ao fundo da qual ficam as pequenas grades e a roda de serviço commum. Á esquerda, duas escadas, das quaes uma relativamente moderna, conduzem aos locutorios de grades duplas, bastante largas e illuminadas, e á direita uma porta construida

ou restaurada em 1742 abre para a pequena sala da porteira, tambem de restauração moderna (1803), que é hoje o verdadeiro locutorio e que dá immediatamente para o claustro.

Este, e o Capitulo que abre tambem para elle, são notavelmente originaes e pittorescos, de feição manuelina que se consorcia formosamente com a tradição arabe, architectural e decorativa, tão pronunciada em muitas construcções d'além Tejo. Como é natural, predomina o azulejo e o tijollo. Sob a arcada ha diversas capellas, algumas muito alindadas e ricas, e a aboboda e os intervallos das paredes estão cobertos de arabescos e episodios em pintura graciosa e quente. Toda esta decoração que cobre alegremente muitos restos da architectura primitiva é do seculo XVII e tem um certo ar feminilmente elegante e artistico que não é vulgar n'estes edificios. Uma das alas da arcada, ou mais exactamente a sua decoração é de 1657. A Capella do Evangelista é de 1601. A do Baptista,—a do «grande Baptista», como diziam as freiras, é de 1614. Tudo isto existia pois no tempo de Marianna Alcoforado, e tudo isto é gracioso, intelligente, quasi mundano.

O Capitulo foi reconstruido em 1657 e renovado em 1727 [1]. Limpo e cuidado, com a sua Capella do

---

[1] Sobre a porta, por baixo das armas reaes sustidas por dois anjos lê-se:—*Anno 1657*,—e na juncção da columna central com os artesoados da aboboda ha a seguinte legenda: —*Esta obra sefes | no seg. trienio da M.^{to} R.^{da} Snrã. D.^{na} Ber*

Christo Crucificado ao fundo, cheio de sombras e scintillações phantasticas, parece aguardar teimosamente, n'uma grande tranquilidade mystica, as suas queridas religiosos.

N'aquella Capella, conta um chronista que se mettera em 1724 Anna Maria de Santa Theresa, dormindo no chão, aos pés da grande figura terrivelmente macerada e fria do Nazareno, flagelando-se frequentemente, e comendo apenas um pão que todos os dias lhe dava pelas grades D. Peregrina Maria Alcoforado, a irmã de Marianna [1].

Alguma d'aquellas desgraçadas que procuravam na therapeutica das disciplinas e dos jejuns apagar os «incendios da carne» de que falam, com tanto horror como indiscreto conhecimento, os piedosos chronistas!...

O antigo refeitorio, que começou por ser dormitorio tambem, segundo uma inscripção que diz tel-o mandado fazer D. Manuel, em 1506, foi, segundo outra, que alli existe, refeito «de aboboda na era de 1629, sendo abbadeça Madre Dona Marianna Henriques.» [2] É um vasto salão terreo, á entrada do convento, a um dos lados do claustro, que foi modernamente applicado a celeiro. A porta ogival é formosissima.

| *n.ª An.ⁱª Lobo. de Tor* | *eio. e apintvra. a sua costa. Era 1727.*

[1] *Chr. Seraf.* pelo P. Fr. Jeronymo de Bellem.—Lisboa. 1753, p. 2.ª

[2] 1.ª inscripção:—«*Era de 1.5.0.6 se fez esta esta de refei-*

Impressão analoga á do Capitulo, produzem os Coros.

São dois, como de ordinario, um ao nivel do pavimento da egreja, outro por cima, a meia altura d'ella.

Alli, aquella impressão é mais viva ainda, porque os livros de orações das educandas e recolhidas actuaes, espalhados sobre os bancos, as grandes estantes do cantochão, os lampadarios accesos, um certo ar de vida que nos envolve e penetra, parecem avocar-nos aquelles tempos em que, no dizer de outro chronista, «raramente se passará meio quarto de hora, posto que seja na maior profundidade da noite, que o Coro não esteja acompanhado e assistido de gente desvelada nas contemplações da Bemaventurança.» [1]

Feito o devido desconto á rhetorica e ao tempo, pode dizer-se que um e outro coro estão ainda como os descrevia em 1753, Fr. Jeronymo de Bellem: —«Nos dois coros, alto e baixo, se admira o maior asseio e perfeição em riquesa e ornato, com singulares pinturas, que em tudo parecem á vista dois retratos do Ceu.»

Falta, no de cima, reconstruido em 1741,—o *Baptista*, citado pelo imaginoso frade, ou a informa-

---

toyro e dormitorio p. mandado del rey Dom manuel nosso senhor E teve carego de vedor delle ruj piz...»

2.ª inscripção:—«*I. H. S. Este refeitorio se fez daboboda na era de 1629 sendo abbaa. Madre dona Marianna Enriqves.*

[1] *Hist. Seraf.* & por Fr. F. da Soledade, 1705.

ção d'elle confundiu com a figura do Precursor a do Christo resurrecto, semi-nua e vigorosa, alando-se do sepulchro cerrado, e empunhando o guião vermelho da *Boa Nova*, ao passo que em volta soldados romanos de fortes carnaduras, acordam em movimentos de assombro.[1] É um enorme quadro, feito por aquelle tempo, sobreposto ás grades do coro, que pouco vale como pintura, mas que se destaca fortemente como uma grande mancha de vida, no meio dos outros *pastiches* escuros e mortos, e que os raptos contemplativos das pobres raparigas enclausuradas não deixariam de vestir devotamente de todas «as celestiaes formosuras» que lhes segredavam os livros e algumas vezes... o diabo.

Ao subir uma pequena escada sombria, feriranos já a attenção, outra figura, quasi escondida a um lado:—uma madona bastante debotada pelo tempo, dando um seio rosado e turgido aos labios frescos do Menino.

Extraordinaria contradição, a d'estas glorificações plasticas da Carne e da Maternidade, offerecidas ás «deleitações contemplativas» das Esposas-Virgens do Summo Espirito, votadas á perpetua Castidade!

Ha pouco surprehendeu-nos no celebre mosteiro de Odivellas uma contradição mais brutal, bem mais picaresca, pelo menos.

---

[1] Emendemos tambem a confusão que se introduzira nas recordações da nossa primeira e rapida visita, sob a impressão da noticia de Fr. Jeronymo.

N'um largo revestimento de azulejo da parte inferior das paredes de uma pequena cella,—e de uma das que se alinham de um e de outro lado nos vastos dormitorios antigos,—não nas que foram aposentos privativos e independentes, não, por exemplo, nos da celebre Madre Paula,—desenhavam-se brincando e enleando-se em suspeitas folias, a Amphitrite e Neptuno, Galatea e Sileno, varios satyros barbudos e nymphas de fórmas opulentas, andaciosamente traçadas a amarello em aguas e bosques multicores do mais pagão effeito. Na Conceição, como em todos os mais conventos, existiam as duas especies de alojamentos a que acabamos de alludir: —a dos dormitorios communs em pequenas cellas construidas a um e outro lado de um longo salão, com ou sem tectos proprios, pois que não chegavam ao grande recinto,—e a dos quartos ou cellas em grupos formando alojamentos independentes e privativos que eram os que as freiras do seculo XVII chamavam *as suas casas*.

A primeira especie era a que auctorizavam as Constituições. As da Conceição, por exemplo, diziam:—«Porém sempre se farão os Dormitorios e Cellas... em tal disposição que a Abbadessa com uma ou duas portas os feche de noite. E terá em seu poder as chaves.» Temos encontrado este cuidado das chaves muito significativamente recommendado n'outros conventos:—ainda ha pouco no livro das *visitações* do convento da Esperança, (Lisboa) alludindo ao pretexto de irem tratar das suas

hortas, que parece allegavam as religiosas para sahirem de noite á cerca.

Mas á parte as causas e influencias mundanas, facilmente apreciaveis que fariam illudir e abandonar a regra geral, o simples crescimento da população monastica bastaria para ir creando novos alojamentos fóra dos dormitorios regulamentares.

Um termo de visitação ao convento de Odivellas, reprehende asperamente a relaxação de dormirem as freiras *nas suas Casas* que lhe são permittidas sómente para n'ellas estarem e trabalharem de dia. Mas de que o costume era corrente e assente na Conceição, temos prova nos proprios termos conventuaes, sem que a tal respeito façam objecção os visitadores. No do obito de uma das companheiras das Alcoforados, por exemplo, se narra, louvando-lhe a piedosa constancia, que «assistia de dia e de noite em hũa casa pequena» que mandara fazer n'um terreiro do convento, junto de uma capella que egualmente fizera, «e da qual só sahia para o côro e matinas da meya noite e para assistir ás enfermas.» Por signal que tivera bulhas, por causa d'estas edificações, com outra religiosa que alli tinha tambem «as suas casas»,—e a quem parece que não convinha a visinhança, aliás tão devota.

É claro que estes alojamentos eram geralmente feitos pelas freiras mais ricas ou pelas suas familias, e sabemos já que para as filhas mandara tambem fazer no convento—«umas casas»,—Francisco da Costa Alcoforado, onde Marianna viviria já ao

tempo do episodio das *Cartas*. Deveriam ficar, até, na parte posterior do edificio, do lado da rua da Conceição e das portas de Mertola que é para onde se foi accrescentando, evidentemente, o edificio, no seculo XVII.

Grande era então a população conventual, e não podia corresponder a ella, o numero das cellas dos dormitorios, que ainda hoje pode approximadamente computar-se.

Diz uma chronica que em 1617 havia alli 120 freiras professas e mais de 20 noviças. E em documento de um processo extractado no Tombo do convento, e terminado por uma sentença real da Casa da Supplicação, em 14 de abril de 1646, diz-se que haviam — «de portas a dentro dusentas e onze mulheres entre freyras e servidoras, e cinco frades com seus moços de serviço e muitas mulheres que servem de portas a fora, e outros officiaes da casa a quem sustentam.» Mas este recenceamento refere-se a alguns annos atraz, a 1628, e a população conventual devia ter augmentado muito depois de 1640 e durante a guerra. Imagine-se esta multidão femenil apertada entre as sombrias paredes do devoto recinto em meio de uma cidade agitada pelos alvoroços da campanha fronteiriça, cheia de soldados, aventureiros e extranhos...

Está claro que esta dispersão das religiosas, e estes alojamentos privativos e independentes de muitas d'ellas, creavam facilidades que poderiam contrariar, em mais de um ponto, a regra conventual

e illudir a vigilancia e fiscalização tão vivamente recommendadas nas Constituições, apezar de todas as severas precauções estabelecidas n'ellas.

Mas não é d'isto que tratamos agora, e apenas accrescentaremos ainda que a titulo de devoção ou de penitencia especial, se chegava a construir edificios isolados, no proprio recinto dos conventos para onde uma ou mais religiosas iam viver, muito tempo, apartadas do convivio das outras, quando «aspiravam á heroica empreza de viverem só com o seu Amado, totalmente abstrahidas do commercio das Creaturas»,—como explica, nos arrojos rhetoricos do seu devoto enthusiasmo, Fr. Caetano do Vencimento, na Vida da celebre beata Madre Marianna da Purificação[1]. A isto se chamava o *deserto*.

Situado n'uma elevação hoje quasi central, mas em tempo no extremo sul da cidade que para aquelle

---

[1] *Fragmentos da prodigiosa vida* da muito favorecida, e amada Esposa de Jesus Christo, a Veneravel Madre Marianna da Purificação Religiosa Carmelita Calçada do Seminario de almas Santas, o Reformadissimo Convento da Esperança da Cidade de Beja. &. Pelo M. R. P. M. Fr. Caetano do Vencimento. &. —Lisboa &.—1747.

Este Livro é o quadro mais extraordinario e completo que conhecemos como revelador do sensualismo mystico dos conventos.

Temos á mão um outro, e é curioso que trata tambem de uma Soror Marianna, contemporanea da nossa, e freira n'um convento do Alemtejo, egualmente. É este:—*Desposorios do espirito*, celebrados entre o divino Amãte, & sua Amada Esposa a veneravel Madre Soror Marianna do Rosario, religiosa

lado se foi alongando; proximo das antigas muralhas e sobranceiro ás portas d'ellas chamadas ainda *de Mertola*:—o Mosteiro da Conceição não tem cerca e os seus elevados muros dão immediatamente sobre as ruas que o limitam n'um vasto e irregular polygono:—a da Conceição, a dos *Infantes*, e a da Fabrica.

Descrevendo esta posição do mosteiro um chronista franciscano esmera-se em insinuar uma pequena circumstancia em que podera ver-se apenas o requinte devoto no elogio do recolhimento conventual, se não fosse o facto d'esse chronista ser contemporaneo do episodio das Cartas, escrever quando já diversas edições corriam mundo, e a referencia parecer habilmente ensaiada para afastar do Convento da Conceição a indicação indiscreta da Religiosa. Em uma das Cartas, Marianna allude ao

---

de veo branco no convento do Salvador da Cidade de Evora. Offerece-os, etc. Frey Antonio d'Almeida, etc.—Lisboa, etc. 1694.

Sobre aquelle mesmo thema, do retiro devoto, diz:

—«... recolhida todo o tempo que possivel lhe era em o retiro, & refugio da sua cella, ali passava naquella ditosa solidão sem estar só, porque nunca está só quem busca a Deos. Tão grandes erão os regalos que neste doce retiro lograva seu espirito com a presença do Celeste Esposo, que desejosa de lograr sempre aquelles amorosos allivios, quasi lhe causava já tedio a lida, & commonicação das creaturas, & desejava livrarse de todas ellas, indo-se com o seu Amado para hum deserto.»

miradouro, ao *balcon*, como traduz Guilleraques, «donde se vê Mertola» e de onde ella viu pela primeira vez o capitão de cavallos. Logo veremos o valor da allusão.

Publicando em 1705 a sua interessante Chronica, fr. Fernando da Soledade[1] diz, referindo-se ao convento onde Marianna Alcoforado, que elle não cita, vivia ainda;—«Não lhe deu commodidade para hortas, pomares ou jardins a visinhança das ruas, mas a grandeza da casa repartida para differentes usos em quartos multiplicados e todos muito perfeitos, representa um paraiso alegre, no qual recreando-se os olhos, respiram juntamente os corações apertados... Ainda nos tempos presentes, *segundo nos affirmam pessoas de inteiro credito*, manifesta o que foi sempre, *na fôrma dos locutorios, na cautella em todas as partes publicas*, nas Matinas á meia noite, e nas mais obrigações que satisfazem como devem. Estando toda a Casa *cercada de muros altos*, sem hortas, nem cerca em que se possam divertir com algum desafogo, *sempre fizeram capricho de não consentir que se edificasse um miradouro d'onde os olhos vagueando pelas cousas terrenas, talvez poderiam desviar as almas das delicias celestes*».

Haja ou não reservada idéa, o rhetorico frade ou foi audaciosamente illudido ou mente.

A simples inspecção externa do edificio imme-

---

[1] *Chron. Serafica*, etc.

diatamente destroe a elogiosa ou intencional affirmação, á qual a mais rapida visita d'elle não permitte sequer o recurso de poder suppor-se que no tempo do frade ou do episodio das Cartas não existissem os miradouros que lá se encontram ainda.

Pode dizer-se que em todas as direcções poderiam as piedosas creaturas descançar e espairecer a vista em «cousas terrenas»,—além das que lá dentro naturalmente as preoccupavam. Melhor gosto e senso do que o seu pomposo chronista, mostravam as pobres senhoras em não julgarem necessario sequestrar os olhos aos bellos panoramas e largos horizontes que mais intelligivelmente do que os latins dos breviarios e as lendas dos agiologios lhes narrariam a gloria e o poder do Eterno:—*Cœli enarrant gloriam Dei.*

Miradouro, é uma expressão generica e archaica que comprehende os eirados, as alpenduradas, as varandas, os mirantes, os *balcões*, todas as varias construcções accessorias d'esta natureza ou particularmente destinadas a espairecer, e recrear a vista, a receber o ar livre dos campos, etc.

No Alemtejo é a *varanda* ou o eirado.

Serve isto já de nota á nossa traducção das Cartas.

Quasi todos, e cremos que poderiamos dizer todos, os nossos conventos, particularmente os de freiras, possuiam taes construcções. Facilmente se comprehende que no Alemtejo, onde pelas proprias condições do clima ellas são vulgarissimas, não dei-

xassem de as ter as casas monasticas, sobretudo as que, como a da Conceição, alojavam uma população consideravel e estavam cercadas «de muros altos, sem hortas nem cerca em que as religiosas se possam divertir com algum desafogo».

Exactamente, a varanda suppria a cerca.

Á parte, pois, as janellas ou gelosias exteriores, collocadas a diversas alturas, aquelle mosteiro tinha excellentes «miradores», e dois, pelo menos, existem ainda, em que a vista podesse recrear-se, e por horas proprias mitigarem as pobres freiras as calmas do verão alemtejano.

Um d'elles dá até immediatamente sobre a cidade, em fórma accentuada e franca de mirante.

O outro, em que por uma circumstancia feliz, a construcção antiga, original, do respectivo lanço dos muros se accentua e impõe irrecusavelmente...

Ah, o outro, era o que nós procuravamos de ha muito, com tão pouco respeito pela pia fraude de fr. Fernando da Soledade que até a affirmação d'elle mais nos fazia desconfiar de que realmente existira!...

II

Percorrendo o enorme e quasi deserto edificio, n'um d'aquelles dias limpidos e ardentes do Alemtejo, como que sentiamos ir-se refazendo e acompa-

nhando-nos, nas sombras dos casarões nùs, que succediam bruscamente á luz quente e ampla dos claustros, o episodio lancinante das Cartas.

A vida e tradição conventual que, á parte as variantes mais ou menos severas e formalistas da Regra, pouco deferia, no seculo xvii, de uma para outra clausura de mulheres, recompunha-se e resurgia no nosso espirito com uma nitidez estranha, irrecusavel.

Aquella grande solidão absorvente, desolada, de um convento abandonado, faz irresistivelmente sentir a inanidade, o vacuo, a obsessão, a grande contradicção mystica, da vida claustral:—o silencio—«chave da alma e culto da justiça, formosura e ornato das Casas de Religião»,—como o recommendavam as Constituições;—a contenção de todos os impetos do sangue e da mocidade; a vida girando monotonamente entre a Cella e o Coro; a sensibilidade, a intelligencia, a vontade batalhando noite e dia no vago dos «celestes favores» e das «doces violencias da Graça»; o «espiritual recolhimento», a ascese «contemplativa» torturando o coração e o espirito com terrores mortaes ou malogradas volupias; a clausura perpetua, a perpetua mutilação da natureza, o perpetuo sacrificio incomprehensivel, fatal, irrevogavel[1].

---

[1] «Entrou com a consideração a ponderar o que em si via & parecendo-lhe que estava já no Ceu, tirou por consequencia, que devia já ser morta para o mundo. O habito conhecia

E por baixo de tudo isto:—a pequena intriga e o tedio inilludivel de muitas creaturas encarceradas no mesmo destino e na mesma casa; a hypocrisia permanente, os rigores absurdos, a emulação devota em que não raro se esconderiam os pequenos ciumes e antagonismos femininos [1]; emfim os estimulos e as seducções do mundo segredados nas palestras dos locutorios, nos olhares trocados atravez das rejas, nas proprias revelações recebidas atravez das rotulas dos confessionarios,—que era «muita a liberdade das grades n'aquelle miseravel tempo», como ingenuamente diz o veneravel bispo do Gram Pará...

Quando não fosse alguma coisa peor, alguma d'estas terriveis monstruosidades de organismo ou de sentimento que a natureza ou o diabo atiravam ás vezes, n'uma revindicta cruel, para o meio das populações claustraes, como, por exemplo, a reve-

---

ser mortalha, o Convento a sepultura, a deixação do mundo o testamento, & finalmente o sacrifisar a vontade, a morte.»

Isto diz frei Antonio de Almada, de Marianna do Rosario, quando esta toma o habito, menina e moça *de 17 annos!* (*Desp. do espirito*, etc.).

[1] «*Nenhũa particularidade ha que se livre nas Communidades de ser notada*: he pensão esta, a que se expoem o qee se faz em presença de muitos olhos, & de diversas condições; & assim a Esposa do Senhor não foi muito experimentasse no seu Convento diversos juizos *sobre o tracto, & caridade particular com que trattava a sua espiritual filha Soror Flena.*« (*Desp. do espirito*, etc.).

lada por uma grave e piedosa sentença episcopal, que temos deante de nós, mandando expulsar de um convento de Villa Viçosa uma pobre freira por se demonstrar, ao fim de muitos annos, «que não era mulher mas homem».

Alguem quiz já irmanar a Conceição de Beja com o mosteiro de Odivellas, na lenda galante que tão celebre tornou este ultimo entre os nossos litteratos.

Por outro lado é vulgar, quando se fala da vida conventual no seculo XVII, caracterisal-a por uma grande relaxação das relações e dos costumes monasticos, em parte estimulada pelo *molinismo.*

Arredemos os dois themas que em absoluto consideramos menos exactos e seguros. Á parte a celebridade derivada dos nomes ou das circumstancias que pozeram em casual relevo certos factos e não poucas invenções, e independentemente de quaesquer influencias concorrentes do espirito do tempo ou do desabuso dos espiritos,—cremos que o fundo da lenda galante dos conventos de freiras não cabe na simples historia de uma ou de outra clausura religiosa, mas que se alarga necessariamente pela de todas, e não partence a um movimento particular de doutrina ou de escola, mas tem uma explicação mais physiologica do que historica, sobretudo mais natural do que litteraria.

Nada, porém, auctoriza a singularisar o convento da Conceição nos costumes e no espirito monastico do seculo XVII, e coisa alguma nos parece haver no

episodio das Cartas que razoavelmente possa attribuir-se, não já apenas a um modo de ser especial da vida interior d'aquelle mosteiro, mas a uma feição exclusiva, caracteristica, da epocha, menos ainda á influencia molinista pouco consoante com a direcção espiritual dos franciscanos. Exactamente, ainda no tempo de Marianna Alcoforado, se inicia na Conceição o movimento de recrudescencia ou de reacção beata, chamado da *reforma*, não sem resistencia e protesto que vae até ao motim e á guerra entre as freiras. Naturalmente o periodo revolucionario e bellicoso da Restauração accrescentaria por diversos modos o afrouxamento da disciplina e da moralidade claustral. D'ahi, aquella reacção.

Mas independentemente d'isto, Marianna, em 1668, sente e fala, do fundo da sua triste clausura como Heloisa, seculos antes, abbadessa do Paracleto.

Por um ou outro d'estes dramas intimos que encontraram n'uma intelligencia mais fina ou mais culta a expressão exacta, communicativa, das paixões que os teceram, quantos outros, semelhantes, se afundaram obscuramente na corrente das intituições e dos tempos! A quem não terá succedido ao folhear as grossas chronicas conventuaes, sentir repentinamente vibrar, atravez das pompas e das veladas revelações da rhetorica beata, o drama obcuro, anonymo, de uma alma de mulher despedaçada na lucta feroz da natureza com a instituição mystica?

A vida e a sociedade do Convento da Conceição de Beja, na epocha que particularmente nos interessa, não se destaca nas chronicas mais proximas e auctorizadas, da monotona redundancia dos casos miraculosos e da glorificação devota com que os historiadores monasticos costumam encher os seus grossos volumes. Apenas nos termos conventuaes, —nos que conhecemos, de 1690, em deante,—uma ou outra vez se faz discreta allusão ás—«leviandades de moça»,—de alguma pobre religiosa, para lhe exalçar a predestinação que á força de cilicios e jejuns a reconduziu á vida—ou á morte—«virtuosa» e santa.

—«Em um paraiso de flores odoriferas, qual é este mosteiro, na exemplaridade das virtudes»,— diz pomposamente um chronista,—«não podiam faltar esmaltes preciosos que o enobrecessem, nem religiosas santas que o esmaltassem com veneravel memoria de uma vida innocente.»[1]

E cada qual põe-se devotamente a contar as particulares devoções ou as milagrosas occorrencias da vida de varias religiosas que desfilam deante de nós como personagens de um mundo extranho, apenas uma ou outra vez relacionadas com o nosso por ligeiras referencias á vida real ou por uma ou outra indicação beata que não raramente nos fere e surprehende na sua ingenua rudeza. São, com pequenas variantes, os mesmos casos succedidos

---

[1] *Hist. Seraf. chron.*, tom. III, Lisboa, 1705.

em todas as clausuras, de extraordinarias penitencias illuminadas pela Graça, de particulares beneficios e caprichosas preferencias do Divino Esposo por uma ou outra religiosa, de grandes actos de humilhação e de sacrificio, de rapios e visões que devassam todo o mundo do mysticismo desde a voluptuosidade perenne da Summa Gloria até aos horrores da Eterna Damnação; — emfim, de assaltos formidaveis ou de perfidias complicadas do Inimigo, de rebeldias e tentações continuas da Carne...

Este ultimo thema é a cada pagina atacado e resolvido pelos devotos chronistas com uma intrepidez, e por vezes com uma precisão de minucias, que espanta, realmente.

Falando, por exemplo, d'aquella pobre freira,— companheira de Marianna e de Peregrina Alcoforado,— que atraz dissemos ter entrado aos 7 annos no convento, Fr. Jeronymo de Bellem, observa com galante delicadeza:—«Da castidade só sentiu o que faz mais meritoria esta virtude, *mas sentindo nunca consentio, pois ao mesmo tempo em que se via convidada ao appetite,* na resistencia encontrava allivio, com creditos de merecimentos. Fazia muito por suprimir os incendios com rigorosas penitencias, e castigava as rebeldias da carne propria *e as faltas da miseria alheia* que a tanto chegava sua ardente caridade.»[1]

---

[1] O sr. Th. Braga referindo-se evidentemente a este trecho diz:—«Em uma Chronica monastica, falando das freiras ce-

De outra, falada em todas as chronicas que se referem á Conceição,—prociama tambem o minucioso frade:—«Na virtude da castidade parecia ter puresa de Anjo, porque nunca a tentação se atreveu a uma carne que lograva privilegio de espirito.»[1]

Não se pode ser mais finamente delicado na insinuação de como não eram raros aquelles incendios, nem coisa que por banal devesse passar sem

---

lebres da Conceição de Beja, diz-se, *alludindo vagamente aos amores de Marianna, que ella «sentira e não consentira». Por aqui* se vê que a tradição amorosa da Religiosa era conhecida em Portugal, *mesmo antes da entrada das Cartas.*

Que o nosso illustre amigo nos perdôe:—não se vê tal, nem precisamos phantasiar coisa alguma parecida. N'aquelle trecho não só não se *allude vagamente aos amores de* Marianna, mas fala-se de Soror *Marianna da Conceição,* que não é Marianna Alcoforado, e sim uma sua companheira que morreu em 1736 com 120 annos, tendo entrado aos 7 no convento, por Breve Pontificio. De resto, a allusão seria tola. O chronista sabia muito provavelmente que a sua contemporanea Marianna Alcoforado, *não sómente sentira, mas consentira,* e por isso, talvez, não fala n'ella. (*Chr. Seraf.*, Lisboa, 1753, 2.ª p.).

[1] Da Marianna, dos *Desposorios do Espirito,* não se esquece tambem Frei Antonio d'Almada de explicar largamente como «a amada Soror... trazia tãto em os olhos da alma, qne era por obrigaçaõ do seu estado Esposa deste Senhor, para desempenhar seu affecto em devida correspondencia, *fiel sempre a seu castissimo thalamo,* como a Esposo & como a Amado, lhe guardava, & resguardava com todo o recato a joya de sua puresa.»

elogiosa homenagem, o resistir firmemente... á combustão.

N'estes registos, mais ou menos longos, das predestinações conventuaes, vemos passar muitas das companheiras de Marianna Alcoforado, sem que o nome d'esta, já no começo do seculo XVIII aureolado entre ellas, pelos clarões da redempção penitencial, uma só vez appareça:—são Catharina de Aragão,—a da citação que acabámos de fazer;—Marianna da Conceição,—a «que sentindo nunca consentiu»;—Anna Maria de Santa Thereza,—a que se flagellava na capella do Capitulo;—Guiomar de Jesus,—«solitaria contemplativa sempre elevada na contemplação da celestial formosura»;—Ignez de Christo,—«tão silenciosa que ninguem sem urgente necessidade lhe ouvia falar»;—Leonor dos Martyres,—muito dada a ver extraordinarias coisas, chegando a ver um dia no côro «um homem com outro ás costas», visão perfeitamente explicada pela mystica conventual;—Maria de Jesus,—cheia de «toques e moções interiores»;—uma abbadessa, que por nome não perca, que oppondo-se á construcção de uma capella do Baptista, indo ás tres horas da madrugada para o côro, encontrou, nem mais nem menos, do que «um homem venerando, vestido de pelles...»

Com animo varonil a boa freira exclamou:—«Quem sois? Homens no Mosteiro *a estas horas!?*» Entraram em explicações. Era o proprio Baptista que estava alli expressamente para recommendar

á intrepida freira que não continuasse a oppor-se a que se lhe fizesse uma capella mais. Convieram n'isto.

Caso mais extraordinario,—mais duradouro, pelo menos,—succedia com outra religiosa, Soror Michaela dos Anjos, que, por signal, morreu em 23 de outubro de 1713, com 60 annos de edade.

O Menino Jesus, em pessoa, vinha regularmente ajudal-a na sua cella, a fazer as flores e os ramos para os altares.

É piedosamente encantador o registo de Fr. Jeronymo de Bellem.—«... *e com curiosidade de Freiras, ellas a tinham de vigial-a* para verem e admirarem o que fasia, mas nunca puderam ouvir mais que a sua voz... Por veses lhe fazia suas peças o Menino e como recreando-se na presença da sua amante Esposa, lhe misturava os materiaes das suas flores para ouvir-lhe as queixas, como succedeu um dia em que ella com a humildade de serva e privilegio de Esposa lhe dice:—«Aquietae-vos, como estaes travesso!—*Nesta forma trabalhavam ambos, o Menino regalando a sua Esposa,* e esta com os favores das visitas se adiantava no merecimento e no serviço para o culto dos seus altares.»

Estranha ingenuidade a d'este dizer!

Caso tanto mais glorioso que devia servir para contrapôr aos piedosos desvanecimentos das carmelitas do convento da Esperança,—d'alli a dois passos,—a quem o Menino-Deus, pouco mais ou menos por aquelle tempo, visitava tambem com «par-

ticulares favores», na pessoa da Veneravel Madre Marianna da Purificação.

N'esta, os requintes da ascese mystica attingem proporções realistas verdadeiramente entontecedoras. A narrativa devota desce vertiginosamente a pormenores e denuncias extraordinarias.

Como a pobre Marianna das Cartas, cujo coração parece ás vezes «forcejar por desprender-se d'ella» e ir para o do capitão francez,—a beata da Esperança,—perdoe-se-nos a impiedade do parallelo,—sente a cada momento taes «baques e abalos que o coração me dá no peito,—diz ella propria,—que o ouço com os ouvidos corporaes e desejo abrir o peito com as minhas proprias mãos, e deixal-o voar para onde elle quer e deseja tanto, mostrando que não quer viver em mim senão no seu centro que é o meu Divino Esposo.»

Este, então, estreita-a amorosamente nos braços, acompanha-a, com graciosos galanteios, á dobadoira, brinca com ella, como menino folião, nas rezas do côro, aconchega-a e alimenta-a ao «seu Santissimo Lado», mette-se com ella na cama...

—«E muitas vezes,—conta ella ao grave e piedoso confessor que veiu revelal-o ao mundo,—me succede passar toda a noite n'esta união com meu Divino Esposo, muito mimosa e regalada, que para algumas vezes me poder levantar é necessario que Vossa Paternidade me mande chamar, que só ouvindo nomear Vossa Paternidade me posso apartar do que estou logrando, que é tal a força do amor

d'aquelles suaves e amorosos laços em que me vejo presa e enlaçada...»[1]

Ainda como a apaixonada religiosa das Cartas,—perdoe-se-nos a impiedosa reincidencia,—que não se importa que todos saibam, que quer mesmo que todos conheçam o seu espantoso amor,—a santa carmelita, á mesa da Sagrada Communhão, sente «taes ancias e desejos que,—diz ella ainda,—não cabia em mim nem podia com tanta força de amor e desejava ir apregoar este amor por todo o mundo...» Felizmente, «applacou-me meu Esposo estas chammas dando-me lugar para o meu retiro acnde logo me recolhi ao coração do meu Esposo, *logrando os favores e regalos que não me atrevo nem sei dar a Vossa Paternidade a minima noticia*.»

Convém sempre accrescentar, como de casos semelhantes observa prudentemente o nosso Manuel Bernardes, «*que tudo isto se entende mysticamente e*

---

[1] Casos analogos aconteciam á outra Marianna, a dos *Desposorios do Espirito*. De um conta ella:—«Todo este tempo estive vendo cousas que a lingua humana não pode declarar. Eu bem me sentia, mas não podia sahir daquillo, & se algũa pessoa fora falar-me não podéra responder. Vi nesta occasião a meu Senhor como hũa pessoa que está muito saudosa de outra, abrindome os braços, & apertandome com muito amor... Sahi daquella fogueira divina como quem sahe de um fogo ardente: isto tudo foi desde o jantar até que forão nove horas da noite, a qual não pude dormir, porque não se acabou o fogo divino; quem o pudera imprimir em todo o genero humano!»

não de distancias materiaes, senão de conjuncção amorosa.» [1]

Não é só, porém, d'estas obsessões da hysteria beata alimentada e cultivada carinhosamente pela clausura,—é ainda dos episodios mais humanos e comprehensiveis da vida conventual, que o extraordinario livro de Fr. Caetano do Vencimento nos offerece, melhor do que os chronistas geraes, uma idéa ou uma pintura soffrivelmente realista.

Atravez das monotonas pompas do estylo e das subtilezas irritantes da erudição mystica, sentem-se e vibram as reluctancias desesperadas das pobres raparigas sadias e fortes que preferem o suicidio á profissão;—segredam outras as suas correspondencias de amor e as suas «amisades illicitas»;—lavra o tedio e a intriga, rebentando ás vezes em verdadeiras revoltas, na legião devota;—assalta as grades a curiosidade e a seducção mundana;—enfeitam-se e decotam-se garridamente as Virgens-Esposas do Senhor...

O escandalo chega a termos de obrigar a veneravel beata da Esperança a ter uma serie de raptos pavorosos em que vê «as religiosas de todas as religiões em uma caverna escura, e nella estavam os Demonios atormentando-as, e com varas de ferro em brasa lhes queimavam *os decotados,* outros com carqueija já lhes abrasavam *os cabellos,* outros pu-

[1] *Pam partido em pequeninos,* etc., pelo P. Manuel Bernardes, etc.—Lisboa, 1708.—2.ª p.

xando-lhes *pelos toucados* as arrastavam e lhes fasiam outros muitos tormentos e despresos.»

De uma vez foi temporariamente efficaz a lição, observa o chronista:—«E vendo a Veneravel M. Marianna bem dispostos aquelles brandos corações, abrasada no Divino zelo pegou em uma Imagem de Christo crucificado, e com tal fervor lhe fez uma persuasiva pratica que ali mesmo se congraçaram todas aquellas *que viviam em refinados odios;* outras *tirando os toucados e enfeites* os arrojavam com despreso, espedaçando aquelles falsos idolos da sua vaidade; prostadas outras e com verdadeiros sinaes de verdadeira contricção, pediam a Deus perdão das suas culpas e á Communidade, *do escandalo que causavam com as suas relaxadas vidas...*»

Citamos o caso da Esperança porque logrou mais desenvolvida chronica. Mas na Conceição acontece o mesmo. A propria Peregrina Alcoforado,—a irmã de Marianna e no tempo d'esta,—nos denuncia, por conta da sua biographada e companheira, Anna de S. Francisco, a visão do demonio sob a figura de um grande passaro negro adejando sobre as freiras amotinadas por causa da *reforma*. Contra o partido d'esta ultima batalhara asperamente, por muito tempo, aquella religiosa, até que um dia a fizera bandear uma advertencia divina, e desde então não houve mais severa propugnadora do recolhimento, da abstinencia, e das «deleitações» mysticas.

Não podendo contar sempre com estes effeitos extraordinarios de inspiração superior e de expon-

tanea correcção casual, as Constituições recommendavam uma therapeutica minuciosa, menos espiritual certamente, que nas suas proprias severidades e precauções está a cada momento revelando os perigos e fraquezas que salteavam a clausura.

Tratando da admissão a ella, as Constituições, em vigor na Conceição, começam por ordenar que —«a que houver de ser recebida para Freira seja bem nascida, virtuosa, de boa fama, san em o corpo, disposta para levar os trabalhos da Religião, de nenhuma maneira seja recebida a que tiver enfermidade contagiosa. Tenha animo prompto e seja livre de condição, e de idade ao menos de dose annos».

A esta cabecinha reflexiva e certeira de 12 annos, muito gravemente recommendavam que antes de entrar na devota carreira «fosse dada a noticia da Regra e de todas as asperesas e exercicios da Religião *para que com madura deliberação julgue se lhe convem tomar o habito*»! Já mais tarde não teria de queixar-se d'essas asperesas...

—«A religiosa que fôr negligente em acudir ao Coro e Officio divino, pela primeira vez dirá a culpa em o Refeitorio, á segunda fará penitencia de pão e agua, e á terceira se lhe dará uma disciplina. E se fôr incorrigivel se lhe tirará o veo *e não poderá chegar á roda e locutorio* em quanto se não emendar».

O *silencio*, dissemos já como as Constituições o definem:—«chave d'alma e culto da justiça»,—por isso tambem exortam—«que em todo o tempo e lu-

gar as Religiosas procurem guardar silencio»,—ordenando que pelo menos—«desde que toquem á prima (hora) da noute a recolher, ate, que no outro dia despertem á prima, guardem silencio».

De uma sua companheira, Marianna da Cunha, morta em 1692, diz ainda Peregrina Alcoforado que «a sua vida era hũ continuo silencio».

Ás cautellas com os dormitorios e cellas, alludimos já, e em relação aos trajos, a lei é de uma meticulosa previdencia:—devem ser pobres, é claro, —«de pouca roda e largura, e de nenhuma maneira arrastem». Mas a garridice femenina d'estas mesmas austeras precauções sabia tirar pretexto:—no termo de *visitação* de um convento de Lisboa reprehende-se o facto de algumas freiras encurtarem tanto os vestidos que se lhes viam os pés,—certamente as que os tinham bonitos,—de mais a mais calçados em vistosas botinas!

Contra as tentações e fraquezas que poderiam derivar-se das relações externas, as Constituições, exhortam e mandam «a todas as religiosas que se apartem e abstenham de ter amisades e tratos particulares, pena de privação de voz activa e passiva por dois annos». Á primeira vista e para quem não conhecer a subtil gradação criminal e penal dos codigos ecclesiasticos, esta especie de simples «suspensão de direitos civis e politicos», poderá parecer relativamente suave.

—«E sendo incorrigiveis,—continua o texto,—serão postas em a Casa da disciplina por quatro

mezes. Item mandamos ás Abbadessas, pena de privação de seus officios por tres meses, que não consintam que as Religiosas tenham correspondencias, visitas nem conversações continuadas, *em que entrevenha continuação de escrever, mandar ou receber presentes*, nem dem locutorio a Religiosa alguma de cuja condição presumam que não estará nelle com modestia, exemplo e compostura que se deve».

E aquellas «continuações destes principios»,—de que fala, mais saudosa do que arrependida, a religiosa da Conceição, lá estavam tambem prudente e inutilmente comminadas na regra, até com mal disfarçada e escandalosa desconfiança na casta isenção e firmeza das pobres freiras ao encontrarem-se a sós com um homem.

—«A religiosa que sahir da Clausura ainda que seja por pouco tempo ha de ser absolta da excommunhão (em que *ipso facto* incorria) em plena communidade, e só se se lhe provar que esteve *com algum homem só ou fechada em alguma parte* será encarcerada por dez annos e *privada perpetuamente dos actos legitimos*, e de chegar a grades, roda e porta: E as mesmas penas se darão, *á que dentro da Clausura esteve só fechada com elle ainda que seja dos officiaes que entram a trabalhar ou a outros ministerios do mosteiro*».

Depois de tantas outras divagações a que nos levaram os factos e as circumstancias que se accumulam e rodeiam o episodio das Cartas, e que nem todas poderão com justiça parecer indifferentes ao

unico processo que pode adoptar-se para a verificação critica d'esse monumento, estes traços da vida conventual completam, por dizer assim, o fundo, rapido, imperfeito, mas necessario, em que aquelle episodio e os personagens d'elle se desenham e revelam ao nosso espirito como uma verdade não só historica, mas physiologica, não apenas provavel, mas evidente.

III

Subindo alguns degraus, a um canto e ao fundo da varanda interior do claustro,— aberta uma pequena porta arruinada, achámo-nos inesperadamente n'uma especie de vasto eirado em que o sol do meio dia cahia a pino, e que a parede que continua da parte inferior do edificio fecha do todos os lados á altura de alguns metros.

Em frente, a um angulo d'essa parede, abre-se uma larga janella gradeada.

Para que seja verdadeiramente o balcão, a *varanda,* n'uma das suas fórmas vulgares e sobretudo conventuaes, falta hoje, simplesmente, áquelle eirado a cobertura mais ou menos ligeira. Teve-a, e até, ha poucos annos, é que ella foi apeada ou cahiu.

Nova e mais demorada inspecção d'esta parte do edificio, habilitam-nos a ampliar a descripção da

nossa primeira visita. Alli se construiu realmente, no seculo XVIII, á custa de uma companheira das Alcoforados, o chamado *dormitorio novo* que algumas das actuaes habitantes do convento conheceram ainda, Foi naturalmente a ruina e a fria incommodidade do enorme *dormitorio velho*, que fica proximo, a oeste, sobre a sombria rua da Conceição, que moveu á construcção nova, no lanço sul, francamente aquecida pelo sol, de manhã ao occaso, e podendo abrir ou conservar para os campos, duas grandes janellas, uma ao fundo e a leste, e a outra, a um angulo, evidentemente mais antiga, e que conserva ainda, com a tradição galante, o nome de *janella de Mertola*.

Na cimeira da porta do recinto pode ler-se que «esta obra fez a M.º *R.ª Madre Brites Angelica na era de 17?0*».

Não é curioso que exactamente, alli, nos appareça este nome de Brites recordando-nos uma das referencias das *Cartas:* a da D. Brites que insiste com Marianna para ir espairecer ao *balcão?*...

Faria a reverenda senhora o dormitorio, a capella ou o altar, á direita, de que restam vestigios e onde parece que houve um retabulo da Senhora da Encarnação. Faria a porta e as cellas que na linha do sul deixaram desafogada e livre a janella tradicional; apropriaria, emfim, ao novo destino, o miradouro, o recinto, ou fecharia este do lado interior, cobrindo-o.

Mas o que não fez foi a muralha exterior do

convento, com os seus gigantes de construcção primitiva que adelgaçando-se, como de costume, á altura do terreno elevado que sustentam e sobre o qual se abrem os pequenos quintaes do convento, continuam a acompanhar a parede do que foi *dormitorio novo.*

A *obra* de Madre Brites, posterior ao episodio das *Cartas*, foi como eram geralmente estas obras de freiras, um simples trabalho de adaptação.

A propria e anterior galeria que lhe dá accesso, communicando immediatamente com o dormitorio velho e outros interiores, está indicando a preexistencia do terraço ou eirado aberto d'aquelle lado para onde se foram estendendo as construcções novas, entre as quaes, já o dissemos, «as casas» que Francisco da Costa Alcoforado fizera ás filhas.

A bem dizer a ruina da cobertura, que não resistiu, como o resto da construcção e como a do outro dormitorio, denunciando a sua natureza de adaptação barata, restituiu ao sitio a feição primitiva de largo eirado ou varanda destinada á recreação, ao passeio, ao desafogo da população enclausurada do seculo XVII.

Adaptando-o a dormitorio, conservou-se a chamada janella de Mertola ou transformou-se n'ella um rasgão do muro, que pouco elevado do pavimento interior parece attestar ainda o seu primeiro destino de vulgar miradouro.

E o que é tambem curioso é que ella, fechada por largas grades de ferro, recentemente reforçadas por

estreita reja de madeira, e dando para o que pode chamar-se agora o Chiado de Beja, tem conservado não sómente a sua tradição... mas a sua applicação enamorada.

Entrando n'aquelle recinto e approximando-nos da janella descripta, a allusão da pobre Marianna ao «balcão d'onde se vê Mertola», e d'onde os olhos e a alma se lhe foram prender um dia,—«dia fatal!»—no gentil capitão francez, impoz-se-nos viva e rudemente como um documento decisivo.

A phrase original não era evidentemente aquella.

Mertola não se vê d'alli, nem de nenhum outro ponto de Beja, não por causa da distancia,—54 kilometros para o sudoeste,—mas pela configuração do terreno. Quem não soubesse isto, quem forjasse as Cartas, evitaria uma referencia, além de tudo desnecessaria, que desde logo podera prejudicar-lhe o intento, em vez de o servir.

Mas o que se via, e o que se vê ainda, o que fica alli em frente, a dois passos, são os restos, os severos bastiões das antigas *portas de Mertola*, de todo o tempo, como hoje, conhecidas por este nome pela simples razão de ficarem do lado d'aquella villa e darem para os campos e estrada entre ella e Beja. É como a outras quatro das sete portas que tinha Beja se chamava e chama:—portas de Evora, de Aviz, de Moura, de Aljustrel. Sabe-se quanto são vulgares estas denominações nas nossas antigas cidades muradas.

Para além serpea, atravez dos ferragiaes e dos

montes, a estrada de Mertola, e lá ao longe, afundando-se á vista e logo ondulando de novo no horizonte, esbate-se o territorio da phenicia *Myrtilis*.

A religiosa teria escripto:—«á varanda d'onde se veem as portas de Mertola», ou «ao *miradouro de Mertola*»,—e o traductor tomando naturalmente estas portas pelas da propria villa, ou dispensando-se de alongar a referencia, perfeitamente indifferente para o leitor francez, traduziria singelamente:—«*le balcon d'où l'on voit Mertola*».

Justa e intelligente fôra a inspiração de pôr alli aquelle «miradouro», e o panorama que devassa não poderia ser mais digno de que n'elle se embebessem, sem perigo, em horas de repouso e de folga, os olhos educados na contemplação da gloria e do poder do Eterno.

A cidade não se expandira, como modernamente. n'aquella direcção, a ponto de ultrapassar os velhos muros e de affrontar o devoto recolhimento das freiras.

Adivinham-se ainda, lá em baixo, os campos planos e assoalhados em que ha 220 annos, n'aquelle «dia fatal», se exercitavam os soldados de Chamilly ou este galopava, cheio de mocidade e de petulancia, á frente da sua companhia. D'aquelle lado voltara elle, talvez, alegre e triumphante, da expedição do S. Lucar. D'alli veriam as pobres raparigas enclausuradas manobrar os *terços* com os seus uniformes variados e scintillantes;—escarlates uns, verdes outros, alguns cobertos de passamanes mul-

ticores, outros ostentando os brazões heralticos dos generaes[1],—e caracolando em volta, e exercitando-se nas cargas impetuosas, e desnovelando-se como longas serpes reluzentes, as *companhias de cavallos*, com os seus bellos officiaes, moços quasi todos, mais ou menos fidalgos todos, cujos olhares atrevidos e cúpidos iriam por vezes alvoroçar extranhamente, atravez das rejas do balcão,—se é que as tinha já,—o bando das pombas do Senhor.

Este turbilhão de força, de vida, de audacia; esta onda de paixões fortes, vibrantes, encandescentes; a guerra em toda a sua belleza e sem nenhum dos seus horrores; o mundo, a sociedade, o *homem* em toda a sua grandeza:—devia ser realmente um extraordinario e allucinador espectaculo para as pobres creaturas cuja mocidade confrangia e estiolava monotonamente na fria e «solitaria contemplação» das coisas intangiveis e na contenção permanente, desnatural, tyrannica, de toda a sentimentalidade objectiva[2].

---

[1] O *Mercurio Portuguez.*

[2] Por curiosidade daremos os nomes de algumas companheiras de Marianna n'aquella epocha, computando-lhes as idades pelas indicações dos termos conventuaes:—D. Leonor de Vilhena, que teria 20 annos, Ignez de S. José, de 17, entrada menina no convento e que «na mocidade estava sempre doente»,—Maria dos Serafins, de 34 que foi muito devota de S. Francisco do Carmo e «ficava em oração mental até quasi amanhecer;»—D. Francisca d'Almeida «muy proxima para todas,»—diz Peregrina Alcoforado;—D. Francisca Freire,

Marianna Alcoforado tinha já então 25 annos. Era uma mulher moça, provavelmente formosa, na plena maturação do organismo, do temperamento, da intelligencia; filha de uma raça forte e sadia, de sentimentos e prosapias fidalgas; nascida e creada no meio do bulicio da guerra; respirando desde o berço a atmosphera de poderosa actividade e de incontestavel prestigio do pae.

Vê-se bem quanto estamos longe das recomposições litterarias que se teem tentado, da *religiosa portugueza.*

—«Imagine-se sempre,—diz por exemplo, o nosso erudito amigo sr. Theophilo Braga,—uma rapariga de 15 annos.»

«tendo o coração de pomba,»—Luisa Maria de Jesus, de 18, que disilludida dizia depois que «no Coro achava todas as suavidades que o mundo podia dar», D. Brites Magdalena, de 23, «sempre doente e esmoler», a rica Seraphina Pinheira de Bulhão, de 24, D. Michaella dos Anjos, da mesma edade, que se arruinou com abstinencias e tanto era uma predestinada authentica que os religiosos que lhe assistiram á morte verificaram em «repetidas experiencias» que o corpo lhe ficara flexivel e suava,—D. Brites Maria de Resende, uma vocação musical:—«desde minina cantou» e foi grande sabedora de canto de orgam» perdendo a vista á força de estudar;—Ignez dos Seraphins, que—«na meninise teue algumas leuiandades mas nestas sempre Ds. a chamou,»—como outra, a pequena Constança Evangelista que na vida espiritual buscou emenda «a ãlgumas leuiandades de moça;»—D. Brites de Brito, que foi abadessa e teve uma «gloriosa morte,» —Isabel do Espirito Santo que passou a vida «a ensinar latim,»—Guiomar de Jesus, que a passou a «ensinar assim a

Foi exactamente o que nunca podémos imaginar, lendo as Cartas, e foi até o contrario d'isto que começámos por estabelecer como assente e seguro quando decidimos aventurar-nos á descoberta directa, documental da mysteriosa freira. Por uma inducção physiologica longamente meditada e discutida, que nos parece irrecusavel, e que, pelo menos o exito confirmou, estabelecemos que as Cartas não podiam ter sido escriptas e sentidas, ou não poderiam ter sido sentidas como foram escriptas, por uma mulher de menos de vinte ou de mais de trinta annos, approximadamente.

E d'isto mesmo teve o instincto o illustre escriptor observando que as Cartas, «ditadas por um

---

ler como de tudo o mais, e foi «grande sabedora de cantocham e de orgão,» — a rispida Brites dos Serafins, que gastava no culto a sua bella tensa de 30$000 réis, — Maria de Santiago que «deo de si grande exemplo livrando-se de toda a correspondencia prejudicial,» — outra Brites, que devemos notar por ter a idade de Marianna, — D. Brites Francisca de Noronha, que «viveo sempre com grandissimo temor de Deus,» foi abbadessa e fez a tribuna do Santissimo Sacramento, na egreja, — Archangella Baptista, grande musica e cantora, — D. Marianna da Cunha, que fez grandes penitencias, — D. Luiza Freire, que «sendo pelo seu nascimento illustre nunca nella se experimentou o menor indicio de soberba,» — Maria da Assumpção, já então, como a anterior, entrada nos 40, bastante rica, «religiosa de muita austeridade» e que conservou até aos 92 annos, uma «singular memoria das cousas antigas do convento», não nos contando nenhumas, — Josepha d'Oliveira, que morreu com 100 annos, em 1720, tendo «a imagem de N. S. da Crus ás Costas q. vae na procissão por sua conta,» etc.

temperamento peninsular, *tem a paixão dos 30 annos.*»

É geralmente n'aquelle periodo, feito o devido desconto a certas variantes conhecidas, que se realisa o que poderemos chamar a crise da maturação physiologica; é n'elle que se expande, completa e vigorosa, esta evolução simultanea e harmonica das forças moraes, do corpo e do espirito, chamada a *adolescencia*, que é, como observa Müller, «a edade das dedicações affectivas.»

—«Abre-se-nos em face um horizonte immenso, —accrescenta o grande physiologista,—não se conhecem limites ás proprias capacidades, o amor é o centro dos mais nobres sentimentos, porque estando terminado o desenvolvimento intellectual, o excesso de vida organica precipita-se sobre os novos productos da geração.»[1]

Faltava-nos, porém, fixar uma data, surprehender a do episodio das Cartas. As indicações chronologicas que nos offereciam os commentadores não eram conformes e firmes, algumas eram perfeitamente phantasticas.

Foi nas proprias Cartas que procurámos e achámos essa data, indicada com uma certa precisão que parece impossivel ter passado desapercebida.

Na que se considera a segunda, regista-se a noticia de que «a paz de França estava feita». Não é necessario uma grande investigação historica para

[1] *Man. de Phys.*, par J. Müller, etc. 2.ª ed. r. par Littré.

ver que essa paz era a que terminou rapidamente a guerra da *devolução*, pelo tratado de Aix-le-Chapelle, em 2 de maio de 1668.

É sabido que o episodio decisivo d'essa guerra fôra a busca e rapida invasão, em pleno inverno (fevereiro 1668), de Luiz XIV no Franche Comté, em que já tomou parte Chamilly, que pouco antes chegara a Portugal.

Quando o nosso enviado Duarte Ribeiro de Macedo, que partira de Lisboa em 13 de fevereiro com a noticia de termos assignado n'esse dia o tratado com a Hespanha, chegou a Paris em 1 de março, Luiz XIV estava já de volta em St. Germain, e a paz podia considerar-se assegurada [1].

A noticia devia ter chegado aos francezes do exercito do Alemtejo em abril ou maio. Havia seis mezes segundo a Carta da religiosa que esta nenhuma recebera do seu amado capitão: Este teria partido, pois, nos fins de 1667. Nem poderia ter partido muito antes pois que outra carta, que nas collecções impressas vem depois d'aquella, mas que nos parece ser evidentemente um pouco anterior, —o que não importa por agora,—allude a «uma confidencia molesta» que elle fizera á religiosa «çinco ou seis meses antes», estando ainda em Portugal.

N'esta ultima carta ha ainda outra indicação pre-

[1] Obras do dr. D. R. de Macedo, etc. Lisboa, 1743.

ciosa:—a de que «vae por estes dias fazer um anno» que Marianna se entregara ao amante. Deve ter sido no começo de 1667, e este anno e o de 1666 constituem, pois, o perido de desenvolvimento d'aquella funesta paixão.

Convém recordar que é exactamente n'este periodo que Chamilly nos apparece no Baixo-Alemtejo fazendo as campanhas de que Beja é o ponto de partida e de organisação central. Nomeado capitão da primeira companhia de um regimento a organisar, em dezembro de 1665, no anno seguinte faz parte das expedições da Andaluzia, com Balthazar Vaz Alcoforado: da de Paymogo, em junho, e da de S. Lucar, em agosto, preparada e constituida em Beja, como notámos já. Das proprias Cartas vê-se que o capitão francez sahira d'alli para varias expedições.

Nada tem pois de aventuroso, antes pode com regular segurança fixar-se o começo d'esses amores em 1666, e em abril d'esse anno Marianna devia completar 26 annos.

Fôra entregue em creança á clausura,—dizem-n'o as Cartas e provam-n'o os nossos documentos. Professara provavelmente aos 16 annos, se é que não antecipara a edade canonica, viciando a verdadeira, como a que lhe é computada no termo de obito pode fazer suspeitar.

Fizera-se mulher alli, abandonada n'aquelle mundo extranho, frio, hostil á expansibilidade e á communicação affectiva da adolescencia.

Haviam-lhe dado a companhia de uma irmã,—creança tambem,—que lhe seria pungente recordação da familia e da infancia. Outra, a companheira dos seus brinquedos e das suas aspirações infantis, casara. Marianna fôra provavelmente a confidente dos seus amores.

Os irmãos andavam no campo ou nos estudos:—só lhe trariam ás grades os deslumbramentos de uma juventude florente, aventurosa.

A mocidade d'ella, recalcada e entorpecida, dia em dia, na perpetua monotonia d'aquella morte antecipada, chegava tristemente ao seu termo. Quando a malaventurada ia talvez afundar-se, como tantas outras, na hysteria beata, e apagar «os incendios» de que falam os doutores mysticos, no sensualismo solitario da visão, appareceu-lhe a receber-lhe e a fixar-lhe os vagos e tumultuosos impulsos da sua exuberancia affectiva, a figura forte, moça, petulante de um homem extranho, aureolado pelo prestigio da guerra e do nome, que a distinguia entre todas as companheiras, que lhe segredava que era formosa e que a amava, que lhe lançava aos pés, cortezão e apaixonado, toda a sua grandeza, a sua vida, o seu futuro.

—«Eu era moça, era credula, tinham-me encerrado desde creança n'este convento, não vira senão gente desagradavel, nunca ouvira as lisonjas que o Sr. constantemente me disia; parecia-me dever-lhe os attractivos e a bellesa que me achava e em que me fazia reparar; ouvira diser bem de si, toda a

gente me fallava em seu abono... e o senhor tudo fasia para me despertar amor.»

Nada mais natural e simples.

IV

É claro que não podemos nem queremos reconstruir a historia intima d'estes amores. Além de que fóra uma triste pretenção a de tentar recompor litterariamente o breve idylio que redivive nas Cartas com toda a vibrante e encantadora naturalidade da sua singeleza,—independente d'ellas, esse episodio que nada tem realmente de extraordinario, sumiu-se e desappareceu como muitos outros, certamente, no pequeno meio, além de tudo agitado por tantos successos e preoccupações absorventes, em que succedeu. Se não deixou de dar pasto e escandalo ás palestras e á maledicencia d'esse meio, nem pela sua natureza, nem pelas circumstancias do tempo, fôra natural e facil que deixasse de si circumstanciado registo.

Os chronistas conventuaes isolando-se nos louvores e no piedoso archivo dos casos e devoções beatas, parecem segregar inteiramente as instituições de que falam a todo o movimento exterior. Raramente, e apenas em rapidas referencias, allu-

dem aos successos do mundo e do seculo, como que procurando systematicamente esconder e cortar todas as relações, as mais naturaes e necessarias até, entre a sociedade claustral e a historia profana.

Facilmente se comprehende, porém, que a situação de uma cidade fronteiriça, constituida em grande centro de uma renhida e aventurosa campanha, cheia de movimento bellico, e partilhando, em summa, da profunda agitação social e politica que assoberbava todo o paiz, não poderia deixar de fazer-se sentir, forte e continuamente, por todos os modos, n'essas sociedades claustraes.

Todo aquelle bulicio; a novidade dos sucessos, das gentes, e dos costumes; as preoccupações e alvoroços da guerra em que andavam os parentes e conhecidos; o espirito desabusado da multidão adventicia; as novas relações das familias: tudo isso havia de desordenar um pouco, de encrespar, mais ou menos intensamente, a severa disciplina da vida conventual,—supponde que ella fosse já muito severa,—fazendo vibrar os sentimentos e alargar as communicações mundanas que a ascése devota mal enfreava e continha.

Aquella «liberdade das grades», de que fala desoladamente um prelado, não seria então que mais se apertaria, nem «as conversações e visitas, os tratos e correspondencias continuadas» tão prudente quanto inutilmente prohibidas pelas Constituições, haviam de afrouxar e cobrir-se com maior rigor

quando uma situação extraordinaria mais as estimulava e permittia. E que não era, prova-o o proprio movimento de reacção moralisadora ou beata, que se seguiu, sob o nome de *reforma*.

Chamilly desempenhando uma commissão e um posto importante, ostentando um nome fidalgo, protegido pelo general governador da provincia, naturalmente se relacionou com as principaes familias de Beja, e uma d'ellas e das mais estreitamente ligadas ás coisas e aos personagens militares, era, certo, a dos Alcoforados. Um d'estes, irmão de Marianna, vimol-o já occupar uma commissão importante, a de capitão de cavallos, como Chamilly, nas forças do Baixo Alemtejo, e tomar parte nas operações realisadas d'aquelle lado. Uma allusão das Cartas parece denunciar quaesquer relações entre o capitão francez e um irmão de Marianna.

Outras referencias indicam que os amores d'esta foram percebidos e vivamente contrariados, como era natural, pela familia da religiosa, que comtudo só muito tarde saberia,—se é que chegou a saber,—toda a verdade d'esses amores.

Está-nos revelando o desgosto e o escandalo domestico o silencio que se faz nos papeis e relações da familia, ácerca de Marianna,—silencio apenas interrompido pela grata e carinhosa lembrança do testamento da irmã;—a circumstancia do segundo irmão lhe não confiar as filhas, preferindo para ellas outro convento;—a subita resolução do irmão mais

velho, do que fôra camarada de Chamilly, em abandonar fortuna e honras para se afundar na obscuridade da cleresia sertaneja, no proprio anno da apparição ruidosa das *Cartas*, quando as primeiras edições d'ellas poderiam chegar ao Alemtejo.

No proprio convento é natural que embora conhecida a paixão da religiosa, se conservasse por algum tempo ignorada toda a crua verdade d'esses amores.

Um dia, no auge do desespero, reprehendida na sua mundana desolação pela «Mae»,—diz ella,—«a principio com severidade, depois com meiguice»,—Marianna revela-lhe talvez essa terrivel verdade.

—«Parece-me que tudo lhe confessei!...»

Essa «Mãe» sabemos já agora que não era Leonor Mendes que tivera a fortuna de morrer muito antes, e que na nossa primeira edição nos esqueceu que morrera para Marianna,—era n'isto justo, ao menos, o espirito e a lettra da instituição,—desde o dia em que entregara a filha á perpetua clausura.

A «Mãe» era a Madre, a Abbadeça, a velha e severa Prelada da Ordem, a que as religiosas tinham de reconhecer e chamavam Mãe, a unica que muitas d'ellas, entrando creanças na clausura, como as Alcoforados, conheceriam por tal, a que tinha o direito de as punir, de as aconselhar nos mais intimos movimentos dos seus corações e das suas vidas; aquella com quem na hora da morte haviam

de «desapropriar-se»,—segundo a linguagem conventual[1].

A ella confessaria a desolada freira, que o capitão francez se introduzia no convento, que a elle «toda se entregara sem escrupulo», sacrilegamente...

—«Parece-me que tudo lhe confessei!...»

Estava já bem longe o desalmado amante!

Para este, soldado aventureiro, em terra extranha, de rapaz educado na vida desabusada da campanha, aquelles amores deviam ser pouco menos do que uma aventura nova, uma empreza galante, em que os impulsos sensuaes e os ocios aborrecidos dos longos aquartellamentos em pequena terra provinciana, desempenhariam naturalmente o principal papel.

Tinha 30 annos, apenas, mais quatro do que Marianna, era um rapaz robusto e intrepido, intelligencia pouco culta e coração pouco affeito a complicadas paixões; fizera-se homem na guerra como

---

[1] Ja nos causara estranheza a singularidade da maiuscula com que logo as primeiras edições accentuavam a palavra; —«ma *Mère*»—, escrevem invariavelmente. Mas de um mais reflectido exame do texto e do movimento psychico que elle espelha, salta o sentido logico e natural d'elle. A referencia ao incidente da confissão de Marianna á «Mãe», inclue-se na allusão aos juizos e carinhosas impertinencias do *meio* em que ella se acha, da familia claustral. Da outra, da do seculo, falou antes, e então falou apenas «dos parentes e conhecidos». A mãe natural morrera, e o velho pae nada saberia. Pouco mais tempo viveu.

a freira que um dia lhe despertou o apetite, se fizera mulher na clausura.

Aos 22 annos era já capitão de um regimento de cavallaria, e interrompida a sua carreira militar pela paz dos Pyreneus e pelo licenceamento da companhia que commandava, a campanha de Portugal fôra para elle um incidente, uma especie de destacamento de serviço que lhe podia assegurar uma promoção mais rapida, que lhe offerecia, pelo menos, uma occupação mais activa e consoante com os seus habitos e com o seu destino.

A simples correspondencia apaixonada, as doces palestras do locutorio, os requebros e delicadezas de um galanteio innocente, deviam satisfazel-o mediocramente, como observa Saint-Simon, no caso de outro official francez que se desenfadava do serviço de guarnição ensinando musica a uma fidalga abbadeça de convento provinciano.

O que elle queria, o que elle incutia no espirito alvoroçado da pobre enclausurada, como o supremo enlevo de dois corações amantes,—conta-o ella propria,—era *«achar-se a sós com ella.»*

Absorta, deslumbrada, subjugada por aquella extraordinaria aurora que se abrira subitamente na humildade e na tristeza do seu destino, a desgraçada cedeu.

Foi talvez n'algum d'aquelles grandes «impetos de amor» que abrazavam irresistivelmente as suas homonymas da *Esperança* e do *Salvador*,—narra-os quasi pelas mesmas palavras;—foi talvez n'algum

d'aquelles «incendios» extraordinarios em que, no dizer encantador do padre Manuel Bernardes, a gloriosa Virgem Santa Gertrudes querendo unir-se com o Senhor que lhe apparecia em figura de menino achava que o espirito se lhe embaraçava na camizinha d'elle, «porque anceava a união mais immediata».

Seria de mau gosto a impiedosa referencia se a intenção não fosse simplesmente procurar reerguer o facto á altura d'aquella sentimentalidade ardente, mas ingenua; impetuosa e doida, mas profundamente idealista, delicada, honesta, que chora e vibra extranhamente nas Cartas.

Ah, aquelles impetos irresistiveis da pobre virgem enclausurada, aquella vontade violenta, fatal, que toda a abrazava ás vezes no desejo insano de recolher-se «ao coração do Divino Esposo»[1], — aquella necessidade de amar e de ser amada, mas sobretudo de amar, que fórma o fundo da lenda aurea das Predestinadas e das Santas da Clausura, é alguma coisa bem mais simples e bem mais séria do que os requintes e subtilezas da mystica e da rhetorica dos doutores beatos que se contorcem e dementam por fugir á implacavel verdade da natureza e da vida!...

Não; se quizeramos apenas offerecer estimulo e pasto ao espirito de maledicencia superficial e bruta

---

[1] *Frag. da vida da M. R. M. Marianna da Purificação*, etc. *Despos. do Espirito*, de Soror Marianna do Rosario, etc.

que pretende fazer da historia dos conventos simplesmente uma historia de torpezas e de artificios hypocritas, não precisariamos ir profanar as hystericas beatitudes que ficaram registadas nas chronicas da devoção; — que n'estas, mesmo, na tradição e na historia, nas proprias Constituições conventuaes, teriamos revelações de sobejo de como a clausura facil e frequentemente se abria a irrupções e desordens bem menos explicaveis ou bem mais escandalosas do que a denunciada nas Cartas!

Marianna teve uma confidente d'estes amores, e é claro que nos não esquecemos de procural-a. Citam-n'a as Cartas com o nome de *Dona Brites*, desde a primeira edição, assim escripto muito correcta e portuguezmente.

Teve realmente Marianna Alcoforado umas poucas de companheiras d'aquelle nome, e uma d'ellas, até, que positivamente se nos revela da mesma edade quasi. É, não a que indigitámos na nossa primeira investigação, cuja edade não podémos descobrir, mas Dona Brites Francisca de Noronha, que morreu em 8 de março de 1712 com «70 e tantos annos», quando Marianna devia ter 72. Segundo o respectivo termo obituario «viveo sempre com grandissimo temor de D.s, foi abbadeça, e com a maior disposição governou, tanto no temporal como no espiritual.» Além de intelligente, rica, foi ella que fez a tribuna do Santissimo, na egreja, conservando a administração da obra, além do seu abbadessado. Sendo fortemente atacada de «dores geraes»,—diz

o termo,—«foi ás Caldas e veio sem melhoria», poucos annos antes de morrer.

Mas houve mais:

D. Brites de Brito, que morreu em 27 de dezembro de 1693, e de quem D. Peregrina Alcoforado escreve que foi tambem abbadessa, e «sempre m.º deuota do SS.^mo^ Sacram.^to^ a q̃ se atrebue a glorioza morte q̃ teue por q̃ dia do Snr. São ioão evang.^ta^ logo de manhã se aparelhou p.ª morrer com tal dispocição q̃ a todos admirou.»

D. Brites da Magdalena, que morreu em 1 de setembro de 1714, com 60 annos, e D. Brites Maria de Rezende, «muito sabedora de canto de orgam», morta em 18 de julho de 1700, com 50 e tantos: —ambas, pois, bastante mais novas que Marianna.

E ainda outras duas, sem *dom*,—Brites dos Serafins, que morreu em 23 de janeiro de 1700,—«já de m.^ta^ jdade», e que «sendo de condiçam rispida e q̃ paresia soberba nosa Snrã lha mudou q̃ se foy emmendando»;—e Brites da Encarnação morta em 1 de março de 1696,—«que sendo velhissima»,— conta ainda D. Peregrina Alcoforado,—«esteue the a ultima ora com o seu iuizo e sentidos perfeitos aiudando a cantar o tantum ergo q.^do^ comungou e os salmos peneteciaes q.^do^ lhe derão a S.^ta^ unção.»

Outra citámos já,—Brites Angelica,—mas d'essa só encontrámos o nome sobre a porta,—curiosa coincidencia!—da que devera ser o miradouro, a varanda, «o balcão das portas de Mertola», conver-

tido por ella em *dormitorio novo*. Companheira das Alcoforados foi, de certo, tambem, pois que professara antes de 1732.

V

Em 1667 a guerra com a Hespanha começara a afrouxar, e desde 1665 o governo de Madrid ensaiava, por intermediação da Inglaterra, negociações de paz, reconhecendo que não lograria vencer a independencia portugueza, e crescentemente embaraçado por novas difficuldades internas.

Os amores da religiosa, chegados ao periodo critico do seu fatal desenvolvimento, teriam assumido uma certa notoriedade escandalosa, e o capitão francez, passados os primeiros encantos da aventura, deveria realmente ter começado a sentir os perigos de a protrahir, tanto mais vivamente quanto a cega e ardente paixão da pobre Marianna lhe não permittia contar com um desenlace facil, tranquillo, banal.

Esses perigos não eram apenas da natureza d'aquelles que o capitão podesse affrontar com a sua reconhecida intrepidez e com a destreza da sua espada. Se fosse surprehendido na clausura, se fosse denunciado como violador d'ella e seductor

de uma religiosa, além de tudo filha de uma familia considerada, influente, em excellentes relações com o novo soberano portuguez, não lhe valeria de muito, provavelmente, a sua condição de official francez nem o patrocinio de Schomberg, quando exactamente uma e outro iam perder bastante da sua importancia com a approximação da paz.

No começo da segunda metade de 1667 vimos já que se pedia com singular insistencia o afastamento de Beja, da cavallaria franceza, e ao terminar esse anno, segundo as indicações das Cartas, o amante da freira sahia bruscamente de Portugal, pretextando ir servir o seu rei n'uma nova campanha e ter recebido uma carta da familia.

—«Um navio partia . . escrevera-te a familia . . . a honra obrigava-te a abandonar-me . . . Devias ir servir o teu rei . . . »—conta a religiosa.

Esta familia, segundo outra referencia, era um irmão e uma cunhada.

Realmente a familia de Chamilly podia então considerar-se reduzida ao irmão mais velho, Hérard Bouton, governador do castello de Dijon, onde Chamilly nos apparece em seguida, e á cunhada, mulher d'este Bouton, Carlota Le Conte.

A nova campanha vimos já qual era. A morte de Filippe IV, a situação em que elle deixara a velha monarchia hespanhola, o pretexto da devolução do dominio dos Paizes Baixos aos filhos do primeiro leito, por consequencia á mulher de Luiz XIV, interrompiam e trancavam definitivamente aquella

paz, nunca perfeitamente consolidada, que a politica vangloriosa e demasiado italiana de Mazarin suppunha ter perpetuado. Em 1667 Luiz XIV e Turenne invadiam triumphantemente o Flandres.

A occasião era excellente para fazer reentrar o nosso capitão nos quadros do exercito francez, livrando-o do escandalo e dos perigos da aventura amorosa em que se embarcara. Comtudo elle não parte logo. Manifestamente a urgencia que depois allegava não se impozera tão fortemente ainda.

Em setembro, e muito provavelmente em outubro, Chamilly conserva-se em Portugal, posto «o seu rei» se batesse já em Flandres.

Feita, porém, a primeira incursão; quando o inverno interrompera a campanha, e o governador hespanhol confiado n'elle recusara arrogantemente o armisticio proposto; quando, como conta Voltaire, a côrte se divertia em Saint-Germain e as tropas tinham recolhido aos seus aquartelamentos,—Luiz XIV preparava no maior segredo a surpreza d'aquella especie de passeio militar que lhe entregou Besançon, Salins, Dole, todo o Franche-Comté. Um dos homens que indubitavelmente entraram no segredo d'essa investida foi o irmão de Chamilly, governador de Dijon, ponto escolhido para a reunião e partida da nova expedição.

É só então que Chamilly deixa o nosso paiz, e é permittido suppor que o deixa um pouco clandestinamente, pois não se encontra noticia ou registo, como de outros officiaes francezes, antes e depois,

apparece, de que solicitasse e obtivesse auctorização ou venia do governo portuguez.

Deixa a sua companhia, e parte, muito provavelmente, nos fins de 1667. É duvidoso até que viesse embarcar em Lisboa.

Recordemos ainda esta circumstancia curiosa:— um diploma firmado por Luiz XIV em Saint-Germain-en-Laye, n'este mesmo anno de 1667, *mas em que o logar do mez se conserva em branco,* nomeia Noel Bouton, designando-o pela primeira vez por «*marquez de Chamilly*, mestre de campo de um regimento de cavallaria a organisar e capitão da primeira companhia constituida por *80 maitres non compris les officiers.*»

No começo de fevereiro de 1668, quando Luiz XIV partindo subitamente de Saint Germain acompanhado do duque de Enghien, o filho de Condé, se colloca á frente da expedição secretamente reunida em Dijon, Chamilly está já alli, com o irmão e toma parte na rapida campanha que determina inesperadamente «a paz da França» a que se refere a religiosa.

É forçoso confessar que se o capitão das Cartas não fosse realmente Noel Bouton, teria sido... a sua sombra.

Como é sabido, as Cartas são todas escriptas depois que o capitão francez sahiu de Portugal.

Exprimem os pesares da ausencia, as afflicções do abandono da pobre freira, os desesperos e os terrores, as lancinantes saudades e angustiosas quei-

xas de Marianna em lucta com a terrivel verdade da sua situação. Lucta extraordinaria em que se sente o espirito e o coração da desgraçada apegando-se desesperadamente ás esperanças que se desfazem, ás recordações que os ferem, á propria obsessão apaixonada que se dissolve e esvae, afundando-os rapidamente na consciencia do trope malogro que os surprehendeu e trahiu.

Pouco depois da partida do capitão, a guerra declina, annuncia-se a paz com a Hespanha, os auxiliares estrangeiros dispõem-se a deixar o paiz.

Em 13 de fevereiro de 1668 a paz estava feita, a 8 de maio os quatro regimentos de cavallaria franceza tinham entregado os seus cavallos, e pouco depois toda a tropa estrangeira sob o commando de Schomberg partia de Portugal chegando á Rochella a 13 de junho.

Estava perdida para a pobre religiosa toda a esperança no regresso do amante. Elle proprio se encarregara de desilludil-a completamente. Depois de quaesquer pequenas missivas,—frias e rapidas, segundo ella conta,—escriptas muito provavelmente antes de deixar para sempre Portugal, não voltara a escrever-lhe. Terminada a expedição do Franche-Comté, longe de pensar em volver aos braços da desolada religiosa, resolveu talvez pôr termo áquella importuna correspondencia d'ella, áquella obsessão para elle certamente incomprehensivel e incommoda, fazendo perceber á apaixonada freira, cortez mas claramente, a situação.

Foi isto naturalmente que o moveu a escrever-lhe as cartas a que responde a ultima de Marianna, esta enviada provavelmente por mão de algum d'aquelles officiaes francezes confidentes dos amores do capitão e da religiosa, a que ella allude.

Cremos pois que podemos fixar entre dezembro de 1667 e principios de junho de 1668 o periodo d'esta correspondencia.

A vida de Chamilly, depois da sua estada em Portugal, é conhecida. Terminada a guerra da *devolução*, ficara n'uma situação analoga á que depois da paz dos Pyrenéos o movera a vir tomar parte na campanha de Portugal. A guerra tinha de ser o seu officio e o seu futuro.

Em 20 de setembro de 1668 partia com a expedição de Candia, segundo documento indicado por Asse, sob o titulo de «marquez de Saint-Léger», e como «*maréchal des logis*» da companhia de mosqueteiros commandada por Maupertis. N'esse anno, segundo o sr. Beauvois, recebia elle com o nome de «marquez de Chamilly» a ordem cretense do Santo Anjo da Guarda.

As Cartas da religiosa eram já conhecidas ou circulavam traduzidas e em copia, como diz Barbin, pois que este pedia e obtinha, no mez seguinte, em 28 de outubro d'aquelle anno, privilegio regio para a sua publicação.

Publicava-as quando o heroe reentrava em França.

Chamilly demorou-se pouco em Candia;—«ficou n'esta ilha,—diz o sr. Beauvois,—até 19 de janeiro

de 1669, á volta foi juntar-se a seu irmão Hérard, que commandava um corpo de exercito no ducado de Luxemburgo, era nomeado coronel do regimento de Borgonha (8 julho 1669), e ia fazer guarnição em Dunkerque.»

Não nos alongaremos mais na sua biographia. Recordaremos apenas que em 1677 casava com uma filha de João Jacques de Bouchet, senhor de Villefix; que em 1703 era feito marechal de França, e que morria em 8 de janeiro de 1715 com 79 annos de edade e pouco menos do que imbecil, segundo conta Saint-Simon. Este que o conheceu de perto e que a elle se refere muitas vezes, fecha-lhe a biographia como expozemos atraz. Por occasião da elevação d'elle a marechal de França, diz:

—«Entre muitos commandos que teve durante a guerra da Hollanda, o governo de Graves illustrou-o por aquella admiravel defeza (1674) de mais de quatro mezes, que custou 16:000 homens ao principe de Orange, pelo que mereceu elogios, etc. —Era um homem alto e grosso, o melhor homem do mundo, o mais bravo, o mais cheio de honra, mas tão estupido e pesado que não se comprehende como podesse ter algum talento para a guerra.»

É escusado lembrar que Saint-Simon, como Duclos, outro contemporaneo,—dizem, como coisa sabida e corrente,—e Saint-Simon, particularmente, deveria sabel-o do proprio Chamilly,—que fôra este o capitão dos amores e das Cartas da religiosa portugueza.

VI

Sobre a desolada Marianna é que depois do amoroso episodio, como antes d'elle, tem continuado a pesar a mais completa obscuridade, que, insistimos em dizer, mãos estranhas procuraram systematicamente tornar irreductivel á curiosidade indiscreta, e tambem, como continuaremos a ver, pouco presistente, dos investigadores.

Mas uma vez entrados no caminho que só uma sentimentalidade indolente ou piegas pode taxar de impiedosa e inutil profanação, não desistimos de arrancar a essa obscuridade injusta toda aquella existencia mallograda de mulher intelligente e amante.

É claro que mais de uma vez tivemos de pôr de parte certas preoccupações e preconceitos litterarios.

Como naturalmente nos teria acontecido não encontrarmos o nascimento de Marianna se a tivessemos imaginado «*menina* e moça» de 15 annos, teriamos de desistir de acertar com ella no obituario conventual, «morta de amor» logo depois d'aquella funesta paixão, como reclamaria a lenda romanesca tantas vezes contrariada e desmentida pela physiologia e pelos factos.

Foi ainda a leitura meditada das Cartas que d'esta vez tambem nos guiou um pouco.

Certo, a idéa do suicidio relampea uma vez no espirito attribulado da religiosa. Outra indicação mais séria era a das «muitas enfermidades» que ella dizia soffrer, a da «pouca saude que lhe restava.» Curiosa coincidencia:—fomos mais tarde encontrar confirmada essa indicação, como vae ver-se, precisamente no termo de obito da desgraçada.

Mas outras revelações nos offereciam as Cartas que nos estimulavam a não desistir da investigação, deante da falta de obituarios conventuaes anteriores a 1690, e de quaesquer documentos dos annos proximos a 1668, em que podessemos encontrar a religiosa. Eram, por exemplo, a propria energia intensa e persistente que ella revela no seu amor;—a profunda espiritualidade, deixem-nos exprimir assim, que a envolve e levanta até nas situações e nas recordações mais escabrosas, como quando allude aos momentos passados nos braços do amante;—era ainda a influencia do meio, tão pronunciada já que até na phrase, na *maneira* de pintar os enlevos e impetos do seu enamorado espirito, a Marianna da *Conceição* se exprime frequentemente como a sua homonyma da *Esperança*, quando esta descreve ingenua e singellamente ao confessor os raptos e volupias da ascese mystica;—era finalmente a ultima Carta, que, ainda descontada a contenção intencional, a cada momento interrompida, traduz com soffrivel nitidez que uma grande revo-

lução se operou, vae feita e quasi triumphante no espirito, talvez no orgulho, na dignidade profundamente offendida d'aquella mulher, e que uma vontade firme, resoluta, vae recalcar, se não puder extinguir, a funesta e mallograda paixão.

O testamento da irmã, Maria Alcoforado, veiu denunciar-nos que Marianna vivia ainda em 1676, oito annos depois da ultima carta, quando Chamilly ia fazer em França o seu casamento de conveniencia, que, melhor do que a defeza de Graves, e do que as campanhas de Portugal, de Candia, da Hollanda, o havia de conduzir aos mais altos postos.

Segundo as Cartas, Marianna fôra feita porteira, ou, mais propriamente, uma das porteiras do convento, nos principios de 1668. Porventura procuravam distrahil-a, arrancal-a á escandalosa obsessão, com as occupações, com as responsabilidades, um pouco tambem com as liberdades do cargo.

É curioso,—parece-nos até particularmente significativo,—que Marianna, filha de uma das principaes e mais influentes familias em Beja e no convento da Conceição, uma das mais antigas religiosas d'elle, não nos appareça depois desempenhando algum cargo mais elevado e propriamente de eleição canonica e geral, quando vemos a irmã mais nova, escrivã e abbadessa, e as sobrinhas graduadas n'outras commissões conventuaes.

Comtudo o nome de Marianna Alcoforado apparece-nos em 1709, n'uma eleição abbadessial, renhidamente contraposto ao de outra freira, 9 annos

mais moça,—D. Joanna Vellosa de Bulhão,—que só por poucos votos mais consegue ser proclamada abbadessa por Fr. Diogo de S. João Baptista, «secretario n'esta eleição.»

Adivinha-se uma d'aquellas luctas, como que uma recalcada revolta,—tão vulgares nos conventos.—E de que as houve na Conceição, temos o testemunho da propria Peregrina Alcoforado, que nos fala do «mutim das grades» e das «alterações do coro», por causa da *reforma*.

O acto tem uma certa solemnidade imponente. Passa-se em 30 de julho de 1709. Preside por delegação do reverendo padre provincial, o prégador e secretario da Provincia franciscana, e assistem como testemunhas dois leitores de theologia e qualificadores do Santo Officio, o vigario do mosteiro, outro prégador, e o guardião do convento de S. Francisco, de Beja. Colhem-se cento e nove votos, sendo um o do presidente e os mais das freiras professas. Recahe um em... Nossa Senhora da Conceição. Marianna Alcoforado obtem 48 e a sua competidora consegue apenas mais 10. [1]

No triennio anterior, ou em 1706, um só voto se atrevera a lembrar Marianna para abbadessa.

Depois d'isto não conseguimos encontrar o nome da pobre religiosa senão no termo da sua morte,

[1] D. Joanna Velloso morreu em 25 de outubro de 1719, com 70 annos. Diz o termo:—«foi seis annos Abb.ª fasendo a sua obrigasão com grande zelo, padeseo repetidas infrimidades q̃ toleraua com grande pasiensia...»

mas esse documento pode dizer-se que nos recompõe a vida d'ella depois do episodio das Cartas.

Profundamente abalada na saude, soffrendo aquellas «continuas infermidades» a que as Cartas alludem já, e cuja historia physiologica talvez não fosse muito aventuroso suppor,—Marianna acabou por afundar-se na ascese devota, entregando-se a grandes penitencias, menos porventura na esperança de conquistar o Céo, do que para recalcar e extinguir o brazeiro da sua funesta paixão.

A resistencia vital dos Alcoforados fel-a vegetar longamente.

No primeiro livro *Das religiosas defuntas do Real Convento da Conceição de Beja*, começado em 1692 e cujo ultimo termo é de 1732, a madre escrivã D. Antonia Sophia Baptista d'Almeida regista summariamente a vida e a morte de «*Madre Dona Marianna Alcanforada*».

Morreu em 28 de julho de 1723, de edade, diz erradamente o termo, de 87 annos. Tinha 83, e pelo menos 60 e tantos de freira.

E a piedosa escrivã accrescenta, que—«todos gastou no serviço de Deus», que cumpria as suas obrigações, que «era muito exemplar» e que «ninguem teve queixa» d'ella «*porque era muito benigna para todas*».

—«*Trinta annos, fez asperas penitencias*»,—continua o termo, calando d'esta vez a explicação,—«*padeceu grandes enfermidades* e com muita conformidade, DESEJANDO TER MAIS QUE PADECER.»

Singular coincidencia:—56 annos antes dizia ella ao amante:—«Faze-me padecer mais ainda!...»

Não é uma phrase banal, commum, insignificativa,—é uma phrase typica, a expressão inconsciente de um estado ou de um caracter physiologico, traduzindo admiravelmente a necessidade de certas almas ardentes, ingenuamente, implacavelmente dedicadas, de sentir que vivem, que existem, *que continuam* no objecto do seu amor, até por se sentirem repelidas ou maltratadas por elle. A indifferença, a compaixão, a franqueza leal do abandono, é que lhes seriam intoleraveis. Não diz tambem a desgraçada?

—«...houvera suportado a sua aversão... Ao menos sentir-me-hia affrontada por um sentimento vivo. Mas a sua indifferença é me insuportavel... Abomino a sua franquesa.»

Parece que os proprios textos estão ironicamente reagindo contra toda a tentativa, como a do sr. Beauvois, de contrariar a verdade historica das Cartas.

Quando sentiu a morte, Marianna—«pediu todos os sacramentos os quaes recebeu em seu juiso perfeito dando muitas graças a Deus pelos haver recebido, e assim acabou com signaes de predestinada, falando até á ultima hora.»

Como Heloisa, sobrevivera ao amante, menos tempo, comtudo, e como ella, mas bem mais desditosa do que ella, encerrara-se, não com a memoria e com as cinzas queridas do homem que amara, mas com a dôr e a vergonha da sua malograda paixão,

nas austeridades e nas penitencias, no exemplo e no recolhimento da mais severa vida claustral.

Foi assim, amortalhando-se na fatalidade do seu destino, que ella procurou aquelle «estado mais tranquillo» que se promettia na ultima Carta.

Mas em 1723 essas Cartas corriam o mundo, traduzidas em diversas linguas, reproduzidas em successivas edições, e quem pode affirmar que alguma não fosse um dia sacudir brutalmente o coração e o espirito da desgraçada n'essa mesma tranquillidade tumular em que ella procurava afogal-os?

A propria campanha da Restauração accrescentara consideravelmente as nossas relações litterarias com a França, e natural é que os officiaes francezes deixassem no Alemtejo, onde por tantos annos estiveram, amizades e correspondencias que se não trancassem de subito.

O destinatario das Cartas fizera-se acompanhar de dois creados portuguezes; um d'elles até apparece nos com o mesmo nome de um creado de Balthasar Vaz,—o companheiro de Chamilly,—em 1669, quando este se faz padre.

E no inventario de um filho de Miguel da Cunha Alcoforado, o irmão de Marianna, que recolhe e herda o morgadio, encontra-se esta verba:

—«Mais dusentos *Livros franceses* avaliados em cincoenta mil reis.»[1]

[1] Segundo o sr. Theophilo Braga, n'um *index* dos livros prohibidos pela Mesa Censoria no terceiro quartel do seculo XVIII

Quem sabe se não foi Marianna Alcoforado, velha e beata, já, quem viu algum dia este lamuriento demonio sob a figura de um capitão de cavallaria dos tempos da Restauração?

VII

Duas palavras sobre a nossa edição das Cartas.

Pelo que importa á sua traducção franceza, posto que a consideremos, como toda a gente, litterariamente pouco feliz, pensamos, como o abbade de Saint-Léger, que o melhor que podemos fazer é conserval-a e adoptal-a tal qual é, por isso que perdido o original só com ella havemos contar.

Além de que os proprios defeitos da traducção, derivados evidentemente do caracter litteral d'ella constituem de certo modo um merecimento sob o aspecto puramente critico.

Não hesitamos porém em fazer uma pequena alteração na ordem em que se succedem nas diversas edições as Cartas da religiosa, porque o estudo meditado e comparativo d'ellas, na fórma e no fundo, parece-nos revelar irrecusavelmente que essa ordem não corresponde á successão natural das situações e dos factos que ellas exprimem, e não foi, em summa, a ordem em que ellas se succederam.

Pouco depois da publicação do nosso primeiro trabalho, um critico francez, que evidentemente o não conhecia, chegava a esta mesma conclusão, posto que a ordem que julgou restabelecer não fosse a mais feliz. [1] Mas o que é mais curioso é que n'uma edição que só agora podémos examinar,—na de Kleffer, de 1821,—acabamos de encontrar justificada e restabelecida a ordem que indicaramos!

A primeira carta responde aos ultimos protestos de amor, á ultima despedida do capitão francez, quando abandona Portugal, talvez antes, quando abandona Beja.

Exprime as primeiras impressões, as primeiras maguas,—as que a religiosa sente e as que ella imagina que deve sentir o amante.

Marianna suppõe-n'o já em França; é certamente para alli que as dirige.

Sente-se profundamente abatida; a desconfiança recomeça já a attribular-lhe o espirito, mas está longe de comprehender toda a situação; espera ainda que o amante voltará breve.

Um dos irmãos proporciona-lhe, inconscientemente, de certo, um ensejo de escrever-lhe.

Deve ser, como já vimos, Balthazar Vaz Alcoforado, seu companheiro nas expedições da Andalu-

[1] Maurice Paléologue: *Les lettres d'amour de la religieuse portugaise.—Revue des deux mondes*, t. 95, 15 de outubro de 1889.—Elle quer que a 4.ª fosse a 1.ª, e a 3.ª a 4.ª, sendo a 2.ª, de maio de 1668.

Quem sabe se não foi Marianna Alcoforado, velha e beata, já, quem viu algum dia este lamuriento demonio sob a figura de um capitão de cavallaria dos tempos da Restauração?

VII

Duas palavras sobre a nossa edição das Cartas.

Pelo que importa á sua traducção franceza, posto que a consideremos, como toda a gente, litterariamente pouco feliz, pensamos, como o abbade de Saint-Léger, que o melhor que podemos fazer é conserval-a e adoptal-a tal qual é, por isso que perdido o original só com ella havemos contar.

Além de que os proprios defeitos da traducção, derivados evidentemente do caracter litteral d'ella constituem de certo modo um merecimento sob o aspecto puramente critico.

Não hesitamos porém em fazer uma pequena alteração na ordem em que se succedem nas diversas edições as Cartas da religiosa, porque o estudo meditado e comparativo d'ellas, na fórma e no fundo, parece-nos revelar irrecusavelmente que essa ordem não corresponde á successão natural das situações e dos factos que ellas exprimem, e não foi, em summa, a ordem em que ellas se succederam.

Pouco depois da publicação do nosso primeiro trabalho, um critico francez, que evidentemente o não conhecia, chegava a esta mesma conclusão, posto que a ordem que julgou restabelecer não fosse a mais feliz. [1] Mas o que é mais curioso é que n'uma edição que só agora podémos examinar,—na de Kleffer, de 1821,—acabamos de encontrar justificada e restabelecida a ordem que indicaramos!

A primeira carta responde aos ultimos protestos de amor, á ultima despedida do capitão francez, quando abandona Portugal, talvez antes, quando abandona Beja.

Exprime as primeiras impressões, as primeiras maguas,—as que a religiosa sente e as que ella imagina que deve sentir o amante.

Marianna suppõe-n'o já em França; é certamente para alli que as dirige.

Sente-se profundamente abatida; a desconfiança recomeça já a attribular-lhe o espirito, mas está longe de comprehender toda a situação; espera ainda que o amante voltará breve.

Um dos irmãos proporciona-lhe, inconscientemente, de certo, um ensejo de escrever-lhe.

Deve ser, como já vimos, Balthazar Vaz Alcoforado, seu companheiro nas expedições da Andalu-

---

[1] Maurice Paléologue: *Les lettres d'amour de la religieuse portugaise.*—*Revue des deux mondes*, t. 95, 15 de outubro de 1889.—Elle quer que a 4.ª fosse a 1.ª, e a 3.ª a 4.ª, sendo a 2.ª, de maio de 1668.

zia, e que se teria encarregado de qualquer remessa, de qualquer incumbencia, na partida, evidentemente brusca, do capitão francez.

Não pode haver duvida:—esta carta é a primeira das cinco.

Deve ter sido escripta ainda nos fins de 1667:—talvez pouco depois da partida, em novembro ou dezembro.

Mas é logo na segunda que se encontra a referencia «á paz de França», e é n'esta ainda que a religiosa se queixa de terem passado seis mezes sem receber carta alguma do amante.

Se fôra realmente a segunda que ella escrevera, a queixa parecera contradictoria, pois que tambem n'esse longo praso a religiosa não teria escripto, ou tel-o-hia feito uma só vez, apenas. Além de que, n'esse caso, as duas cartas que se seguem teriam sido escriptas quando, feita a paz com a Hespanha, os nossos auxiliares francezes abandonavam já o Alemtejo e a esperança no regresso do capitão deveria estar pouco menos que inteiramente perdida.

Como notámos atraz, a noticia da «paz de França», a que a carta allude, só podia chegar ao Alemtejo em abril ou maio de 1668.

Não é pois a segunda carta que a religiosa escreveu a que apparece como tal nas edições.

A fórma, a *expressão* d'ella, comparada com a das seguintes, acaba por dissipar todas as duvidas.

O tom geral é de desesperança, de desalento completo.

A pobre religiosa vê claro na situação, ou, mais propriamente, esta impõe-se-lhe. Enlouquece de desespero. Sente que foi indignamente burlada. Procura apegar-se ainda á sua illusão, é certo, mas a realidade fatal sobreleva-se-lhe, implacavel.

A noticia da paz da França relampea-lhe no espirito como derradeira esperança, que ella mal se atreve a balbuciar.

Cremos que esta carta é que é a quarta. Seria talvez escripta em maio. [1]

Parece evidente que as duas que se lhe seguem foram escriptas anteriormente.

A terceira abre exactamente pelas primeiras esperanças da religiosa, ou pelas ultimas promessas do capitão, ao partir.

—«Esperava que me escrevesses de todas as terras por onde passasses; que seriam longas as tuas cartas», etc.

A considerada como quarta regista as primeiras novas transmittidas pelo capitão ao tenente da sua companhia, e por este á religiosa, da viagem para França e da arribada do navio que o conduzia.

Allude-se a pequenas cartas frias e apressadas do amante, provavelmente antes de embarcar, ou quando ainda em terra portugueza, pois que n'essa mesma carta a religiosa diz:

—«Bem desgraçada sou se nenhuma occasião ti-

[1] Como a computou, tambem, o critico francez da *Revue des deux mondes*, depois de nós.

veste para me escrever *depois da tua partida*, e mais desgraçada ainda se, tendo-a, o não fizeste.»

Recorda os pretextos d'essa partida e allude á «confissão molesta» que havia «cinco ou seis mezes» lhe fizera o capitão, de uns amores que tivera em França antes de vir a Portugal.

É tambem n'esta carta que a pobre freira recorda que «vae fazer um anno que toda se lhe entregou.»

O proprio confronto dos movimentos intimos, que se traduzem e exprimem com singular relevo nas diversas cartas, confirma que a successão d'ellas foi casualmente alterada na sua copia ou na sua publicação, e seria uma prova, a mais, de que ellas não foram a obra de um *bel esprit* que as forjasse.

A quarta carta entrou no logar da segunda e esta no d'aquella. A nossa correcção limita-se a desfazer esta troca.

O que acabamos de expor e uma leitura reflectida dos textos hão de dar-nos, esperamos, inteira razão.

Se pode haver logar para preferencias nas cinco estrophes d'este encantador poema, a quinta pode dizer-se que vale todas as outras. Chega a parecer incrivel que se podesse suppor forjada por qualquer *bel esprit* de uma litteratura superficial e sceptica aquella primorosa crystallização de uma alma de mulher intelligente e apaixonada, que se ergue do abatimento da sua deshonra e da sua desprezada paixão, com todo o orgulho da ingenua honestidade

do seu erro, com toda a altiva superioridade do seu coração delicado e leal, fazendo do desprezo do bruto e sensual seductor a primeira «disciplina» com que vae começar a expiação da propria vergonha.

Ah, não serão de mais, não, «trinta annos de asperas penitencias», de flagellações e de jejuns, para lavar aquellas formosas e delicadas carnes, aquelle sangue generoso e fidalgo, do contacto com o soldado estupido e desabusado.

Esta quinta epistola, ou a ultima, abre com uma phrase que nos parece ter passado desapercebida, e que, pouco intelligivel para o leitor francez, encerra para nós uma nova indicação da originalidade portugueza das cartas.

A religiosa começa por dizer ao desalmado amante que espera fazer-lhe conhecer «pela differença dos termos e *da maneira* d'esta carta» que está, emfim, bem convencida de que elle a não ama já e de que ella deve deixar de amal-o.

Depois, na traducção franceza, essa differença, não só dos termos, mas da «*maneira*», é perfeitamente inapercebivel.

A religiosa começa, continua e termina, tratando o amante, com o qual definitivamente rompe, da mesma maneira pronominal porque o tratou sempre.

Mas o *vous* francez traduz naturalmente, n'este caso, dois tratamentos pronominaes portuguezes caracteristicamente differentes.

Nas primeiras quatro cartas esse tratamento seria

o que é de uso commum, familiar, popular, entre nós em relações intimas:—o nosso *tu*,—tratamento que não tem exactamente as mesmas applicações sociaes e de uso geral do seu correspondente grammatical francez.

É verdade que temos o *vós* de tradição classica, muito abusada, por signal, mas além de que tal tratamento destoaria do caracter das relações e da situação que as Cartas exprimem, textos analogos, contemporaneos, repellem-n'o.

Na ultima carta, rompendo as relações e a correspondencia com o capitão francez, verberando duramente o procedimento d'elle, a religiosa não usaria o mesmo tratamento, a mesma *maneira* pronominal, mas outra mais consoante no uso e na expressão portugueza com a nova situação definida por aquella carta.

Tratal-o-hia «na terceira pessoa», ou empregando pronominalmente a palavra *senhor*, especie de idiotismo da nossa lingua, que o traductor francez não podia caracterisar e verter senão ainda pelo *vous*.

Na traducção franceza a «maneira»,—mais propriamente o tratamento,—e não o «estylo», como traduziu Sousa Botelho,—é sempre o mesmo:—*vous*,—nem podia deixar de ser.

No original portuguez esse tratamento não podia ser, ou não era natural que fosse, o mesmo na intimidade e no rompimento dos dois amantes, e logo ao abrir a quinta carta a religiosa exprimiria real-

mente na «differença dos termos e da maneira», a differença das situações.

Para um portuguez aquella phrase é prefeitamente clara.

Comtudo, dos poucos traductores portuguezes que teem tido as Cartas, uns adoptam em todas o tratamento, pouco natural e proprio nas quatro primeiras, de *vós*, outros o de *tu*, completamente extemporaneo e illogico na quinta. Se tivessem pensado um pouco na primeira phrase d'esta, ter-se-hiam recordado logo dos usos e idiotismos pronominaes da lingua.[1]

Leva-nos isto naturalmente a considerar o problema da traducção, ou da restituição portugueza das Cartas, seguramente menos simples do que a questão da sua versão franceza.

---

[1] Devemos aqui uma observação,—que a bem dizer é um agradecimento,—a dois dos mais illustres e amaveis criticos da nossa primeira edição.

—«O senhor! o senhor!—exclama a notabilissima escriptora, a sr.ª D. Maria Amalia, reparando no tratamento que adoptámos para a ultima carta:—«é de uma vulgaridade e de um plebeismo atroz este tratamento.» Seria illogico o *tu*. —«mas antes isso! antes um *tu* illogico do que um senhor *tão mal soante.*»

E o sr. Conde de Ficalho, outro escriptor de eleição,—nota tambem que—«esta alteração levou a umas fórmas de dizer *menos naturaes* e á repetição de uma expressão *destoante:* o senhor.»

Mas, perdão:—é exactamente a *vulgaridade*, o *plebeismo*,

Na falta irremediavel,—aliás prefeitamente natural,—do texto original, o que importa, parece-nos, é procurar surprehender e fixar a idéa, o sentimento, o drama sensorial, a *alma*, em summa, que se espelha, atravez da versão franceza, n'essas Cartas; o que as teem feito viver dois seculos; o que ha de fazel-as comprehender e amar por muitos mais, em diversas linguas, e apesar da dicção pouco litteraria da primeira versão;—não a *fórma*, a linguagem, o que desappareceu, o que passou, o que só podera recompor-se por artificio pretencioso e inutil. Sabemos bem que entre nós se pensa ainda,—e ha ainda quem o pratique,—que para tentar reviver, no romance ou no drama, por exemplo, um episodio, uma situação historica, uma sociedade desapparecida, o melhor que ha a fazer é pôr na bocca dos personagens uma linguagem archaica, mais ou menos eruditamente engenhada,

---

ou, o que no caso sujeito vale o mesmo:—a fórma, a *maneira* usual, popular, corrente, do tratamento, na situação denunciada, que havia de procurar-se para ser... natural. Pouco litteraria, talvez, mas até por isso mais natural ainda. Mal soante, não; *destoante* decerto, porque o proprio texto logo ás primeiras linhas adverte que ha de *destoar na maneira e nos termos,* para bem fazer comprehender a differença das situações, mas não destoante da verdade, da naturalidade da situação creada e definida, que perante esta é que seria absurdamente destoante o tratamento... da anterior.

Quando muito, repetimos, poderiamos ter adoptado o *vos*, além de tudo, n'este caso menos expressivo.

que no fim de contas pode bem ter-se como certo que não foi a linguagem d'elles,—a do tempo, como costuma dizer-se,—que os reduz a uma especie de titeres, que lhes tira, a elles e ás situações, toda a vida e toda a naturalidade communicativa e propria.

Mas além de que o expediente nos parece por demais retardatario e inutil, o nosso livro é simplesmente um processo, e a nossa traducção das Cartas não se offerece como exemplar, menos ainda como restituição. Como um nosso erudito amigo, já fallecido, que, encarregado de redigir uma mensagem solemne ao Chefe da Egreja, se deu ao extraordinario trabalho de a fazer toda com phrases dos Livros Santos, poderamos, embora com menos brilhante exito, vasar em dizeres classicos portuguezes da segunda metade do seculo XVII toda aquella sentimentalidade revolta e ardente da pobre freira apaixonada. Estamos persuadidos que seria o mais seguro meio... de não recompor as Cartas, e o que mais nos afastara da sua redacção inicial.

Exactamente como o processo diametralmente opposto, ou a despreoccupação, por dizer assim systematica, absoluta, das fórmas, da maneira da expressão linguistica do tempo, que ainda quando podesse imprimir ás Cartas uma feição litteraria mais communicativa, *por mais nossa*, por mais moderna, seria á custa da sua verdade, da sua naturalidade propria que é o que cumpre procurar na recon-

strucção d'ellas, porque é o seu grande e original merecimento.[1]

Outro processo havia ainda.

Mal podem contar-se até hoje quatro edições portuguezas, e logo a primeira é de Filinto Elysio, um mestre da lingua, e toda ella torneada áquella maneira tão peculiar d'elle, tão castiça e tão estimada dos puristas, tão artificiosa, tão falsa. Começa logo por esta phrase:—«Considera, amores meus, quão pouco previsto foste que a ti mesmo, com enganosas esperanças te trahiste, e a mim comtigo...»

Quem gostar tem-n'a em duas edições.

Outra, é a do Morgado de Matheus, um benemerito das nossas lettras, e o primeiro escriptor portuguez que tentou, com intelligente e sincera paixão, arrancar ao injusto desleixo e esquecimento dos seus conterraneos a mysteriosa figura da Heloisa portugueza.

A terceira, incompleta, é a de Lopes de Mendonça, um dos temperamentos litterarios mais bem fadados para semelhante empreza.

A quarta foi a de um pobre moço talentoso e poeta, prematuramente fenecido n'uma obscuridade injusta:—Domingos José Ennes.

Teriamos nós o direito de nos apropriarmos de algumas d'estas traducções?

---

[1] É o que me permitto objectar a outro reparo da sr.ª D. Maria Amalia, quando graciosamente se arrelia por certas phrases:—«sentimento que refusas»,—«como és tyranno!»—«moçoes», etc.

Teriamos, mas não quizemos. Qualquer d'ellas satisfaria,—mais ou melhor,—o leitor. Nenhuma nos satisfaria, porém, e como os primeiros prejudicados seremos nós, hão de relevar-nos o que houver de impertinente na tentativa de uma retraducção nova, perfeitamente despreoccupada de outra idéa que não seja a de uma trasladação comprehensivel, fiel,—se pode dizer-se assim.

O que faremos, não por falsa modestia, menos ainda por orgulhosa confiança, mas por lealdade, é nas passagens mais formosas, ou mais difficeis, offerecermos á escolha do leitor as diversas versões, até para que não deixemos de recordar o caracter especial do nosso trabalho e a intenção, simplesmente critica, d'elle.

III

AS CARTAS

Porque o começar a sahir ella do fogo, he o que mais a escalda, visto por experiencia que o arder nelle viva, era o seu refrigerio.

P. Manoel Bernardes, *Seg. part. do Pão partido em pequeninos.* — Lisboa.— 1708, p. 184.

I

Considera, meu amor, como foste excessivamente descuidado!

Ai malaventurado! — Trahiram-te esperanças fementidas e com ellas me enganaste.

Uma paixão em que bordavas tantos deleitosos projectos só pode dar-te, agora, um mortal desespero, apenas comparavel á crueldade d'esta ausencia.

E ha de este desterro para o qual todo o requinte da minha dôr não acha um nome assás funesto, privar-me para sempre de embeber-me n'esses olhos em que via tanto amor e que me fizeram conhecer enlevos que me enchiam de contentamento, que eram tudo para mim, que emfim me abastavam a vida? [1]

---

[1] A phrase na versão franceza é: «... et qui me faisaient connaître des mouvements qui me comblaient de joie, qui me tenaient lieu de tout, et qui *enfin me suffisaient.*» Está-se a adi-

Os meus olhos é que perderam nos teus a unica luz que os animava. Só lhes restam lagrimas, nem eu lhes tenho dada outro emprego senão o de chorar continuamente desde que sube que estavas resolvido a um apartamento para mim tão insupportavel que cedo me fará morrer.

E comtudo parece-me que tenho o quer que seja de enamorado apego ás magoas de que tu só és a causa.

Consagrei-te a vida desde que em ti descançaram meus olhos, e sinto em sacrificar-t'a um mystico prazer.

---

vinhar o esforço de uma comprehensão e traducção litteral. Mas o *suffire* francez offerece difficuldades conhecidas e discutidas já, creio que por Teixeira de Vasconcellos, á traducção e á correspondencia portugueza. Qual seria a phrase da religiosa á qual o traductor francez fez corresponder o *suffire?*

Filinto Elysio poupou-se á difficuldade, e traduziu:

«... e que me assignalavam movimentos de que bebia o meu coração tanta alegria, movimentos que eram para mim tudo; *pois que para mais nada me ficavam desejos.*»

E Sousa Botelho, verteu:

«... e que me faziam conhecer affectos que enchiam meu peito d'alegria, que eram tudo para mim, tudo supriam *e emfim me satisfaziam.*»

Pareceu-nos que poderiamos evitar o circumloquio, sem mutilar o texto, traduzindo o *suffire* pelo nosso velho e classico *abastar.—«Fartar ou abastar a alma com a graça divina,»* —diz Paiva de Andrade.

É um erro suppor-se obsoleta a palavra que é vulgar ainda na locução popular.

C'EST AINSI QUE L'AMOUR S'ALUME DANS LE COEUR
D. Coster fec.

Mil vezes ao dia te procuram meus cançados suspiros e não me trazem, os tristes, outro allivio a tantas tribulações do que o aviso cruamente sincero da minha desventura que me não consente uma esperança e me repete a todos os instantes:—«deixa, deixa de consumir-te em vão, infeliz Marianna! deixa de anhelar um amado que não tornarás a ver, que passou o mar para te fugir, que está em França no meio dos prazeres, que não pensa um momento nas tuas penas, que te dispensa de todos estes transportes, que nem sabe agradecer-t'os.»

Mas não.

Não posso resolver-me a cuidar tão mal de ti. Sou muito interessada em justificar-te. Nem quero imaginar que me tenhas esquecido!...

Não sou eu já bem desgraçada sem me torturar com falsas suspeitas?

Porque hei de esforçar-me em apagar da memoria todos os desvelos com que te esmeravas em me provar amor?

Ai tanto me deleitavam elles que bem ingrata fôra se não te amasse ainda com os mesmos arrobamentos em que a minha paixão me enlevava quando lograva os testemunhos da tua.

Como é possivel que lembranças de tão doces momentos se tenham tornado tão amargas? E que contra toda a natureza, sirvam sómente agora para dilacerar-me o coração?

Pobre d'elle! A tua ultima carta pol-o n'um estado singular: taes saltos me dava no peito que

parecia forcejar por arrancar-se de mim e voar para ti.[1]

Tão quebrantada fiquei, de todas estas moções violentas que por mais de tres horas estive de todo alienada dos sentidos.[2]

Era como se me defendesse de voltar á vida que devo perder por ti, já que para ti a não posso conservar.

Com bem pesar tornei a mim.

Regalava-me sentir que morria de amor, e sen-

---

[1] Filinto traduz:—«... tão sensiveis abalos padeceo que cuidei que lidava em separar-se de mim, para te ir buscar».

E Sousa Botelho:—«...as suas palpitações foram tão sensiveis que pareciam como esforços para separar-se de mim e reunir-se a ti.»

Ora por aquelle tempo, a dois passos da nossa religiosa, a sua homonyma, freira como ella, Marianna da Purificação, descrevia uma situação analoga da seguinte maneira.—«Isto me succede muitas vezes, *que taes são os saltos e baques* que dá a coração no peito que o ouço com os ouvidos corporaes, e desejo abrir o peito com as minhas proprias mãos *e deixal-o voar para onde elle quer e deseja tanto,* mostrando que não quer viver em mim senão no seu centro que he o meu Divino Esposo.» *Frag. da prod. vida,* etc. por Fr. Caetano do Venc.—Lisboa, 1747.

[2] Podiamos traduzir simplesmente:—perdi os sentidos.—Mas não era assim que se dizia então nos conventos e trata-se de uma d'aquellas «suspensões dos sentidos», d'aquelles «raptos e extasis» tão vulgares na chronica conventual.

«... que de todo a tinha alienado dos sentidos»—diz em caso semelhante Fr. Antonio d'Almada.

tia-me bem, finalmente, por ver cessar de flagellar-me a alma a dor da tua ausencia.

Depois d'estes abalos tenho soffrido muitas enfermidades[1], mas posso eu viver sem males em tanto que não te vir?

Supporto-os sem murmurar pois que de ti proveem.

Coitada de mim! é esta a recompensa que me dás de te haver tão carinhosamente amado?

Não importa.

Estou decidida a adorar-te toda a vida e a não querer a mais ninguem.

Digo-te que farás bem, egualmente, em não amar outra.

Porventura poderia contentar-te uma paixão menos ardente do que a minha?

Encontrarias talvez mais formusura,—e comtudo dizias-me outr'ora que eu era bonita,—mas não encontrarias, nunca, tanto amor... e tudo o mais é nada.

Não enchas as tuas cartas de coisas inuteis, e não me digas mais que me lembre de ti.

Eu não posso esquecer-te, e não me esqueço, tão pouco, de que me fizeste esperar que virias passar algum tempo comigo.

---

[1] «Après ces accidens, j'ay eu beaucoup de differentes indispositions.»—Traduziramos:—«indisposições», mas «achaques», «enfermidades», é que são as palavras usadas e consagradas na linguagem conventual, bem como «abalos.»

Ai porque não queres tu passar comigo toda a tua vida!

Podesse eu sahir d'este aborrecido convento, que não esperaria em Portugal, não, que se cumprissem as tuas promessas!...

Iria, sem escrupulos, procurar-te e seguir-te e amar-te por toda a parte.

Não ouso mesmo pensar que fosse possivel.

Não quero nutrir uma esperança que me daria algum allivio, e não quero entregar-me senão ás penas d'este infortunio.

Confesso-te, porém, que a occasião que meu irmão me proporcionou de te escrever me fez um alvoroço alegre e suspendeu por um momento o desespero em que vivo.[1]

---

[1] O sr. Theophilo Braga reconstroe assim a passagem: «No meio da sua afflição todos conheciam que aquella paixão a matava; foi *desde esse instante* que sua mãe lhe fallou com bondade; *disseram-lhe que escrevesse ao conde*... N'aquelle tempo não havia as communicações do correio; as cartas iam por mão propria. O irmão *offereceu-se-lhe para fazer chegar ás mãos de Chamilly uma carta.*» Ora além de que não é isto que as cartas dizem, não poderia ser realmente o que acontecesse, Marianna allude mesmo ás perseguições que soffreu da familia por causa do que esta julgaria então, apenas, se não ficou julgando sempre, um simples galanteio. O proprio escriptor suppõe que Chamilly tivesse partido porque «temeria tambem o punhal dos Alcoforados» que aliás usavam espada e não punhal. Como podemos suppor que alguem, e muito particularmente a familia, o irmão, não o Miguel, mas o Balthazar Vaz, concorresse directa e conscientemente para alimentar aquella

Conjuro-te que me digas porque te empenhaste em enfeitiçar-me tanto, sabendo bem que terias de abandonar-me um dia?

Ai, porque tanto te encarniçaste em fazer-me desgraçada?

Porque não me deixaste tranquilla no meu convento?

Fizera-te eu algum mal?

Mas perdôa, meu amor.

De nada te culpo.

Nem estou em condição de tirar vingança de ti, e accuso sómente o rigor do meu destino.

Tambem... separando-nos, parece-me que nos fez todo o mal que poderiamos receiar d'elle.

Não conseguirá separar os nossos corações:—o amor que pode mais do que elle uniu-os para toda a vida. [1]

---

paixão sacrilega da religiosa? Das Cartas vemos que Marianna sabia bem para onde e como havia de escrever. O tenente da companhia de Chamilly e outros officiaes francezes, iam falar-lhe d'elle e offereciam-lhe, quando partiam os seus serviços. A nossa hypothese parece-nos mais verosimil. Balthazar Alcoforado, official tambem, dar-se-hia naturalmente com Chamilly. Á partida brusca d'este encarregar-se-hia de lhe enviar quaesquer effeitos. Em summa, inconscientemente proporcionaria á irmã uma occasião de escrever-lhe além das que ella evidentemente tinha.

[1] Esta bella phrase:—«l'amour qui est plus puissant que lui, les a unis pour toute notre vie»,—foi assim reconstruida por Filinto:—«que mais poderoso que o fado é o deos Amor e elle é quem nos uniu até á morte!» O «fado», o «Deus Amor»!...

Se algum interesse tens pela minha, escreve-me muitos vezes.

Bem te mereço que tenhas algum cuidado em me informar do estado do teu coração e da tua vida.

Ah, sobretudo... vem ver-me.

Adeus: não posso resolver-me a largar este papel para que vá cahir-te nas mãos.

Quizera ter eu essa dita!

Que loucura a minha! Bem sei que não é possivel.

Adeus: não posso mais.

Adeus.

Ama-me sempre.

E faze padecer, mais ainda,[1] a tua pobre Marianna.

II[2]

O teu tenente acaba de dizer-me que uma tormenta te fizera arribar ao Algarve.

Receio que tenhas soffrido muito no mar, e esta apprehensão tão vivamente me absorveu que não tenho pensado em todas as minhas penas.

---

[1] Caracteristicamente conventual, como tantas outras, esta phrase ou esta idéa. Vide p. 235.

[2] É a 4.ª das edições anteriores.

Imaginas acaso que o teu tenente se interesse, mais do que eu, no que te succede?

Porque está elle melhor informado, e, em summa, porque não me tens escripto?

Bem infeliz sou se, para o fazer, não tens tido occasião alguma, desde que partiste, e, mais ainda, se, tendo-a, não me escreveste.

São desconformes a tua injustiça e a tua ingratidão; mais me pesara, porém, que ellas te acarreassem alguma desgraça.

Prefiro que fiquem sem castigo, a que me vinguem.

Resisto a todas as mostras que deveriam convencer-me de que não me amas, e sinto-me bem mais disposta a abandonar-me cegamente á minha paixão, do que ás razões que me dás de me lastimar da tua frieza.

Quantas mortificações me terias poupado se as tuas maneiras fossem tão remissas nos primeiros dias em que te vi, como me teem parecido desde algum tempo!...

Mas quem não se illudira com tantos extremos e quem os não tivera por sinceros?

Quanto custa e tarda que nos resolvamos a suspeitar da lealdade dos que amamos!

Eu bem vejo que a menor desculpa te satisfaz, e sem que te dês ao incommodo de a engenhar, o amor que te tenho serve-te tão fielmente que nem posso consentir em julgar-te culpado, senão para gosar o ineffavel prazer de te justificar eu propria!

Consumiste-me com a porfia dos teus galanteios, abrazaste-me com os teus transportes, enfeitiçaste-me com as tuas finezas, renderam-me os teus juramentos, seduziu-me a minha inclinação violenta, e as continuações d'estes principios[1] tão ledos e tão felizes não são mais do que lagrimas, cançados suspiros, uma funesta morte, sem que eu possa encontrar-lhes remedio!

Certo, logrei não imaginadas delicias, amando-te, mas custam-me agora, bem desmedidas penas.

São sempre excessivas todas as moções que me causas.

Se tivera resistido obstinadamente ao teu amor, e se te houvera dado qualquer motivo de pezar e de ciume para mais te inflammar e prender;—se tivesses notado em mim qualquer esquivança artificiosa;—se eu tivesse querido, em summa, oppor a minha razão á inclinação natural que para ti me impellia, e que logo me fizeste perceber,—embora as minhas diligencias tivessem sido inuteis, sem duvida;—poderias então castigar-me severamente e abusar do teu poder sobre mim, com mostras de justiça.

Mas pareceras-me digno do meu amor, antes que me houvesses dito que me amavas, mostraste-me uma grande paixão, senti-me deslumbrada, e abandonei-me a amar-te perdidamente.

---

[1] «Quão venturosos fossem os signaes d'estes santos principios...»—*(Desposorios do Espirito.)*

Não estavas cego, como eu:—porque me deixaste cahir n'esta misera condição em que agora me vejo?

Que querias tu fazer de todos os meus enlevos, que não poderiam deixar de te ser importunos no seu mesmo exaggero?

Sabias perfeitamente que não havias de ficar para sempre em Portugal.

Porque me quizeste escolher para me tornar tão desgraçada?

Encontrarias, sem duvida, n'esta terra qualquer mulher mais formosa com a qual gostasses os mesmos prazeres, pois que, sómente, os grosseiros procuravas[1];—que te amasse fielmente emquanto estivesses com ella;—que o tempo podesse consolar da tua ausencia, e que tivesses deixado sem aleivosia e sem crueza.

Este teu comportamento é mais de um tyranno acirrado em perseguir-me do que de um amante que só deve pensar em captivar.

Ai, porque tratas com tanto rigor um coração que é teu?

Vejo muito bem que és tão facil em te deixares mover contra mim, como eu o fui em me deixar convencer em teu favor.

Sem precisar valer-me de todo o meu amor, e sem querer saber se terias feito por mim alguma coisa de extraordinario, eu teria resistido facilmente

---

[1] «... avec laquelle vous eussiez eu autant de plaisir, puisque vous n'en cherchiez que de grossiers».

a muito melhores razões do que podem ser as que te moveram a deixar-me.

Ter-me-hiam parecido muito fracas, e nenhumas haveria que tivessem podido arrancar-me de junto a ti.

Mas quizeste aproveitar os primeiros pretextos que se offereciam para voltares a França.

Partia um navio.

Porque não o deixaste partir?

Escrevera-te a familia.

Não sabes tu as perseguições que soffri dos meus?

A tua honra obrigava-te a deixar-me.

Cuidei eu da minha?

Tinhas de ir servir o teu rei.

Se quanto dizem d'elle é verdade não tem necessidade alguma do teu auxilio e haver-te-hia dispensado d'elle.

Ai que ventura a minha se juntos houvessemos passado a vida!

Mas já que era fatal que uma cruel ausencia nos apartasse, creio que devo comprazer-me, ao menos, em não ter sido infiel, e não quizera, porquanto ha no mundo, ter praticado uma acção tão negra.

Como! pois conhecestes o fundo do meu coração e da minha ternura, e podeste resolver-te a deixar-me para sempre, e a expor-me aos terrores de que não te lembres mais de mim... senão para me sacrificar a uma nova paixão?!

Sei bem que te amo como uma doida.

Não me queixo comtudo de toda esta furia insana do meu coração.

Costumei-me ás suas tribulações, e não poderia viver sem este prazer a que me apego de te amar no meio de mil penas.

Mas atormenta-me sem cessar o enojo e o desgosto que tenho por tudo...

A minha familia, as minhas amizades, este convento, tudo se me tornou insupportavel

É-me odioso quanto sou obrigada a ver, quanto é mister que eu faça.

Tão ciosa me sinto da minha paixão, que me parece que todas as minhas acções, que todos os meus deveres te pertencem.

Sim, tenho escrupulos em não empregar em ti todos os momentos da minha vida.

Que faria, coitada de mim, sem tanto odio e sem tanto amor, quaes me enchem o coração?!

Poderia acaso sobreviver ao que incessantemente me absorve, para levar uma vida tranquilla e descuidada?

Ai que não poderia, não, conformar-me com esse vacuo e com essa indifferença.

Toda a gente tem reparado na completa mudança do meu genio, das minhas maneiras, da minha pessoa.

Minha Mãe falou-me n'isto, a principio com asperesa, depois com algum carinho.[1]

Nem sei o que lhe respondi.

---

[1] «... ma Mére,...»—a Mãe conventual, a Madre, por excelencia, a Abbadeça. Vid. pag. 218.

Creio que lhe confessei tudo.

As freiras mais severas compadecem-se do meu estado. Move-as a uma certa contemplação, a uma certa piedade por mim.

A todos commove o meu amor, só tu persistes n'uma profunda indifferença,... sem me escreveres senão cartas frias, cheias de repetições, metade do papel em branco, dando grosseiramente a conhecer que morres por terminal-as...

Dona Brites tanto me amofinou n'estes dias passados, por me fazer sahir do quarto, que julgando distrahir-me lá me levou a passeiar na varanda d'onde se vêem as portas de Mertola[1].

---

[1] Explicámos já largamente esta passagem. O texto francez é:—*«Elle me mena promener sur le balcon d'ou l'on voit Mertola.»*

Filinto traduz: «me levou a passear *á varanda* d'onde se *avista* Mertola.»

Sousa Botelho —«levou-me *á varanda donde se vê Mertola.»*

Theophilo Braga interpreta *(Est. da Id. Med.)*:—«no *mirante* do mosteiro d'onde se avista Mertola.»

J. Ennes, verte:—«levou me ao *eirado* d'onde *se avista* Mertola».

P. Chagas, traduz tambem:—«levou-me *á varanda* d'onde *se vê* Mertola», mas foi o primeiro que observou que era «impossivel que Marianna Alcoforado dissesse isto.»—De nenhum ponto de Beja»,—accrescenta,—«se vê Mertola que fica na margem direita do Guadiana a 40 kil. de distancia. *E comtudo sente-se que a phrase não é apocrypha,* é simplesmente mal interpretada. Uma das fachadas do convento fica voltada para o Guadiana, e se não fossem a distancia e as ondulações do

Fui, e logo me assaltou uma lembrança cruel que me fez chorar todo o resto do dia.

Trouxe-me outra vez para o quarto, e lancei-me sobre a cama, reflectindo nas poucas mostras que vejo de me curar um dia. O que me fazem por alliviar-me, acirra a minha dôr, e nos proprios remedios acho razões particulares para me affligir.

Vi-te, por alli, passar, muitas vezes, com ares que me enfeitiçaram, e estava n'aquelle miradouro, no dia fatal em que comecei a sentir os primeiros effeitos da minha desventurada paixão.

Parecia-me quereres agradar-me, posto não me conhecesses ainda.

Persuadi-me que havias reparado em mim, entre todas as minhas companheiras.

Imaginei que quando passavas, estimavas bem que te visse melhor, e que admirasse a tua destresa e o teu garbo quando fazias caracolar o cavallo.

Toda me assustava, se o obrigavas a fazer algum passo difficil.

Emfim, intimamente me interessava em todas as tuas acções.

---

terreno, das janellas do convento da Conceição podia certamente ver-se Mertola.»

A observação abona o fino espirito litterario do illustre escriptor,—sente-se, realmente que a phrase não é apocrypha,—mas a explicação vimos já que era outra. O que é curioso é que melhor acertasse a traducção ingleza de Bowles:—«on the balcony *which looks towards Mertola.*»

Sentia já que não me eras indifferente e tomava para mim quanto fazias.

Ai que em demasia conheces as continuações d'estes começos, e embora nada tenha a poupar-me, não devo lembrar-t'as com receio de fazer-te mais culpado, se é possivel, do que tens sido, e de ter de reprehender-me por tantas diligencias inuteis para que me fosses fiel...

Não o serás, não!

Posso esperar porventura das minhas cartas e dos meus lamentos o que o meu amor e o meu abandono não poderam contra a tua ingratidão?

Estou bem certa da minha desventura.

O teu comportamento injusto não me deixa a menor razão para d'elle duvidar, e tudo devo receiar pois que me deixaste...

Acaso só para mim terás encantos e não se elevarão em ti outros olhos?

Creio que me não pesará que os sentimentos de outras justifiquem, de algum modo, os meus, e vê tu a contradicção d'esta alma! quereria que todas as mulheres de França te achassem adoravel, e que nenhuma te amasse, e que não te agradasse nenhuma.

É ridicula, é impossivel esta idéa, sei.

Mas, demais tenho experimentado que não és capaz de uma grande affeição e que poderás bem esquecer-me, sem nenhum auxilio e sem que te obrigue a isso uma nova paixão.

Talvez quizesses, comtudo, ter algum pretexto

rasoavel... É verdade que eu seria mais desgraçada, mas tu serias menos criminoso.

Vejo que permanecerás em França, sem grandes prazeres, n'uma inteira liberdade.

Retem-te a fadiga de uma grande viagem, alguma pequena conveniencia, e o receio de não poderes corresponder aos meus ardentes transportes.

Ai não o receeies!

Contentar-me-hei em ver-te de tempo a tempo, e em saber sómente que estamos na mesma terra.

Mas illudo-me naturalmente, e quem sabe se não te haverá enleado mais do que as minhas finezas, o rigor e a esquivança d'alguma outra!

Será possivel que mais te inflammem os maus tratos?

Antes, porém, de te empenhares n'uma grande paixão pensa bem no excesso das minhas penas, na incerteza dos meus projectos, na contradicção das minhas cartas, nas minhas confianças, nos meus desesperos, nas minhas saudades, no meu ciume...

Olha que vaes soffrer muito!

Conjuro-te que aprendas n'este exemplo que te estou dando, e que, ao menos, não te seja inutil quanto padeço por ti.

Fizeste-me ha cinco ou seis mezes uma confissão molesta:—disseste-me muito francamente que amaras uma senhora no teu paiz.

Se é ella quem te impede de voltar, dize-m'o, sem escrupulo, para que eu não me consuma ainda mais.

Ampara-me por ora um resto de esperança, e preferira, se ella não deve reanimar-me, perdel-a inteiramente e perder-me, eu, com ella.

Manda-me o retrato d'essa senhora com algumas das suas cartas.

Conta-me o que ella te diz.

Acharei n'isso, talvez, motivos para me consolar ou para mais padecer.

Não posso continuar n'este estado, e não ha mudança que não me seja benefica.

Quereria possuir tambem o retrato de teu irmão e de tua cunhada [1].

Tudo o que te é alguma coisa, me é caro. Sinto-me inteiramente devotada a quanto te respeita. Não me deixei nenhuma disposição de mim propria.

Momentos ha em que me parece que me resignaria até a servir submissamente a que amas.

Tanto me teem quebrantado os teus maus tratos e os teus desprezos que ás vezes nem me atrevo a pensar em que possa ter ciumes de ti, com receio de desagradar-te, e chego a cuidar que é a maior impertinencia d'este mundo, permittir-me, eu, fazer-te censuras.

---

[1] Hérard Bouton e Catherina Le Conte Nonant. Lembraremos que Hérard era governador de Dijon onde se organisou no começo de 1668 a expedição ao Franche Comté, de que já fez parte Chamilly, chegado de Portugal.

Convenço-me muitas vezes de que não devo exprimir-te amargamente, como faço, sentimentos que refusas.

Ha muito que um official espera por esta carta.

Fizera o firme proposito de t'a escrever por maneira que a podesses ler sem aborrecimento. Mas bem extravagante vae ella já; devo encerral-a.

Ai que me não sinto com forças para o fazer. Parece-me que te falo, quando estou escrevendo-te, e que, de algum modo, estás commigo.

A primeira que te escrever não será tão extensa nem tão importuna. Podes abril-a, com esta certeza que te dou.

Seguramente, não devo falar te de uma paixão que te desgosta, e não te falarei mais n'ella.

D'aqui a poucos dias vae fazer um anno que toda me entreguei a ti, sem recato.

Muito ardente e muita sincera me parecia a tua paixão, nem por sombras podera cuidar que tanto enojo te causassem os meus favores que te obrigassem a fazer quinhentas leguas e a expor-te aos perigos do mar para te alongares de mim.

De ninguem poderia esperar-se tal.

Deverias lembrar-te do meu pudor, da minha confusão, da minha vergonha, mas, ai de mim! de nada te lembras que possa a teu pesar, obrigar-te a amar-me.

O official que deve levar-te esta carta, pela quarta vez me manda dizer que precisa partir.

Como está apressado!

Abandona, sem duvida, n'esta terra, alguma desgraçada!...

Adeus.

Mais me custa a fechar esta carta, do que te custou deixar-me, talvez para sempre.

Adeus.

Não me atrevo a dar-te mil nomes d'amor, nem a entregar-me, sem constrangimento, a todos os meus impetos.

Amo-te mil vezes mais do que a vida e mil vezes mais do que penso.

Como me és querido e como me és tyranno!

Não me escreves...

Não pude cohibir-me de te dizer isto, outra vez!

Vou recomeçar, e o official que se vá embora.

Que importa? Que parta...

Escrevo mais para mim, do que para ti.

Busco apenas aliviar este coração.

Tambem, o comprimento d'esta carta vae metter-te medo...

Não a lerás.

Que fiz eu para ser tão desditosa?!

E porque me envenenaste assim a vida?

Ah porque não nasceria eu bem longe d'esta terra.

Adeus; perdoa-me.

Não me atrevo já a a pedir-te que me ames.

Vê a que me reduziu o meu destino!...

Adeus.

III

Que será de mim? e que queres tu que eu faça?

Quão longe me vejo de quanto imaginava!

Esperava que me escrevesses de todas as terras por onde passasses, e que longas cartas eu contava receber!...

Que alimentarias a minha paixão com a esperança de tornar a ver-te!

Que uma absoluta confiança na tua fidelidade me daria algum allivio, e que ficaria assim, n'uma condição supportavel, sem extremas inquietações.

Formara até uns leves projectos de pôr todo o esforço de que fosse capaz em curar-me, se podesse saber com toda a certeza que me havias esquecido.

A tua ausencia, alguns toques de devoção, o receio natural de arruinar inteiramente a pouca saude que me resta com tantas vigilias e com tantas mortificações, a escassa esperança da tua volta, a frieza do teu amor, os teus ultimos adeuses, a tua partida fundada em mal forjados pretextos, mil outras considerações ainda que não podem ser mais rasoaveis,... nem mais inuteis, pareciam offerecerme, se o quizesse, um refugio seguro.

Não tendo emfim que batalhar senão contra mim

propria, não podia, certo, desconfiar de todas as minhas fraquezas, nem prever tudo quando padeço agora.

Ai de mim, como sou digna de lastima por não poder dividir comtigo as minhas penas, e por me ver só, inteiramente só, em tanta desventura!

Mata-me esta idéa. Morro de terror ao pensar que nunca sentirias verdadeiramente o intimo enlevo dos nossos prazeres.

Ai sim! conheço agora a falsidade de todos os teus transportes.

Atraiçoavas-me todas as vezes que me dizias que o teu supremo encanto era estar a sós commigo.

Só ás minhas persiguições devo os teus arrobos e os teus arrebatamentos.

Fizeras a sangue frio o proposito d'este incendio em que me abrazaste toda[1].

Não consideravas a minha paixão senão como uma victoria, e o teu coração nunca foi profundamente penetrado por ella.

---

[1] «Em hũa parte diz: sempre o meu coração está hũa braza viva, & em outra parte: Dous annos ha que trago uma braza viva no coração; aonde he de notar, que sendo o fogo emblema do amor, não explica a serva de Deos o seu affecto pela chamma de labareda, senão pelo fogo da braza, porque a labareda o mesmo ar inconstante que a faz crescer, a pode tambem apagar, & o amor a quem se houver de dar titulo de fino, não ha de ser labareda, que com qualquer mudança de tempo se possa apagar; ha de ser braza em quem o fogo continuamente persevere». *Desp. do Esp.*, etc.

Mas não és tu muito desgraçado e não terás bem pouca delicadeza d'alma pois que não soubeste gosar de outra maneira os meus enamorados enlevos?

E como, se não fosse assim, seria possivel que com tanto amor eu não tenha podido fazer-te completamente feliz?

Choro por amor de ti as inexgotaveis delicias que perdeste.

Porque fatalidade não quizeste logral-as? [1] Ai, que se as conhecesses verias que são bem mais doces, sem duvida, do que a de me haveres enganado, e terias experimentado que se é muito mais feliz, e que se sente alguma coisa mais deleitosa em amar violentamente..., do que em ser amado.

Não sei nem o que sou, nem o que faço, nem o que desejo.

Dilaceram-me mil commoções contrarias.

Pode imaginar-se mais misera condição?

---

[1] Filinto:—«Penoso estou (a teu respeito) que te não lograsses de infinidade de prazeres que te vinhão á mão, se amàsses como devias...»

E Sousa Botelho, litteralmente:—«Lamento, por amor de ti sómente, as deleitações infinitas que perdeste..., porque fatalidade não quizeste desfructal-as».

Lembra-nos uma phrase de Frei Antonio de Almada, grande doutor n'estas finezas:—«Eis aqui como voava este devoto espirito..., mas como não havia de andar alienada das creaturas... hũa alma que tão a meude costumava gostar as delicias d'estes celestes logros? Oh quanto ganha quem assim sabe amar & quanto perde quem não sabe amar assim!»

Amo-te perdidamente, e poupo-me muito, talvez, não me atrevendo a desejar que te attribulem os mesmos impetos de amor.

Matar-me-hia, ou, se o não fizesse, morreria de pena se me certificasse que não tinhas repouso algum, que a tua vida era só desespero e loucura, que choravas inconsolavelmente, e que tudo te era odioso.

Não me dão as forças para as minhas maguas, como poderia supportar ainda as que me dariam as tuas, mil vezes em mim mais penetrantes?

Mas não posso tambem resolver-me a desejar que me não tragas no pensamento, e para dizer-te toda a verdade tenho um furioso ciume de quanto possa dar-te contentamento, de quanto possa regalar-te o coração, de quanto possa comprazer-te em França.

Não sei porque te escrevo.

Vejo bem que apenas terás compaixão de mim, e eu não quero a tua compaixão.

Enojo-me de mim propria quando reflicto em tudo que te sacrifiquei.

Perdi a reputação.

Expuz-me á maldição dos meus, á severidade das leis d'esta terra para com as religiosas, á tua ingratidão, que me parece a maior das desgraças.

E comtudo sinto implacavelmente que os meus remorsos não são sinceros, que eu quereria do fundo d'alma ter por amor de ti affrontado maiores perigos, e que me assoberba um prazer funesto em ter aventurado a minha vida e a minha honra.

Tudo quanto tinha de mais precioso não deveria pol-o á tua disposição?

Dize se não devo sentir-me bem satisfeita por tel-o empregado como fiz.

Parece-me até que ainda não estou contente com as minhas penas e com o excesso do meu amor, embora, coitada de mim! não possa fazer conta de que esteja contente de ti.

Vivo..., infiel que sou! e faço tanto para conservar a vida como para a perder.

Ai, morro de vergonha!... mas então o meu desespero está só nas minhas cartas?!

Se te amasse tanto, tanto como te hei dito mil vezes, não estaria morta de ha muito?

Tenho-te enganado.

Tu é que deves queixar-te de mim. Ai, porque não te queixas. meu amor?!

Vi-te partir, não posso esperar que te veja voltar, e comtudo respiro!

Atraiçoei-te.

Imploro-te que me perdôes.

Mas, não; não me perdôes, supplico-te.

Trata-me duramente.

Não te pareça que os meus sentimentos sejam bastante violentos.

Sê mais difficil de contentar.

Dize-me que queres que eu morra de amor por ti.

Exoro-te a que me dês este soccorro para que eu vença a fraqueza do meu sexo e acabe com todas estas irresoluções por um acto de verdadeiro desespero.

Um fim tragico obrigar-te-ha a pensar muitas vezes em mim.

A minha memoria ser-te-ha cara, e commover-te-ha porventura esta morte extraordinaria.

Não vale mais do que o estado a que me reduziste?

Adeus.

Como eu quizera nunca te haver visto!

Triste de mim! que sinto vivamente a impostura d'esta idéa, e conheço, mal a exprimo, que estimo bem mais ser desventurada, amando-te, do que não te haver visto jámais!

Resigno-me, pois, sem murmurar, ao meu mau destino, porque foste tu que não quizeste fazel-o melhor.

Adeus.

Promette-me lastimar-me carinhosamente se eu morrer de magua, e que ao menos a vehemencia da minha paixão te dê o desgosto e a repulsão de tudo.

Esta consolação me basta, e se é fatal que para sempre te abandone, quizera ao menos não te deixar a outra.

Não serias refinadamente cruel se te servisses do meu desespero para te fazeres mais amado, e para te vangloriares de ter incendido a maior paixão que houve no mundo?

Adeus, mais uma vez.

Escrevo-te cartas muito longas, sei.

Não tenho attenção comtigo.

Peço-te que me perdôes e ouso esperar que terás alguma indulgencia para com uma pobre louca, que o não era, sabes bem! antes que te amasse.

Adeus.

Parece-me que te falo de mais d'este estado insupportavel em que me encontro.

Mas agradeço-te, do fundo do coração, as mortificações qne me causas, e aborreço a tranquillidade em que vivia antes de conhecer-te [1].

Adeus.

A minha paixão cresce o cada instante.

Ai, quantas cousas tinha a dizer-te ainda!

IV [2]

Certo, que é uma grande violencia que faço aos sentimentos do meu coração, diligenciar ainda, escrevendo-te, fazer-t'os comprehender.

Como eu fôra feliz se bem os podesses avaliar pela vehemencia dos teus!

Mas não posso fiar-me em ti, e não posso tambem deixar de dizer-te, bem menos vivamente do

---

[1] —«... porque o mortificar-se era gosto para seu coração, & o padecer, allivio para a sua alma». *Desp. do Esp.*, etc.

[2] É a 2.ª das outras edições.

que sinto, que não devias mortificar-me tanto, com este esquecimento que me enlouquece e que é até uma vergonha para ti.

É muito justo, ao menos, que atures os lamentos d'esta desolação que eu previ logo, vendo-te resolvido a deixar-me.

Sei muito bem que me illudi pensando que terias para commigo um proceder mais leal do que é costume, porque, em summa, o excesso do meu amor parece que me devera pôr acima de todas e quaesquer suspeitas e que merecia mais fidelidade que a de ordinario se encontra.

Mas a disposição em que estavas de me trahir, venceu a justiça que devias a quanto fiz por ti.

Não deixaria de ser malaventurada se me amasses apenas por eu te amar.

Quizera dever tudo, sómente, á tua expontanea inclinação.

Mas como estou longe d'isto, que até são passados seis mezes sem receber de ti uma só carta!

Attribuo todos estes infortunios á cegueira com que me abandonei a amar-te.

Não devera prever que as minhas deleitações acabariam mais cedo do que o meu amor?

Poderia esperar que ficasses toda a vida em Portugal e que renunciasses á tua fortuna e ao teu paiz para só cuidares em mim?

As minhas penas não podem ter allivio, e a lembrança de quanto gosei enche-me agora de desespero.

Pois todos os meus anhelos serão malogrados, e nunca mais te verei no meu quarto, em todo aquelle ardor, com todo aquelle arrebatamento que mostravas?!

Coitada de mim que me illudo, e que demais conheço agora que todos aquelles enlevos que me enebriavam a cabeça e o coração eram em ti apenas excitados por alguns prazeres, e logo se extinguiam com elles.

Fôra necessario que n'esses momentos de suprema felicidade, eu podesse implorar em meu soccorro a razão para moderar o funesto excesso das minhas delicias e para que me fizesse antever quanto padeço agora.

Mas entregava-me toda, a ti, meu amor, e não me achava em condição de cuidar no que teria de envenenar o meu contentamento, quando gostava plenamente as mostras ardentes da tua paixão.

Deleitava-me muito sentir-te commigo para que pensasse em que um dia te apartarias de mim.

Lembra-me, comtudo, de te haver dito algumas vezes que me fazias desgraçada, mas estes terrores desvaneciam-se, rapidos, e sentia gosto em sacrificar-t'os, abandonando-me ao encanto e á aleivosia dos teus protestos.

Vejo claramente qual poderia ser o remedio para todas as minhas penas.

D'ellas me livrara, logo que deixasse de te amar. Mas ai de mim! que remedio!...

Não. Prefiro soffrer mais ainda do que esquecer-te.

E depende isto de mim?

Se nem posso reprehender-me de ter imaginado, um momento que fosse, não continuar a amar-te!...

Que ainda mais digno de dó és tu, do que eu, porque mais vale penar quanto soffro, do que gosar os languidos prazeres que hão de dar-te as tuas amantes de França.

Não invejo a tua indifferença, e fazes-me lastima.

Desafio-te a esquecer-me inteiramente.

Prézo-me de te haver posto em estado de não teres, sem mim, senão prazeres imperfeitos, e sou mais feliz do que tu porque mais occupada ando d'este amor.

Fizeram-me, ha pouco, porteira do convento.

Todas as pessoas que me falam, julgam-me louca. Não sei o que lhes respondo, e é necesario que as freiras estejam tão doidas como eu para me julgarem capaz d'algum emprego.

Como invejo a sorte de Manoel e de Francisco!... [1]

Porque não estou eu, como elles, sempre comtigo?

Haver-te-hia seguido, e certo, haver-te-hia servido mais extremosamente.

---

[1] — *«Deux petits laquais Portugais»* — notam as primeiras edições. No termo de dotação para clerigo, de Balthasar Alcoforado, em 1669, e no testamento de Peregrina em 1676, apparece como testemunha um Manoel Jorge, creado d'aquelle e depois de Miguel da Cunha Alcoforado.

Nada appeteço n'este mundo, senão ver-te.

Ao menos, lembra-te de mim.

Contento-me com a tua lembrança, mas nem tenho a certeza d'ella!

Não limitava a tão pouco as minhas esperanças, quando te via todos os dias,... ensinaste-me bem a submetter-me a tudo quanto queres.

Não me arrependo, comtudo, de te haver adorado.

Regala-me que me seduzisses.[1]

A tua ausencia rigorosa, talvez eterna, não diminue em nada a violencia do meu amor.

Quero que toda a gente o saiba; não faço d'elle mysterio; preso-me de ter feito tudo o que fiz, por ti, contra toda a especie de decoro.[2]

---

[1] Heloisa, a abbadessa do Paracleto, escrevia tambem:— «Pour moi, qui ai trouvé tant de plaisir à vous aimer, je sens bien. malgré moi, *que je ne pourrai jamais me repentir de l'avois gouté,* ni cesser d'en jouir autant qu'il m'est possible, en les rappelant dans ma mémoire...

«Dans le lieux les plus saints, jusqu'aux pieds des autels, je porte le souvenir criminel de nos plaisirs passés, j'en fais toujours mon occupation, *et loin de gémir de m'être laissée séduire, je soupire de les avoir perdus...»*

[2] Vid. nota anterior a respeito de Heloisa.

E Marianna da Purificação, a mystica contemporanea da Alcoforado; escrevia:—«He tão grande o fogo que arde em meu peito, que me parece me sinto estar ardendo, sem poder valer-me, e desejo deitar de mim todas as roupas, e assim ando adyando, e desejando voar por esse mundo a apregoar este amor, que com tanta força arde em meu peito e coração».

Em nada mais faço consistir a minha honra e a minha religião do que em amar-te perdidamente, toda vida, já que comecei a amar-te.

Não te digo estas coisas para te obrigar a escrever-me.

Ai não te constranjas!

Não quero de ti senão o que expontaneamente venha, e regeito todas, todas, as mostras de amor a que possas escusar-te.

Sentirei gosto em desculpar-te porque talvez tenhas prazer em não te dares ao incommodo de escrever-me, e sinto uma profunda disposição para te perdoar todas as faltas.[1]

Um official francez teve a caridade de me falar, esta manhã, de ti, por mais de tres horas.

Disse-me que a paz de França estava feita.[2]

Sendo assim não poderias vir ver-me, e levar-me para França?

Mas não o mereço. Faze o que te aprouver.

O meu amor não depende já da maneira por que me tratares.

Desde que partiste não tive um só momento de saude, nem sinto allivio senão em repetir o teu nome mil vezes ao dia.[3]

---

[1] Andava já aquella alma tão cheia de desejos de padecer que o achar que padecer era ter de que gostar. *Desp. do Esp.*

[2] A que pôz termo á guerra da *devolução*, e foi sanccionada pelo tratado de 2 de maio de 1668.

[3] —«Filha, a tua enfermidade não a sabem curar as creaturas, eu só te posso curar».—Callemos agora aqui outras pa-

Algumas freiras que sabem o estado lastimoso em que me lançaste, falam-me de ti muitas vezes.

Saio o menos possivel do meu quarto[1] onde tantas vezes vieste, e estou sempre a contemplar o teu retrato que me é mil vezes mais querido do que a vida.

Dá-me isto algum allivio mas dá-me tambem muita magoa, quando penso que talvez não te veja mais.

Como será possivel que não torne a ver-te?!

Abandonar-me-hias para sempre?

Mata-me esta idéa.

A tua pobre Marianna não pode mais.

Sinto-me desfallecer ao acabar esta carta.

Adeus. Adeus.

Tem piedade de mim.

---

lavas, que o Divino Amante lhe disse, que como se escreve isto para os olhos de todos não é razão esponhamos a que interprete mal as palavras de Deus algum entendimento menos versado nas coisas do espirito. Concluiu o Senhor a sua pratica, declarando á serva: Que aquella doença que padecia, era força & effeito de amor. Não vês (foram as ultimas razões) que te feri hum dia de amor & causou em ti tal effeito que bastou para enfermarte?» *Desp. do Esp.*

[1] O texto francez diz sempre *chambre*. Filinto tem o cuidado de traduzir umas vezes *quarto* e outras *aposento*. Sousa Botelho começa a traduzir *cella*, e o erro — porque realmente o é, — generalisou-se. Se a religiosa tivesse escripto cella, o traductor francez saberia encontrar o correspondente exacto. Como já expozemos atraz, as Alcoforados não tinham *cellas*, tinham *casas*.

V

Escrevo-lhe pela ultima vez e espero fazer-lhe perceber na differença dos termos e na maneira d'esta carta,[1] que logrou convencer-me, finalmente, de que não me amava já, e que assim, tambem, devo deixar de o amar.

Enviar-lhe-hei, pois, pelo primeiro portador que haja, quanto de si me resta.

Não receie que lhe torne a escrever.

Nem serei eu quem escreva o seu nome na encommenda.

Encarreguei de tudo D. Brites.

A bem differentes confidencias a habituara eu...

Os cuidados d'ella ser-me-hão menos suspeitos do que os meus.

Ella tomará as precauções necessarias para que eu fique certa de que o senhor recebeu o retrato e as pulseiras que me dera.

Quero porém que saiba que me sinto ha dias perfeitamente disposta a queimar e a despedaçar

[1] Vid. pag. 245 e respectiva nota ácerca do tratamento adoptado.

todos os penhores do seu amor, que tão queridos me eram.

Tenho-lhe revelado tanta fraqueza que naturalmente não acreditara que eu podesse tornar-me capaz d'esse extremo, não é verdade?

Prefiro pois gostar toda a pena que tive em separar-me d'elles, e fazer-lhe sentir, ao menos, este pequeno despeito.

Confesso-lhe, para vergonha minha e sua, que me achei mais presa, do que quero contar-lhe, a estas bagatellas, e que senti que me eram novamente precisas todas as minhas reflexões para me separar de cada objecto, quando mesmo, me comprazia de não me importar já comsigo.[1]

Mas, em summa, com tão boas razões como as que lhe devo, consegue-se sempre chegar ao cabo do que se quer...

Puz tudo nas mãos de Dona Brites. Quantas lagrimas me custou isto!...

Depois de mil penas e mil contradições, que não

---

[1] O texto francez diz:—«Je vous avoüe à ma houte & à la vôtre, que je me suis trouvée plus attachée que je ne veux vous le dire à ces bagatelles», etc.

Filinto traduz:—«Com vergonha minha t'o confesso, que me sinto, mais do que eu quizera, affeiçoada a essas ninharias, e que precisava de todas as mingas reflexões, para me descartar d'ellas uma por uma no instante mesmo em que eu me dava por desnamorada de ti».

Será castiço e galante, mas advinha-se a pitada de rapé fungada pachorrentamente pelo purista, torneando o periodo.

imagina e de que certamente não lhe darei conta, exorei d'esta que não me falasse mais n'aquelles objectos, que m'os não tornasse a dar, ainda que eu lhe pedisse para os contemplar outra vez, e que, emfim, lh'os enviasse sem me prevenir sequer.

Não conheci bem o excesso do meu amor senão quando quiz empregar todas as diligencias para me curar d'elle, e creio que nem ousaria tental-o se tivesse podido prever tantas difficuldades e tamanha violencia.

Estou convencida que sentiria moções menos penosas, amando-o, ingrato como, é, do que deixando-o para sempre.

Vi que me era menos caro do que a minha paixão, e tive magoas desconformes em combatel-a, depois ainda que os ruins procedimentos do senhor o tornaram para mim odioso.

O orgulho natural do meu sexo não me ajudou a tomar quaesquer resoluções contra si.

Triste de mim!

Soffri os seus despresos; houvera supportado a sua aversão; devorara commigo o ciume que me tivesse inspirado a sua affeição por outra.

Ao menos, sentir-me-hia affrontada por um sentimento vivo!...

Mas a sua indifferença é-me insupportavel.

Os seus impertinentes protestos de amizade, e as ridiculas finezas da sua ultima carta, fizeram-me ver que o senhor recebera todas as que lhe escrevi, e que nenhuma impressão lhe causaram.

E... leu-as...

Ingrato!

Muito doida sou em amofinar-me ainda por não poder regosijar-me de que não lhes tivessem chegada ás mãos; de que não lh'as tivessem entregue!

Abomino a sua franqueza.[1]

Pedi-lhe porventura que me dissesse sinceramente a verdade?

Porque não havia de deixar-me a minha paixão?!

Bastava que me não escrevesse.

Não me era sufficiente a desgraça de não ter podido obrigal-o a ter algum trabalho em enganar-me,... e de já não poder desculpal-o?...

Saiba que me convenço de que é indigno de todos os meus sentimentos, e que agora conheço todas as suas ruins qualidades.

Mas se quanto fiz pelo senhor pode merecer-lhe que tenha alguma consideração pelos favores que lhe peça, imploro-lhe que não torne a escrever-me, e que me ajude a esquecel-o inteiramente.

---

[1] O texto francez diz: «Je deteste votre bonne foi, vous avois je prié de me mander sincerement la verité, que ne me laissiez vous ma passion», etc.

Filinto que conhecia mais as finezas do estylo do que as do amor, traduziu desleixadamente:

«A tua boa fé! E oh quanto a detesto eu! O que eu só te pedia era que me escrevesses com sinceridade. Porque me não deixavas entregue ao meu affecto?»

Um disparate. Melhor comprehendeu Sousa Botelho:

«Detesto a tua lhaneza... Porventura tinha-te pedido de me participares singelamente a verdade?...»

Se mostrasse, frouxamente que fosse, que tivera algum pesar em ler esta carta,... poderia talvez acreditalo!...

Talvez tambem a sua confissão e o seu contricto abalo me fizessem pena e me incitassem,... e tudo poderia inflammar-me de novo.

Por piedade lhe peço que não se importe com a minha vida. Destruiria, sem duvida, todos os meus projectos, de qualquer fórma que quizesse intrometter-se n'ella.

Não quero saber o resultado d'esta carta. Não perturbe o estado que me preparo.

Parece-me que pode dar-se por satisfeito com os males que me causou, fosse qual fosse o intento que formara de me desgraçar.

Não me arranque á minha incerteza. Espero fazer d'ella, com o tempo, alguma coisa parecida com a paz do coração.

Prometto-lhe não o odear. Desconfio muito de sentimentos violentos para que me aventure a esse.

Não duvido de que encontrasse n'esta terra um amado mais fiel,... mas quem podera fazer-me amar?!

Podera acaso enlevar-me a paixão de outro homem? Que poude no senhor a minha?...

Não experimentei já que um coração amante nunca pode esquecer o que primeiro lhe revelou os transportes de que era susceptivel e que não conhecia? —que todas as suas intimas moções ficam enleadas no idolo que para si creou?—que as suas pri-

meiras idéas e que as suas primeiras feridas não podem curar-se e esquecer?—que todas as paixões que se offereçam em seu soccorro e que forcejem por enchel-o e reanimal-o, lhe promettem vãmente uma sensibilidade que elle não pode rehaver mais? —que todas as deleitações que busca, sem nenhum desejo de as encontrar, servem apenas para fazer-lhe sentir profundamente que nada é tão caro como a lembrança das suas penas?!

Porque me fez conhecer a imperfeição e os amargores de um affecto que não deve durar eternamente, e os tormentos que acompanham um amor violento quando não é reciproco?

E porque é que uma inclinação cega e um destino cruel se afervoram de ordinario em determinar-nos por aquelles que só a outras seriam sensiveis?

Quando mesmo podesse esperar qualquer recreação em novas relações, e que encontrasse um coração leal que me quizesse, tenho tanto dó de mim propria que sentiria grandes escrupulos em lançar o homem mais infimo no estado a que o senhor me reduziu...

E embora não tenha que lhe guardar respeitos, não poderia resolver-me a uma desforra tão crua, quando mesmo ella dependesse de mim, por uma mudança que não prevejo.

Procuro n'este momento desculpal-o, e comprehendo bem que uma freira não é nada amavel, de ordinario.

Parece-me comtudo que se os homens podessem

ter mão na razão quando escolhem os seus amores, mais se inclinariam a ellas do que ás outras mulheres.

Nada as impede de pensar incessantemente na sua paixão; não as distrahem mil coisas que no seculo absorvem e consomem os corações.

Quer-me parecer que não será muito agradavel ver as amadas, sempre distrahidas por mil frivolidades, e é preciso ter bem pouca delicadeza de alma para soffrer sem raiva que ellas não falem senão de reuniões, de atavios, de passeios.

Está-se, sem cessar, exposto a novos ciumes, porque, emfim, ellas são obrigadas a attenções, a complacencias, a conversas com todos.

Quem pode assegurar que não sintam prazer algum em todos esses lances, ou que soffram sempre desgostosas e de má vontade os maridos?!...

Ah! como ellas devem tambem desconfiar de um amante que não lhes toma conta rigorosa de tudo, e que acredita, facilmente e sem inquietação, o que lhes dizem;—que tranquilla e confiadamente as vê sujeitas a todos aquelles deveres da sociedade!

Mas não intento provar-lhe com boas razões que deveria amar-me. Pessimos meios são, e bem melhores empreguei eu que não me aproveitaram!...

Conheço muito bem o meu destino para diligenciar vencel-o.

Serei infeliz toda a minha vida.

Não o era já quando todos os dias o via?

Morria de susto de que não me fosse fiel.

Queria vel-o, todos os momentos, e não era possivel.

Atribulava-me o perigo que o senhor corria entrando no convento.

Não vivia quando estava na guerra.

Desesperava-me por não ser mais formosa e mais digno do senhor.

Murmurava da modestia da minha condição.

Receiava muitos vezes que a affeição que parecia ter por mim podesse de algum modo prejudical-o.[1]

Parecia-me que o não amava bastante.

Atemorisava-me, por si, a colera dos meus parentes.

Estava, emfim, n'um estado tão lamentoso como aquelle em que hoje vivo.

Se me tivesse dado algumas provas da sua paixão depois que se foi de Portugal, teria eu feito todos os esforços por sahir d'aqui.

---

[1] As phrases francezas são:

—«Je murmurais contre la *médiocrité de ma condition;* je croyais souvent que l'attachement, que vous paraissiez avoir pour moi, *vous pourrait faire quelque tort*».

Filinto Elysio traduziu:—«murmurava da minha *mediana fidalguia*, dava-me temores crer *que te seria nociva a affeição que me mostravas*».

Sousa Botelho interpretou:—«murmurava *contra a mediocridade da minha condição*; imaginava muitas vezes que o amor que parecias ter por mim *poderia de algum modo prejudicar-te*».

E o sr. Theophilo Braga:—«Eu murmurava contra *a mediocridade da minha condição*, julgava muitas vezes que a af-

Ter-me-hia disfarçado para ir ter com o senhor.

Ai, que teria sido de mim se não se tivesse importado commigo quando eu chegasse a França!...

Que escandalo! que desatino! que cumulo de vergonha para a minha familia, que me é tão cara depois que o não amo, ao senhor!

Já vê que a sangue frio conheço como era possivel ser ainda mais desgraçada do que me fez!

Falo-lhe razoavelmente; ao menos, uma vez na vida.

Como deve agradar-lhe esta moderação!...

Como deve agora ficar contente commigo!...

Não quero sabel-o.

Pedi-lhe já que não me escreva, e peço-lh'o outra vez.

Nunca consideraria, um pouco, na maneira por que me tratou?...

---

feição que parecia terdes por mim *vos causaria algum desaire*».

E J. Ennes:—«revoltava-me contra *a mediocridade do meu nascimento*, pensava tambem que a nossa ligação vos poderia causar prejuizo».

Para nós aquella «mediocridade de condição» allude, simples e naturalmente, á condição de freira, e de freira franciscana, de uma pequena cidade da provincia, o que nos parece bem mais natural e conforme com as revelações dos documentos do que attribuil-a á inferioridade de nascimento e de fidalguia. Tão fidalgos, senão mais do que os Bouton, eram os Alcoforados, e nem como freira e franciscana Marianna deixou de usar o *Dom*, que então era ainda uma caracteristica genealogica.

Não pensaria, nunca, em que me deve mais obrigações do que a ninguem no mundo?!

Amei-o, doidamente.

Como despresei tudo!...

O seu procedimento não é de um homem de bem.

É preciso que tivesse por mim uma aversão natural para que não me amasse perdidamente.[1]

Deixei-me fascinar por bem somenas qualidades.

Que fizera o senhor que devesse encantar-me?

Que sacrificios praticou por mim?

---

[1] O texto francez diz:

—«Votre procédé n'est point *d'un honnête homme.* Il faut que vous ayez eu pour moi de l'aversion naturelle, puisque vous ne m'avez pas aimé, éperdument».

Filinto traduz garridamente:—«*Não procedes como honrado,* e demostras ácerca de mim natural aversão, *pois que ás perdidas* me não amaste».

Sousa Botelho:—«O teu procedimento *não é de um homem honrado*... A não teres tido aversão natural para mim, era forçoso *que me amasses, descomedidamente*».

O sr. Theophilo Braga:—«O vosso procedimento *não é de um homem capaz*».

E o sr. Pinheiro Chagas:—«O vosso procedimento *não é de homem de prol.* Por força que me consagraes uma natural aversão, logo que me não amaes *loucamente*».

J. Ennes:—«*Não vos dá honra o vosso procedimento,* é necessario que eu vos inspire uma aversão natural, senão seria forçoso que vos inspirasse *um louco amor*».

Mas porque não havemos de traduzir litteral e chãmente a phrase?

Cremos que é a melhor maneira de nos approximarmos do

Não procurava mil outros prazeres?

Renunciou, acaso, ao jogo e á caça?

Não era o primeiro a partir para a guerra e não era o ultimo a voltar d'ella?

Expunha-se loucamente, por mais que eu lhe tivesse pedido que por amor de mim se poupasse.

Não procurou os meios de ficar em Portugal, onde era estimado.

Uma carta de seu irmão fel-o partir, sem hesitar um momento.

E não sube eu que durante a viagem conservou a melhor disposição do mundo?

É forçoso confessar que devia odial-o mortalmente.

Ai, fui eu, bem sei, que sobre mim attrahi todas estas desgraças!...

---

original, com tanta mais razão que na versão franceza se adivinha em cada linha o esforço de verter palavra a palavra esse original, e que o proprio movimento, a propria situação psychica que na carta se espelha, é a de uma comprehensão viva, profunda, de um proceder vil, infame, da parte do seductor. Já nas cartas anteriores se revela mais de uma vez que á fina e intelligente sentimentalidade da religiosa não passára desapercebida a curta intelligencia e os grosseiros sentimentos do amante. A preoccupação litteraria dos traductores enfraquece e esbate a apostrophe indignada da religiosa. O que ella sente, e o que ella n'uma explosão da sua consciencia revoltada lhe diz, é que o procedimento d'elle é baixo, despresivel, indigno. A phrase é mais uma bofetada do que um lamento. O sangue e a prosapia dos Alcoforados, ou mais propriamente a fina e intelligente sentimentalidade da mulher relampea na desolada humilhação da freira.

Costumei-o logo a uma grande paixão, com excessivo ingenuidade, e é necessario artificio para nos fazermos amar![1]

É necessario procurar com geito os meios de inflammar:—o amor, por si, apenas, não gera o amor.

O senhor fez melhor:—queria que eu o amasse, e como formara este designio nada haveria que não fizesse por conseguil-o.

Ter-se-hia até resolvido a amar-me, se tivesse precisado d'isso!...

Mas reconheceu bem que podia vencer esta empreza, sem paixão, e que não tinha necessidade d'ella.

Que perfidia!

Julgou então que havia de impunemente enganar-me?!

Pois se algum acaso o trouxer de novo a esta terra, declaro-lhe que o entregarei á vingança dos meus parentes.[2]

---

[1] Filinto:—«... desde logo te acostumei a uma desmedida affeição (e de tão boa fé!) Arte é precisa para se dar a querer», etc. Preferimos a retraducção litteral:—»il faut de l'artifice pour se faire aimer», etc.

[2] Esta phrase suggere ao sr. Theophilo Braga uma idéa que sem querer nos parece injusta. Diz elle:—«A abandonada religiosa tem alma peninsular; queria ver sangue em castigo de tamanha traição. *Ella ameaça-o com o punhal*».

Com o que ella o ameaça, suppondo que sinceramente o ameaça, é com a vingança dos seus. Certo, pode bem dizer-

Vivi longamente n'um abandono e n'uma idolatria que me faz horror, e os meus remorsos perseguem-me com um furor insupportavel.

Sinto vivamente a vergonha dos delictos que o senhor me fez commetter, e não tenho, ai de mim! a paixão que me impedia de conhecer-lhes a enormidade! [1]

Quando será que o meu coração deixará de ser dilacerado?

Quando será que me verei livre d'este tormento cruel?

E comtudo, creia que não lhe desejo mal, ao senhor, e que me resolveria a consentir que fosse feliz.

Mas se tem uma alma bem formada, como o poderá ser?

Quero escrever-lhe outra carta para lhe mostrar que estarei talvez mais tranquilla dentro em pouco.

---

se, como o illustre escriptor:—«o instincto fidalgo dos Alcoforados renascia». Mas esse instincto ou essa fidalguia não usava punhal, usava espada, já o observamos.

[1] «Quão perigosos sejam os annos da mocidade, & quão expostos a ruins espirituaes, o mesmo Deos o publicou no sagrado Texto quando disse que não havia de mandar outro diluvio á terra: Porque os sentidos, & imaginação do genero humano são inclinados para o mal desde a sua mocidade. David tambem falando com o Senhor, lhe dizia: Dos delictos de minha mocidade, & minhas ignorancias vos não lembreis Senhor, mostrando que estes annos são de ignorancia cheyos, & muy sugeita a delictos a mocidade». (*Desp. do Esp.)*

Como hei de regalar-me em poder lançar-lhe em rosto o seu procedimento injusto, quando elle me não mortificar já tão vivamente; em lhe mostrar que o despreso; que falo com profunda indifferença da sua traição; que esqueci todos os meus prazeres e todas as minhas dores, e que não me lembro do senhor, senão... quando quero lembrar-me!

Reconheço que me leva grandes vantagens, e que me fez uma paixão que me enlouqueceu; — mas tambem, pouco deve envaidecer-se por isso.

Eu era moça, era credula,[1] tinham-me encerrado desde creança n'este convento; não vira senão gente desagradavel; nunca ouvira as lisonjas que o senhor constantemente me dizia; parecia-me dever-lhe os attractivos e a belleza que me achava, e em que me fazia reparar; ouvia dizer bem de si; toda a gente me falava em seu abono,... e o senhor tudo fazia para me despertar amor.

Mas, emfim, tornei a mim d'este encantamento;

---

[1] «... j'étois jeune, j'étois credule, on m'avois enfermée dans ce Convent depuis mon enfance...»

Filinto traduz:—«Eu moça, eu credula, encerrada desde a infancia n'um mosteira, habituada a ver gente desaprazivel, nova nos louvores que me davas de continuo, julgava que a ti devia os attractivos e a formosura...»

E Sousa Botelho:—«Era joven, era credula, tinham-me encerrado desde a infancia n'este convento...»

Marianna Alcoforado, que já em 1660, aos 20 annos, era freira professa, naturalmente professara ao 16 e fôra confiada ao convento muito antes ainda.

grandes auxilios me deu para isso, e confesso-lhe que tinha d'elles uma extrema necessidade.

Devolvendo-lhe as suas cartas, conservarei cuidadosamente as duas ultimas que me escreveu, e hei de relel-as mais ainda do que li as primeiras para não tornar a recahir nas minhas fraquezas. Ai, como estas me custam caras, e como eu seria feliz se o senhor tivesse consentido em que continuasse a amal-o!

Sei, certo, que me occupo demais ainda com as minhas queixas e com a sua infidelidade; lembre-se, porém, que a mim propria prometti um estado mais tranquillo, e que hei de conseguil-o, ou tomarei contra mim uma resolução desesperada que poderá saber sem grande pezar!...

Mas nada mais quero do senhor.

Sou uma doida em repetir as mesmas coisas tantas vezes.

É mister que o deixe e que não pense mais em si.

Creio até que não tornarei a escrever-lhe.

Tenho alguma obrigação de lhe dar conta da minha vida?

BIBLIOGRAPHIA

LETTRES D'AMOUR D'UNE RELIGIEUSE

Escrites au

CHEVALIER DE C.

Officier Francois en Portugal.

A COLOGNE,

Chez Pierre du Marteau,

cIↄ Iↄ c Lxix.

1) *Lettres/PORTVGAISES/TRADVITES/EN FRANÇOIS,/*
(vinheta representando um cesto de flôres)
A PARIS,/Chez Clavde Barbin, *au/Palais, sur le second Perron/de la sainte Chapelle.*/M.DC.LXIX./
Avec Privilege du Roy./
(In-12.º 3 ff. pr. 182 ps.)

Exemplar da Bibliotheca Nacional de Paris (Res. Z. 989), encadernado a vermelho, com applicações em doirado, e a seguinte designação na lombada:—Lettr/Portv/

Segundo amaveis communicações dos respectivos bibliothecarios, existem tambem exemplares nas Bibl. Pub. de Dijon e Centr. Vittorio Emanuele, de Roma.

O prefacio, em italico, diz assim:

«Ao leitor.—Encontrei os meios, com muito cuidado e trabalho, de obter *(recouuer)* uma copia correcta da traducção de cinco Cartas Portuguezas, que foram escriptas a um gentilhomem de qualidade que serviu em Portugal. Tenho visto todos os que se teem por entendidos em sentimentos ou louval-as, ou procural-as com tanto interesse que julguei que lhes faria um singular prazer imprimindo-lh'as. Não sei o nome d'aquelle a quem foram escriptas, nem o

de quem fez a traducção d'ellas, mas pareceu-me que não devia desagradar-lhes tornando-as publicas. É difficil que não viessem a apparecer, emfim, com faltas de impressão que as disfigurassem.»

Logo na pagina seguinte começam as Cartas, cuja ordem, posto que conhecida, indicaremos, aqui, a titulo de curiosidade.

PREMIERE/LETTRE — *Considere, mon amour, jusqu'à quel excez tu as manqué de preuoyance. Ah mal-heureux! tu as ésté trahy*, etc.

SECONDE LETTRE — *Il me semble que je fais le plus grād tort du monde aux sentimēs de mon cœur de tascher de vous les faire connoistre en les écriuant: que je serois heureuse si vous en pouuiez biē iuger par la violence des vostres!* etc.

TROISIESME LETTRE — *Qv'est-ce que je deuiendray & qu'est-ce que vous voulez que ie fasse?*

QVATRIESME LETTRE — *Vostre Lieutenant vient de me dire, qu'vne tempeste vous a obligé de relascher au Royaume d'Algarne*: etc.

CINQVIESME LETTRE — *Ie vous ècris pour la derniere fois, & j'espere vous faire connoître par la difference des termes, & de la maniere de cette Lettre, que vous m'auez enfin persuadée que vous ne m'aymiez plus, & qu'ainsi je ne dois plus vous aymer*: etc.

Como expozemos atraz, cremos que na copia ou na impressão houve troca de duas cartas, a 2.ª e a 4.ª

Em seguida a esta, e em pagina innumerada, lê-se o — «*Extracto do Privilegio do Rei*» — que diz assim:

— «Por Graça & Privilegio do Rei, dado em Paris, no 28º dia de outubro 1668. Assignado pelo Rei no seu Conselho, *Margerèt*. É permittido a CLAUDIO BARBIN, Mercador Livreiro, faser imprimir um Livro intitulado, *Lettres Por-*

tugaises, durante o tempo & espaço de *cinco annos*. E fica prohibido a todos os outros, imprimil-o sob pena de quinhentas libras de multa, de todas as custas, perdas e ganhos como é mais amplamente exarado nas ditas Cartas de Privilegio.»

Seguem-se as declarações:

—«*Acabado de imprimir pela primeira vez em* 4 *de janeiro* 1669.—*Foram apresentados os exemplares.*—*Registado no Livro da Communidade dos Mercadores Livreiros & Impressores d'esta Cidade, segundo & conformemente ao Arresto do Tribuna lão Parlamento de* 8 *abril* 1653, *com os encargos e condições exaradas no presente Privilegio. Feito em Paris, em* 17 *novembro* 1668.—Sovbron, Syndico.»

Devemos ao nosso amigo e estimado escriptor, sr. Marianno Pina (Paris), esta descripção do exemplar da Bibliotheca Nacional, que solicitámos da sua cavalheirosa amabilidade.

2) *Lettres/d'amour/d'une religieuse/escrites au/Chevalier de C./Officier Francois en/Portugal.*—(Esphera). A Cologne. Chez Pierre du Marteau. CIƆIƆCLXIX. (In-12.° 50 ps.)

Exemplar até hoje absolutamente desconhecido de todas as bibliographias, pertencente á bibliotheca do sr. Bernardino Ribeiro de Carvalho. É a ultima obra de um volume encadernado em pergaminho e que contém além d'ella, as seguintes:

—*Histoire de la vie de la Reyne Christine de Suède.* (Esphera). A Stocholm—Chez Jean Pleyn de Courage. LXXVII—(Com retrato)—212 ps.

—*Damon & Pythias* ou le triomphe de l'Amour et de l'Amitie—Tragicomedie—A Amsterdam—Pour Jean Ravesteyn MDCLVII (Dedicatoria assignada Chappuzeau) 56 ps.

—*Pulcherie.* Comedie heroique, par P. Corneille. Suivant la copie imprimée.—A Paris—CIƆIƆCLXXIII—71 ps.

Journal du Journal ou censure de la censure &—(Esphera)—A Utrech—Chez Pierre Elzevier—M.DC.LXX—Ps. 39.

Seconde journaline de Mr. Le Fevre — (Esphera) A Utrech — Chez Pierre Elzevier — MDC.LXX. — Ps. 75.

L'escole des maris. Comedie de J. B. P. Molière . . . Representée sur le Théatre du Palais Royale. A Paris — Chez Claude Barbin, dans la grand Salle du Palais, au Signe de la Croix. M.DC.LXII — 69 ps.

— *Tite et Titus* ou critique sur les Berenices, Comedie. (Esphera) — A Utrecht — Chez Jean Ribbius — MDCLXXIII — 48 ps.

— *La genereuse ingratitude.* Tragi-comédie pastorale. Par le sr. Quinault. Suivant la copie imprimée — A Paris CIϽIϽCLXII — 74 ps.

Este precioso volume foi comprado pelo sr. Ribeiro de Carvalho, em janeiro de 1889, ao livreiro J. Rodrigues, que dias antes o comprara a um desconhecido sem lhe conhecer o valor.

O prologo d'esta edição das *Cartas* é egual ao da edição Barbin, com esta alteração importantissima, porém:

—*Le nom de celuy auquel on les à écrites,* EST MONSIEUR LE CHEVALIER DE CHAMILLY, *& le nom de celuy qui en a fait la traduction est Cuilleraque.*— É uma formosa edição, em typo elzevir, das 5 cartas sómente.

Fica pois assente que os nomes do destinatario e do traductor se revelaram publicamente, logo em 1669.

3) *Lettres/portugaises/traduites/en françois./Seconde edition.*
A Paris, chez Claude Barbin, etc. M.D.C.LXIX.
(In-12.° 182 ps.)

Exemplar na Bibliotheca de Copenhague.

Citada por Sousa Botelho, que a considera uma simples reimpressão, posto seja differente do da edição inicial, o ornamento do frontispicio. Mas esta reimpressão das cinco cartas da freira portugueza, que foi a que conheceu o abbade de Sainte-Léger, foi accrescentada com uma collecção nova que é a seguinte:

4) *Lettres portugaises/Seconde partie./*
A Paris, chez Claude Barbin, etc. M.D.C.LXIX.
(In-12.º 151 ps.)

Exemplar na Bibliotheca Nacional de Paris.

Tem este prefacio, positivamente indicativo de que as sete cartas que compõem esta *segunda parte* nada teem com as cinco da religiosa que constituiram a edição inicial.

—«O ruido que fez a traducção das cinco Cartas portuguezas suggeriu o desejo a algumas pessoas de qualidade de traduzir algumas, novas, que lhes cahiram nas mãos. As primeiras tiveram tanta procura que deve receiar-se, com justiça, expor esta ao publico, mas como são de uma mulher da sociedade *(femme du monde),* que escreveu n'um estylo differente do de uma religiosa, acreditei que esta differença poderia agradar. e que porventura a obra não é tão desagradavel que não me agradeçam de alguma fórma que as dê ao publico.»

O privilegio tem a data de 28 de outubro de 1668,—é o mesmo da edição original (n.º 1)—e o *acabado de imprimir-se pela primeira vez,* a de 20 de agosto de 1669. Como geralmente acompanha a reimpressão ou *segunda edição* das cinco cartas é provavel que a data da publicação d'esta fosse a mesma, isto é, sete mezes depois da edição inicial.

Dissemos já que não consideramos como perfeitamente averiguado que estas sete cartas sejam apocryphas, como em geral se consideram. Mas que o editor não pensou em fazel-as passar como da religiosa dizem-n'o ellas tão claramente como o prefacio que acabamos de traduzir, que não calla tambem que foi o exito das primeiras que suggeriu a publicação das segundas, aproveitando o titulo e o privilegio.

5) *Lettres/d'une/religieuse/portugaise./Traduites/en françois./*
A Cologne, chez Pierre du Marteau.
(In-12.º 58 ps.)

Sem data. Citada por Sousa Botelho. Contém as cinco Cartas da religiosa e o mesmo prefacio da edição original

de Baabin, de que é uma reproducção, feita muito provavelmente no mesmo anno, antes da «segunda parte» do livreiro parisiense, sendo porém muito curiosa a omissão dos nomes denunciados na edição datada (n.º 2).

Sousa diz:—«Tive a fortuna de adquirir em Copenhagne, um exemplar da edição in-12.º de Pedro du Marteau, de Colonia, *sem data*, que creio ser «*aquella edição anterior*» que desappareceu e consequentemente a primeira de quantas se teem feito d'esta obra.»

Ha n'isto uma confusãa facil de corrigir com as proprias indicações de Sousa.

Saint-Leger dissera na edição de 1806:—«A mais antiga edição, *que implica comtudo uma anterior, que desappareceu, pois que não podemos encontral-a em parte alguma*, é a de Claudio Barbin, 1669, in-12.º de 182 paginas, caracteres grandes, dizendo no titulo... *Segunda edição.*»

Simplesmente essa edição anterior era a do mesmo Barbin (n.º 1) que Sousa descreve mais adeante e que Saint-Leger não conheceu, parecendo até não ter examinado a propria edição que cita ou o exemplar d'ella que, na fé de Barbier, diz, com razão, existir na Bibliotheca Nacional de Paris. Devemos accrescentar que é certamente por um d'aquelles lapsos, tão vulgares na sua edição, que Asse diz ter Sousa assignalado á de Marteau a data de 1665, o que seria absurdo. Sousa observa que o exemplar que descobriu tem junto a *Segunda parte* (n.º 6).

6) *Lettres/d'une/religieuse/portugaise./Traduites/en françois./Seconde partie./*
A Cologne, chez Pierre du Marteau.
(In-12.º 47 ps.)

Sem data, como o numero anterior, nos mesmos caracteres e formato e junto com ella no exemplar de Sousa. É a *segunda parte* de Barbin, (n.º 4) com o mesmo prefacio. É pois no titulo d'esta publicação e apesar da declaração terminante do prefacio, que começa a extraordinaria confusão das cinco cartas da freira com as attribuidas a uma «senhora da sociedade.»

7) *Lettres portugaises traduites en françois.*
Amsterdam. Chez Isaac Van Dych.—1669.
(12.º)

Citada por Brunet (5.ª ed.) que a suppõe impressa em Bruxellas. Costuma entrar nas collecções elzeverianas. Contém apenas as cinco cartas da freira.

8) *Réponses aux Lettres portugaises, traduites en françois.*
A Paris. Chez J. Baptiste Loyson, etc —1669.
(In-12-2 p. 2 ff. pr.—92-46)

Exemplar na Bibliotheca Nacional de Paris. Citado por Brunet, Asse e outros. Tem o seguinte prefacio:

—«Ao leitor.—A curiosidade que tiveste de ver as cinco Cartas portuguezas escriptas a um gentilhomem de volta de Portugal a França, persuadiu-me de que não serias menos curioso de ver as respostas d'elle; cahiram-me nas mãos, da parte de um dos seus amigos que me é desconhecido; assegurou-me este que, estando em Portugal, obtivera as copias, escriptas na lingua do paiz, de uma abbadessa de um mosteiro, que recebia aquellas cartas e as retinha em vez de as entregar á Religiosa a quem se dirigiam. Não sei o nome de quem lh'as escrevia nem o de quem fez a traducção, mas creio não lhes ser desagradavel fazendo-as publicas, pois que as outras o são já. As pessoas que apreciam este genero de escripta não as teem desapprovado. Seja como for, se não são tão galantes como as outras, são por egual commoventes. Asseguraram-me que o gentilhomem que as escreveu voltou para Portugal.»

O privilegio indica que são traduzidas pelo *sr. D. F. D. M.* Segundo Asse, a cessão feita pelo auctor tem a data de 3 de fevereiro de 1669, um mez depois, por conseguinte, da publicação, ou de terminada a impressão, da edição original das cinco cartas da freira, por Barbin!

Sousa Botelho não conheceu esta edição das *Respostas,* e erra querendo corrigir Barbier, quando considera a de 1671 como a primeira.

9) *Réponses aux lettres portugaises.*
A Grenoble. Chez Robert Philippes, proche les RR. PP. Jésuites.—1669.
(In-12.º 144 ps.)

Exemplar na Bibliotheca Nacional de Paris. Tem o seguinte prefacio:

—«Para satisfação do leitor e para minha propria justificação, creio que devo dizer duas palavras do designio que me obrigou a emprehender estas Cartas. Não pretendo esclarecer aqui o leitor sobre se as cinco Cartas Portuguezas são verdadeiras ou suppostas, nem sobre se ellas se dirigem, como se diz, a um dos assignalados senhores do reino; não é n'este assumpto que quero exhibir o meu saber:—direi sómente que a ingenuidade, a paixão toda desartificiosa, que se patenteia n'estas cinco Cartas portuguezas, a poucos permittem duvidar de que ellas tenham sido realmente escriptas. Quanto ao intento que me obrigou a fazer-lhes respostas, sou muito franco para que dissimule o que me disse um dos melhores espiritos da França. Logo me representaram a grandeza da empreza, a difficuldade do exito, a temeridade de que me accusariam se o resultado não fosse favoravel. Disseram-me que uma paixão violenta inspirara estas cinco primeiras Cartas, e que um homem que não estivesse compenetrado de uma tal paixão, nunca conseguiria responder com felicidade a essas Cartas; que fôra uma mulher nova que as escrevera, e que na alma das pessoas d'este sexo as paixões eram mais fortes e mais ardentes que na de um homem, em que são sempre mais tranquillas; que, além d'isso, fôra uma religiosa, mais capaz de uma grande affeição e de um transporte amoroso do que uma pessoa da sociedade; e que eu, não sendo nem moça nem religiosa, nem talvez amoroso, não poderia secundar, nas minhas cartas, estes sentimentos que se admiram principalmente nas primeiras. Emfim, lembraram-me o intento de Aulus Sabinus, que respondeu a algumas das epistolas héroidas de Ovidio, mas com tão pouco exito que aquellas quasi não serviram senão para fazer realçar o esplendor d'estas, posto não fossem mais do que uma diversão do es-

pirito em que a paixão e o coração nenhuma parte tinham. Tudo isto era bastante para desarmar uma coragem menos acalorada do que a minha: por mim não me dei por vencido com estas razões; vi bem que a belleza natural das Portuguezas era inimitavel, e que ellas podiam justamente ser chamadas um prodigio de amor; acreditei, comtudo, que, quando as minhas respostas não fossem tão prodigiosas, não deixariam por isso de ser acceitaveis. Se não são tão amorosas e tão apaixonadas, que importa? comtanto que haja n'ellas algum fogo? Estimo mais que me tomem por um homem de espirito do que por um homem amoroso. Em todo o caso, que se imagine que as minhas respostas são tão pouco supportaveis que não as fiz tambem senão para melhor imitar aquellas de que a dama se queixa na 4.ª carta, p. 22, onde as nomeia por *cartas frias e cheias de repetições*, e na carta 5.ª, em que se lamenta dos *impertinentes protestos de amizade e das amabilidades ridiculas* com que o seu amante enche a sua ultima carta. Certo é esta, na minha opinião, a menor graça que possam conceder-me. Se comtudo se considerar na grandeza do intento, não me censurarão inteiramente por não ter tido melhor exito. Ao contrario, talvez louvem a minha empreza. As razões que vão expostas no começo d'este prefacio, e que acho invenciveis, servirão menos mal para me abrigar dos ataques da critica, para não dizer da inveja. De resto, o leitor talvez se admire de ver seis Cartas que não respondem senão a cinco, mas advirto-o de que a primeira das Cartas portuguezas, falando de uma carta que o amante escrevera já, antes da sua partida, entendi que não podia dispensar-me de fazer uma n'este sentido. Não havia de deixar passar um assumpto tão bello para escrever sem aproveital-o. É tudo quanto tenho a dizer. Adeus.»

Com bons fundamentos, Asse, seguindo «uma tradição quasi constante», suppõe essas respostas posteriores ás do editor Loyson, embora publicadas no mesmo anno.

10) *Lettres portugaises traduites en françois.*
A Paris, chez Claude Barbin.—1670.
(In-12.º)

Exemplar da Bibliotheca da Academia de Rostock, segundo communicação do bibliothecario Dr. Ad. Hofmeister.

11) *Réponses aux Lettres portugaises*
Paris, chez Cl. Barbin.—1670.
(In-12.º

Exemplar da Bibliotheca da Academia de Rostock. Serão as *Respostas* publicadas por Loyson (n.º 8) ou as de Philippes (n.º 9)? Creio que até hoje era perfeitamente desconhecida esta edição de Barbin. Suppomos que deve ser a collecção do livreiro de Grenoble, pois que n'este mesmo anno Loyson publicava a seguinte edição da sua, de que tinha, como vimos, privilegio.

12) *Réponses aux lettres portugaises traduites en françois.*
Paris.—J. B. Loyson.—1670.

Exemplar na mesma Bibliotheca.

13) *Réponses aux lettres portugaises traduites en françois.*
A Paris, chez Jean Baptiste Loyson, au cinquième Pillier de la grand salle du Palais, à la Croix d'Or. 1671. Avec Privilége du Roy.

Exemplar da Bibliotheca de Cassel.

14) *Réponses aux lettres d'amour d'une religieuse par le Chavalier de C*** officier françois en Portugal.*
A Cologne.—Chez Pierre du Marteau.—1671.

Citado por Barbier. São as *respostas* de Loyson.

15) *Lettres portugaises traduites en françois. Troisième édition.*
A Paris, chez Claude Barbin.—1672.
(In-12.º 182 ps.

Exemplares na Bibliotheca Nacional de Paris e na Bi-

bliotheca de Stuttgart. Comprehende sómente as cinco cartas originaes. A 3.ª edição deveria ser a do nosso n.º 10. Será esse numero, porém, uma segunda edição da *segunda parte* apenas, ou das Cartas de uma «dama da Sociedade»?

16) *Lettres portugaises. Seconde partie.*
A Paris, chez C. Barbin.—1673.
(In-12.º 151 ps.)

Exemplar na Bibliotheca Nacional de Paris.

17) *Five/love-letters/from a/nun/to a/cavalier./Done out of French into English./*
London/Printed for Henry Brome at/the Gun at the West-end/of St. Pauls. 1678./
(In-12.º 117 ps.)

—*Licensed/Dec.* 28/1677/*Ro L'Estrange./*—

Exemplares na Bibliotheca Nacional de Lisboa e na do Museu Britannico (Londres.)

Tem o seguinte prefacio:

—«Ao leitor.—Deves acceitar esta traducção muito generosamente, porque o auctor d'ella arriscou a sua reputação para te obsequiar. Arriscou-a, digo, até na simples tentativa de transladar tão formoso original. Este é, em francez, uma das mais artisticas obras talvez, no seu genero, que existam. Bastam as graças peculiares e as facilidades d'aquella lingua em assumpto d'*amour,* que não podem passar-se para outra lingua sem esforço e affectação. Foi, parece, uma *intrigue* de amor travada entre um official francez e uma freira em Portugal. O cavalleiro esqueceu a amante e voltou para França. A senhora expõe o episodio em cinco cartas de queixa que mandou atraz d'elle, e estas cinco cartas aqui estão á tua disposição. Encontrarás n'ellas a viva imagem de uma paixão extraordinaria e infeliz, e de que uma mulher tanto será de carne e sangue n'um convento como n'um palacio.»

18) *Lettres d'une religieuse, écrites au chevalier de C*** officier français, édition nouvellement augmentée de celles du dit chevalier.*
A Cologne, Chez P. du Marteau 1678.
(In-12)

Citado por Nyon (*Cat. de la Vallière*), Saint Leger, Sousa, etc. Comprehende as cinco cartas da freira e as *respostas* do editor Loyson.

Sousa Botelho diz:

—«... pode notar-se tambem que é a primeira em que se designa o official (M. de Chamilly) sob o nome de *chevalier de C****».

Vimos já que não é exacto (n.os 2 e 14).

19) *Lettres portugaises traduites en français.*
A Tournay...

Citado por Saint Leger, na *not. hist.* da edição de 1806, como «quasi semolhante á de Barbin. (1669).»

20) *Lettres / Portugaises / avec / les Responses, / traduites / en françois.*
A Lyon/Chez Claude Muguet, rue/Merciere au bon Pasteur./M. DC. LXXIX. avec Permission./
(In-16)

A noticia d'esta edição foi-nos communicada pelo obsequioso bibliothecario communal de Verona, onde exite um exemplar.

21) *Lettres portugaises avec les Responses, traduites en françois.*
A Lyon, chez Thomas Amaulry, 1680.
(In-12 — 116 pag.)

Exemplar da Bibliotheca Nacional de Paris. São as cinco cartas alternadas com as respostas de Loyson.

22) *Lettres d'amour d'une religieuse portugaise écrites au chavalier de C.* Edition nouvelle augmentée de celles du dit chevalier.
A Cologne. Chez P. du Marteau, 1681.
(In-8.º)

Citada deficientemente por Brunet. O dr. Guill. Heyd, conservador da Bibliotheca Real de Stuttgart communica-nos a existencia n'aquella bibliotheca de um exemplar encadernado com uma obra de Tenain:—«*La religieuse interessée & amoureuse*».—Col. 1707—8.º

23) *Seconde partie des Lettres portugaises, traduites en françois.*
A Lyon, chez Th. Amaulry, 1681.
(In-12—119 pag.)

Exemplar da Bibliotheca Nacional de Paris. São as sete cartas da «mulher da sociedade», e .. as cinco respostas ás da religiosa, de Loyson.

24) *Douze lettres d'amour d'une religieuse portugaise, écrites au chevalier de C*.*
La Haye, 1682.
(In-12)

Citado por Techener (*Cat. de* 1869).
Asse diz:—«Parece ser a primeira edição em que as doze cartas e as onze respostas se encontram reunidas mas confundidas».

25) *Lettres portugaises / avec / les responses / traduites / en françois./*
A Lyon/Chez Fr. Roux, etc. Cl. Chize/MDCLXXXV.
(In-12)

Exemplar nas Bibliotheca Nacional de Lisboa e Nantes.
Prefacio da edição original de 1669, as cinco cartas da religiosa, acompanhadas das seis respostas da collecção Fi-

lippes. No fim o *Consentement*, em data de 28 de maio de 1685. Com o mesmo volume, a seguinte:

26) *Seconde partie / des lettres / portugaises / traduites / en françois.*
A Lyon/Chez Fr. Roux... Cl. Chire/MDCLXXXVI.

O prefacio é o mesmo da *segunda parte* da edição de Barbin, substituindo-se porém o periodo em que se declara que as sete cartas são de «uma mulher da sociedade», pelo seguinte:

—«Mas como ellas são quasi do mesmo caracter entendi que esta conformidade poderia agradar e que porventura a obra não é tão desagradavel», etc. O resto como o prefacio original.

Precisamente o contrario do que declarava Barbin!

27) *Lettres / d'amour / d'une / religieuse / portugaise, / Ecrites au / Chevalier de C. / Officier F. en Portugal. / Enrichies & augmentées de plusieurs / nouvelles Lettres fort tendres & passio- / nées de la P. F. à M. le Baron de B. /* Dernière edition./
A la Haye./Chez Abraham de Hont et Jacob van Ellinkhuysen / Marchands Libraires sur la grande Sale de la Cour./M. DC. LXXXVIII.
(In-8.°—191 pag.)

Exemplar do sr. Ferreira das Neves Sobrinho (Lisboa). Deve ser a edição citada por Barbier em nota a St. Leger, na edição de 1806.

O mesmo prefacio da edição inicial de Barbin (n.° 1) salvo o periodo em que este diz não saber o nome do destinatario e do traductor, periodo substituido por este:

—«O nome daquelle a quem foram escriptas (as Cartas), é M. o C. de C. e o nome daquelle que fez a traducção é C. pareceu-me que não devia desagradar-lhes,» etc.

Começa pelas sete cartas da *segunda parte* ou da «senhora da sociedade» seguindo-se-lhes as cinco da religiosa,

sendo por isso a primeira d'estas a *huitième/lettre/* da collecção, sem declaração alguma!

Á pag. (inn.) 85 começa outra collecção com o seguinte titulo que occupa essa pagina:

— *Responses/du/Chevalier de C./aux/Lettres/d'amour/d'une Réligieuse en/Portugal/Edition nouvelle./*

Esta collecção abre pelo prefacio das *respostas* do editor Loyson (n.º 8) com a simples alteração de que onde este diz: — «as cinco Cartas portuguezas», — lê-se: — «as doze Cartas Portuguezas,» — á parte duas ou tres outras modificações insignificantes.

Seguem-se numeradas seguidamente de — *Premiere lettre,* — a — *Onsième lettre,* — primeiramente as cinco respostas do editor Loyson, e depois as do editor Philippes, até pag. 191 que termina com a palavra *Fin,* sem que, n'este exemplar pelo menos, se sigam as — *plusieurs nouvelles Lettres fort tendres,* etc. — do titulo inicial. Estas ultimas cartas deveriam ser as da *presidente Ferrand* que Saint Léger erradamente diz terem sido juntas «pela primeira vez» ás Cartas portuguezas na edição de 1707, e que Barbier diz seguirem-se em 32 pag. de numeração separada.

28) *Lettres d'amour d'une religieuse portugaise, écrites au chevalier de C* officier en Portugal. — Dernière edition.*
A la Haye, chez Abraham de Hont et Jacob Van Ellen Kuysen, 1689.
(In-12.º 191 ps.)

Exemplar da Bibliotheca Nacional de Paris. As sete cartas de uma «senhora da sociedade», seguidas das cinco da religiosa, alternadas com as onze *respostas* de Loyson e de Philippes.

E. Asse, depois de fazer a observação que citámos em relação á edição de 1682, cae no erro commum de affirmar que esta de 1689 é «a primeira que reuniu as doze cartas portuguezas.» Vimos já que não é, como tambem não é a primeira que designa o destinatario pela inicial *C,* segundo outro erro geral.

29) *Lettres/d'amour/d'une/religieuse/portugaise,/escrites au/Chevalier de C./Officier François en Portugal./ Dérniere Edition, augmentée de sept Let-/tres avec leurs Réponses, qui n'ont/point encore paru dans les Impressions/precedentes./* (Esphera)

A la Haye,/Chez Corneille de Graef,/Marchand Libraire sur la Grand'Sale/de la Cour, 1690.
(In-12.° 192 ps.)

Exemplar do sr. J. M. Nepomuceno. Fiando-se naturalmente na indicação do editor, errou Sousa Botelho dizendo que n'esta edição — «pela primeira vez se imprimiram juntas as doze cartas como pertencendo todas á religiosa.» — Errou tambem na transcripção do periodo relativo aos nomes, no prefacio, que é o da primeira edição *datada,* de Marteau, com a variante das — «douze Lettres». — Esse periodo diz pois: — «O nome d'aquelle a quem foram escriptas é *Monsieur le Chevalier de Chamilly,* & o nome d'aquelle que fez a traducção é *Cuilleraque.*» — As doze cartas terminam a ps. 84, começando com a 8.ª as da Freira, em ps. 41.

Seguem-se:

— *Réponses/du/Chevalier de C./aux Lettres/d'amour/d'une Religieuse en/Portugal/Edition nouvelle./*

Paginação continuada. O prefacio de Loyson, sem alteração do periodo: — «Não sei o nome d'aquelle que as escreveu nem de quem fez a traducção»!

30) *Lettres portugaises, avec les réponses traduites en françois.*
Lyon, chez Fr. Roux et Claude Chire. — 1693.
(In-12.°)

A noticia d'esta edição foi-nos communicada pelo sr. bibliothecario municipal de Bolonha.

31) *Five love-letters from a nun to a Cavalier. Done out of French into English* by Sir R. L'Estrange·

London. 1693.
(In-16.º)

Exemplar no Museu Britanico. A primeira edição é certamente a do nosso n.º 17.

32) *Lettres d'amour d'une Religieuse Portugaise, écrites au chevalier de C** officier François en Portugal.*
A La Haye, 1693.
(In-12.º)

É uma das edições citadas no *Catalogus Librorum a Commissione Aulica Prohibitorum*. Vindobonae, Typis Joan. Thom. de Trattner, 1765. Andava atrazado o tal indice expurgatorio do Conselho Aulico...

Como a maioria dos nossos numeros, esta edição é desconhecida dos commentadores das Cartas.

33) *Five love-letters writen by a Cavalier in answer to the five love letters written to him by a nun.*
London. 1694.
(In 12.º)

Exemplar do Museu Britanico. É certamente a traducção das respostas de Loyson. Ao amavel director d'aquelle Museu devemos a noticia do n.º 31 e d'este.

34) *Lettres / Portugaises / avec / les / Réponses / traduites / en François. /*
A Lyon/Chez Jacques Lion/1695/
(In-12.º)

Dá-nos noticia d'esta edição o sr. bibliothecario da Bibliotheca Publica de Dijon. E' das comminadas no indice expurgatorio do Conselho Aulico: — *Catalogus Librorum* etc.

35) *Lettres/portugaises/avec/les réponses/traduites/en françois./*
A Lyon/Chez Sebastien Roux, rue de/la Barre, pro-

che le Pont du Rone/M. DC. XCVI.
(In-12.º—116 pag.)

Possuimos este exemplar, offerta do sr. J. Henrique Ulrich (Lisboa). Prefacio da edição inicial, apenas com o seguinte additamento no primeiro periodo: — «com as Respostas pelo mesmo Gentil-homem».

São as cinco cartas da freira alternadas com as seis respostas da edição Philippes. Junto com a mesma obra e tendo-a acompanhado muito provavelmente na publicação, está a seguinte:

36) *Lettres portugaises/avec/les réponses/traduites en françois./Seconde partie./*
A Lyon,/Chez Sebastien Roux, rue de la Barre, etc. M. DC. XCVI.
(In-12.º 119 ps.)

O mesmo prefacio de Fr. Roux e Cl. Chize, de 1686 (n.º 26) que como dissemos é o da edição inicial de Barbin com uma substituição que lhe altera diametralmente a idéa. São as sete cartas de uma «mulher da sociedade», seguindo-se-lhes de ps. 47 em deante as cinco *respostas* de Loyson. A quinta por erro typographico vae designada no começo como *seconde lettre.*

37) *Lettres d'amour d'une religieuse portugaise Ecrites au Chevelier de C*. officier François en Portugal. Enrichies et augmentées de plusieurs nouvelles Lettres, fort tendres et passionnées de la Président F. á Mr. le Baron de B.—Dernière Edition.*
La Haye, chez Abraham de Hondt, Marchand Libraire sur la grande salle de la Cour, á la Fortune. MDCXCVI.

Exemplares na Bibliotheca de Besançon e Cassel, aos amaveis conservadores das quaes devemos a noticia d'esta edição.

38) *Lettres d'amour d'une Religieuse portugaise, écrites au Chevalier de C* oficier françois en Portugal; dernière edition augmentée de sept lettres avec leurs réponses qui n'ont pas encore paru dans les impressions précedentes.*

S. l.—1696.
(In-12.° 209 ps.)

Exemplar na Bibliotheca Nacional de Paris, citado por Asse.

O titulo é identico á edição de Haya, por Graef, em 1690 (n.° 30).

39) *Lettres/d'amour/d'une/Religieuse/portugaise/ecrites au Chevalier de C*./Officier François en Portugal./Enrichies & augmentées de plusieurs nouvelles Lettres, fortt endres et passionnées de la Président á Mr. Baron de B./erniere edition./—*
A la Haye,/Chéz Jacob Ellinckhuyseen,/Marchant Libraire sur la grande Sale/de la Cour, au Dauphin./M. DC. XCVII.
(1 vol.—12.°—310.

Exemplar da bibliotheca do sr. A. de Carvalho Monteiro. Prefacio da primeira edição de Barbin com a correcção da de Pedro du Marteau:—«O nome d'aquelle a quem fôram escriptas é *Mr. le Chevalier de Chamilli*, & o nome d'aquelle que fez a traducção é Guilleraque...»

As 12 Cartas, começando as da freira, a ps. 47 com a 8.ª, até 94. Seguem-se as—Reponces/du/Chevalier de C./aux lettres/d'amour/d'une/religieuse/en Portugal/Nouvelle Edition./Com o prefacio inicial incluindo a declaração:—«Não sei o nome d'aquelle que as escreveu nem quem fez a traducção.» etc.

Em face do frontespicio uma gravura,—*Harrewyn fecit*—representando no primeiro plano uma freira escrevendo. Emblema em circulo: duas mãos entre nuvens, uma segurando um coração e outra com uma lente fazendo incidir

os raios do sol sobre aquelle: Em volta a legenda: — *C'est ainsi que l'amour s'alume dans le coeur.* Ao fundo, á esquerda, atravez uma larga janella navios francezes afastam-se da praia d'onde parte um pequeno barco. Á direita a freira e Chamilly, n'um quarto de cama sentados, ella, no leito, e elle n'um sophá, ao lado.

E' a primeira edição em que apparece uma gravura allusiva á religiosa. Na nossa primeira edição só podemos guiar-nos pela citação de um exemplar no *Ellis & Elvey'gs Cat. of old Books*, n.º 61, sob a designação de *Alcaforada (Mariane)*, 1887.

Na nossa bibliographia anterior introduziu-se erradamente, com a data de 1797, sob o n.º 60, um exemplar d'esta edição, da bibliotheca de Mannheim (Schloss).

40) *Lettres Portugaises, avec les réponses traduites en françois.*
Lyon, chez Jean Viret, 1697.
(In-12.º)

Esta edição é-nos communicada pelo sr. bibliothecario mun. de Bolonha.

41) *Recueil/de/ lettres galantes/et amoureuses/d'Heloise a Abailard, / d'une religieuse portugaise / au Chevalier*** / Avec celles de Cleante & de Belise,/ & leur Réponse*/etc.
Amsterdam. Chez François Roger, etc. MDCXCIX.

Exemplar na Bibliotheca Nacional de Lisboa.
De paginas 121 (inum.) a 294:

= *Lettres / d'Amour / d'une / Religieuse / portugaise/écrites au/Chevalier de C***/officier françois en Portugal./Avec les Reponses da dit Chevalier en/suite des Lettres de/ladi e Religieuse./*

O prefacio da edição inicial de Barbin, substituido o tre-

cho relativo aos nomes do destinatario e do traductor, por este:

— «O nome d'aquelle a quem foram escriptas é Monsieur *le Chevalier de Chamilly*, e o nome d'aquelle que fez a traducção d'ellas é Guilleraque.»

42) *Lettres/d'amour/d'une/religieuse/portugaise/écrites au/ Chevalier de C./officier Francois en Portugal,/Avec les Reponses du dit Chevalier en/suite de chacune des Lettres de/ladite Religieuse./Imprimées cette Année./*
S. l. n. d. 12.º—248 pas.

Pela disposição typographica do titulo deve ser uma tiragem da 2.ª parte da edição precedente. Encontro o apontamento d'ella, mas não me recordo quem m'o offereceu ou como o obtive.

43) *Lettres d'amour d'une Religieuse Portugaise, traduites du Portugais.*
La Haye—1701.
(In-12.º)

Exemplar no Museu Britannico.

44) *Lettres d'amour d'une Religieuse portugaise, écrites au chevalier de C*, efficier françois en Portuqal, enrichiées et augmentées de plusieurs nouvelles lettres fort tendres et passionées de la Présidente de F* a M. le Baron de B*; derniere édition.*
La Haye, Abraham de Hondt. 1701.
(In-12.º 310 ps.)

Citada por Asse.

45) *Five love lettres from a nun to a Cavalier,* etc.
London, 1701.
(In-16.º)

Exemplar no Museu Britannico.

46) *Lettres portugaises.*
A la Haye, Jacob Van Ellinckuysen—1707.
(In-12.° 309 ps.)

Citada por Saint-Léger, que diz que n'ella se juntaram pela *primeira vez* as cartas da Presidente Ferrand ao barão de Breteuil, e accrescenta ainda que contém *pela primeira vez*, tambem, as 12 cartas em vez de 5 e as 11 respostas «*du chevalier C****»
Vimos já que uma e outra coisa é inexacta.

47) *Les plus belles/lettres/françoises/sur toutes sortes/de sujets,/Tirées des meilleurs Auteurs, avec des Notes,/par P. Richelet,/Quatrième édition*
A la Haya—Chez Louis et Henri van Dole, etc.—M.DCC.VIII
(2 vols.)

Exemplar na Bibliotheca da Academia Real das Sciencias (Lisboa).
No primeiro volume, em seguida a paginas 124, começa a collecção das *Lettres passionées,* encontrando-se n'ella as cinco cartas da freira portugueza, com os seguintes titulos;

1.ª (ps. 130)—*A Monsieur le C*/Absence insupportable/*
2.ª (ps. 143)—*A Monsieur le C.*
3.ª (ps. 149)—*A Monsieur le C***
4.ª (ps. 154)—*A Monsieur le C. de C****
5.ª (ps. 165)—*A Monsieur le C. de C****

A redacção foi revista no pensamento de a tornar mais correcta como modelo epistolar francez, sendo na ultima o nome de *Dona Brites* substituido pelo mais euphonico, de *Emile*. A primeira edição d'esta obra é de 1698, *chez Michel Brunet,* sendo provavel que n'ella e nas duas que se lhe seguiram viessem já as cartas da freira portugueza. Não pudemos ver nenhuma d'essas edições. Posto que a obra tenha uma noticia dos auctores das cartas de que se compõe,

nenhuma indicação ou allusão se faz á procedencia das cartas da freira, e o mesmo succede na noticia elogiosa que faz do livro o *Journal des Savants*, d'aquelle anno.

48) *Nouveau recueil contenant... les lettres d'une religieuse portugaise écrites au Chevalier de C*** officier françois en Portugal, avec les réponses du dit chevalier ensuite de chacune des lettres de la dite religieuse.*
Bruxelles—1709.
(In-12.º)

Citada por Langlet e Saint Léger. Este ultimo diz que ella «contem tambem a vida, os amores desventurados e as cartas de Abeilard e de Heloisa», e segundo informação que recebemos do sr. conservador da Bibliotheca de Nantes, onde existe um exemplar, as cartas da freira occupam de ps. 209 a 362 da collecção.

49) *Nouveau/recueil,/contenant/la vie, les amours,/les infortunes,/et les Lettres d'Abailard & d'Heloise:/Les Lettres d'une Religieuse Portugaise & du Chevalier***/celles de Cleante et Belise./Avec l'Histoire de la Matrone d'Ephese.*
A Bruxellas, Chez François Foppens, au Saint-Esprit.—M.DCC.XIV.
(1 vol. In-12.º—479).

Exemplar do sr. Carvalho Monteiro. Frontispicio a preto e vermelho. A ps. 209:—*Lettres/d'amour/d'une/Religieuse/Portugaise,/écrites/au Chevalier de C***/Officier François en Portugal./Avec les Réponses de ce Cavalier/ensuite de chacune des Lettres de cette Religieuse.* Até ps. 362.

Inclue as 7 e as 5 cartas, começando estas na 8.ª Prefacio das edições iniciaes com a declaração do destinatario: —*Monsieur le Chevalier de Chamilly,*— e do traductor:—*Guilleraque.*

50) *Lettres/d'amour/d'une/religieuse portugaise/Ecrites au Chevalier de C./Officier François en Portugal./Enri-*

chies & augmentées de plusieurs nouvelles/Lettres, fort tendres & passionées de la/Président F. à Mr. le Baron de B./Nouvelle edition/.

A la Haye,/chez Les Fréres van Dole, Mar/chands Libraires, dans le Pooten./M.DCC.XVI.

(In-12.º 373 ps.)

Possuimos um exemplar d'esta edição, que é das mais cuidadas. Frontispicio a preto e vermelho, precedido de uma bella gravura assignada: *D. Coster fecit.* A gravura representa uma formosa religiosa sentada a uma mesa e em attitude de suspender a escripta de uma carta, para meditar. No panno da mesa um emblema allusivo aos raios do sol, queimando atravez de uma lente um coração. Duas mãos entre nuvens seguram, uma a lente, a outra o objecto incendiado. Rodeia o emblema, que é como se vê o mesmo da gravura de Harrewyn, da edição de 1697, egual legenda:=«*C'est ainsi que l'amour s'allume dans le cœur*». Ao fundo e á esquerda abre-se uma galeria ou balcão deixando ver o mar e um grande navio, com a bandeira das flores de lirio, que se afasta,— á direita uma alcova, onde, junto de uma religiosa sentada á beira de um leito, ajoelha um homem em attitude de protestar-lhe amor.

O prefacio é o da edição inicial de Barbin, com a substituição da edição primeira de Marteau.

Até paginas 114, seguidamente, doze cartas, sendo as primeiras as sete da «senhora de sociedade», e da 8.ª em deante as da freira portugueza. Seguem-se as duas collecções reunidas das respostas de Loyson e Philippes, até paginas 254, erradamente numerada como 454, e com o seguinte frontispicio:—*Reponses/du Chevalier de C./aux lettres/d'amour/d'une/religieuse/en Portugal./Nouvelle edition.*

O prefacio d'esta parte é, sem alteração, o da collecção de Loyson.

Seguem-se:— «*Nouvelles/lettres/d'amour,/Fort tendres, & fort Passionnées/De la Présidente F./à Mr. le Baron de B.*» Nas duas ultimas paginas um soneto de Chapelle, e outra pequena composição poetica epigraphada: *sur une absence.*

51) *Nouveau recueil de lettres contenant la vie, les amours, les infortunes et les lettres d'Héloise et d'Abélard; plusieurs lettres galantes et amoureuses, avec l'histoire de la Matrone d'Ephèse; les lettres d'amour d'une religieuse portugaise, écrites au chevalier C***, officier français en Portugal et les réponses dudit Chevalier, à la suit des lettres de ladite religieuse et celles de la prèsidente Ferrand, sous les noms de Cléante et de Bélise.*
Anvers—1734.
(2 vols.)

Citada por Saint-Léger.

52) *Nouveau/recueil,/contenant/la vie, les amours,/les infortunes,/les lettres/d'Abailard,/et d'Heloise,/Et plusieurs autres Lettres Amoureuses,/tirées des meilleurs Auteurs./Avec l'Histoire de la Matrone d'Ephese./Divisé en deux Tomes.* etc.
A Anvers./Chez Samuel Le Noir, Marchand/Libraire, 1738.
2 vols. 12.º—9 inn. 232-228.

Exemplar do sr. Carvalho Monteiro. O 2.º vol. intitula-se:

—*Nouveau/Recueil/de Lettres Galantes/de Cleante/et/de Belise;/avec/les lettres d'amour/d'une Religieuse Portugaise, écrites/au Chevalier de C,*** officier Fran-/çois en Portugal./Et les Réponses du dit Chevalier ensuite de/chacune des Lettres de ladite Religieuse./*

Tem a mesma data do primeiro, e como elle, a preto e vermelho o frontispicio. Um aviso—«Au lecteur»—encarece o merecimento das cartas contidas no volume, não se referindo porém, evidentemente ás da freira, mas á grande collecção por que começa de—«Lettres galantes de Madame***»—(não menos de 72).

Na pagina que deveria ser 83 começam as *portuguesas* com este novo frontispicio:

—*Lettres/d'amour/d'une/religieuse/povtugaise/écrites/au*

*Chevalier de C***/Officier François en Portugal./Avec les Réponses dudit Chevalier ensuite/de chacune des Lettres de/ ladite Religieuse./*

Aviso—«Au lecteur,»—com ligeira variante, o de Barbin, mas com a expressa declaração do destinatario—*Monsieur le Chevalier de Chamilly,*—e do traductor—*Guilleraque.*—

Reune as 12 cartas e as respostas, começando as da freira na VIII.

53) *Lettres/d'Amour/d'une/Religieuse/Portugaise/écrites au/Chevalier de C./officier François en Portugal/Revues, corrigées, & augmentées de plus/sieurs nouvelles lettres, & de diffe/rentes Pièces de Poesie/Nouvelle edition/*
A la Haye/Chez Antoine van Dole/M.DCC.XLII.
(2 vols. 12.º 408-408 ps.)

Exemplares na Bibliotheca Nacional de Lisboa, Bibliotheca Municipal do Porto e de Carva ho Monteiro.

Frontispicio a vermelho e preto. No começo de cada volume a gravura de Coster, da edição dos Irmãos van Dole, de 1716. Dedicatoria:—«*A Madame J. C. W.****»—por Antonio van Dole, em 1 de dezembro de 1751. Até paginas 266 do primeiro volume as doze cartas (cinco da freira e sete da «senhora da sociedade») com as *respostas* uma a uma.

54) ....
Anvers, chez Samuel le Noir, 1747.

Citada por Saint-Léger, que não reproduz o titulo. Deve ser reedicção da de 1738 do mesmo impressor, n.º 51.

55) *Lettres portugaises en vers par M.^lle d'Ol****
Lisbonne, 1759.
(In-8.º)

Citada por Barbier, Sousa, etc.

É uma imitação em verso da 1.ª e 4.ª carta, pelo marquez A. L. de Ximenes. Foi impressa em Paris—*chez N. B. Duchesne*,—e não em Lisboa. O sr. bibliothecario de Bolonha communica-nos a existencia de um exemplar n'aquella bibliotheca.

56) *Lettres portugaises en vers par M.^{lle} d'Ol****
Francfort s/Meno—1760.
(In-8)

Indicada por Barbin (*Dic. des ouv. anon.* 1874) como nova edição da imitação antecedente, acompanhando as «*Quatre parties du jour*» do abbade de Bernis.

57) *Lettres/d'une chanoinesse/de Lisbonne/a Melcour./Officier françois,/precédees de quelques réflexions./*
A la Haye, etc. M.DCC.LXX.
(In-8.º 117 ps.)

Bibl. do sr. J. M. Nepomuceno.

É a imitação em verso de Dorat. N'um aviso junto no fim do exemplar que examinei, Delalain dizendo que tem na sua livraria as obras de M. D. (M. Dorat) em 6 pequenos volumes, acrescenta que fez extrahir exemplares das *Lettres d'une chanoinesse* em papel de Hollanda para os que quisessem juntal-os aos *Baisers*.

58) *Lettres/d'une chanoinesse/de Lisbonne/A Mercour,/officier françois,/suivies de l'Epitre intitulée/Ma Philosoqhie,/et de quelques poesies fugitives./Seconde edition.*
A la Haye,/& se trouve à Paris,/Chez Delalain etc./MDCCLXXI.
(In-8.º 228 ps.)

Possuimos um exemplar. É a imitação em verso, em 16 cartas, de Dorat, precedidas das suas—«*Reflexions préliminaires*»,—e seguida de outras composições, entre as quaes a *Epitre d'un Curé,* que lhe foi attribuida. Com bellas composições de Eisen e Marillier, gravadas por Massard e Ghendt.

59) *Lettres / d'une chanoinesse / de Lisbonne. / A Melcour. / officier françois ;/ suivies/ de l'epitre intitulée/ Ma philosophie,/ Et de quelques Poesies Fugitives./*
A Paris,/et se vend a Mons,/Chez Henri Hoyois, imprimeur & Libraire,/rue de la Chef, vis-à-vis du Patacon.—M.DCC.LXXV.
(In-8.º—XXXVI — 152)

Exemplar no Museu Britannico e na bibliotheca de Carvalho Monteiro.

Abre com uma—«Lettre d'un philosophe.»—não apontada no indice, seguindo-se depois as—«Reflexions préliminaires,»—de Dorat. É a imitação em verso, deste, como previramos na primeira edição da Soror.

60) *Lettres / d'amour / d'une / Religieuse / portugaîse, / écrites / au Chevalier de C./ Officier François en Portugal ;/ Revues, corrigées, & augmentées de nouvelles / Lettres, & de differentes Pieces./ Nouvelle édition./*
A Londres,/Chez C. G. Seyffert, Libraire.
M.DCC.LXXVII.
(2 vols. In-12.º—252-237.)

Exemplar de A. Carvalho Monteiro.

Carta-dedicatoria innumerada,—«a Madame, Mad. J. C. W***»—exactamente a mesma de Antonio Van Dole (ed. de 1742 etc.) mas sem data nem assignatura, é claro! O mesmo prefacio ou «Avertissement du libraire», e até os —«quelques lambeaux»—das *Poesies Françoises* do abbade Regnier Desmarais...

No primeiro volume as 12 cartas cada uma com uma das *Respostas*. Em seguida á ultima da freira, ou á ps. 160, as—«Nouvelles/lettres/d'amour,/fort tendres & fort passionnées, de la/Présidente F./a Mr. le Baron de B./»—as poesias. etc.

O 2.º vol. com titulo egual ao primeiro é uma miscellanea de cartas e poesias, duas composições.—*Le Voyage de l'isle d'Amour*—e outras sensaborias.

Diz Saint Léger:—«É um *farrago* de obras, de fragmen-

tos de poesia de Regnier Desmarais, etc. tudo quanto ha de peiores versos, de mais chatas e ridiculas semsaborias, que não são dignas de impressão; uma viagem a uma ilha do Amor que merecia ser submergida, eglogas, madrigaes, estancias epitaphios, etc.»

61) *Lettres de tendresse et d'amour, contenant les Lettres amoureuses de Julie à Ovide, par M. D. M***, auxquelles on a joint les reponses d'Ovide à Julie par M. C***, suivies des Lettres galantes d'une chanoinesse portugaise.*
Amathonte et Paris.—Cailleau (s. d.)
(2 vols. In-12.º)

Citada por Saint-Léger que lhe fixa a data de 1778, e por Barbier que em parentheses dá as seguintes elucidações.

—*M. D. M*** = Charlotte-Antoniette de Bressey, marquise de Leray-Marnézia.*

—*M. C*** = A. C. Cailleau.*

e para as cartas da *Chanoinesse portugaise:*

—«traduzidas do portuguez de Marianna Alcoforada, religiosa, pelo conde de Lavergne de Guilleragues.»

Saint-Léger observa, a proposito d'esta edição, o seguinte:

—«Permittiram-se corrigir as Cartas Portuguezas, diz-se n'um prefacio que sobre o proprio original que nunca se encontrou, desbastando o que se chama galimathias duplo... Posto que elle (Cailleau) pareça bastante instruido, não diz uma palavra ácerca do historico d'estas Cartas, e para não conservar o estylo do traductor, que foi quem viu o original, substitue phrases a seu gosto que julga mais claras para os leitores que não tiverem o espirito da religiosa.» Isto significa que a edição de Cailleau pouco menos é do que uma imitação ou de que uma contrafeição.

É curioso tambem que Sousa Botelho, que, assim como Saint-Léger, não diz porque attribue a Subligny a traducção, note que Cailleau a attribua a Guilleragues—«sem dizer em que se funda para isso.» Naturalmente fundava-se na tradição unica e constante transmittida pelas edições an-

teriores, em nenhuma das quaes apparece o nome de Subligny.

62) *Lettres/d'une chanoinesse/de Lisbonne/a Melcour,/officier français,/suivies de l'épitre intitulée/Ma Philosophie,/et de quelques poésies fugitives/par M Dorat.*
A Paris/Chez Delalain, etc. MDCCLXXX.
(In-8.° 96-44-86 ps.)

Possuimos um exemplar d'esta edição da imitação de Dorat.

As mesmas gravuras de Eisen e Massard, já um pouco cançadas, da edição de 1771. A principal representa, junto a um luxuoso leito, um Amor que deixou cahir um facho, e soror Marianna, sob a figura de uma formosa mulher, chorosa e afflicta, em desalinho, um dos seios descoberto. Ao fundo, atravez de uma janella, vê-se um navio que se afasta. A imitação, ou, mais propriamente, a composição de Dorat, abre por uma vinheta representando a religiosa sentada a uma mesa, interrompendo a escripta para contemplar um retrato. No fim das *Lettres*, outra vinheta emmoldurada em flôres, figura um Amor conversando com uma freira nas grades conventuaes.

Muito extravagantes os nomes substituidos por Dorat. Chamilly vimos já que é *Melcour*, continuando comtudo a ser *officier français*; Marianna passa a chamar-se *Euphrasie*, e Dona Brites é *Dona Mélés!*...

63) *Lettres/d'une chanoinesse/de Lisbonne/A Melcour,/Officier françois,/suivies de l'Épitre intitulée/Ma Philosophie,/et de quelques poésies fugitives./Nouvelle/édition.*
A Paris,/Chez Delalain, rue de la Comédie Françoise./
M. DCC. LXXXII.
(1 vol., 136 ps.)

Exemplar do sr. A. Carvalho Monteiro. É a imitação em verso de Dorat, etc., sem gravuras.

64) *Briefwechsel einer Portugiesischen nonne mit dem Kitter von Chamilly.*
Rotenburg and der Fielle, 1788.
(In-8.º)

Exemplar no Museu Britannico.

65) *Lettres portugaises.*
Paris, Chez Delance.—1796.
(In 2 vols. 12-xxxiv, 125, 140 ps.)

Exemplar na Bibliotheca Nacional de Paris. As 12 cartas, começando pelas 7 da «senhora da sociedade» e precedidas por uma noticia historica e bibliographica que na edição de 1806 se diz ser do abbade Mercier de Saint-Léger, assim como se declara que esta primeira edição de Delance lhe fôra confiada ou incumbida pelo sr. Aubin. O que é curioso é que Saint-Léger, considerando todas as doze cartas como authenticas, constitue com as sete da «senhora da sociedade» uma *primeira parte*, e com as cinco uma *segunda parte,* ao contrario precisamente da publicação inicial, observando comtudo o seguinte:—«A primeira parte (a d'elle) não foi obtida, segundo toda a apparencia, senão posteriormente, mas differentemente das respostas suppostas, ella apresenta muitos caracteres de identidade, de estylo, de originalidade de fundo, para que se duvide de que é tambem authentica.»

66) *Lettres/portugaises./Nouvelle édition,/Avec les imitations en vers/par Dorat.*
Paris—De l'impr. de Delance—1806.
(In-8.º 183 ps.)

Possuimos um exemplar d'esta edição, em vel. sup. Precedida de um *Avertissement de l'imprimeur,* da *notice historique et bibliographique* do abbade Mercier de Saint-Léger (da edição de 1796), com notas de Barbier, e das *Reflexions préliminaires,* de Dorat. Contém doze cartas, seguidamente as sete attribuidas a uma «senhora da sociedade»

e as cinco da freira, e depois as:—*Imitations/en vers/des lettres precédentes,/par Dorat.*

Segundo o *avertissement* da edição do anno seguinte (1807), esta de 1806 foi publicada em agosto, em 12.° papel velino e em 8.° papel velino superfino, sendo rapidamente esgotada. O *Journal de l'Empire* deu noticia elogiosa, mas em parte errada, d'esta edição.

67) *Lettres/portugaises./Troisième édition,/avec les/imitations en vers par Dorat.*
Paris—De la impr. de Delance.—1807.
(In-12.°—183 ps.)

Possuimos um exemplar d'esta edição. É a reproducção da edição de Delance, de 1806.

68) *Letters/from a/Portuguese Nun/to/an Officer/in the/french army.*
Translated by/W. R. Bowles, Esq.
London:/Printed for S. A. and W. Oddy, 27 Oxford-Street;/and C. La Grange, Nassau-Street, Dublin./T. Gillet, Printer, Crown-court./1808.
(1 vol. 8.° peq. XVI-125)

Exemplar de Carvalho Monteiro. Gravura em cobre em face do frontespicio, representando a freira interrompendo uma carta para contemplar o retrato de Chamilly:—*Craig del.*—*Mackenzie sc.*—e por legenda a passagem de uma das Cartas relativa ao retrato;—*London,* Published by S. A. & H. Oddy. Fev. 20. 1808. Um pequeno prefacio elogioso das Cartas, e uma—*historical introduction*—baseada sobre o trabalho de Saint-Léger. As doze cartas, começando na 8.ª as da freira.

69) *Lettres/de/tendresse et d'amour,/contenant/les Lettres de Julie à Ovide, et d'Ovide à Julie; suivies des Lettres Galantes d'une/Chanoinesse Portugaise; des Lettres de/Babet et des réponses de son Amant; des/Lettres d'amour d'une Dame Philosophe;/des Lettres de*

la Présidente de Ferrand au/Baron de Berteuil; et de celles d'Héloise/et d'Abeilard.
—A Paris/—Chez Léopold Collin. Libraire, rue/ Gille-Coeur./—1808.
(In-12.°—2 vols.)

Exemplar de Carvalho Monteiro. As Cartas portuguezas occupam com as de Boursault (Babet et des réponses, etc.) o 2.° volume. Em *avertissement,* um extracto do prefacio do abbade de Saint-Léger.—A collecção comprehende as 12 cartas, começando as da freira, com a VIII.

70) *Lettres/from a/Portuguese Nun/to/an officer/in the/ french army/Translated by/W. R. Bowles, Esq./ Second edition./*
London:/Printed for Sherwood, Neerly, and Jones,/ Paternoster row./1817.
(T. Davison, etc.)
(1 vol. 6.°—128)

Exemplar de Carvalho Monteiro. Com a mesma gravura da primeira de Bowles. As 12 cartas.

71) *Cartas de uma religiosa portugueza.*
—Obras completas de Filinto Elysio.—Tomo x.— Paris na officina de A. Bobee.—1819. Ps. 430 a 494.

É a traducção por Francisco Manuel do Nascimento, das doze cartas, começando na 8.ª as cinco da freira portugueza. Filinto além de não pôr a menor duvida á authenticidade portugueza d'essas Cartas, parece considerar tambem como authenticas as *respostas* de Loyson, pois em nota á carta em que a religiosa se queixa de que o amante lhe não escreva, diz:

—«Escreveo, e mui ternamente: mas a abbadessa que recebeo essas cartas nunca as quiz entregar á Religiosa que estas escrevia. Existem as cartas do official francez, e andão juntas ás primeiras.»

72) *Lettres/portugaises./Nouvelle édition,/revue/et corrigée sur la première./*
A Paris,/Chez Kleffer, libraire éditeur,/rue d'enfer-Saint Michel, n.º 2./Novembre 1821./
(In-12.º—XXI-131)

Exemplar de Carvalho Monteiro, etc. As 12 cartas, começando as da freira com a 8.ª

Sousa Botelho diz d'esta edição;— «inverteu-se a ordem das cinco cartas, *sem rasão alguma* e contra toda a probabilidade; na primeira edição *ellas devem ter sido datadas* e dispostas segundo as datas.»

Bem se vê que Sousa nunca examinou a primeira edição. Não tendo podido tambem no nosso primeiro trabalho, examinar a edição de Kleffer, apontámol-a apenas pelas indicações succintas recebidas então das bibliothecas publicas de Paris e de Nantes. Posteriormente, porém, adquerido na venda da livraria Rebello da Fontoura (Londres) pelo sr. Carvalho Monteiro, um exemplar d'esta edição, fomos agradavelmente surprehendidos por ver que a inversão accusada por Sousa Botelho, era exactamente a mesma a que chegaramos tambem pelo estudo critico das Cartas: — passando a suposta *segunda*, a ser a *quarta*, e esta para o logar d'aquella! E não é exacto que esta inversão se fizesse, como diz Sousa, «sem rasão alguma». No seu *Avis au lecteur*, a edição Kleffer, expressamente diz o seguinte:

—«Tinha-se por tal forma desfigurado estas cartas, confundindo-as com outras, sob o titulo de *Cartas d'amor* ou *Amorosas*, em collecções de tão mau gosto, de tão deploravel escolha, com tantas faltas de senso e de typographia, que era restituir-lhes, d'alguma maneira, a celebridade que merecem, separal-as desse montão de cousas insipidas em que haviam estado por tanto tempo enterradas. Um editor fel-o já, mas não tendo podido encontrar a edição primitiva, deixou subsistir um grande numero de alterações e de omissões. Nem sequer reparou *que a maior parte das cartas estavam transpostas, o que quebrava o fio dos successos,* na verdade, muito simples, que se encontrava n'esta obra. Na falta, mesmo, de successos, *a differença de sentimentos*

teria bastado para mostrar que estas cartas não estavam dispostas na sua ordem natural.» Pena é que a mesma observação critica não tivesse feito separar as cartas da freira, das outras sete. Fizeram-se ainda outras alterações, no proprio texto. Assim a primeira carta de Marianna começa:— «Considère, *mon cœur...»* em vez de — «Considère, *mon amour...»*

Sousa attribue tambem a data de 1823, á edição de Kleffer. Será erro typographico ou edição nova?

73) *Lettres/portugaises/Nouvelle édition,/conforme a la 1re (Paris, Cl. Barbin, 1669),/avec/Une notice bibliographique sur ces lettres.*
Paris,/Chez Firmin Didot, etc. 1824.
(In-8.º — 227 ps.)

Possuimos um exemplar, offerecido por Sousa Botelho, ignoramos a quem, encadernado em marroquim e que corresponde a uma tiragem especial em melhor papel, segundo o confronto com outros exemplares. Um d'estes que pertenceu á bibliotheca de Foutoura, (J. E. G. Rebello da), vendida ao livreiro de Leipzig, K. W. Hiersemann, e que pertence hoje a Carvalho Monteiro, tem a gravura da edição ou collecção de que adeante falaremos, de Lopes de Moura, de 1838. É esta a celebre edição do Morgado de Matheus, de quem é a longa e interessante noticia bibliographica. Innocencio da Silva *(Dic. Bibl.)* nunca a viu!... Consta sómente das cinco cartas authenticas, texto francez e traducção portugueza.

74) *Lettres/from/a portuguese nun/to/an officier/in/the french army./Translated by/W. R. Bowles, Esq./*
London:/Published by Thomas North,/64, Paternoster row./1828.
(T. Davison, etc.)
(1 vol. 6.º—xv-128).

Exemplar de Carvalho Monteiro. Reproducção da edição de 1808 incluindo as doze cartas, e a gravura.

75) *Lettres/portugaises./Nouvelle édition,/conforme a la première/(Paris, etc. Barbin, 1669)./*
Paris,/Au bureau de la Bibliotheque Choisie,/Rue du Coq-Saint-Honoré, n.° 13/1829.
(1 vol. 8.°—54 ps.)

Exemplar de Carvalho Monteiro. Com uma—*Notice sur les lettres portugaises.*—feita evidentemente sobre a de Sousa.—«Seguimos na nossa edição o texto dado pelo sr. de Sousa, que o colleccionou com grande cuidado sobre a edição primitiva de 1669. No receio de que alguma falta lhe escapasse, servimo-nos tambem de muitas edições antigas que temos colhido».

76) *Cartas/d'Heloisa e Abailard,/traduzidas por/Caetano Lopes de Moura,/traductor das obras de Walter Scott,/seguidas das Cartas Amorosas/d'uma/religiosa portugueza,/restituidas á lingua materna/por D. José Maria de Sousa,/Morgado de Matheus,/augmentadas com as imitações de Dorat e outras,/e traduzidas do francez por Filinto Elysio e Caetano Lopes de Moura./*
Paris,/Na Liv. port. de J. P. Aillaud/& 1838.
(6.°—2 vol.—275—268).

Possuimos um exemplar d'esta edição. O 2.° volume compõe-se de duas partes, na primeira até pag. 59, as cinco cartas da freira, traducção de Sousa Botelho (n.° 73), na segunda até pag. 159 as doze cartas da traducção de Filinto Elysio (n.° 71). Á segunda parte segue-se:

—*Imitação/das/Cartas amorosas/D'uma religiosa Portugueza/por Dorat,/traduzida livremente do francez,/por Caetano Lopes de Moura./Parte segunda.* Note-se que a segunda parte termina a paginas 159 pela seguinte indicação:—«Fim da primeira parte». Um embroglio!

Este segundo volume abre por uma estampa representando uma freira moça, muito mal desenhada, por signal, e por baixo lê-se:—*D. M. A./Religiosa do Convento/de.../em Beja.*—Parece que ainda em 1838 era muito indiscreto

dizer-lhe claramente o nome: D. Marianna Alcoforado. É que Lopes de Moura não ignorava, talvez, como outros, muito depois d'elle, que existia ainda uma familia Alcoforado em Beja. N'uma pequena prefação em que se considera como primeira edição das Cartas a de Pedro do Marteau, de Colonia, *sem data*, diz-se tambem:—«Esta religiosa vivia pelos annos de 1663 (!) n'um convento de Beja. O cavalleiro com que se correspondia era M. de Chamilly, mais conhecido com o titulo de conde de Saint-Léger, o qual com effeito militava n'essa epocha em Portugal.»

77) *Cartas de uma religiosa portugueza. Versão de Lopes de Mendonça.*
A Semana, jornal litterario, vol. II—1852—Lisboa. (Art. Epistolographia).

É uma traducção incompleta, pois ficou na 4.ª carta das cinco da religiosa. A publicação foi feita nos n.os 44 (maio, ps. 494), 45 (junho, ps. 503), 46 (junho, ps. 514) e 48 (junho, ps. 538). É precedida de uma introducção.

78) *Lettres/portugaises/nouvelle edition/conforme à la 1.ere/ (Paris, Cl. Barbin. 1669)/avec une/notice bibliographique sur ces Lettres.*
Paris/Bureau de la Bibliotheque Choisie etc. 1853
(Impr. de Guirandet et Juaust &)
(1 vol.—In-8.º ps. 95)

É uma reproducção, menos o texto portuguez, da edição de Sousa.

79) *Lettres/d'amour/Chefs-d'œuvre de style épistolaire/choisis/dans les plus grands écrivains/*etc.
Nouvelle edition.
Paris (Typ. Georges Chamerot)
S. d.

A paginas 50:

Lettres/d'une/religieuse/portugaise/traduites en français/

Com o prefacio da edição de Barbin (1669) As cinco cartas.

Cremos que esta edição é de 1858, e de Lemer.

80) *As cartas da religiosa portugueza.*
—*Estudos da Edade-Média, por Theophilo Braga* (Porto) 1870—ps. 183 a 215.

É um estudo critico, e não uma traducção ou edição nova, mas contém a traducção de muitos trechos.

81) *Cartas/da/religiosa portugueza/Marianna Alcoforado/ (Novamente reproduzidas em lingua portugueza)/* Lisboa/Typ. do Diario de Annuncios, etc. 1872.
(In-8.º—32 ps.)

Com uma pequena introducção. São as cinco cartas, e o traductor foi Domingos José Ennes.

82) *Lettres du* XVII.e *et du* XVIII.e *siècle/Lettres portugaises/ avec les réponses/Lettres de M.lle Aissé/suivies*, etc. *par Eugène Asse*, etc.
Paris (Impr. Viéville) Charpentier et C.e l. e. 1873
(In-8.º 423 ps.)

Com uma *Notice sur la religieuse portugaise et le marquis de Chamilly*. Na *Revue Pol. et Litteraire*, de abril, 1873, ps. 969, Maxime Gaucher faz uma deliciosa *causerie* sobre esta obra, começando por observar que não acha razão para reunir as cartas da Religiosa portugueza e as da Menina Aissé, senão a de umas e outras poderem formar um volume de formato Charpentier. E desculpando Chamilly, para o qual aquelles amores não haviam sido mais do que um *caprice de garnison*, conclue assim:—«Supposons les deux âmes brûlant à l'unisson d'une flamme éternelle, nous perdions quelque cris de passion *les plus vrais, les plus beaux, les plus déchirants qui se soient jamais échappés d'un cœur qui se brise*».

83) *Encyclopedia Intructiva e Amena.* — *N.º 10 — 3.ª serie — Os dramas celebres do Amor* — IV. ps. 106-126. — *A Religiosa Portugueza.* — (A). *Pinheiro Chagas. Lisboa,* 1874.

Não é uma traducção, mas um estudo critico. Contém, comtudo, a traducção de largos trechos das Cartas.

84) (*Les petits chefs-d'œuvres*) — *Lettres/portugaises/Publiées sur l'edition originale/avec une noticie préliminaire/par Alexandre Piedagnel.*
Paris. Libr. des Bibl. etc. MDCCCLXXVI
(In-8.º — VIII — 93 — 1 notes — Imp. par D. Jouaust pour la coll. des Chefs-d'œuvre. MDCCCLXXV).

Em duas partes, sendo a primeira a das cinco cartas, e a segunda a das sete de «uma senhora da Sociedade.» D'esta edição houve uma tiragem especial de 30 exemplares em China e 30 em Whatman.

85) *Almanach do Bombeiro portuguez para* 1879. — Porto, 1878. Ps. 168: — *Cartas portuguezas.*

Um pequeno artigo compilando algumas das escassas informações existentes ao tempo. É do nosso amigo, sr. dr. Paiva e Pona.

86) *Portugal.* — *Diccionario Historico,* etc. por J. A. d'Oliveira Mascarenhas e Dr. R. Clemente d'Abreu. — Lisboa, — 1880 — Ps. 122: — *Alcoforado* (Marianna).

Largo extracto do artigo de Pinheiro Chagas nos *Dramas de amor.*

87) *Era Nova,* revista do movimento contemporaneo. 1.º anno, n.º 5, novembro. 193 in. a 201 ps. — *As Cartas da Religiosa Portugueza.*

Artigo assignado: *Theophilo Braga.*
Lisboa, 1880.

É uma reproducção melhorada do n.º 80.

88) *La jeunesse/du/maréchal de Chamilly/notice/sur/Noel Bouton & Sa famille/de* 1636 *a* 1667/*par E. Beauvois/*
Beaune/Impr. Arthur Batault/1885
(In-8.º)

Extracto das «*Mémoires de la Société d'Histoire* etc. *de Beaune*, an. 1885 ps. 255 et suiv.» O Cap. 6.º intitula-se: *Les Lettres portugaises.* É o trabalho a qual alludimos na 1.ª parte ou introducção do nosso trabalho:—uma piedosa e infeliz tentativa de lavar da memoria de Chamilly a supposta mancha das Cartas. Ao nosso amigo sr. Lino d'Assumpção devemos a primeira noticia e um exemplar d'este trabalho que foi o que definitivamente nos moveu á liquidação da questão. Aqui lhe reiteramos os nossos agradecimentos.

89) O Manuelinho d'Evora — Folha politica, litteraria, etc. — Folhetim. — Anno VII (1887). N.ºs 350, 361, 352, 353 e 354.—*Marianna Alcoforado/A Religiosa Portugueza.*

É a reproducção do escripto do sr. Pinheiro Chagas (n.º 83).

90) *Luciano Cordeiro/Soror Marianna/a freira portugueza./*
Lisboa/Livraria Ferin, etc. (Typ. da Academia Real das Sciencias de Lisboa)
(In-8.º gr.—335 e err.)

In fine:— «Acabou de imprimir-se este volume no dia 7 de agosto de 1888.» — Compõe-se de seis partes: I. O estado da questão. II Alcoforado e Chamilly. III Os amores

da religiosa. IV As Cartas. V Bibliographia. VI Documentos.

Foi de 1000 exemplares a edição, do exito da qual falam os editores no começo da presente. Por occasião ou ácerca d'ella, publicaram-se em diversos periodicos largos artigos criticos relativamente á *Freira portugueza* e ás *Cartas*; a maior parte dos quaes foram reunidos e republicados no *Jornal da Noite*, e podemos citar os seguinte de: — Conde de Ficalho, (no *Reporter*), Joaquim de Araujo (*Primeiro de Janeiro*), Theophilo Braga (*Democracia*), Moniz Barreto (*Reporter*), A. de Campos Junior (*Esquerda Dynastica*), Borges d'Avelar (*Commercio Portuguez*), Sousa Viterbo (*Jornal da Manhã*), Sampaio (Bruno — *Jornal da Manhã*), Pedro Victor Sequeira (*Correio da Manhã*), Julio Cesar Machado (*Reporter*), Guiomar Torresão (*Illustração Portugueza*), Visconde de Benalcamfor (*Commercio do Porto*), Maria Amalia Vaz de Carvalho (*Jornal do Commercio*), Antonio de Serpa (*Gazeta de Portugal*), Rodrigues de Freitas (*Commercio do Porto*), Armelim Junior (*Commercio de Portugal*), F. Clementino de Sousa (*O Direito*), Pinheiro Chagas (*Illustração Portugueza*), Marianno Pina (*Illustração*, Paris), etc. Publicaram-se tambem noticias e trechos mais ou menos desenvolvidos no *Diario de Noticias*, *Imparcial*, *Correio de Noticias*, *Jornal da Manhã*, (Porto), *Folha do Povo*, *Dia*, *Jornal de Noticias*, (Porto), *Commercio de Portugal*, *Debates*, *Correio da Noite*, *Reporter*, *Actualidade* (Braga), *Revolução de Setembro*, *Correio do Norte*, (Braga), *Seculo*, *Correio de Portugal*, *Jornal das Colonias*, *Colonias Portuguezas*, *Novidades*, *Occidente*, *Revue nouvelle* (Paris), etc.

Todas essas apreciações coincidiram em considerar como definitivamente resolvida, d'esta vez, a questão das Cartas e a sua authenticação historica.

Que seja permittido ao auctor agradecer mais uma vez, aqui, a generosa e honrosissima amabilidade que fartamente o compensou do seu trabalho, e declinar toda a não sonhada gloria d'esta consagração, aos pés da doce e apaixonada imagem da pobre freira portugueza.

91) *Chronica de Valentina* (D. Maria Amalia Vaz de Carvalho) — Lisboa & MDCCCXC.
Ps. 1 — *Soror Marianna, a Freira portugueza*, etc.

É o juiso critico publicado pela illustre escriptora no *Jornal do Commercio*, sobre a nossa primeira edição. Contém largos trechos das *Cartas*.

92) *Les lettres d'amour de la religieuse portugaise.*
(A.) Maurice Paléologues — *Revue de deux mondes*, LIX année, 3.e periode, t. 95 — 15 oct. 1889.

É um artigo critico interessante, apezar dos erros que denunciam o desconhecimento dos ultimos trabalhos, como, por exemplo, o da supposição de que fosse o editor de 1690 o primeiro a dar o nome de Chamilly, e o da ordem que attribue ás cartas, na idéa aliás justa de que não é a verdadeira, a geralmente adoptada.

93) *Poemas portuguezes.* (Luiz Osorio)—Lisboa, etc. 1890.
Ps. 235: *Soror Marianna.*

É um poemeto em dois bellos sonetos que não queremos deixar de registar n'esta lista, até pelo ligitimo desvanecimento de ter sido inspirado pela nossa *Soror*.

94) *The love letters of a/portuguese nun/being the letters written by Marianna/Alcoforado to Noel Bouton de Cha/milly, count of St. Leger (later/marquis of Chamilly) in/the year* 1668/*translated by/R. H./*
New-York/Cassell publishing Company/ etc.
(Copyright, 1890 by Cassell etc.—The Mershon Company Press. Rahway, N. J.)
(In-12.º — 148)

Formosissima edição de que M.me Regina Maney, teve a amabilidade de nos offerecer um exemplar. A traducção é de uma senhora americana, Josephine Lazarus, que escreve e assigna a introducção. Sente-se bem, n'esta, a alma e a

comprehensão affectiva, delicada, da mulher. Julgou ella que as Cartas nunca tinham apparecido em inglez; como vemos, enganou-se, mas a sua traducção não é por isso menos apreciavel. A traducção foi feita sobre a edição de Alexandre Piedagnel, da qual se aproveitou o prefacio e a nota bibliographica. Não tinha noticia dos ultimos trabalhos.

*

*   *

Não temos por completa esta lista, é claro. Muitas indicações de outras edições encontramos, que por não ter podido authenticar não incluimos aqui. As obras que mais ou menos desenvolvidamente se referem ás Cartas são innumeras.

Com quanta verdade podiamos fechar esta parte do nosso trabalho com as palavras do illustre escriptor, sr. Pinheiro Chagas, a respeito da Heloisa portugueza:

— «Se a tua memoria so eclipsou, que importa? O que havia mais nobre, mais ardente, mais sublime na tua vida, era o teu amor, e o teu amor sobrevive. Rosa do claustro, foi essa paixão o perfume das tuas folhas, e esse perfume, conservado preciosamente nas tuas fervidas cartas, como em frasco de oiro cinzelado, atravessou intacto os seculos, e vem ainda hoje deleitar os que se debruçam sobre as loucas paginas que soltaste involuntariamente ao vento do futuro».

Ou então, aproveitando uma phrase de Fr. Caetano do Vencimento, a respeito da homonyma da nossa pobre freira, e com bem mais verdade:

— «*Não pode a morte que tudo acaba, nem o tempo que tudo faz esquecer, consumir o corpo e a memoria da Veneravel Madre Marianna.*»

*

*   *

Acrescentaremos a esta lista,— que a bem dizer é uma homenagem,—a indicação de algumas:

OBRAS DE ARTE

—Gravura em cobre, por Harrweyn, descripta acima, sob n.º 39, na edição de Jacob van Ellinckhuyseen, de Haya, 1697.

—Gravura em cobre, de Coster, descripta acima, sob n.ºs 50 e 53, edições dos van Dole, 1716, 1742, etc.

Damos d'ella, aqui, uma magnifica phototypia ampliada de Camacho.

—Gravuras em cobre, de Ch. Eisen e Massard, descriptas acima, sob n.ºs 58 e 62. Imitações de Dorat, 1771, 1780.

—Gravura em cobre, de Graig e Mackenzie, descriptas acima, sob n ºs 68, 70 e 74. Traducções inglezas de Bowles, 1808, 1817, 1828.

—Gravura em cobre, sem indicação do auctor, parecendo, porém, de procedencia ingleza. Descripta acima, sob n.º 76. Edição de Aillaud, 1838.

—Quadro a oleo, pela menina D. Emilia Santos, discipula de Malhôa, e neta do grande mestre de capella Manuel Innocencio dos Santos. Uma notavel revelação artistica. O quadro, de grandes dimensões, não está concluido ainda. É talvez, até, uma inconfidencia denuncial-o. Representa a *Soror,* no seu quarto, suspendendo a escripta de uma das *Cartas,* e fitando saudosamente o retrato, ao qual diz, talvez:—«O official que deve levar-te esta carta, pela quarta vez me manda dizer que precisa partir. Como está apressado!...»

—Phototypias de Camacho (1890). As da presente edição:

—Fac-simile do rosto da edição datada (1669) e desconhecida, de Pedro du Marteau;
—Fac-simile do termo de obito de Marianna Alcoforado;
—Entrada do convento da Conceição;
—Janella de Mertola, no convento («o miradouro d'onde se vêem as portas de Mertola»);
—Fac-simile ampliado da gravura de Coster.

—Composição lithographica de Julião Machado (1890).
—Lithographia da Companhia Editora.—O cartaz da presente edição: uma verdadeira composição artistica.

—Recordações de Soror Marianna.—Beja e o Convento da Conceição.—Photographias de Camacho (1890).

Tendo ido comigo a Beja, para me auxiliar na presente edição, o illustre artista teve a feliz idéa de formar este bello album, que contém as seguintes estampas:

—Convento da Conceição.—Porta do refeitorio;
—Id.—Capitulo;
—Id.—Côro de cima;
—Id.—Claustro;
—Id.—Porta da egreja, passadiço e tribuna da infanta;
—Id.—Egreja e restos dos Paços dos Infantes;
—Da estrada de Mertola (ao longe divisam-se as *Portas* do mesmo nome e o convento);
—Da estrada de Serpa (junto do Cruzeiro de S. Pedro, a que alludimos a ps. 166);
—O Castello (exterior);
—Interior do Castello e torre de Menagem;
—Santa Maria da Freira (onde foi baptisada Marianna Alcoforado);
—Santo André, fóra dos muros.

NOTA FINAL

Muito desejaramos incluir n'esta edição os documentos da primeira. Mas o numero e a extensão consideravel dos que teriamos de accrescentar-lhes engrossaria, além das proporções convenientes, o presente volume, o que é facil de ver pelas indicações summarias d'esses documentos, nas notas que acompanham o texto. Mas não desistimos de publical-os, todos, um dia.

Acabou de imprimir-se este volume
no dia 10 de janeiro de 1891

OUTRAS OBRAS DO MESMO AUCTOR

A Senhora Duqueza (Serões manuelinos)........................... **700 réis**

Marinha e Colonias.............. **500** »

EM PREPARAÇÃO

A Segunda Duqueza.

Ignez de Castro.

FERIN & C.ª, EDITORES